

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR
N.º 134, DE 2024
(Do Poder Executivo)
MSC 512/2024
OF 571/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 6.080, de 11 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, que renova, a partir de 10 de novembro de 2014, autorização outorgada à Associação Comunitária de Ananás, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ananás, Estado de Tocantins.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 512

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 6.080, de 11 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, que renova, a partir de 10 de novembro de 2014, autorização outorgada à Associação Comunitária de Ananás, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ananás, Estado de Tocantins.

Brasília, 11 de julho de 2024.

Brasília, 20 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53900.024991/2014-42, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 20112/2019/SEI-MCTIC e nº 6651/2023/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.080, de 11 de novembro de 2014, publicada em 13 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitário de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, nos termos da Portaria nº 1184, de 11 de julho de 2002, ambas chanceladas pelo Decreto Legislativo nº 877, publicado em 10 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de ANANÁS, estado de TOCANTINS.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 13/11/2019 | Edição: 220 | Seção: 1 | Página: 19

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 6.080-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53665.000048/1998-48 e nº 53900.024991/2014-42, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Ananás, CNPJ nº 25.061.680/0001-84, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 571/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.080, de 11 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, que renova, a partir de 10 de novembro de 2014, autorização outorgada à Associação Comunitária de Ananás, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ananás, Estado de Tocantins.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 12/07/2024, às 19:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5897048** e o código CRC **518B8C2E** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 646/2020/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.024991/2014-42.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

Lara Litvin Villas Boas
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Lara Litvin Villas Boas, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/01/2020, às 14:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5033360** e o código CRC **7EBD90E4**.

Z

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

A **ASSOCIACAO COMUNITÁRIA DE ANANÁS**, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, com sede na Rua Antônio Moreira nº 292, na cidade de ANANÁS, Estado do Tocantins, CEP 77.890-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 1184, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2002 e Decreto Legislativo nº 877, publicado no Diário Oficial da União de 09 de novembro de 2004, vem, respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Ananás, TO, 10 de outubro de 2014.


Associação Comunitária de Ananás
Rosilene da Silva Silveira
Presidente

Nome do Presidente da Associação: ROSILENE DA SILVA SILVEIRA
CPF: 795.434.801-68

RECEBIDO
Em 23.10.2014 horas


Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
26.051.680/0001-84
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
04/05/1989

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
A C A - ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.39-6-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.92-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R ANTONIO MOREIRA

NÚMERO
292
COMPLEMENTO

CEP
77.890-000
BARRIO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
ANANAS

UF
TO

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
24/09/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
Excluído

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **09/10/2014** às **09:28:35** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANANÁS - TO
DISTRITO JUDICIÁRIO
ROSIANE ALENCAR SANTOS
OFICIAL SUBSTITUTA



COMARCA DE ANANÁS
ESTADO DO TOCANTINS
DANIELE DE ABREU CHAVES
ESCREVENTE



CARTÓRIO DO REG. DE PESSOAS JURID. TIT.DOC. PROT. E TABELIONATO 2.º DE NOTAS.

TABELIONATO VIEIRA LIRA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada pela faculdade que me é conferida por Lei, que revendo o arquivo deste Cartório a meu cargo principalmente o LIVRO DE REGISTRO PESSOAS JURIDICA, encontra se devidamente registrado o Estatuto Social da Associação Comunitária de Ananás – ACA- CNPJ- n.º 25.061.680/0001-84, Sede e Forum nesta Cidade na Rua Antonio Moreira, nº 292, nesta Cidade de Ananás – TO, sendo seu exercício social coincidente com o exercício civil, e é regida pelo presente Estatuto e demais disposições legais pertinentes a sua área de atuação compreende todo território do Estado do Tocantins. A Associação de Ananás – ACA, tem por objetivos, sem fins lucrativos, apoiar a implementação de ações sociais, de habitação de interesse social, de natureza técnica, científica e educativa, voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento institucional, a defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos, principalmente dos pertencentes às bacias hidrográficas do Araguaia/Tocantins e da defesa do bioma do cerrado, estimulando o planejamento, a gestão, o uso de técnicas de mínimo impacto, o monitoramento e a educação ambiental, prestando auxílio e proteção aos interesses da comunidade. Para cumprimento de suas finalidades, a Associação Comunitária de Ananás – ACA, poderá celebrar convênios, termos de cooperação técnica, termos de parceria, contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos de forma coletiva ou individual com Organizações Governamentais ou Não Governamentais, nacionais ou estrangeiras, devidamente protocolada sob n.º 1486, livro n.º A-02, folhas n.º 18, e Registrada sob n.º 153, folhas n.º 87 a 105, Livro n.º A-02, em data de 25 de Outubro de 2013.

O referido é verdade dou fé.

Ananás – TO., 16 de Outubro de 2014.

Em Teste da verdade.



Rosiane Alencar Santos
Rosiane Alencar Santos
Oficial Substituta



Rosiane Alencar Santos
Rosiane Alencar Santos
Oficial Substituta

34 =



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

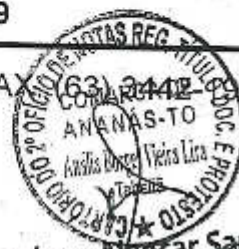
CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989

"Educar para libertar!"



ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-0011
e-mail: acacidadefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2013

No dia 15 do mês de Setembro de 2013, às 19hs00min, em sua sede social, situada à Rua Antonio Moreira, 292 – Centro, Ananás - To, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os membros da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Reforma dos Estatutos Sociais; b) Alteração da composição do Conselho Comunitário; c) Assuntos Gerais de interesse da Sociedade. Os trabalhos foram coordenados pela presidente, senhora Rosilene da Silva-Silveira, que de início saudou a todos os presentes dando-lhes as boas vindas, quando convidou a mim, João Bosco Campos dos Santos, consultor independente, para secretariar AD HOC a presente sessão e lavrar a respectiva ata circunstanciada. Na continuidade dos trabalhos a senhora coordenadora ordenou que se fizesse a conferência do quorum, o que foi feito através da contagem das assinaturas constantes da lista de presenças. Estando o quorum em acordo com o que determina o Estatuto Social em vigor, a senhora presidente abriu os trabalhos, quando discorreu sobre a necessidade de se efetuar a reforma dos Estatutos Sociais da Entidade, bem como sobre a necessidade de alterar a composição do Conselho Comunitário, visando atender a exigência do subitem 21.4 da Norma 01/2011 do Ministério das Comunicações. A seguir, passou-se ao cumprimento do primeiro ponto de pauta, quando a mesma determinou que se fizesse a leitura de uma proposta de alteração dos Estatutos Sociais anteriormente elaborada, o que foi feito artigo por artigo. Na sequência, tendo dirimido todas as dúvidas surgidas, o novo Estatuto Social foi aprovado por aclamação, na forma como vai adiante transcrito na sua íntegra:



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Prot. 1485 Registrado sob nº 1655
Sero A-02 Fls 34 do Livro B-10
18 Ananás, 25 / 10 / 13
Rosiane Alencar Santos
Escrevente - Sub-Oficial

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, em virtude do pedido verbal de pessoa interessada, que o título a que se refere o presente via foi registrado neste Cartório sob N. 1655, a Fls 34 do Livro n. B-10 Ananás, 25 de Outubro de 2013
Rosiane Alencar Santos
Escrevente - Sub-Oficial



"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acacidadefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Duração.

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-ACA registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas, em Ananás - To, sob nº 107 Livro B-1, fls. 83 e 84, declarada de utilidade pública municipal conforme Lei nº. 258/97 e de utilidade pública estadual, conforme Lei nº. 273/91, e com registro no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº. 28010.003528/92-87 é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e com finalidade não econômica, nos termos e conformidades da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Tem duração por tempo indeterminado, sede e foro na cidade de Ananás-To, à Rua Antonio Moreira, 292 - Centro, sendo o exercício social coincidente com o exercício civil, e é regida pelo presente Estatuto e demais disposições legais pertinentes e sua área de atuação compreende todo o território do estado do Tocantins.

§ 1º: Para a realização dos seus objetivos sociais, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA** poderá criar escritórios de representação regional ou local, em todo o Território Nacional ou ainda nos países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas observadas a legislação pertinente.

§ 2º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANANÁS - ACA** será representada ativa, passiva e extrajudicialmente por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos e Finalidades

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, tem por objetivos, sem fins lucrativos, apoiar a implementação de ações sociais, de habitação de interesse social, de natureza técnica, científica e educativa, voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento institucional, a defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos, principalmente dos pertencentes às bacias hidrográficas do Araguaia/Tocantins e da defesa do bioma do cerrado, estimulando o planejamento, a gestão, o uso de técnicas de mínimo impacto, o monitoramento e a educação ambiental, prestando auxílio e proteção aos interesses da comunidade.

§ 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**, poderá celebrar convênios, termos de cooperação técnica, termos de parceria, contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos de forma coletiva ou individual com Organizações Governamentais ou Não Governamentais, nacionais ou estrangeiras.



Daniela de Abreu Chaves



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



"Educar para libertar!"

RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acacidefm@uol.com.br

Rosiane Alecar Santos
Escritorinha Oficial

"Nós amamos Ananás!"

- XIV. Fomentar, incentivar e promover estudos de cooperação com técnicos, especialistas, empresas, universidades estrangeiras, brasileiras e instituições que atuam em pesquisas científicas de tecnologia aplicáveis em ações de desenvolvimento social, que ofereçam novas opções para a melhoria da qualidade de vida;
- XV. Colaborar com o poder público na elaboração das políticas públicas e da legislação turístico-ambiental, auxiliando no seu aprimoramento;
- XVI. Promover a cultura defendendo a conservação do patrimônio histórico cultural e turístico regional e do Estado do Tocantins;
- XVII. Implantar e executar serviços de radiodifusão comunitária (sonora e/ou som e imagens);
- XVIII. Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do Direito de Comunicar;
- XIX. Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- XX. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- XXI. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- XXII. Promover a divulgação de programas educacionais (aulas, conferências, palestras e debates);
- XXIII. Incentivar a criação de parques ecológicos e temáticos, de incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo e promover campanhas educativas de preservação ambiental junto à comunidade e estabelecimentos de ensino nos municípios;
- XXIV. Desenvolver e participar de toda e qualquer atividade que, ligada as finalidades da instituição, represente uma real contribuição para o desenvolvimento da vida em sua concepção mais abrangente, principalmente no que diz respeito à valorização e à integração social dos indivíduos excluídos socialmente, em especial a comunidade negra, as mulheres, os idosos, os povos indígenas e o desenvolvimento social e intelectual da criança e do adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- XXV. Elaborar pesquisa científica e estudos socioeconômicos, promover seminários, palestras e outras atividades que contribuam para o desenvolvimento do cidadão;
- XXVI. Promover ações que visem à geração de trabalho e renda visando beneficiar pessoas carentes, de baixa renda, pequenos empreendedores e trabalhadores em geral;
- XXVII. Fomentar a qualificação e a capacitação dos profissionais de turismo, da micro indústria de fruticultura, micro indústria de extração de óleos naturais, micro indústria de ervas medicinais e a micro indústria de artesanato;
- XXVIII. Estimular a parceria, o associativismo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando de ações que visem interesses comuns;
- XXIX. Valorizar o artesanato rústico, como uma das alternativas para o desenvolvimento econômico sustentável das regiões com potencial turístico, de forma participativa.





"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acacidadefm@uol.com.br

Rosiane Alencar Santos
Escritor - Sub-Oficial

"Nós amamos Ananás!"

§ 3º - No caso de não dispor em seus quadros sociais de pessoas tecnicamente habilitadas e disponíveis para a realização dos trabalhos contratados, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA** poderá utilizar-se da mão de obra de terceiros.

Capítulo III Dos Membros Seção I

Da Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão.

Art. 3º Poderão ingressar nos quadros sociais da Instituição, todos aqueles que concordem com as disposições deste Estatuto e que, pela ajuda mútua, desejam contribuir para a consecução dos objetivos da entidade.

Art. 4º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA** possui as seguintes categorias de associados:

- I. **SÓCIO FUNDADOR:** Aquele(a) que tenha assinado a ATA de fundação Da Instituição;
- II. **SÓCIO EFETIVO:** Qualquer pessoa física ou jurídica que solicitar sua inscrição e tenha o seu pleito aprovado pela Assembleia Geral.
- III. **SÓCIO COLABORADOR:** Pessoas físicas ou jurídicas que contribuem com a entidade por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, para o desenvolvimento das atividades fins da instituição;
- IV. **HONORÁRIOS:** Pessoas que por seus feitos, ações e conquistas no âmbito dos objetivos da Entidade, possam ser homenageadas e convidadas a ingressarem no quadro social, passando a ter os direitos e obrigações inerentes a todos os demais membros, exceto o de votar e ser votado, conforme determina este estatuto social;

§ 1º - Para ser admitido, o candidato preencherá proposta de admissão fornecida pela associação, assinando-a em companhia de dois membros proponentes, abonadores do seu ingresso;

§ 2º - Verificadas as declarações constantes da proposta e aceita esta pela Diretoria Executiva, o presidente da Instituição, juntamente com o candidato assinarão o livro/ficha de matrícula.

Art. 5º - Cumprindo o que atende o artigo anterior, o membro adquire todos os direitos e assume todas as obrigações decorrentes da Lei, deste estatuto e das deliberações tomadas pela Instituição.

Parágrafo único - Fica impedido de votar e ser votado, o membro que:





"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989

Rosiane Alencar
(63) 3442-1911

RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acaciddefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

Parágrafo Único - Além dos motivos de direito, a Diretoria Executiva poderá eliminar o membro que:

- Venha exercer qualquer atividade considerada prejudicial à instituição, ou que colida com os seus objetivos;
- Deixe de exercer na área de ação da Instituição, atividades que lhe são facultadas;
- Deixe reiteradamente de cumprir disposição legal, estatutária ou regimental, bem como as deliberações tomadas pelos órgãos da Instituição.

Art. 9º - A eliminação será decidida pela Diretoria Executiva somente depois de 02 (duas) notificações ao membro atingido, e o que a ocasionou deverá constar do termo lavrado no livro-ficha de matrícula e assinado pelo presidente.

§ 1º - O atingido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento da notificação, interpor recurso suspensivo para a primeira Assembléia Geral.

§ 2º - A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 10 - A exclusão do membro ocorrerá por dissolução da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

Art. 11 - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações da Instituição, salvo aquelas aprovadas em Assembléia Geral e na forma em que o forem.

Capítulo IV Da Organização Administrativa

Art. 12 - São órgãos de administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA:

- Assembléia Geral;
- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal;
- Conselho Comunitário;



Seção I Da Assembléia Geral



Art. 13 - A Assembléia Geral dos membros, que poderá ser ordinária ou extraordinária é o órgão supremo da instituição, e se constituirá dos sócios em pleno gozo dos seus direitos estatutários, tendo poderes dentro dos limites legais e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de



"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



Rosiane Aparecida Santos
Escritorinha - Sub-Oficial

RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1971

e-mail: acacidadefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

b) Qualquer número de membros para a terceira e última convocação;

Parágrafo Único - O número de membros presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas dos mesmos, constantes do livro de presença.

Art. 18 - Os trabalhos das Assembléias Gerais não convocadas pelo presidente serão dirigidos por membros escolhidos na ocasião;

Art. 19 - Nas Assembléias em que forem discutidos balanços e contas, o Presidente da Instituição, logo após a leitura do relatório da Diretoria Executiva, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um membro para dirigir os debates e a votação da matéria.

Parágrafo Único - Transmitida a direção dos trabalhos, o presidente e os demais membros deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da assembléia, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Art. 20 - As deliberações das Assembléias gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que nele tiver direta e imediata relação.

§ 1º - Habitualmente a votação será a descoberto, mas a assembléia poderá optar pelo voto secreto, atendendo então às normas usuais.

§ 2º - O que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar na ata circunstanciada lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos, pelos diretores, e Fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) membros indicado pelo plenário e por todos aqueles que o queiram fazer;

§ 3º - As decisões das Assembléias Gerais são tomadas pelo voto pessoal dos presentes, tendo cada membro direito a um só voto, vedada a representação.

Art. 21 - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, após o encerramento do ano social, cabendo-lhe especificamente:

- Deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal;
- Eleição dos componentes dos cargos sociais;
- Deliberar sobre os planos de trabalho e orçamento apresentados pela Diretoria Executiva;

Parágrafo Único - As deliberações da Assembléia Geral Ordinária são tomadas pela maioria simples de votos, observado o que dispõe o Art. 20 deste Estatuto em seu parágrafo 3º.





"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acacidefm@uol.com.br

Rosiane de Jesus Santo
Escritor Sub-Oficial

"Nós amamos Ananás!"

- a) Reúne-se ordinariamente uma vez a cada 06 meses e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, da maioria dos seus membros, ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) Delibera validamente com a presença da maioria simples dos seus membros, proibida a representação, sendo as deliberações tomadas pela maioria simples de voto dos presentes, reservado ao presidente, o exercício do voto nominal e de qualidade.
- c) As deliberações serão consignadas em ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos pelos membros presentes;

Art. 26 - Perderá automaticamente o cargo, o membro da Diretoria Executiva que faltar sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 06 (seis) reuniões alternadas durante o ano;

Art. 27 - No desempenho das suas funções, e dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, cabem a Diretoria Executiva as seguintes atribuições:

- a) Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades e fixando quantidades, valores, prazos, taxas de encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;
- b) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) Estabelecer as normas para funcionamento da Entidade;
- d) Estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra as disposições da Lei, deste Estatuto, ou das regras de relacionamento com a Entidade, que venham a ser estabelecidas;
- e) Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de membros e suas implicações;
- f) Deliberar sobre a convocação das Assembleias Gerais e estabelecer a sua ordem do dia;
- g) Estabelecer a estrutura operacional da administração executiva das atividades, criando cargos a atribuindo funções, reservando a si a contratação de servidores graduados, e fixando normas para a admissão e demissão dos demais empregados;
- h) Fixar normas disciplinares internas;
- i) Indicar o banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósito de numerário, e fixar o limite máximo que poderá ser mantido no caixa da Instituição;
- j) Adquirir, alienar ou onerar bens móveis, imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com a expressa autorização da Assembleia Geral;
- k) Contrair empréstimos, dívidas e/ou obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da Assembleia Geral;
- l) Ceder direitos e constituir mandatários;



[Handwritten signature]



"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3222-0015
e-mail: acacidefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

Art. 30 – Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral, elaborando atas, registro de presença e notas de reunião;
- c) Supervisionar e manter em dia o expediente;
- d) Orientar e manter em ordem o arquivo de documentos, bem como a relação atualizada do quadro de associados;
- e) Controlar e manter em ordem o patrimônio mobiliário;
- f) Gerenciar toda a estrutura administrativa;
- g) Receber, à época das eleições, as inscrições de candidatos à Diretoria Executiva da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;
- h) Apresentar relatório periódico dos associados inadimplentes;
- i) Publicar todas as notícias da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;

Art. 31 – Compete ao Segundo Secretário:

- a) Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário;

Art. 32 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- a) Assinar, conjuntamente com o Presidente cheques e documentos bancários;
- b) Efetuar exclusivamente através de cheques o pagamento das obrigações assumidas em nome da Instituição e autorizadas pelo presidente;
- c) Coordenar e supervisionar diretamente as atividades de contabilidade e controladoria;
- d) Coordenar e supervisionar o orçamento geral e o fluxo de caixa;
- e) Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da Instituição;
- f) Proceder ou determinar a alguém que proceda à escrituração do livro caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade.
- g) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;
- h) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- i) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- h) Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;



Daniel de Abreu Chaves
Escrevente



"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



Rosiane Alencar Santos
Escritor - Sub-Oficial

RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3422-4931
e-mail: acacidadefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

§ 3º Será lavrada Ata Circunstanciada de cada reunião em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A Ata será assinada por todos os presentes.

SEÇÃO IV Do Conselho Comunitário

Art. 37 - O Conselho Comunitário é o órgão encarregado de zelar pela qualidade moral dos atos praticados por responsáveis pelos órgãos sociais, bem como de todos os associados, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- Zelar pelo cumprimento das disposições legais, deste Estatuto e das decisões tomadas pelos órgãos da Instituição;
- Verificar se os pedidos de admissão ao quadro social atendem às exigências estatutárias;
- Analisar e julgar os desvios de conduta dos associados e membros dos órgãos sociais, notificando-os, e sugerindo a Diretoria Executiva a aplicação de penalidades, quando for o caso;
- Avaliar se o desempenho da Associação e da Rádio Comunitária se for o caso, está de acordo com os objetivos estabelecidos pela comunidade e pela legislação em vigor;
- Encaminhar, quando for o caso, relatórios anuais sobre o desempenho e atividades da Rádio Comunitária ao Ministério das comunicações;
- Opinar sobre os casos de eliminação de associados.

Art. 38 - O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) membros, representantes indicados por organizações da sociedade civil, sem fins econômicos, localizadas na área de abrangência da entidade, e homologados em Assembleia Geral

§ 1º. O mandato dos membros do Conselho Comunitário será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

§ 2º. Os candidatos a membros ao Conselho Comunitário deverão gozar de ilibada conduta ética e moral.

CAPÍTULO V Seção I Dos Recursos Financeiros

Art. 39 - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por:



Daniela de Abreu Chaves
Escritor



"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911

e-mail: acacidefm@uol.com.br



"Nós amamos Ananás!"

Capítulo VI Dos Livros

Art. 42 - A Associação deverá ter:

- I. Livro de Matrícula de membros;
- II. De atas das Assembléias Gerais;
- III. De atas das Reuniões da Diretoria Executiva;
- IV. De Atas do Conselho Fiscal;
- V. De presença dos membros às Assembléias Gerais;
- VI. Outros, fiscais e contábeis obrigatórios;



Parágrafo único - É facultado a adoção de livros, folhas soltas ou fichas;

Art. 43 - No livro/ficha de matrícula os membros serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- I. Nome, RG, CPF, Nº do Registro Profissional quando houver, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e endereço residencial;
- II. A data de sua admissão e quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão.

Capítulo VII Da Dissolução

Art. 44 - A ACA será dissolvida por vontade manifesta em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observado o disposto neste Estatuto, ou por força judicial;

Art. 45 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os membros, sendo doada a instituição congênere, sediada neste município, legalmente constituída e, em atividade para ser aplicada nas mesmas finalidades entidade dissolvida.

CAPITULO VIII Das Disposições Gerais

Art. 46 - A Instituição não distribuirá entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos, bonificações, dividendos, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação de seu resultado, aplicando integralmente o "superávit" eventualmente verificado em

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de
Rosiane Alencar Santos

105 =



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



"Educar para libertar!"

RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3440-1013
e-mail: acacidadefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

Na continuidade dos trabalhos passou-se à pauta seguinte, quando procedeu-se à alteração do **CONSELHO COMUNITÁRIO**, que após ser submetido à aprovação da Assembleia Geral, foi homologado e ficou assim composto: **MEMBROS:** 01) ANTONIO MARINHO DE ABREU, brasileiro, casado, portador do RG 69361 SSP-TO, CPF 800.495.671-87, representante indicado pela **ASSOCIAÇÃO ARTE NO FRUTO - AAF**, registrada no CNPJ/MF sob o nº. 08.976.517/0001-22; 02) NAIRA MIRANDA DE ARAUJO SILVA, brasileira, casada, portadora do RG 064.652 SSP-TO, CPF. 845.146.981-72, representante indicada pela **ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA PAROQUIAL**, registrada no CNPJ/MF sob o nº. 01.911.081/0001-44; 03) SORAIA FRANCISCA DA SILVA, brasileira, casada, portadora do RG 720009 SSP-TO, CPF. 856.263.841-20, representante indicada pela **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 04 BOCAS**, registrada no CNPJ/MF sob o nº. 14.309.290/0001-64; 04) OLIVAN CASTRO ROCHA, brasileiro, casado, portadora do RG 226.788 SSP-TO, CPF. 347.920.151-20, representante indicado pelo **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ANANÁS**, registrado no CNPJ/MF sob o nº. 00.766.659/0001-53; e 05) JOSÉ RIBEIRO DE CRVALHO, brasileiro, solteiro, portador do RG 82577 SSP-TO, CPF 776.505.561-49, representante indicado pelo **INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA AÇÃO SOCIAL - INSTITUTO IDEIAS**. E, nada mais tendo a tratar, deu-se por encerrada a presente seção, cuja ata, após lida e aprovada via adiante por mim, João Bosco Campos dos Santos que a lavrei, juntamente com os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Comunitário e por todos aqueles que o desejaram.

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICA

Proi. 1486 Registrado sob nº 153
Lavr. A-02 Fls 87a105 do Livro A-02
PL. 1258 Ananás, 25 de Setembro de 2013.

João Bosco Campos dos Santos
Rosiane Alencar Santos
João Bosco Campos dos Santos
Rosiane Alencar Santos
Escritor - Sub-Oficial

- CERTIDÃO -

Certifico e dou fé, em virtude do pedido verbal da pessoa interessada, que o título a que se refere a presente via foi registrado neste Cartório sob N. 153, a Fls 87a105 do Livro n. A-02, em 25 de Setembro de 2013.

Rosiane Alencar Santos
Rosiane Alencar Santos
Escritor - Sub-Oficial

Diogo R. Amorim
OAB/TO nº 5027



Rosiane Alencar Santos
Escritor - Sub-Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANANÁS - TO
DISTRITO JUDICIÁRIO
ROSIANE ALENCAR SANTOS
OFICIAL SUBSTITUTA



COMARCA DE ANANÁS
ESTADO DO TOCANTINS
DANIELE DE ABREU CHAVES
ESCREVENTE



CARTÓRIO DO REG. DE PESSOAS JURID. TIT.DOC. PROT. E TABELIONATO 2.º DE NOTAS.

TABELIONATO VIEIRA LIRA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada pela faculdade que me é conferida por Lei, que revendo o arquivo deste Cartório a meu cargo principalmente o LIVRO DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS, encontra se devidamente registrado a Ata da Associação Comunitária de Ananás – ACA- CNPJ- n.º25.061.680/0001-84 - Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 05 de Agosto de 2011, em atendimento ao edital de convocação expedido em 10/07/2011 e afixado na sede da entidade localizada na Rua Antonio Moreira, nº 292, nesta Cidade de Ananás – TO, conforme determina o § 2º do artigo 16 do Estatuto Social Vigente, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede da ACA em segunda e última convocação, os membros da Associação Comunitária de Ananás, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia. 01) Assuntos gerais de interesse da entidade; 02) Prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do conselho fiscal; 03) Planos de trabalho e orçamento para o exercício seguinte; 04) Eleição dos membros da diretoria executiva, do conselho fiscal e do conselho comunitário, devidamente protocolada sob n.º 1255, livro n.º A-02, folhas n.º 08, e Registrada sob n.º 1440, folhas n.º 169 a 177, Livro n.º B-07, em data de 22 de Agosto de 2011.

O referido é verdade dou fé.

Ananás – TO., 10 de Outubro de 2014.

Em Testº _____ da verdade.



Rosiane Alencar Santos
Rosiane Alencar Santos
Oficial Substituta



Rosiane Alencar Santos
Rosiane Alencar Santos
Oficial Substituta

169 -



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989

"Educar para libertar!"

Cartório do T.º Ofício de Notas
10 OUT 2014
Certifico que esta fotocópia con-
fere com a original apresentada
Oficial
Daniele de Abreu Chaves
Escrevente

RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acacidafm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA REALIZADA NO DIA 05 AGOSTO DE 2011.

Às 20h00min do dia 05 de agosto de 2011, em atendimento ao edital de convocação expedido no dia 10 de julho de 2011 e afixado na sede da entidade, conforme determina o § 2º do Art. 16 do estatuto social vigente, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, na sede da ACA, em segunda e última convocação, os membros da Associação Comunitária de Ananás – ACA, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 01) Assuntos gerais de interesse da entidade; 02) Prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal; 03) Planos de trabalho e orçamento para o exercício seguinte; 04) Eleição dos Membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. Os trabalhos foram coordenados pelo presidente da instituição, senhor Valdecy Araujo Lima, que convidou a mim, João Bosco Campos, Consultor, para secretariar "Ad Hoc" a seção e lavrar a presente ata circunstanciada. Ao iniciar a seção, o senhor coordenador ordenou que se fizesse a conferência do quórum, como determina o estatuto social, o que foi feito através da contagem das assinaturas apostas na lista de presenças. Estando presentes o número de membros suficientes para tomada de decisões, declarou-se abertos os trabalhos. De início o senhor coordenador saudou e deu as boas vindas a todos, quando, atendendo ao primeiro ponto de pauta fez um amplo relato sobre a atual situação da entidade, bem como sobre os seus programas e projetos em andamento. Ato contínuo, passou-se ao segundo ponto de pauta, quando o senhor presidente apresentou à plenária, as contas relativas ao exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão e o balanço, com o parecer do Conselho Fiscal favorável à sua aprovação. Após as explicações necessárias e dirimidas as dúvidas surgidas, a Assembléia Geral referendou o parecer do conselho fiscal, dando por aprovadas as contas apresentadas. Continuando os trabalhos, o senhor coordenador apresentou, para o referendo da assembléia geral, o plano de trabalho, bem como o planejamento orçamentário da entidade para o exercício em curso, anteriormente elaborado pela Diretoria Executiva, que foi referendado pelos presentes. Na continuidade, passou-se ao ponto de pauta seguinte, ou seja, a eleição para a composição dos cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. O senhor



"Educar para libertar!"



170 -

Jucileide Alencar Sousa
Escrivente

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acacidefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

coordenador informou que não haviam chapas concorrentes, pois até aquele momento apenas uma chapa havia se apresentado para concorrer ao pleito. Assim sendo, a chapa única foi eleita por aclamação, ficando a **Diretoria Executiva** e os **Conselhos** assim compostos: **DIRETORIA EXECUTIVA** – **Presidente:** Rosilene da Silva Silveira, brasileira, solteira, portadora do RG 77708 SSP/TO, CPF 795.434.801-68, residente na Rua Sebastião Filomeno, 79 – Centro – Ananás - To; **Vice Presidente:** Elisabeth Gomes Ferreira, brasileira, casada, portadora do RG 35865190-6 SSP/SP, CPF 443.247.661-34, residente e domicíliada na Chácara Água Branca, Ananás – To; **Primeira Secretária:** Andréia P. dos Santos Romão, brasileira, solteira, portadora do RG 02731462004-0 SSP-MA, CPF 019.276.701-10, residente na Chácara Grota do Chico, Ananás-To; **Segunda Secretária:** Eliomar Santiago de Araujo, brasileira, casada, portadora do RG 317644 SSP TO, CPF 854.322.611-20, residente na Rua 9 de Julho s/n, centro, Ananás – To; **Primeiro Tesoureiro:** Rosalvo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, portador do RG. 863.490 SSPTO, CPF 549.587.411-00, residente na Rua JK, 367, centro – Ananás-To; **Segundo Tesoureiro:** Abelardo José de Freitas, brasileiro, casado, portador do RG 1845013 SSsp-GO, CPF 131.758.821-53, residente na Rua Santos Dumont, 127, centro, Ananás – To; **CONSELHO FISCAL – TITULARES:** Valdecy Araujo Lima, brasileiro, casado, portador do RG 88927 SSP-TO, CPF 189.357.451-20, residente na Rua Olavo Bilac, 138, centro, Ananás-To, Pedro Barbosa Araujo, brasileiro, solteiro, portado da RG 11.460 SSP-TO, CPF 198.763.021-49, residente na Rua 9 de Julho,sn – centro, José Hilton Gomes Martins, brasileiro, casado, portador do RG 279.885 SSP –TO,CPF 198.708.411-04, residente na Av. Duque de Caxias, sn, centro e para seus **SUPLENTEs:** Ananias Freitas de Oliveira, brasileiro, casado, portador do RG 11909193 SSSP – SP, CPF 039.948.958-47, residente na Chácara Água Branca, Ananás-To, João Alves Chaves, brasileiro, casado, portador do RG 565963 SSp-GO, CPF 018.563.591-15, residente na chácara São João, Ananás-To e Paulo Vieira Cruz, brasileiro, casado, portador do RG 557047 SSP-GO, CPF 198.727.801-10, residente na rua 9 de Julho, 235, centro, Ananás-To; Para o **CONSELHO COMUNITÁRIO** foram aclamados **TITULARES:** Jairo Miranda Araujo, brasileiro, casado, portador do RG 2294203 SSPGO, CPF 402213771-15, residente, na rua N.S. de Fátima, 325, Ananás-To, Gilbemi Rodrigues Costa, RG 50835 SSP-TO, CPF 002.795.901-56, residente no PA Nosso Sonho, Ananás-To e Neusa Vieira dias, brasileira, casada, portadora do RG 1210916 SSP-

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

Aos 08 dias do mês de setembro de 2014, às 14:30h, na cidade de Ananás - TO, reuniu-se o Conselho Comunitário da Associação Comunitária de Ananás, constituído da seguinte maneira: **ASSOCIAÇÃO ARTE NO FRUTO – AAF, ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA PAROQUIAL, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 04 BOCAS, SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS DE ANANÁS E INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA AÇÃO SOCIAL – INSTITUTO IDEAIS.** A reunião foi presidida pela Sra. SORAIA FRANCISCA DA SILVA, representante da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 04 BOCAS.**

O objetivo da reunião foi examinar e avaliar a grade de programação da emissora.

O Presidente fez a leitura da grade de programação e colocou a palavra à disposição dos presentes para avaliação e manifestações. Todos aprovaram a grade de programação na íntegra e se manifestaram dizendo que a mesma atende as necessidades e os interesses da comunidade.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15:30h.



SORAIA FRANCISCA DA SILVA

Presidente do Conselho Comunitário

Representante da Associação De Moradores 04 Bocas

CPF 856.263.841-20



Antônio Marinho De Abreu

Representante da

Associação Arte No Fruto – AAF

CPF: 800.495.671-87



Naira Miranda De Araújo Silva

Representante da

Associação De Apoio Da Escola Paroquial

CPF:845.146.981-72



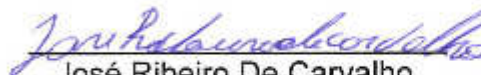
Olivan Castro Rocha

Representante Da

Sindicatos Dos Trabalhadores

Rurais De Ananás

CPF:347.920.151-20



José Ribeiro De Carvalho

Representante Do

Instituto Para O Desenvolvimento

Integrado Da Ação Social – Instituto Ideais

CPF:776.505.561-49

GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS		
ANANÁS - TO - Frequência 87,9MHz RÁDIO CIDADE FM		
DE SEGUNDA A SEXTA		
Hora	Programa	
04:00 as 7:00	Programa Manhã Sertaneja	tocando musicas raizes sertanejas e sertanejas atuais
07:00 as 08:00	Programa A Voz Da Profecia	Musicas gospels
8:00 as 11:00	Programa Estação Cidade	Programação jovem e eclética
11:00 as 12:00	Programa Ponto De Fé	Musicas gospels
12:00 as 12:30	Programa Falando Ao Coração	Musicas gospels
12:30 as 13:00	Programa Rádio Fatos	Notícias internacionais e nacionais
13:00 as 16:0	Programa A Tarde É Nossa	Programação jovem e eclética
16:00 as 18:00	Programa Sertão E Cia	Musicas sertanejas, forró e calypso
18:00 as 18:30	Programa Evangelizando Com Maria	Musicas gospels
18:30 as 19:00	Programa Informativo 87	Noticias do Tocantins
19:00 as 20:00	A Voz Do Brasil	NOTÍCIAS
20:00 as 22:00	Programa Toca Tudo	Programação tocando todos os ritmos musicais
22:00 as 24:00	Programa Love Night	Musica nacional e internacional românticas que fizeram sucesso no passado

GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS		
ANANÁS - TO - Frequência 87,9 MHz RÁDIO CIDADE FM		
SÁBADO		
Hora	Programa	
05:00 as 08:00	Programa Viola Caipira	Tocando músicas sertanejas raízes e atuais.
08:00 as 9:00	Programa A Voz Da Profecia	Músicas gospel
09:00 as 11:30	Programa Estação Cidade	Programação jovem e eclética
11:30 as 12:00	Programa Ponto De Fé	Músicas gospel
12:00 as 13:00	Programa Falando Ao Coração	Músicas gospel
13:00 as 16:00	Programa Amado Batista	Os maiores sucessos do cantor amado batista
16:00 as 20:00	Programa Forró Brasilis	O melhor do forró nacional
20:00 as 24:00	Programa Pelas Noites Da Cidade	Tocando todos os ritmos

GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS		
ANANÁS - TO-Frequência 87,9 MHz – RÁDIO CIDADE FM		
DOMINGO		
Hora	Programa	
05:00 as 07:30	Programa Mundo Sertanejo	Musicas sertanejas raizes
07:30 as 08:00	Ponto De Fé	Músicas gospels
08:00 as 10:00	Programa Top Sucessos	Programa que relembra grandes sucessos tanto nacionais quanto internacionais
10:00 as 13:00	Programa Emoções	Tocando os maiores sucessos do cantor Roberto Carlos
13:00 as 14:00	Programa Jesus Em Cada Lar	Musicas gospels
14:00 as 20:00	Programa Balada Sertaneja	Musicas sertanejas universitárias
20:00 as 24:00	Programada Remember	Não tem locutor

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011.

Ananás, TO, 10 de outubro de 2014.


Associação Comunitária de Ananás
Rosilene da Silva Silveira
Presidente

DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, ROSILENE DA SILVA SILVEIRA, na qualidade de representante legal da **ASSOCIACAO COMUNITÁRIA DE ANANÁS**, com sede na Rua Antônio Moreira nº 292, na cidade de ANANÁS, Estado do Tocantins, CEP 77.890-000, declaro que a emissora de radiodifusão comunitária encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Ananás, TO, 10 de outubro de 2014.


Associação Comunitária de Ananás
Rosilene da Silva Silveira
Presidente



BOM DIA
GILBERTO ZECHLINSKI JÚNIOR
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO »» Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
CNPJ: 25.061.680/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:22:41 do dia 20/10/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/11/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

ANEXO 17


SOLICITAÇÃO DE VISTA DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Assunto: Solicitação para vista dos autos do processo nº **53900.24991/2014-42**

Considerando o interesse e a necessidade de acesso a informações referentes ao processo supracitado, feito em nome da **ASSOCIAÇÃO DOULOS**, no município de **Colinas**, Estado do **TOCANTINS**, na qualidade de interessada, solicito a concessão de vista do seus autos.

Palmas , **20** de DEZEMBRO de 2015.


Assinatura do interessada

Qualificação como interessada: **ADVOGADA;**
Nome do interessado: **CÉLIA REGINA TURRI DE OLIVEIRA;**
CPF: **662.548.256-00**

Endereço para correspondência : **CAIXA POSTAL 167,**
na cidade de **PALMAS**, Estado do **TOCANTINS**, CEP **77.001-970.**

Telefone para contato: **063 - 8453-6396;**
Correio eletrônico (e-mail): **celiaturri2002@hotmail.com.**

A Senhora
Eliane Almeida da Silva
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária
Brasília – DF

DENÚNCIA REFERENTE AO PROCESSO nº 53900.024991/2014-42

Senhora Coordenadora,

A Associação Comunitária de Ananás, em 23/10/2014, solicitou a este ministério a renovação da Outorga para execução do Serviço de radiodifusão Comunitária, na cidade de Ananás/TO, em atendimento ao que determina a Legislação.

A documentação apresentada, conforme Protocolo: nº 53900.024991/2014-42, consta que a Ata de eleição e posse venceu em 08 de agosto de 2015, assim ultrapassado o prazo de trinta dias a contar da realização do ato, para informar ao Ministério das Comunicações o novo quadro diretivo da entidade, conforme prevê o Inciso III, Art. 124, Seção II, da Norma nº 4334/2015.

Razão pela qual solicitarmos a Certidão Cartorária daquela serventia, em anexo, no qual constatamos que a nova diretoria tomou posse, em 08 de agosto de 2015, tendo como presidente o Sr. Wilson Saraiva de Carvalho, para um mandato que vencerá em 08 de agosto de 2019.

Ao solicitarmos a Certidão do TSE, em anexo, deparamos com o fato de que o Sr. Wilson Saraiva de Carvalho é presidente do PPS – Partido Popular Socialista, desde 31/08/2015, com vigência até 19/09/2016.

Observemos o que diz o Inciso III, Art. 132 da Portaria nº 4334/2015, que trata do processo de renovação da Outorga:

“Art. 132 - A renovação será indeferida nos casos em que:

...

III – Constatada a existência de vínculo;

Parágrafo único. A existência de vínculo, verificada no curso do processo, é vício de caráter insanável.”

O diretor presidente da entidade Sr. Wilson Saraiva de Carvalho assumiu, concomitantemente ao exercício de suas funções junto à associação, sendo membro de órgão de direção de partido político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos fatos acima narrados e segundo a Consultoria Jurídica, órgão da Advocacia-Geral da União deste Ministério, a verificação de vínculos, seja de que espécie for, no curso do processo administrativo leva ao indeferimento, sem que se possa sanar a mácula (Parecer nº. 80/2014/SEI-MC).

É que a vinculação atinge a própria legitimidade da entidade interessada na renovação do pedido de outorga.

Desta forma, requeremos o indeferimento do processo de nº 53900.024991/2014-42, face à existência de vínculo partidário político, o que a farta legislação visa combater.

Atenciosamente,

CELIA REGINA TURRI
OAB nº 2147-TO



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros:

Partido Político:	23 - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA		
Órgão Partidário:	Comissão Provisória		
Abrangência:	MUNICIPAL - ANANÁS/TO		
Vigência:	Início: 31/08/2015 Final: 19/09/2016		
Protocolo:	138822015		
Endereço:	AV. BRASIL, N.º 106 - CENTRO	Bairro:	CENTRO
Município:	ANANÁS / TO	CEP:	77.890-000
Complemento:		CNPJ:	15.515.093/0001-64
Telefone:	(63)9998-8551	Fax:	
Celular:			
E-mail:	wilsonsaraivaananas@hotmail.com		

Cargo	Membro	Exercício - Situação
VICE-PRESIDENTE	CICERO PEREIRA DA SILVA	21/03/2016 a 19/09/2016 - ATIVO
SECRETÁRIO	ELDA AMADOR ALVES	21/03/2016 a 19/09/2016 - ATIVO
TESOUREIRO	JANUARIO SOARES DE ARAUJO	21/03/2016 a 19/09/2016 - ATIVO
MEMBRO VOGAL	VERUSKA BALBINO CALÇADOS	21/03/2016 a 19/09/2016 - ATIVO
PRESIDENTE	WILSON SARAIVA DE CARVALHO	21/03/2016 a 19/09/2016 - ATIVO

Código de Validação: **QWIK.CBME.D\$HV.BEB\$.**

Certidão emitida em: **26/03/2016 19:20:35**

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANANÁS - TO
DISTRITO JUDICIÁRIO



COMARCA DE ANANÁS
ESTADO DO TOCANTINS



ANÁLIA BORGES LIRA
OFICIAL

CARTÓRIO DO REG. DE PESSOAS JURID. TIT. DOC. PROT. E TABELIONATO 2.º DE NOTAS.
TABELIONATO VIEIRA LIRA

CERTIDÃO

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada pela faculdade que me é conferida por Lei, que revendo o arquivo deste Cartório a meu cargo principalmente o LIVRO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, encontra se devidamente registrado a **ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 08 DE AGOSTO DE 2015**, devidamente protocolada sob n.º 1600, livro n.º A-02, folhas n.º 23, e Registrada sob n.º 1761, folhas n.º 288 a 291 e V.º do Livro n.º B-10, em data de 19 de Agosto de 2015, com o teor seguinte: **ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 08 DE AGOSTO DE 2015**. Às 20h00min do dia 08 de agosto de 2015, em atendimento ao edital de convocação Nº 001/2015 expedido no dia 28 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.426 pag. 41 e afixado na sede da entidade, conforme determina o § 2º do art. 16 do estatuto social vigente, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede da ACA, em primeira convocação, os membros da Associação Comunitária De Ananás – ACA, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 01) Assuntos gerais de interesse da entidade; 02) Prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório da gestão, o parecer do Conselho fiscal; 03) Planos de trabalho e orçamento para o exercício seguinte; 04) Eleição Dos Membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. Os trabalhos foram coordenados pela presidente da instituição, senhora Rosilene da Silva Silveira, que convidou a mim Silzo Rodrigues, Sócio desta entidade, para secretariar “Ad Hoc” a reunião e lavrar a presente ata circunstanciada. Ao iniciar a reunião, a senhora coordenadora ordenou que se fizesse a conferência do quórum, como determina o estatuto social, o que foi feito através da contagem das assinaturas apostas na lista de presenças. Estando presentes o número de membros suficientes para tomada de decisões, declarou-se abertos os trabalhos. De início a senhora coordenadora saudou e deu as boas vindas a todos, quando, atendendo ao primeiro ponto da pauta fez um amplo relato sobre a atual situação da entidade, bem como seus programas e projetos em andamento. Ato contínuo passou-se o segundo ponto da pauta, quando a



senhora presidente apresentou a plenária, as contas relativas ao exercício findo, compreendendo o relatório da gestão e o balanço, com o parecer do Conselho fiscal favorável à sua aprovação. Após as explicações necessárias e dirimidas as dúvidas surgidas, a Assembleia Geral referendou o parecer do conselho fiscal, dando por aprovadas as contas apresentadas. Continuando os trabalhos, a senhora coordenadora apresentou, para o referendo da assembleia geral, o plano de trabalho, bem como o planejamento orçamentário da entidade para o exercício em curso, anteriormente elaborado pela Diretoria Executiva, que foi referendado pelos presentes. Na continuidade, passou-se ao ponto de pauta seguinte, ou seja, a eleição para a composição dos cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. A senhora coordenadora informou que não havia chapas concorrentes, pois até aquele momento apenas uma chapa havia se apresentado para concorrer ao pleito. Assim sendo, a chapa única foi eleita por aclamação, ficando a **Diretoria Executiva** e os **Conselhos** assim compostos:

DIRETORIA EXECUTIVA – Presidente: Wilson Saraiva de Carvalho, brasileiro, casado, portadora do RG 011.444 2ª via SSP/TO, CPF 297.818.761-15, residente na Avenida Brasil, 106 – Centro – Ananás – To; **Vice Presidente:** Idemar Leandro Furmiga, brasileiro, casado, portador do RG 1248956 SSP-MA, CPF 299.559.123-91, residente e domiciliada na Rua João Batista, Nº 620, centro, Ananás – To; **Primeira Secretaria:** Raimunda Rosa de Sousa Carvalho, brasileira, casada, portadora do RG 011.441 2ª via SSP-TO, CPF 198.953.991-20, residente na Av. Brasil, centro, Ananás – To; **Segunda Secretaria:** Revande Rodrigues Castro, brasileiro, casado, portadora do RG 011.512 SSP-TO, CPF 796.427.481-34, residente na Rua João Batista, centro, Ananás – To; **Primeiro Tesoureiro:** José Lindomar Dias, brasileiro, solteiro, portador do RG 1.341.731 SSP-TO, CPF 275.978.651-04, residente na Rua Antonio Marinho, Nº 92, Centro – Ananás – To; **Segundo Tesoureiro:** Isabel Neta Borges, brasileira, casada, portadora do RG 227.768 SSP-TO, CPF 328.419.221-20, residente na Rua 15 de novembro, 05, Centro – Ananás – To; **CONSELHO FISCAL – TITULARES:** 01) Wanderson Alves de Paiva, brasileiro, casado, portador do RG 842.340 SSP-TO, CPF 012.774.221-25, residente na Rua João Batista, S/Nº Centro – Ananás – To; 02) Rosalvo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, portadora do RG 863.490 2ª via, SSP-TO, CPF 549.587.411-00, residente na Rua JK, nº 367, Centro – Ananás – To; 03) Elisabete Gomes Ferreira, brasileira, viúva, portadora do RG 35.865.190-6 – SSP-SP, CPF 443.247.661-34, residente na chácara Água Branca, Ananás – To; e para seus **SUPLENTEs:** 01) Francisca das Chagas Cardoso Oliveira, brasileira, casada, portador do RG 336.544 -SSP-TO, CPF 789.250.701-97, residente na Rua João Batista, nº 620, Centro – Ananás To; 02) José Dias de Sousa, brasileiro, casado, portador do RG



595.947 SSP-GO, CPF 198.703.611-53, residente na Rua 9 de Julho, 150, Centro – Ananás – To; **03)** Luiz Gonzaga Filho, brasileiro, casado, portador do RG 5051357 SSP-GO, CPF 010.247.061-84, residente na Rua 21 de Abril, Nº 74, Centro – Ananás – To; Para o **CONSELHO COMUNITÁRIO - TITULARES: 01)** Antônio Marinho de Abreu, brasileiro, casado, portador do RG 69361 SSP/TO. CPF 800.495.671-87, representante indicado pela ASSOCIAÇÃO ARTE NO FRUTO – AAF, registrada no CNPJ/MF sob o nº 08.976.517/0001-22; **02)** Gilbemi Rodrigues Costa, brasileiro, casado, portadora do RG 50835 SSP-TO, CPF 002.795.901-56, representante indicado pela ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS TERRA NOSSO SONHO, registrada no CNPJ/MF sob o nº 07.225.181/0001-01; **03)** Bernadete Miranda Sousa, brasileira, casado, portador do RG 424.559 SSP/TO. CPF 575.957.981-91, representante indicada pela ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA PAROQUIAL SÃO PEDRO, registrada no CNPJ/MF sob o nº 01.911081/0001-44; **04)** Soraia Francisca da Silva, brasileira, casada, portador do RG 720009 SSP/TO. CPF 856.263.841-20, representante indicada pela ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 04 BOCAS, registrada no CNPJ/MF sob o nº 14.309.290/0001-64; **05)** Agnaldo Feitosa de Sousa, brasileiro, casado, portador do RG 265.268 SSP/TO. CPF 885.943.941-87, representante indicado pelo INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA AÇÃO SOCIAL – INSTITUTO IDEIAS, registrada no CNPJ/MF sob o nº 17.160.234/0001-07; Isto feito, o Presidente eleito, fez uso da palavra, quando agradeceu a todos a confiança em seu nome depositada, ao tempo que convocou todos os empossados e os demais associados a se unirem e empenharem na busca da realização dos objetivos da entidade, que é a promoção da melhoria da qualidade de vida dos Tocantinenses é principalmente dos ananaenses, município sede da nossa entidade. E, nada mais tendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião, cuja ata, após lida e achada conforme, vai adiante assinada por mim, Silzo Rodrigues, que lavrei a presente ata, pelos eleitos e empossados e por todos os sócios que desejarem. Assinatura dos sócios: (ASS) 01- Wilson Saraiva de Carvalho, 02- Maria das Graças B. Calçados, 03- Edward dos Reis Calçados, , 04- Josiel Moura Leite, 05- Cicero R. Pereira, 06- Neuma Alves Cavalcante, 07- Sueli Moura de Arruda Moraes, 08- José Lindomar Dias, 09- Francisca da Silva, 10- Janio Miranda Dias, 11- Revande Rodrigues Castro, 12- José Dias de Souza, 13- Ananias Freitas de Oliveira, 14- Silzo Rodrigues, 15- Elisabete Gomes Ferreira, 16- Fabrícia Alves da Silva, 17- Wanderson Alves de Paiva, 18- Rerionaldo Rodrigues Tavares, 19- Hilaria Barbosa, 20- Isabel Neta Borges Sousa, 21- Francisca da Chagas Cardoso Oliveira, 22- Sebastião Silveira da Silva, 23- José Alves dos Santos, 24- Rosilene da Silva Silveira, 25- Maria Geny de Oliveira, 26- Idemar Leandro Furmiga, 27- Francisca Edna P. da Silva,

28- Agnaldo Feitosa de Sousa, 29 -Assinatura Rubrica, 30- Rosalvo Alves de Oliveira, 31- Samira Ribeiro dos Santos, 32- Maria Eunice Fernandes Lima Gonzaga, 33- Luis Gonzaga Lima, 34- Maria Cleidivan Gonzaga Lima, 35- Antonio Ribeiro Júnior, 36- Soraia Francisca da Silva, 37- Moisés Alves da Silva, 38- Rafael Garcia Silva, 39- Raimundo Luis Silveira da Silva, 40- Rosimeire F. dos Santos.

NADA MAIS TRASLADADO NA DATA ABAIXO DOU FÉ.

Era o que continha no referido documento

O referido é verdade dou fé.

Ananás - TO, 23 de Março de 2016.



Em Test^o Anália Berges Lima da verdade.



Anália Berges Lima
Anália Berges Lima
ABRIL - CPF 207.376.523 - 09



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.024991/2014-42**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 26 de novembro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 26/11/2014, às 14:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0257847** e o código CRC **2CA00775**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 00963/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.024991/2014-42

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

ASSUNTO: NÃO RENOVAÇÃO DE OUTORGA

- I – Renovação de autorização para explorar Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ananás, Estado do Tocantins.
- II – Intempestividade do pedido de renovação apresentado pela entidade.
- III – Pela extinção da outorga, haja vista o não cumprimento dos preceitos normativos pela interessada.
- IV – Encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Senhor Consultor Jurídico Substituto,

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da Nota Técnica nº 21418/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311382), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de renovação da outorga para a Associação Comunitária de Ananás, para prestação de serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ananás, Estado do Tocantins.

I – DO RELATÓRIO

2. A entidade acima qualificada recebeu a outorga do serviço de radiodifusão comunitária - RadCom por meio da Portaria nº 1184, publicada no Diário Oficial da União de 11.07.2002, tendo sido o referido ato aprovado pelo Decreto Legislativo nº 877, publicado no Diário Oficial da União de 10.11.2004, segundo a Nota Técnica nº 21418/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311382).

3. A entidade apresentou seu requerimento em 23.10.2014 (doc. nº 0207451), colacionando, na oportunidade, a documentação julgada necessária para que se procedesse à análise de seu pleito.

4. Após a análise dos autos e de sua instrução, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica elaborou a referida Nota Técnica nº 21418/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311382) sugerindo a extinção da outorga diante da intempestividade do requerimento apresentado pela entidade, submetendo os autos para decisão do Exmo. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva desta Consultoria Jurídica.

5. É o sucinto relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

6. Segundo a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, em seu art. 6º, parágrafo único, a outorga do serviço *in casu* tem validade por dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências; veja-se:

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

7. Também no âmbito infralegal, o Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, estipula o seguinte:

Art. 36 A autorização para execução do RadCom poderá ser renovada por um outro período de três anos[1], desde que a autorizada apresente solicitação neste sentido com antecedência de três a um mês do seu termo final e que cumpra as exigências estabelecidas para tanto pelo Ministério das Comunicações[2]. (grifo nosso)

8. A outorga concedida à entidade foi deferida pelo ato do Ministério consubstanciado na Portaria nº 1184 e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 877, publicado no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2004, nos termos do art. 223, §3º, da Constituição Federal[3]. Logo, o prazo de validade de 10 (dez) anos concedido à entidade para executar o serviço de RadCom expirou em 10 de novembro de 2014.

9. Com efeito, verifica-se que a entidade deveria ter apresentado o pedido de renovação até 10 de outubro de 2014. Porém, conforme relatado na primeira parte desta peça, constatou-se a inércia da entidade, que deixou transcorrer o prazo necessário para pleitear a renovação, tendo encaminhado o requerimento apenas em 23 de outubro de 2014, após o término da validade da outorga, caracterizando sua flagrante intempestividade. Assim, em que pese a entidade ter apresentado o pedido devidamente instruído, o requerimento não merece ser apreciado.

10. Dessa forma, tendo em vista a intempestividade do pedido apresentado pela entidade, pode-se concluir pela extinção da outorga, visto que restaram cumpridos seus efeitos.

11. Por derradeiro, cumpre salientar que, caso a entidade não tenha interrompido o serviço, há que se concluir que a execução após o dia 10.11.2014 deverá ser considerada ilegal, nos termos do art. 21, IV, da Lei nº 9.612, de 1998[4], e do art. 40, XXI, do Decreto nº 2.615, de 1998[5], estando sujeita às penalidades da lei.

12. Nesse sentido, recomenda-se seja promovida fiscalização no local a fim de se apurar a possível ocorrência de execução clandestina do serviço.

13. Impende consignar a regularidade da minuta de portaria anexada à Nota Técnica nº 21418/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311382), sendo necessário apenas incluir a data a partir da qual deverá ser declarada extinta a outorga, alterando-se a redação para constar da seguinte forma: “(...) Art. 1º Declarar que encontra-se extinta desde o dia 11.11.2014 a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS, por meio da Portaria nº (...)”.

III – CONCLUSÃO

14. Em face do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, considerando a intempestividade do requerimento de renovação da outorga apresentado pela Associação Comunitária de Ananás, outorgada para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ananás, Estado do Tocantins, em consonância com a sugestão da Secretaria, opina que seja declarada a extinção da outorga, com a consequente publicação de portaria, em virtude do cumprimento dos seus efeitos.

À consideração superior.

Brasília, 06 de outubro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

[1] O prazo de renovação é também de dez anos, em conformidade com a alteração do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, acima colacionado.

[2] Atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

[3] Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(...)

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

[4] Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

(...)

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

[5] Art. 40. São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom:

(...)

XXI - não obediência ao tempo de funcionamento da estação comunicado ao Ministério das Comunicações;

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900024991201442 e da chave de acesso 3b1e1dcc

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 11865792 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 06-10-2016 11:11. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

DESPACHO n. 02309/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.024991/2014-42

INTERESSADOS: Associação Comunitária de Ananás

ASSUNTO: Não renovação de outorga

1. Aprovo o **Parecer nº 00963/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra do Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária, Julio Cesar Ferreira Pereira.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

VICTOR XIMENES NOGUEIRA

Advogado da União

Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900024991201442 e da chave de acesso 3b1e1dcc

Documento assinado eletronicamente por VICTOR XIMENES NOGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 12082735 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VICTOR XIMENES NOGUEIRA. Data e Hora: 06-10-2016 11:51. Número de Série: 8989594703127723889. Emissor: AC CAIXA PF v2.

ANEXO 5
REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

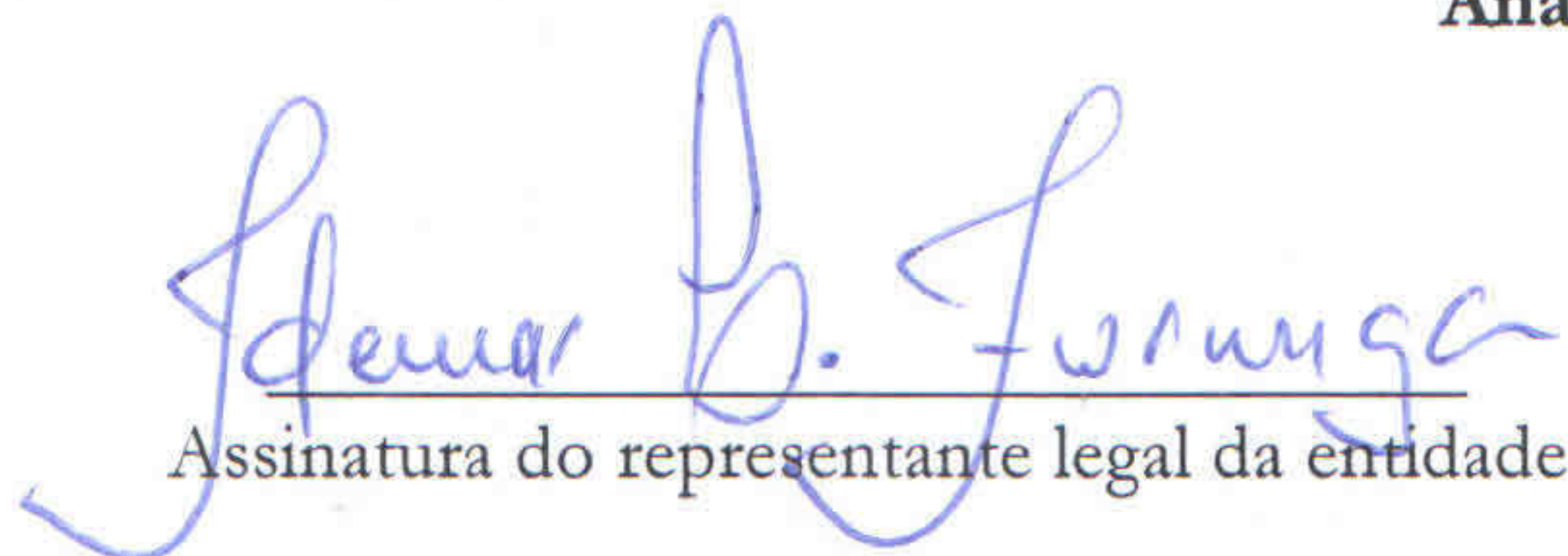
Qualificação da entidade	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS	
Nome Fantasia: RÁDIO CIDADE FM	
CNPJ: 25.061.680/0001-84	
Endereço de Sede: Rua Antônio Moreira	Nº: 292
Bairro: Centro	CEP: 77.890-000
Cidade: Ananás	UF: Tocantins
Nome do representante legal: Idemar Leandro Fumiga	
Endereço eletrônico (e-mail): acacidefm@gmail.com	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Ananás - TO , 26 de maio de 2017


Assinatura do representante legal da entidade

Endereço de correspondência: Rua Antônio Moreira, Nº 292	
Bairro: Centro	CEP: 77.890-000
Cidade: Ananás	UF: TO

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

1 – Estatuto social atualizado.
2 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
3 – Prova de maioridade e nacionalidade de todos os dirigentes.
4 – Último relatório do Conselho Comunitário.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 03 de Novembro de 2016

No dia 03 de Novembro de 2016 às 20:00, em sua sede social, localizada na rua Antônio Moreira nº 292 no Centro de Ananás, reuniram-se em assembleia geral extraordinária os membros da Associação Comunitária de Ananás – ACA para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Deliberarem sobre o afastamento voluntário de membros da Diretoria Executiva.
- b) Eleição dos cargos colocados em vacância na Diretoria Executiva.

Na abertura dos trabalhos o Senhor Presidente Wilson Saraiva de Carvalho me convocou Yasmin Bruna Lopes Dias para coordenar os trabalhos redigindo a presente Ata. Em seguida ordenou-me que fizesse a leitura do Edital de Convocação pedindo-me que verificasse pela lista de presença o quorum legal para a abertura da Assembleia Geral Extraordinária, o que não foi possível em primeira convocação. Após trinta minutos decorridos da primeira convocação conforme prevê o Estatuto Social o senhor Presidente deu como aberto os trabalhos, repetindo aos presentes a leitura do Edital nº 003/2016, agradecendo a presença de todos, falou da importância daquela reunião ante a sua história para com a entidade desde a sua fundação em 1989 juntamente com mais outros vários amigos que compartilharam dos mesmos ideais de bem servir ao povo ananaense. Wilson Saraiva falou dos avanços institucionais que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos, sendo muito benéfico todas essas mudanças. Dentre essas mudanças Wilson Saraiva falou da redação da Portaria Interministerial nº 507/2011, capítulo terceiro, onde literalmente proíbe parente até segundo grau de fazer parte da Diretoria Executiva de Entidade sem fins lucrativos que tenham parente dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, neste caso específico o Senhor Wilson Saraiva, estava naquele



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



exato momento renunciando voluntariamente o cargo de presidente da ACA- Associação Comunitária de Ananás, tudo para respeitar a Portaria Interministerial /GGU/MF/MP/507/2011, haja visto que seu irmão Valber Saraiva de Carvalho, se elegeu prefeito do Município de Ananás-TO nas eleições de 02 de outubro de 2016, agradecendo a colaboração de todos os membros associados e diretores da ACA, que o apoiaram com a confiança depositada até esta data. Confirmada a vacância do cargo o agora sócio da ACA, senhor Wilson Saraiva, disse aos presentes da necessidade de escolherem um novo presidente para dirigir a entidade até 08 de agosto de 2019, ato contínuo por aclamação os sócios elegeram para presidir a entidade o senhor Idemar Leandro Furmiga, brasileiro, casado, portador do RG: 1248956-MA, CPF: 299.559.123-91, residente e domiciliado na Rua João Batista nº 620 – centro da cidade e como vice-presidente foi aclamada eleita a senhora Andréia Pereira dos Santos Romão, RG: 0273714620040 SSP/MA, CPF: 019.276.701-10, solteira, residente e domiciliada na TO-010, km 01 – chácara Grotta do Chico, os eleitos foram imediatamente empossados nos devidos cargos. Assim sendo a Diretoria Executiva da ACA, ficou assim constituída: **PRESIDENTE: IDEMAR LEANDRO FURMIGA**, brasileiro, casado, portador do RG: 1248956-MA, CPF: 299.559.123-91, residente e domiciliado na Rua João Batista nº 620 – centro da cidade, **VICE-PRESIDENTE: ANDREIA PEREIRA DOS SANTOS ROMÃO**, RG: 0273714620040 SSP/MA, CPF: 019.276.701-10, solteira, residente e domiciliada na TO-010, km 01 – chácara Grotta do Chico, **PRIMEIRO SECRETÁRIO: YASMYN BRUNA LOPES DIAS**, brasileira solteira, residente e domiciliada na rua JK, nº 83, centro, RG: 863-916 SSP/TO, CPF: 049.801.711-76, **SEGUNDO SECRETÁRIO: ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua JK, nº 83, centro, RG: 863-490 SSP/TO, CPF: 549.587.411-00, **PRIMEIRO TESOUREIRO: JOSÉ ALVES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José de Alencar nº 367, centro, RG: 226-696 SSP/TO, CPF: 849.118.671-91, **SEGUNDO TESOUREIRO, ISABEL NETA BORGES**, brasileira, viúva, residente e domiciliada, na rua Antônio Moreira, s/nº, centro, RG: 227-768 SSP/TO, CPF: 328.419.221-20, não havendo mais nada a tratar eu Yasmin Bruna Lopes lavrei a presente ata que após lida e achada conforme vai por mim assinada.

Yasmyn Bruna Lopes Dias



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

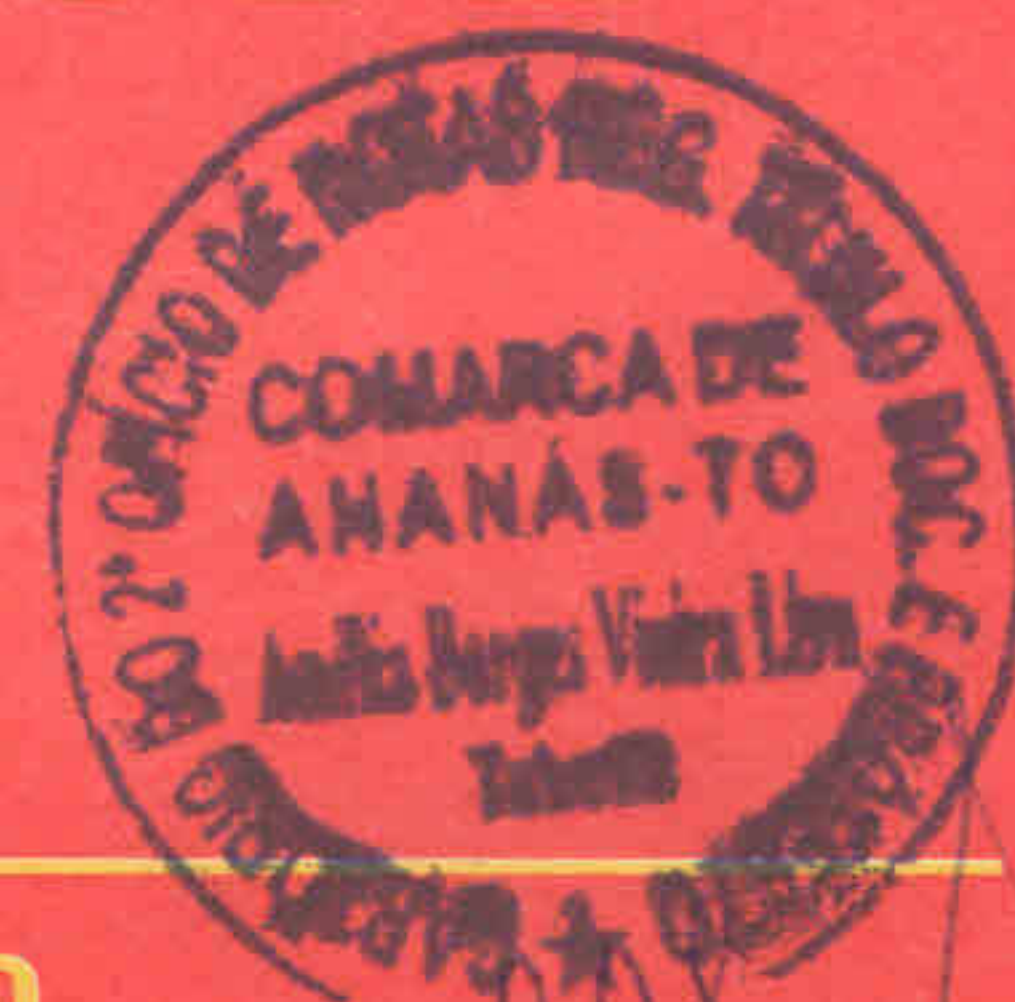
Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



Relação de presença dos Sócios da ACA- Associação Comunitária de Ananás da reunião da Assembleia Geral Extraordinária conforme convocação do Edital nº 003/2016.

1. Wilson Soraiva de Carvalho
2. Luis Gonzaga Filho
3. Samira Ribeiro dos Santos
4. Andreia Pereira dos Santos Romão
5. Paulo Leonardo Fumiga
6. José Alves dos Santos
7. Yasmyn Bruna Lopes Dias
8. VALDEMY GOMES DA SILVA
9. Maria Geny da Silveira
10. Helder Alves da Silva
11. Maria Cleidivan Gonzaga Lima
12. Maria Genécio Ferrando Lima Gonzaga
13. Elisabete Gomes Ferreira
14. Agnias Freitas de Oliveira
15. Renando Rodrigues Costa
16. Hilaria Costa Barbosa
17. Fabrícia Alves da Silva



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

18. Francisco da Rocha da Silva
19. Rosário Alves de Oliveira
20. Frederico de Souza
21. Sueli Moura de Arruda Moura
22. EDSON ALVES DA SILVA
23. Neuma Alves Cavalcante
24. Giáo B Pereira
25. PERONATO RODRIGUES TAVARES
26. JOSEF MOURA L. S.



ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994

0001*G5704VIJ-274353-71* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 -

15:36:11h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006117-XGL

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

As-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

mos Ananás

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Duração.

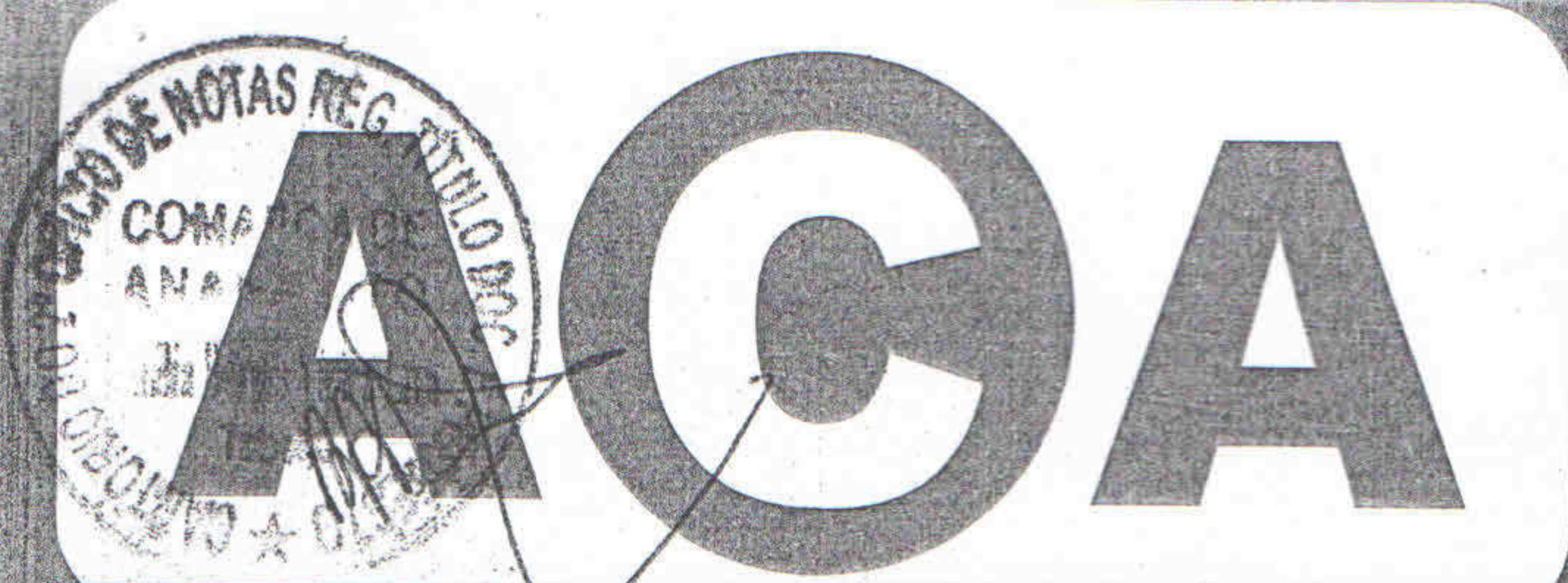
Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-ACA registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas, em Ananás - To, sob nº 107 Livro B-1, fls. 83 e 84, declarada de utilidade pública municipal conforme Lei nº. 258/97 e de utilidade pública estadual, conforme Lei nº. 273/91, e com registro no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº. 28010.003528/92-87, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e sem finalidade econômica, nos termos e conformidades da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Tem duração por tempo indeterminado, sede e foro na cidade de Ananás-To, à rua Antonio Moreira, 292 - Centro, sendo o exercício social coincidente com o exercício civil, e é regida pelo presente Estatuto e demais disposições legais pertinentes e sua área de atuação compreende todo o território do estado do Tocantins.

§ 1º: Para a realização dos seus objetivos sociais, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá criar escritórios de representação regional ou local, em todo o Território Nacional ou ainda nos países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas observadas a legislação pertinente.

§ 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANANÁS - ACA será representada ativa, passiva e extrajudicialmente por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral.

CAPÍTULO II Dos Objetivos e Finalidades

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, tem por objetivos, sem fins lucrativos, apoiar a implementação de ações sociais, de habitação de interesse social, de natureza técnica, científica e educativa, voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento institucional, a defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos, principalmente dos pertencentes às bacias hidrográficas do



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*1001*G5702IWE-274353-74* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 -
15:36:11h

Edina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006116-UCL

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

defm@bol.com.br

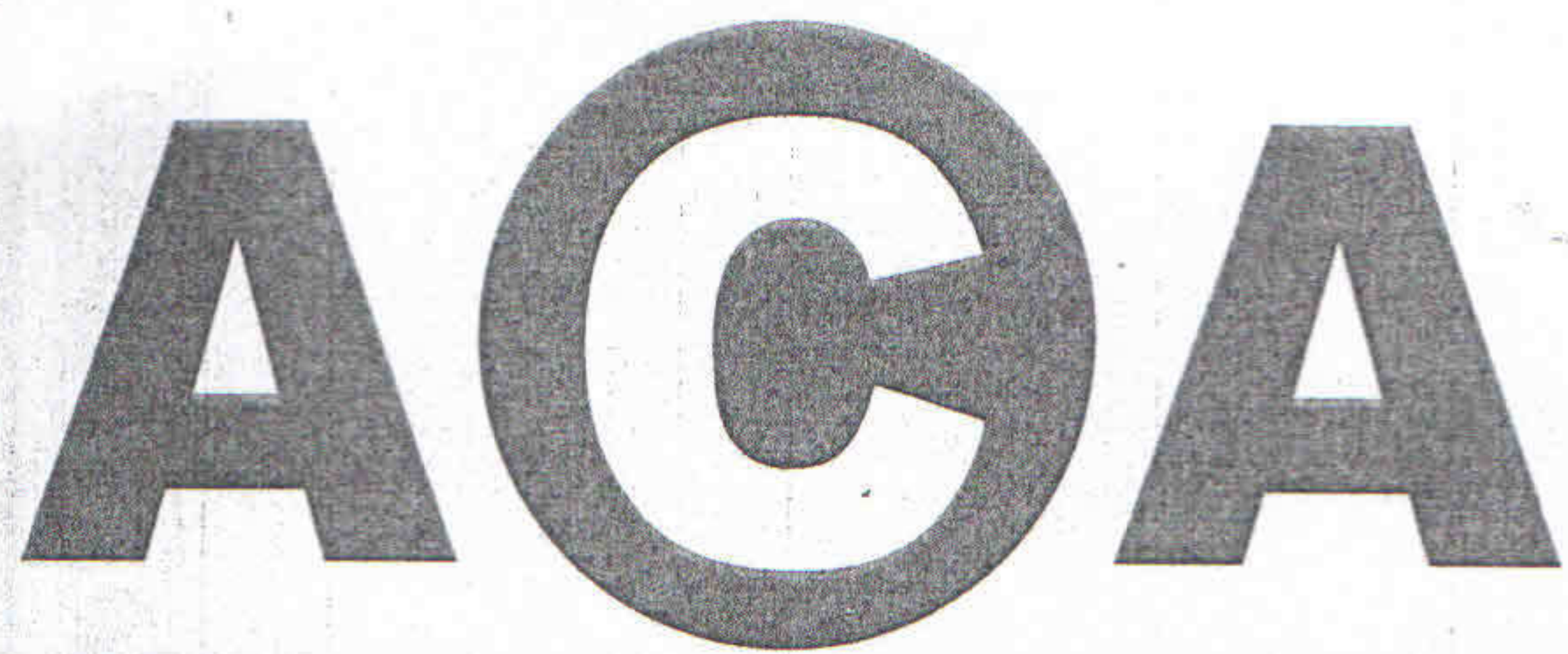
Amamos Ananás

Araguaia/Tocantins e da defesa do bioma do cerrado, estimulando o planejamento, a gestão, o uso de técnicas de mínimo impacto, o monitoramento e a educação ambiental, prestando auxílio e proteção aos interesses da comunidade.

§ 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**, poderá celebrar convênios, termos de cooperação técnica, termos de parceria, contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos de forma coletiva ou individual, com Organizações Governamentais ou Não-Governamentais, nacionais ou estrangeiras.

§ 2º - Para a consecução dos seus objetivos, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA** poderá elaborar projetos e executar ações que visem:

- I. Promoção do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social da segurança alimentar e nutricional, do combate à fome, à pobreza e à miséria;
- II. Promoção da assistência social;
- III. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- IV. Promoção dos direitos estabelecidos e a criação de novos direitos de interesse suplementar;
- V. Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- VI. Defesa do direito à moradia, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal e da lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade e da Nova Ordem Urbanística brasileira;
- VII. Desenvolver, apoiar e executar, em parceria com organismos governamentais (Federais, Estaduais e Municipais) ou não governamentais no âmbito do "Programa Habitação de Interesse Social", e/ou outros Programas, projetos e ações com vistas a viabilizar o acesso à moradia adequada, às famílias de baixa renda, tanto em localidades urbanas quanto rurais, incluindo as populações indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, dentre outros;
- VIII. Realizar estudos e pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias alternativas, como forma de possibilitar a locação de recursos para projetos



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*0001*G392YQD4-27434E-93* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15:36:10h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006115-WUN

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

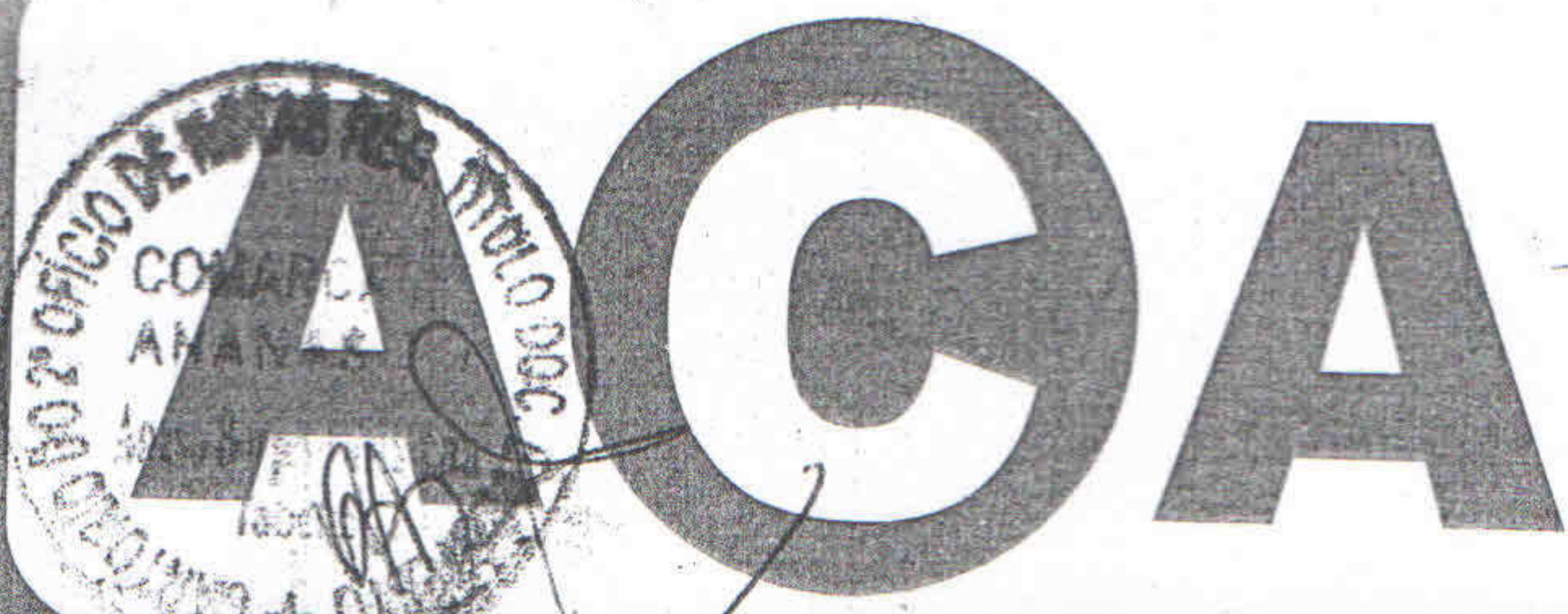
ANANÁS-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1259

fm@bol.com.br

mos Ananás

que visem equacionar os graves problemas sociais e a desestabilização dos ecossistemas;

- IX. Promover a cooperação e integração dos interessados na preservação das Bacias Hidrográficas Araguaia-Tocantins, e outras, com projetos de Gestão de Recursos Hídricos, Gestão de Solos e Agrotóxicos, Proteção e Gestão dos Ecossistemas (ictiofauna e da fauna), Saneamento Urbano e Rural (água, esgoto e resíduos sólidos), e apoio às atividades sustentáveis (pesca, ecoturismo e produtores em pequena escala);
- X. Manter intercâmbio nacional e internacional com organizações governamentais e não governamentais, multilaterais e organismos do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), com intuito de promover a melhoria da qualidade de vida das populações ribeirinhas ao longo das Bacias Araguaia-Tocantins e outras, além de divulgar e incentivar o aperfeiçoamento da legislação para uso e proteção das águas, apoiar pesquisas técnicas e científicas, visando a sua recuperação e preservação;
- XI. Apoiar ações que visam a recuperação da qualidade da água e do meio ambiente.
- XII. Contribuir para a boa gestão dos recursos hídricos, com o objetivo de minimizar ou evitar os conflitos decorrentes do mau uso dos corpos d'água.
- XIII. Fomentar e executar projetos que visem à preservação, manutenção e utilização racional dos recursos hídricos, de modo a garantir às gerações atuais e futuras o acesso ao uso da água em quantidade e qualidade compatíveis com os usos a ela destinados, enfatizando a água como bem de domínio público e um recurso natural finito.
- XIV. Fomentar, incentivar e promover estudos de cooperação com técnicos, especialistas, empresas, universidades estrangeiras, brasileiras e instituições que atuam em pesquisas científicas de tecnologia aplicáveis em ações de desenvolvimento social, que ofereçam novas opções para a melhoria da qualidade de vida;
- XV. Colaborar com o poder público na elaboração das políticas públicas e da legislação turístico-ambiental, auxiliando no seu aprimoramento;
- XVI. Promover a cultura defendendo a conservação do patrimônio histórico cultural e turístico regional e do Estado do Tocantins;



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994.
*001*G392YQA9-27434E-95* Ananás-TO 09 de setembro de 2016
5:36:10h

Edina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006114-ZD

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

lefm@bol.com.br

Amos Ananás

- XVII. Implantar e executar serviços de radiodifusão comunitária (sonora e/ou som e imagens);
- XVIII. Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do Direito de Comunicar;
- XIX. Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- XX. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- XXI. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- XXII. Promover a divulgação de programas educacionais (aulas, conferências, palestras e debates);
- XXIII. Incentivar a criação de parques ecológicos e temáticos, de incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo e promover campanhas educativas de preservação ambiental junto à comunidade e estabelecimentos de ensino nos municípios;
- XXIV. Desenvolver e participar de toda e qualquer atividade que, ligada as finalidades da instituição, represente uma real contribuição para o desenvolvimento da vida em sua concepção mais abrangente, principalmente no que diz respeito à valorização e à integração social dos indivíduos excluídos socialmente, em especial a comunidade negra, as mulheres, os idosos, os povos indígenas e o desenvolvimento social e intelectual da criança e do adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- XXV. Elaborar pesquisa científica e estudos sócio-econômicos, promover seminários, palestras e outras atividades que contribuam para o desenvolvimento do cidadão;
- XXVI. Promover ações que visem à geração de trabalho e renda visando beneficiar pessoas carentes, de baixa renda, pequenos empreendedores e trabalhadores em geral;

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994.
*001*G4Z63A3F-274377-73* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15:36:09h

Edina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006113-WCQ

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

m@bol.com.br

nos Ananás

- XXVII. Fomentar a qualificação e a capacitação dos profissionais de turismo, da micro-indústria de fruticultura, micro-indústria de extração de óleos naturais, micro-indústria de ervas medicinais e a micro-indústria de artesanato;
- XXVIII. Estimular a parceria, o associativismo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando de ações que visem interesses comuns;
- XXIX. Valorizar o artesanato rústico, como uma das alternativas para o desenvolvimento econômico-sustentável das regiões com potencial turístico, de forma participativa.
- XXX. Orientar, promover, realizar programas e elaborar projetos do interesse da iniciativa privada e governamental em nível de tecnologia de informações, organização de sistemas sociais e métodos de planejamento estratégico, reengenharia e desenvolvimento organizacional e intercâmbio de cooperação com organismos de desenvolvimento urbano e do meio natural e social, nacionais e ou internacionais, públicos e ou privados;
- XXXI. Elaboração de projetos que visem à captação de recursos materiais e financeiros junto aos organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de ações e projetos que levem ao desenvolvimento sustentável regional e local;
- XXXII. Promover a qualificação profissional e recuperação social da população carcerária, de portadores de deficiência física, dependentes químicos, jovens em situação de risco social e comunidades organizadas em condições de exclusão social, trabalhadores em geral, desempregados e demais excluídos do mercado formal de trabalho;
- XXXIII. A promoção de estudos, pesquisas, acompanhamento e divulgação das causas dos problemas ambientais e as possíveis soluções, visando o desenvolvimento econômico e social sustentável;
- XXXIV. Participar de licitações e concorrências públicas, firmar e cumprir convênios e contratos de trabalho com organismos governamentais e Não-Governamentais;
- XXXV. Propugnar e agir em defesa do desenvolvimento sustentável, de conservação e preservação do meio ambiente e do patrimônio genético, cultural e buscar o intercâmbio e colaboração com outras instituições



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*0001*G4Z5EYS0-274377-91* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:09h

Edina
Edina Borges Santos-sub-oficial
Selo Digital nº128900AAA006112-BVN
<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

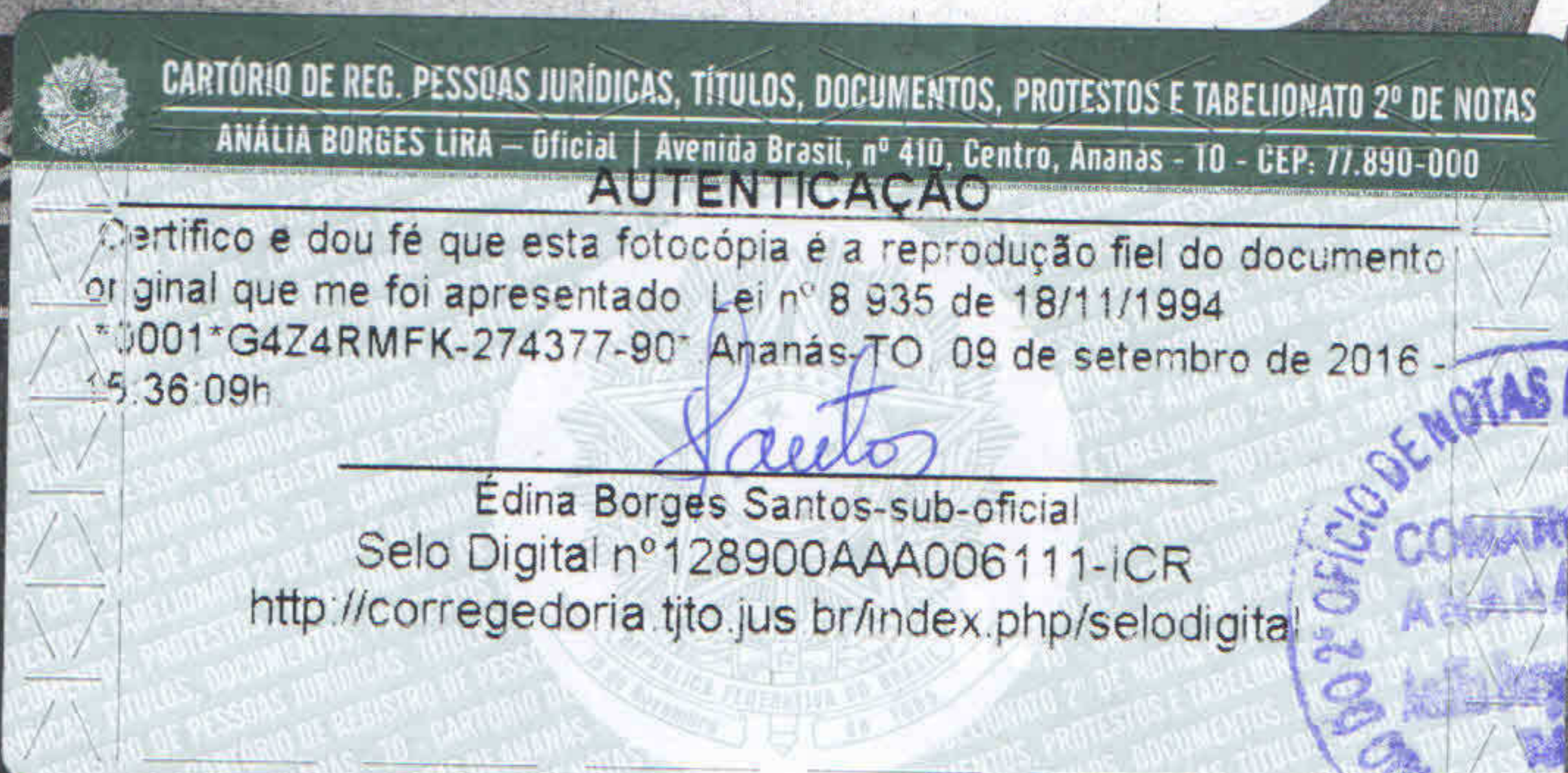
amos Ananás

- públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que tenham o mesmo propósito;
- XXXVI. Promover o desenvolvimento de tecnologias alternativas, produzindo e divulgando conhecimentos técnicos e científicos sobre a geração de emprego e renda na extração de ervas naturais e medicinais, extração de polpa de frutas e óleos essenciais naturais, sem depredar o meio ambiente,
- XXXVII. cultivando e multiplicando suas genéticas visando à preservação do ecossistema;
- XXXVIII. Promover exposições técnicas e culturais e dar apoio e incentivo a produções culturais, artísticas, mediante a produções de discos, vídeos, filmes, fotografia documental, videofonográfica, cinematográfica, livros, preparação e realização de encontros, seminários congressos e exposições;
- XXXIX. Promover formas alternativas não poluentes de transporte;
- XL. Favorecer a biodiversidade do cerrado incentivando de todos os modos a sua preservação;
- XLI. Organizar, desenvolver e administrar estudos e pesquisas, para a reciclagem e transformação dos resíduos sólidos, gerando emprego, renda e protegendo o meio ambiente.
- XLII. Promover a produção e a distribuição de mudas frutíferas e nativas. Leia-se Fortalecimento dos sistemas produtivos da agricultura familiar visando a potencialização de recursos e vocações econômicas acessam a tecnologias apropriadas de produção, beneficiamento, transformação e diversificação da produção, agregando valor e renda. Fomento à produção agropecuária familiar com apoio de máquinas, tratores e implementos agrícolas e/ ou insumos agropecuários e apoio na organização de roças comunitárias rurais, agricultura urbana e periurbana; Promoção e apoio a feiras de comercialização e exposições dos produtos da agricultura familiar. Apoio a difusão de informações inovadoras e tecnológicas, buscando dar ênfase na conservação de recursos genéticos naturais (sementes criolas), e na valorização do saber do homem do campo. Articulação de ações para disponibilização das patrulhas mecanizadas, com tratores e implementos agrícolas, caminhões para o transporte e distribuição de insumos e calcário: apoio para análise físico-química dos solos; e promovendo uma estratégia de

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

fundada em 30/04/1989



TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

@bol.com.br

os Ananás

acompanhamento e monitoramento no Estado e outras iniciativas que se articulem com fomento a produção, correção da acidez e melhoria da fertilidade dos solos e o fortalecimento da agricultura familiar. Apoio aos projetos produtivos na área de produção animal da Agricultura Familiar, auxiliando na elaboração e acompanhamento dos projetos produtivos da área animal na linha de financiamento SIC, sub-investimento de aplicação comunitária. Para a realização das atividades acima citadas será realizada a execução orçamentária, viabilizando a participação de técnicos e famílias de agricultores, em eventos, como conferências, workshops, seminários e encontros, visitas técnicas, intercâmbios, palestras, reuniões, dias de campo, e outras atividades em geral que permitam a busca do conhecimento e a estruturação da unidade produtiva, através da aquisição de matérias de consumo diversos, diárias, passagem aéreas, combustível, insumos agropecuários, equipamentos de informática, moveis, equipamentos e materiais permanentes, veículos, máquinas e equipamentos agrícolas, e outras atividades inerentes a implementação das ações demandadas para fortalecimento e dinamização da Agricultura Familiar no Estado do Tocantins.

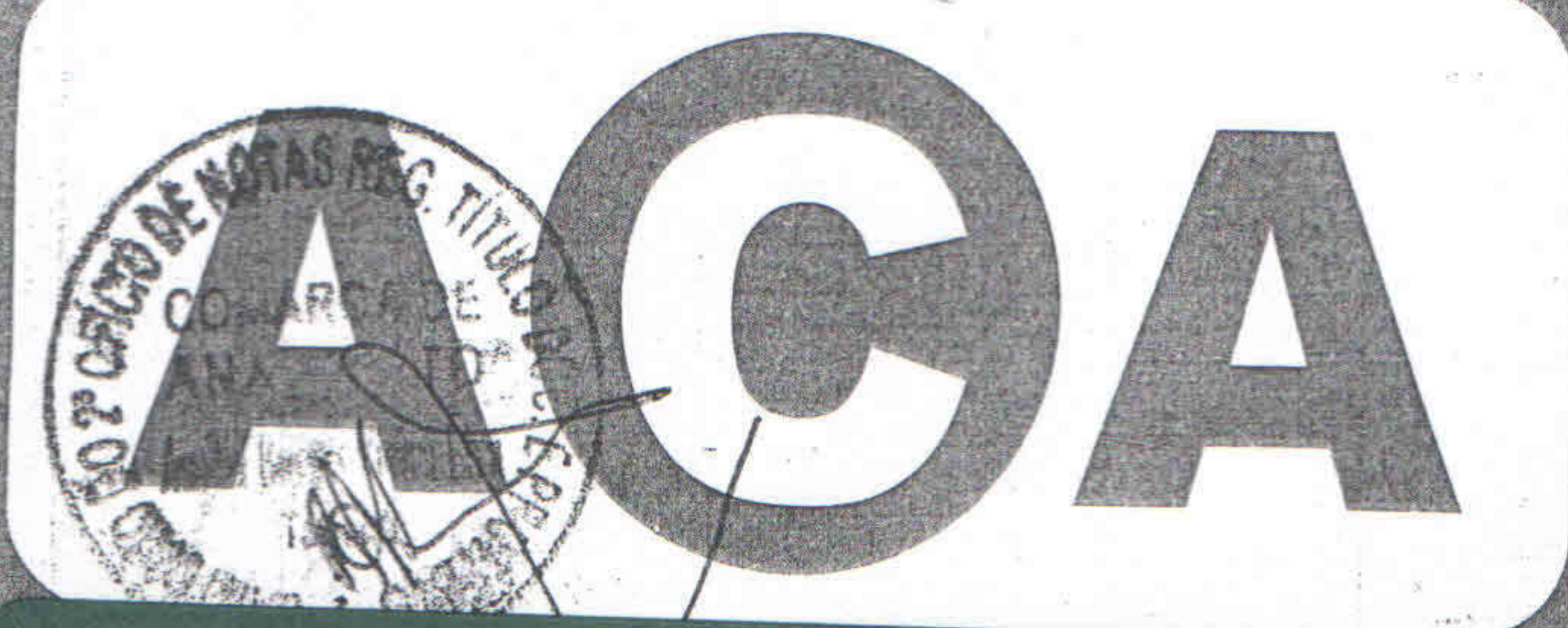
§ 3º - No caso de não dispor em seus quadros sociais de pessoas tecnicamente habilitadas e disponíveis para a realização dos trabalhos contratados, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA** poderá utilizar-se da mão-de-obra de terceiros.

Capítulo III Dos Membros Seção I

Da Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão.

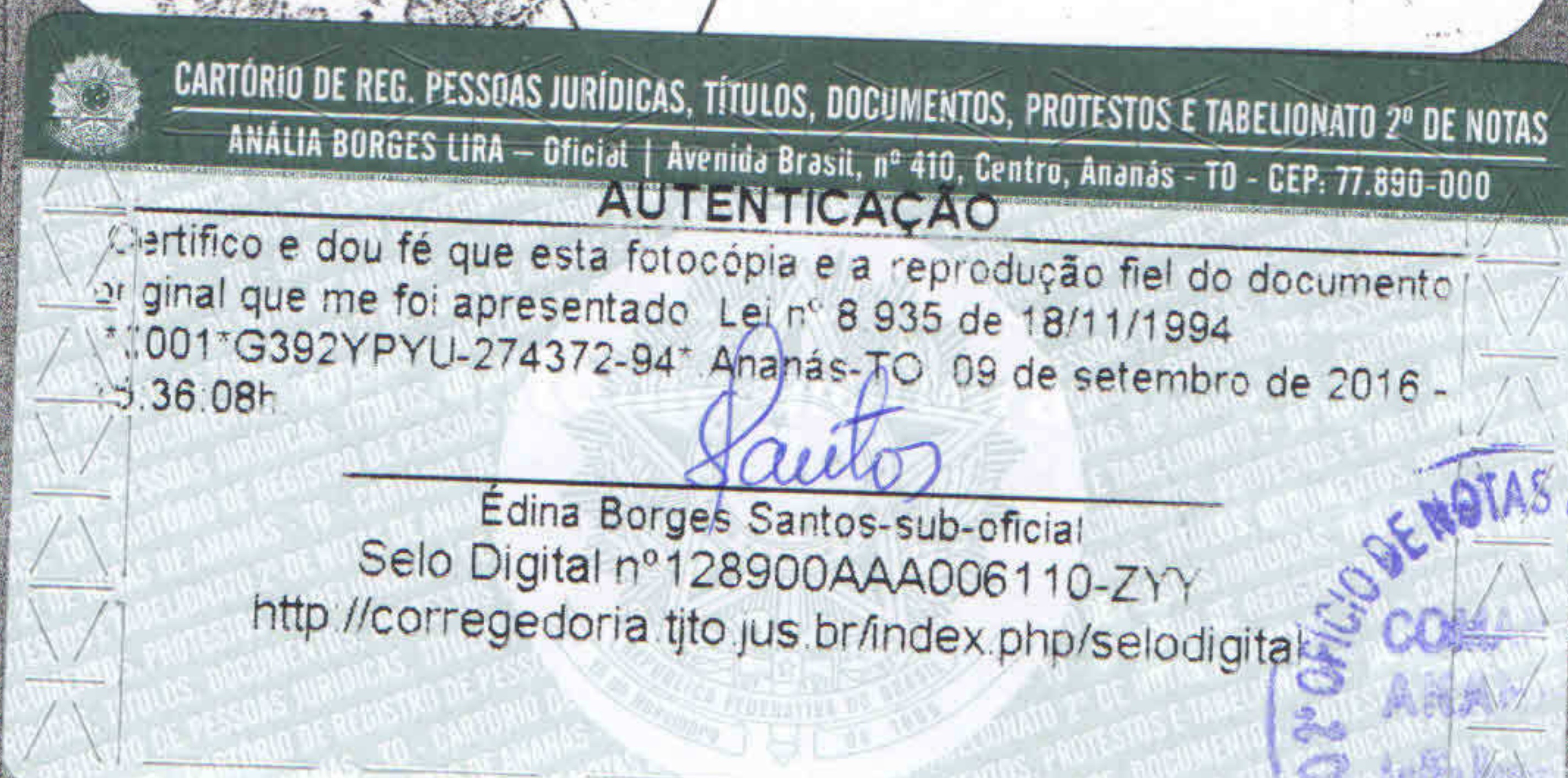
Art. 3.º Poderão ingressar nos quadros sociais da Instituição, todos aqueles que concordem com as disposições deste Estatuto e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da entidade.

ART. 4º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA** possui as seguintes categorias de associados:



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

defm@bol.com.br

amos Ananás

- I. **SÓCIO FUNDADOR** - aquele que tenha assinado a ATA de fundação Da Instituição;
 - II. **SÓCIO EFETIVO** - qualquer pessoa física ou jurídica que solicitar sua inscrição e tenha o seu pleito aprovado pela Assembléia Geral.
 - III. **SÓCIO COLABORADOR** - Pessoas físicas ou jurídicas que contribuem com a entidade por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, para o desenvolvimento das atividades fins da instituição;
 - IV. **HONORÁRIOS:** Pessoas que por seus feitos, ações e conquistas no âmbito dos objetivos da Entidade, possam ser homenageadas e convidadas a ingressarem no quadro social, passando a ter os direitos e obrigações inerentes a todos os demais membros, exceto o de votar e ser votado, conforme determina este estatuto social;
- § 1º- Para ser admitido, o candidato preencherá proposta de admissão fornecida pelo associação, assinando-a em companhia de dois membros proponentes, abonadores do seu ingresso;
- § 2º- Verificadas as declarações constantes da proposta e aceita esta pela Diretoria Executiva, o presidente da Instituição, juntamente com o candidato assinarão o livro/ficha de matrícula.

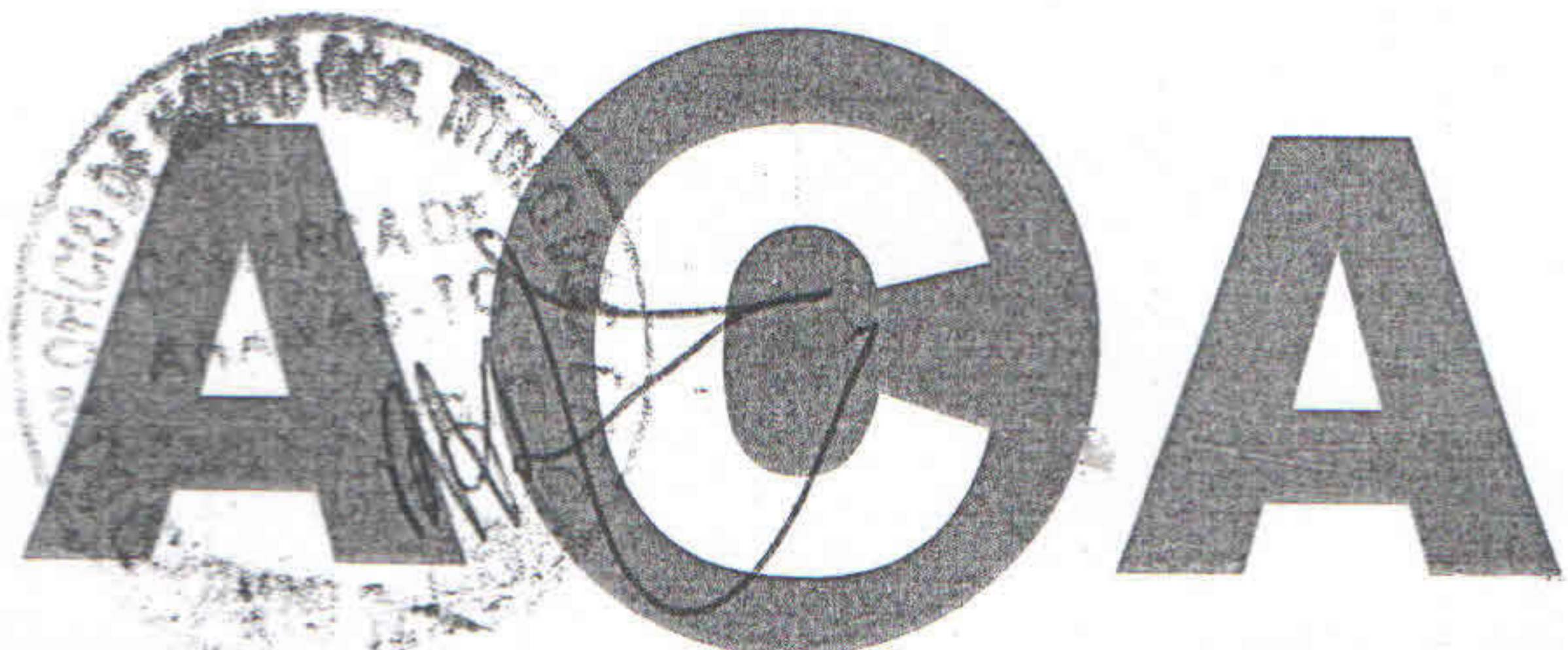
Art. 5º - Cumprindo o que atende o artigo anterior, o membro adquire todos os direitos e assume todas as obrigações decorrentes da Lei, deste estatuto e das deliberações tomadas pela Instituição.

Parágrafo único - Fica impedido de votar e ser votado, o membro que:

- a) Tenha sido admitida depois de convocada a Assembléia Geral;
- b) Seja ou tenha se tornado empregado da Instituição, até à Assembléia Geral que aprovou as contas do ano social em que se deu o seu desligamento;

Art. 6º - São direitos dos sócios fundadores e efetivos:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo eletivo, após um ano de filiação.
- b) Ter acesso às atividades e dependências da Instituição;



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994.
*001*G392YPVZ-274372-87* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:08h.

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006109-MFR

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

Amos Ananás

conhecimento da Diretoria Executiva em sua primeira reunião, averbado no livro/ficha de matrícula, mediante termo assinado pelo presidente.

Parágrafo Único - Além dos motivos de direito, a Diretoria Executiva poderá eliminar o membro que:

- Venha exercer qualquer atividade considerada prejudicial à instituição, ou que colida com os seus objetivos;
- Deixe de exercer na área de ação da Instituição, atividades que lhe são facultadas;
- Deixe reiteradamente de cumprir disposição legal, estatutária ou regimental, bem como as deliberações tomadas pelos órgãos da Instituição.

Art. 9º - A eliminação será decidida pela Diretoria Executiva somente depois de 02 (duas) notificações ao membro atingido, e o que a ocasionou deverá constar do termo lavrado no livro-ficha de matrícula e assinado pelo presidente.

§ 1º - O atingido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento da notificação, interpor recurso suspensivo para a primeira Assembléia Geral.

§ 2º - A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 10 - A exclusão do membro ocorrerá por dissolução da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

Art. 11 - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações da Instituição. Salvo aquelas aprovadas em Assembléia Geral e na forma em que o forem

Capítulo IV Da Organização Administrativa



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*001*G4Z2RNGA-27436D-95* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 9:36:07h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006108-DQS

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

S-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

m@bol.com.br

nos Ananás

Art.12 - São órgãos de administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA:

- I. Assembléia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Conselho Comunitário;

Seção I

Da Assembléia Geral

Art. 13 - A Assembléia Geral dos membros, que poderá ser ordinária ou extraordinária é o órgão supremo da instituição, e se constituirá dos sócios em pleno gozo dos seus direitos estatutários, tendo poderes dentro dos limites legais e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse para a Entidade, e suas deliberações vinculam e obrigam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 14 - A Assembléia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente, sendo por ele presidida.

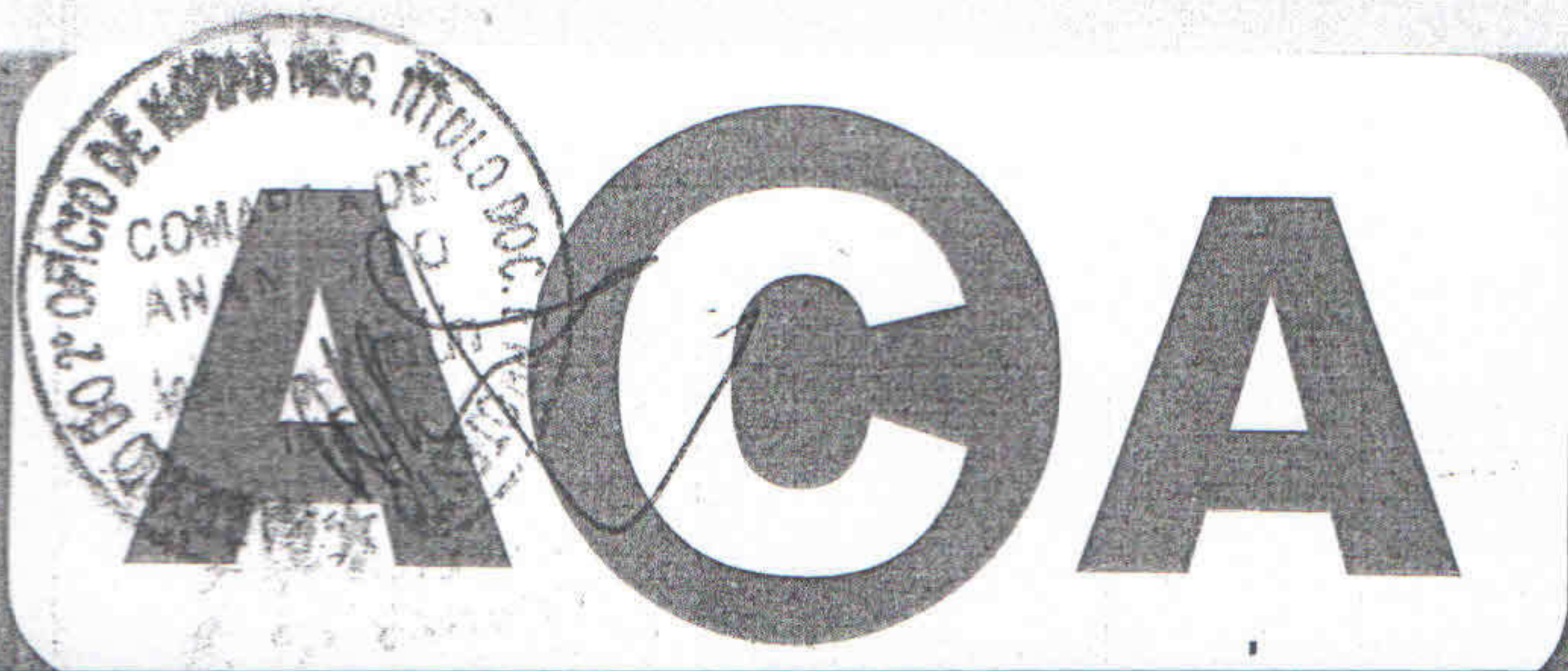
§ 1º - Vinte por cento dos membros em condição de votar podem requerer ao presidente a sua convocação e, em caso de recusa, convocá-la eles próprios.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá convocá-la, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 15 - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as assembleias gerais serão convocadas com uma antecipação mínima de 10 (dez) dias para a primeira convocação, meia hora após para a segunda e última convocação.

Parágrafo Único - As duas convocações poderão ser feitas em um único Edital, desde que dele constem, expressamente os prazos para cada uma.

Art. 16 - Os editais de convocação das Assembleias Gerais deverão conter:



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*001*G4Z23C4V-27436D-85* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:07h.

Édina Borges Santos-sub-oficial
Selo Digital nº128900AAA006107-GRC
<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

defm@bol.com.br

amos Ananás

- A denominação da Associação, seguida apela expressão "Convocação de Assembléia Geral" ordinária ou extraordinária;
- Dia, hora, assim como o local desta realização, o qual, salvo motivo justificado deve ser sempre o da sua sede social;
- A seqüência numérica da convocação;
- A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- Número de membros existentes, na data da sua expedição, para efeito do cálculo do quorum de instalação;

§ 1º - No caso da convocação ser feita por membros, o edital será assinado no mínimo pelos cinco primeiros signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - Os editais de convocação serão fixados em locais visíveis nas principais dependências associação, publicado através de jornal de circulação local, e/ou comunicado por circulares aos membros.

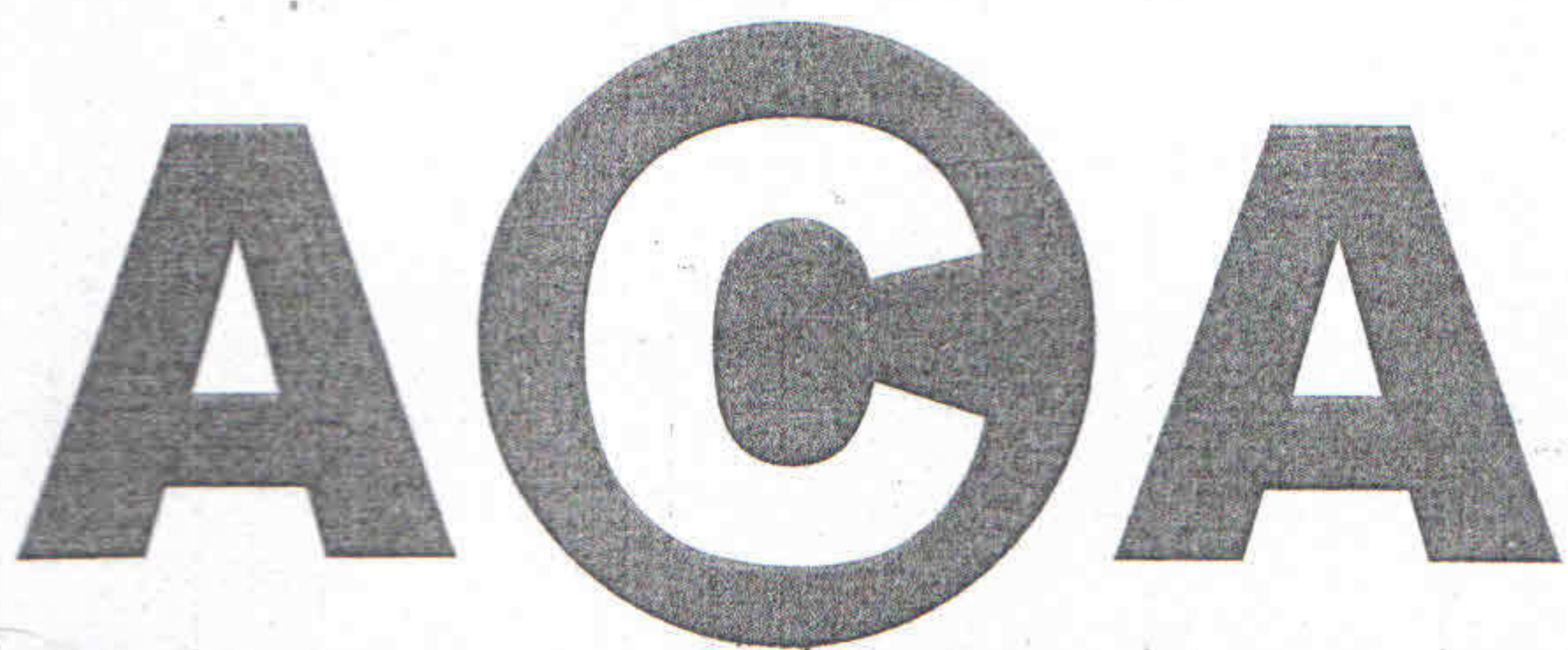
Art. 17 - O quorum mínimo para instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

- Metade mais um dos membros em condição de votar na primeira convocação;
- Qualquer número de membros para a terceira e última convocação;

Parágrafo Único - O número de membros presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas dos mesmos, constantes do livro de presença.

Art. 18 - Os trabalhos das Assembléias Gerais não convocadas pelo presidente, serão dirigidos por membros escolhidos na ocasião;

Art. 19 - Nas Assembléias em que forem discutidos balanços e contas, o Presidente da Instituição, logo após a leitura do relatório da Diretoria Executiva, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um membro para dirigir os debates e a votação da matéria.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
"0001" G392YPME-274368-98 - Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:06h.

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006106-ZGQ

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

mos Ananás

Parágrafo Único – Transmitida a direção dos trabalhos, o presidente e os demais membros deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da assembleia, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Art. 20 - As deliberações das Assembleias gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que nele tiver direta e imediata relação.

§ 1º - Habitualmente a votação será a descoberto, mas a assembleia poderá optar pelo voto secreto, atendendo então às normas usuais.

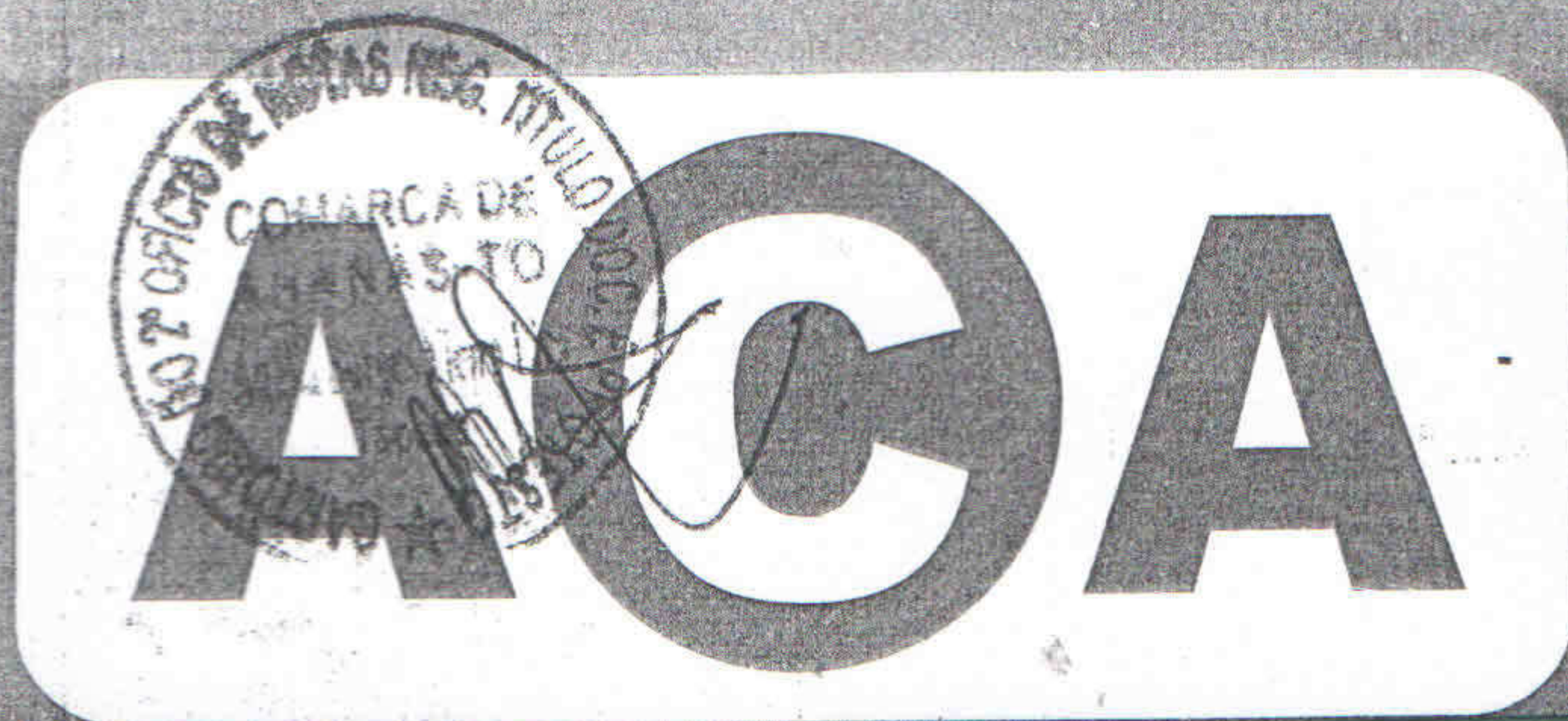
§ 2º - O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar na ata circunstanciada lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos, pelos diretores, e Fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) membros indicado pelo plenário e por todos aqueles que o queiram fazer;

§ 3º - As decisões das Assembleias Gerais são tomadas pelo voto pessoal dos presentes, tendo cada membro direito a um só voto, vedada a representação.

Art. 21 - A Assembleia Geral Ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, após o encerramento do ano social, cabendo-lhe especificamente:

- Deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal;
- Eleição dos componentes dos cargos sociais;
- Deliberar sobre os planos de trabalho e orçamento apresentados pela Diretoria Executiva;

Parágrafo Único – As deliberações da Assembleia Geral Ordinária são tomadas pela maioria simples de votos, observado o que dispõe o Art. 20 deste Estatuto em seu parágrafo 3º.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

acm@bol.com.br

Amamos Ananás

Art. 22 - A aprovação do balanço, das contas e do relatório da Diretoria Executiva desonera os seus integrantes, da responsabilidade para com entidade salvo em caso de dolo, erro ou fraude.

Art. 23 - A Assembléia Geral Extraordinária reúne-se sempre que necessário, com poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Instituição, desde que constem do edital de convocação, sendo de sua competência exclusiva, deliberar sobre:

- Reforma do Estatuto;
- Destituição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário;
- Fusão, incorporação ou desmembramento;
- Autorização de alienação de bens moveis e imóveis;
- Autorização para contratação de empréstimos dividas e/ou obrigações;
- Autorização para doação em garantias, de bens da entidade;
- Mudanças de objetivos;
- Dissolução voluntária da Entidade e nomeação de liquidante;
- Aprovação das contas do liquidante;

§ 1º - São necessários, atendidos o que dispõe o Art. 20, parágrafo 3º deste Estatuto, os votos de 2/3 (dois terços) dos membros presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata o item "g" deste artigo.

Seção II

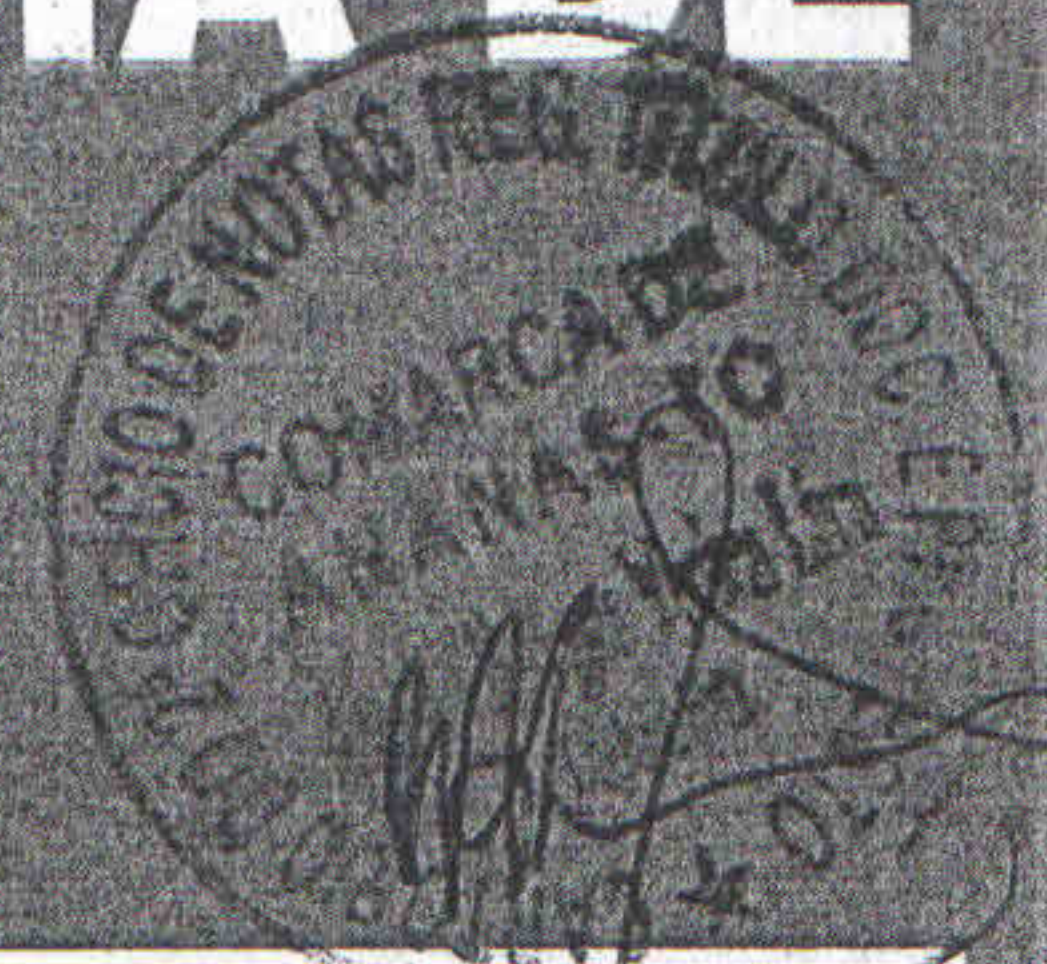
Da Administração e Fiscalização

Art. 24. A administração e fiscalização da Instituição serão exercidas, respectivamente, por uma Diretoria Executiva, por um Conselho Fiscal e por um Conselho Comunitário.

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994

0001*G392YQA9-274368-90* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 13:36:06h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006104-ZOW

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

s-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

fm@bol.com.br

mos Ananás

Art. 25. A diretoria Executiva será constituída por:

- I. Presidente;
- II. Vice Presidente;
- III. 1º Secretário;
- IV. 2º Secretário;
- V. 1º Tesoureiro;
- VI. 2º Tesoureiro;

§ 1º - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um mandato de 04 (quatro anos), permitida a reeleição.

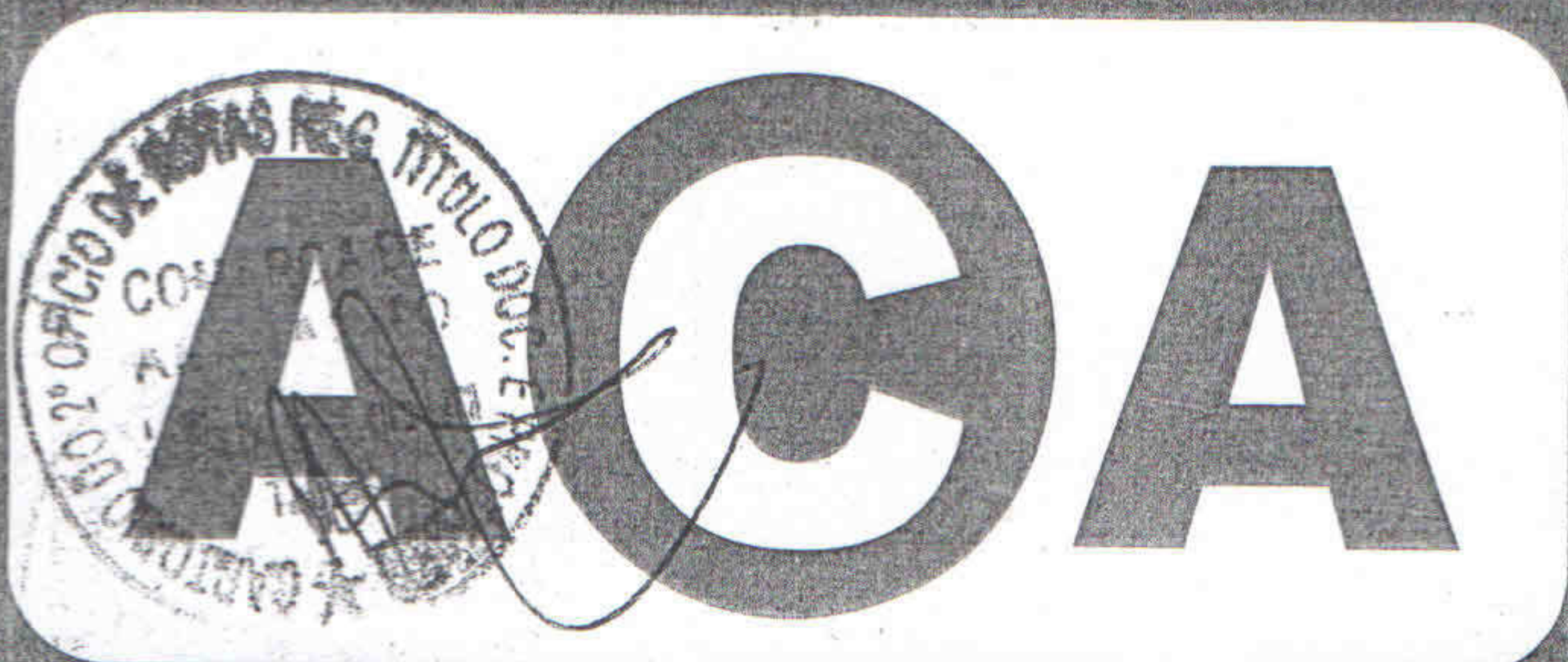
§ 2º - A Diretoria Executiva rege-se pelas seguintes normas:

- a) Reúne-se ordinariamente uma vez a cada 06 meses e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, da maioria dos seus membros, ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) Deliberar validamente com a presença da maioria simples dos seus membros, proibida a representação, sendo as deliberações tomadas pela maioria simples de voto dos presentes, reservado ao presidente, o exercício do voto nominal e de qualidade.
- c) As deliberações serão consignadas em ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos pelos membros presentes;

Art. 26 - Perderá automaticamente o cargo, o membro da Diretoria Executiva que faltar sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutiva ou 06(seis) alternadas durante o ano;

Art. 27 - No desempenho das suas funções, e dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, cabem a Diretoria Executiva as seguintes atribuições:

- a) Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades e fixando quantidades, valores, prazos, taxas de encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994.
10001*G570IVBE-274363-84* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15:36:05h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006103-CRP

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

iefm@bol.com.br

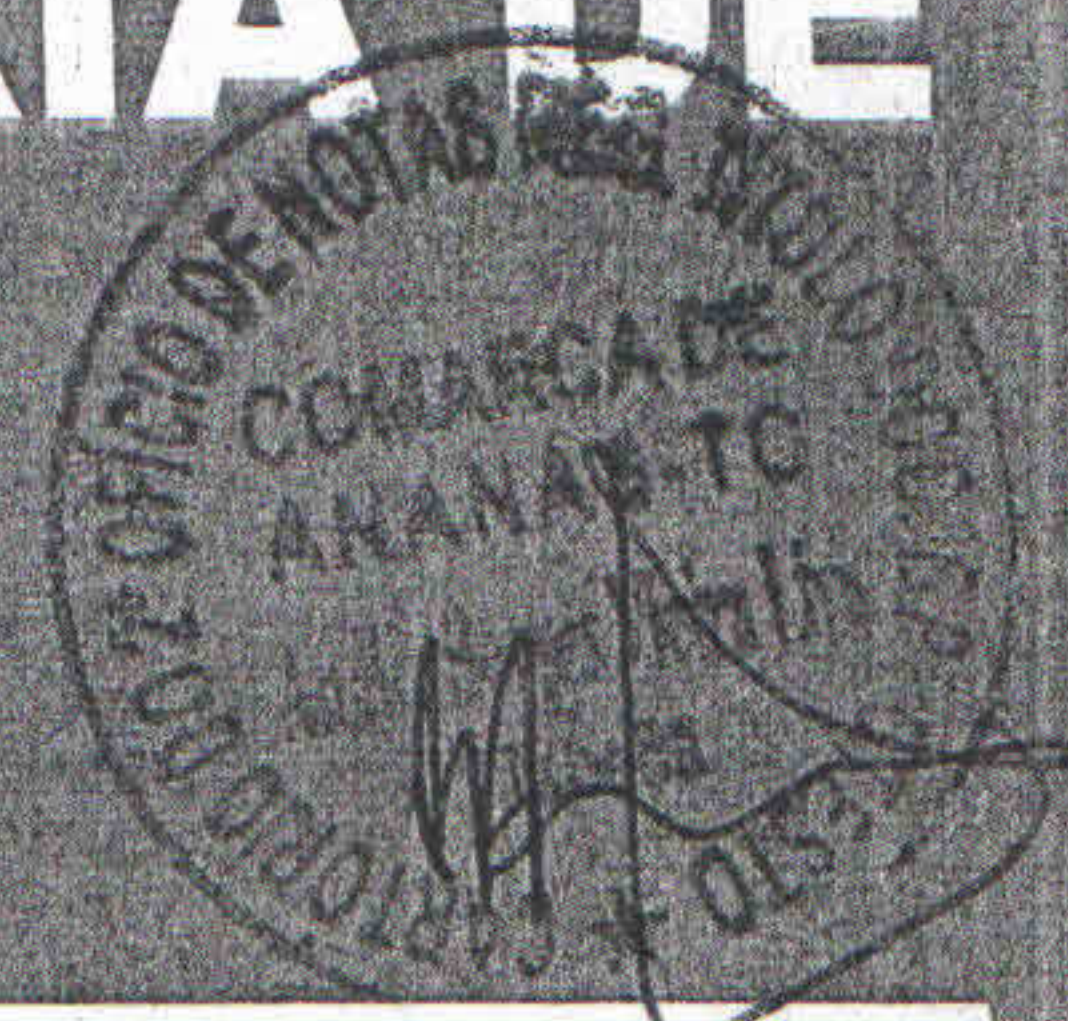
Amamos Ananás

- b) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) Estabelecer as normas para funcionamento da Entidade;
- d) Estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra as disposições da Lei, deste Estatuto, ou das regras de relacionamento com a Entidade, que venham a ser estabelecidas;
- e) Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de membros e suas implicações;
- f) Deliberar sobre a convocação das Assembleias Gerais e estabelecer a sua ordem do dia;
- g) Estabelecer a estrutura operacional da administração executiva das atividades, criando cargos a atribuindo funções, reservando a si a contratação de servidores graduados, e fixando normas para a admissão e demissão dos demais empregados;
- h) Fixar normas disciplinares internas;
- i) Indicar o banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósito de numerário, e fixar o limite máximo que poderá ser mantido no caixa da Instituição;
- j) Adquirir, alienar ou onerar bens móveis, imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com expressa autorização da Assembleia Geral;
- k) Contrair empréstimos, dívidas e/ou obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da assembleia geral;
- l) Ceder direitos e constituir mandatários;
- m) Oferecer bens, moveis e imóveis em garantia as obrigações assumidas pela associação com a expressa autorização da assembleia geral;
- n) Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias;
- o) Apresentar ao conselho fiscal o relatório e as contas de sua gestão;
- p) Nomear dentre os membros, os responsáveis pelos departamentos que forem criados;
- q) Regulamentar as Ordens Normativas da Assembleia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da instituição.

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*0001*G570GIP9-274363-68* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:05h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006102-HJN

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

ás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

mos Ananás

Parágrafo Único – A Diretoria Executiva poderá contratar, sempre que julgar conveniente, assessoramento técnico para auxiliá-la no esclarecimento dos assuntos a decidir.

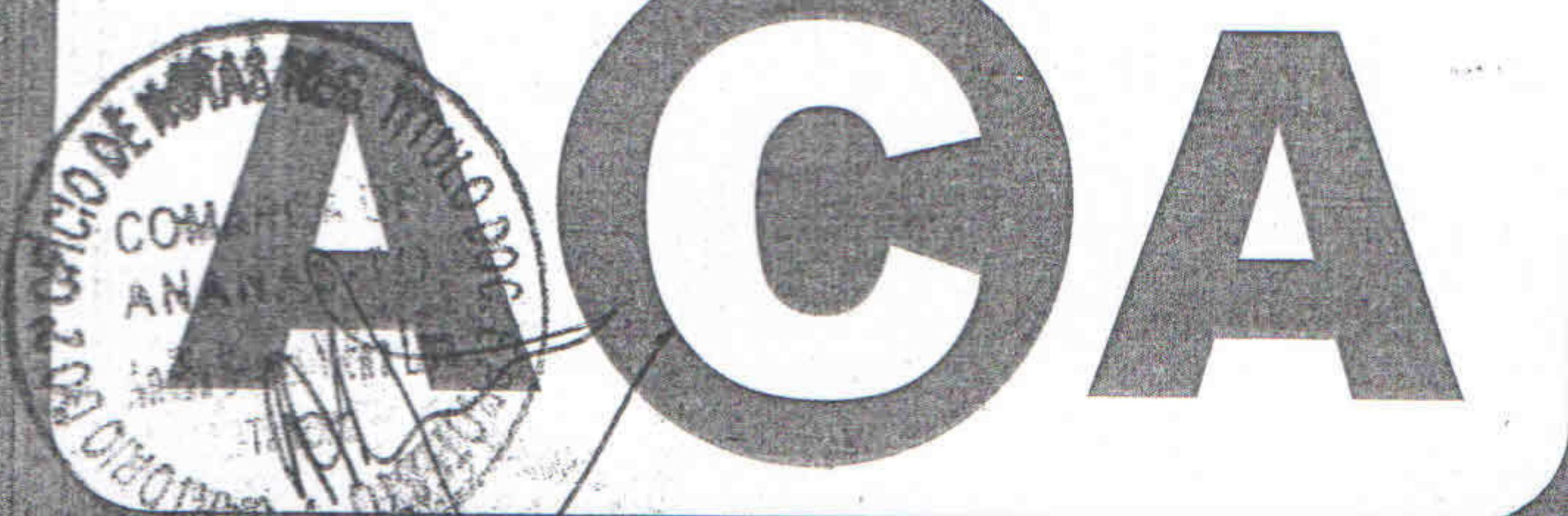
Art. 28 - Ao Presidente cabe dentre outras, as seguintes atribuições:

- Supervisionar as atividades da Instituição, estabelecendo contato com os profissionais e servidores a serviço da mesma;
- Assinar conjuntamente com o 1º Tesoureiro, e na ausência deste, com o 1º secretário os cheques e documentos de operações bancárias;
- Assinar conjuntamente com o 1º Tesoureiro, e na ausência deste, com o 1º secretário, contratos e demais documentos constitutivos de obrigação;
- Convocar e presidir as Reuniões da Diretoria Executiva, bem como as Assembléias Gerais dos membros;
- Apresentar à Assembléia Geral Ordinária, o relatório de gestão, as peças contábeis e o plano de atividades;
- Representar a instituição judicial ou extrajudicialmente, em juízo e fora dele;
- Adquirir, alienar, onerar em nome da instituição, bens moveis, e imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com a expressa autorização da diretoria executiva;
- Contrair em nome da entidade empréstimos dividas e obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da diretoria executiva;
- Ceder e constituir mandatários em nome da instituição;
- Oferecer em garantia as obrigações assumida em nome da instituição, bens, moveis e imóveis, com a expressa autorização do diretoria executiva
- Montar equipe de trabalho de acordo com o nível técnico necessário à execução dos projetos contratados.

Art. 29 - Compete ao Vice-Presidente:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994

*0001*G392YQ1P-27435E-85* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15:36:04h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006101-NFK

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

lefm@bol.com.br

amos Ananás

- a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância;
- c) Desempenhar funções especiais que lhe sejam confiadas pelo Presidente.

Art. 30 – Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral, elaborando atas, registro de presença e notas de reunião;
- c) Supervisionar e manter em dia o expediente;
- d) Orientar e manter em ordem o arquivo de documentos, bem como a relação atualizada do quadro de associados;
- e) Controlar e manter em ordem o patrimônio mobiliário;
- f) Gerenciar toda a estrutura administrativa;
- g) Receber, à época das eleições, as inscrições de candidatos à Diretoria Executiva da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;
- h) Apresentar relatório periódico dos associados inadimplentes;
- i) Publicar todas as notícias da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;

Art. 31 – Compete ao Segundo Secretário:

- a) Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário;

Art. 32 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- a) Assinar, conjuntamente com o Presidente cheques e documentos bancários;
- b) Efetuar exclusivamente através de cheques o pagamento das obrigações assumidas em nome da Instituição e autorizadas pelo presidente;

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA — Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*0001*G392YPYU-27435E-10* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15:36:04h.

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006100-YZU

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

s-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

in@bol.com.br

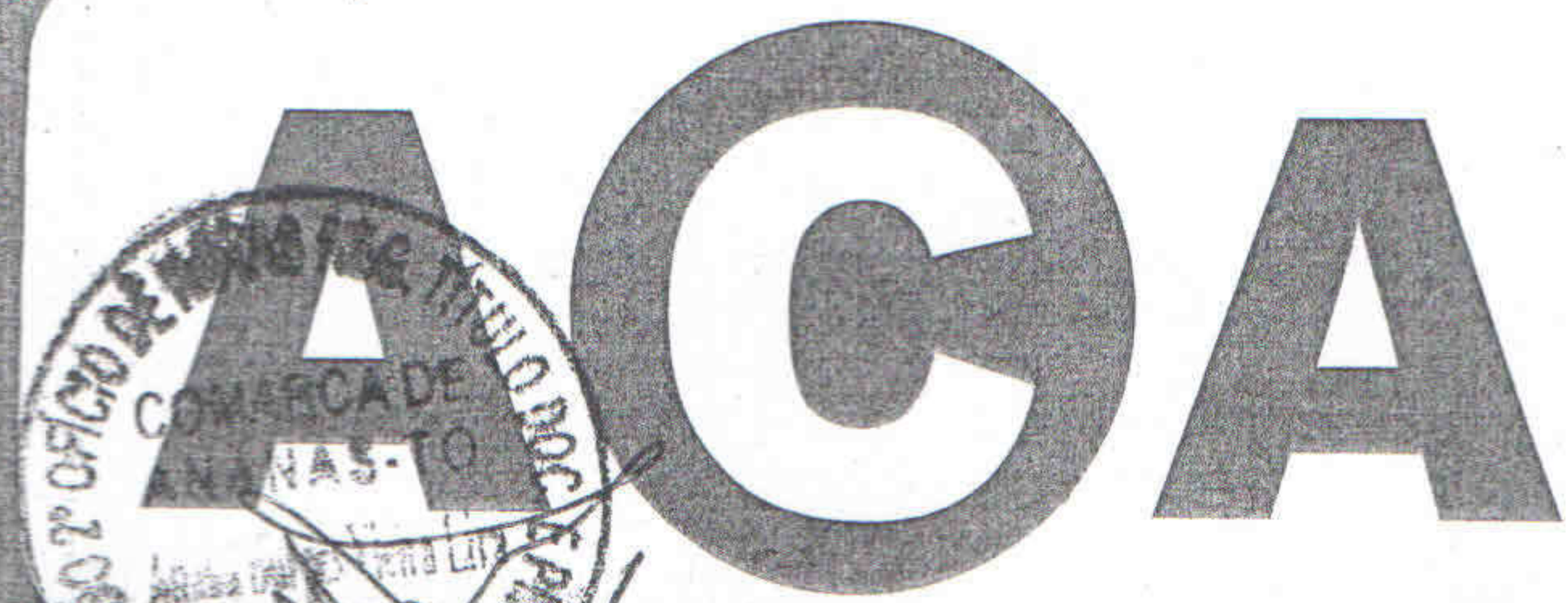
mos Ananás

- c) Coordenar e supervisionar diretamente as atividades de contabilidade e controladoria;
- d) Coordenar e supervisionar o orçamento geral e o fluxo de caixa;
- e) Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da Instituição;
- f) Proceder ou determinar a alguém que proceda à escrituração do livro caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade.
- g) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;
- h) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- i) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- j) Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- k) Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- l) Desempenhar as funções especiais que lhe sejam atribuídas pelo Presidente;

Art. 33— Compete ao Segundo Tesoureiro:

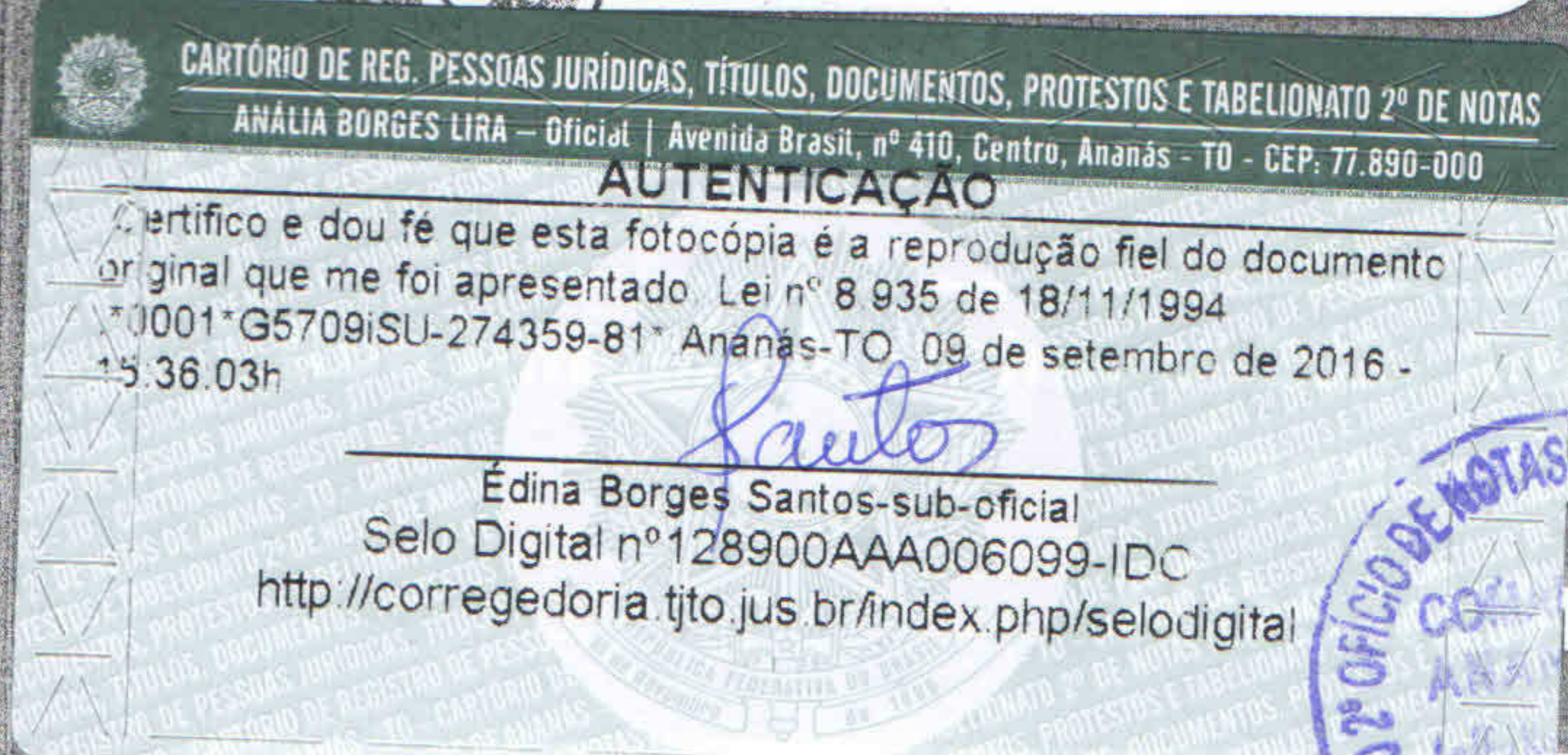
- a) Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- b) Assumir o mandato do primeiro tesoureiro em caso de vacância, até o seu término;
- c) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 34 - Os membros da Diretoria Executiva não são pessoalmente responsáveis pelos compromissos que assumirem em nome da Instituição, mas respondem



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

defm@bol.com.br

Amamos Ananás

solidariamente aos prejuízos de seus atos que praticarem culposamente ou dolosamente.

Seção III Do Conselho Fiscal

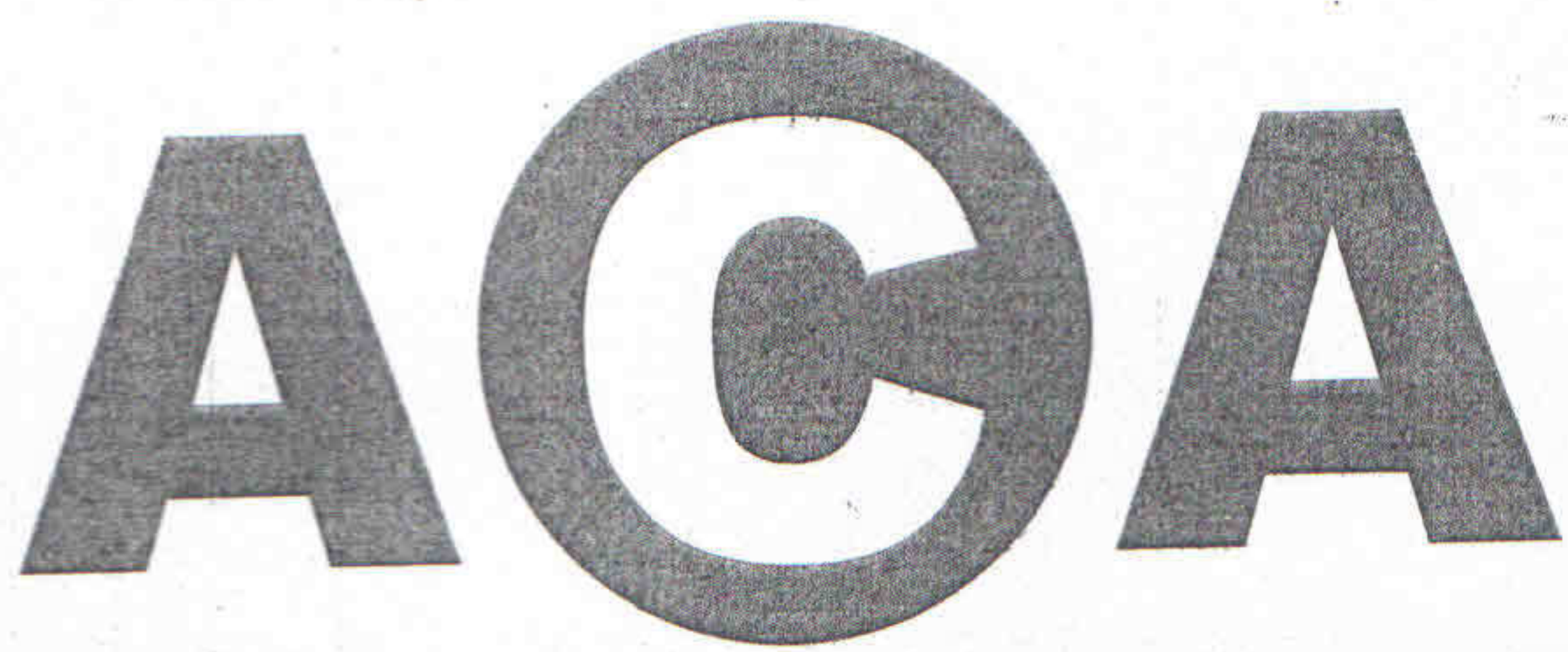
Art. 35 - O Conselho Fiscal da Instituição será constituído por 03 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral e igual número de suplentes, eleitos para um mandato de 04 anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 36 - Compete ao Conselho Fiscal:

- Fiscalizar as contas da Diretoria Executiva, apresentando pareceres técnicos à Assembléia Geral, recomendando sua aprovação ou a sua rejeição;
- Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- Convocar extraordinariamente a Assembléia Geral, sempre que houver motivos graves e urgentes;

§ 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente sempre que necessário;

§ 2º O Conselho Fiscal considerar-se-á reunido com a participação mínima de 03 (três) membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos, permitida a participação dos suplentes como ouvintes, mas sem direito a voto, caso todos os titulares estiverem presentes.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994

*0001*G570775P-274359-69* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:03h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006098-GAW

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

S-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

ananas@bol.com.br

nos Ananás

§ 3º Será lavrada Ata circunstanciada de cada reunião em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A Ata será assinada por todos os presentes.

SEÇÃO IV

Do Conselho Comunitário

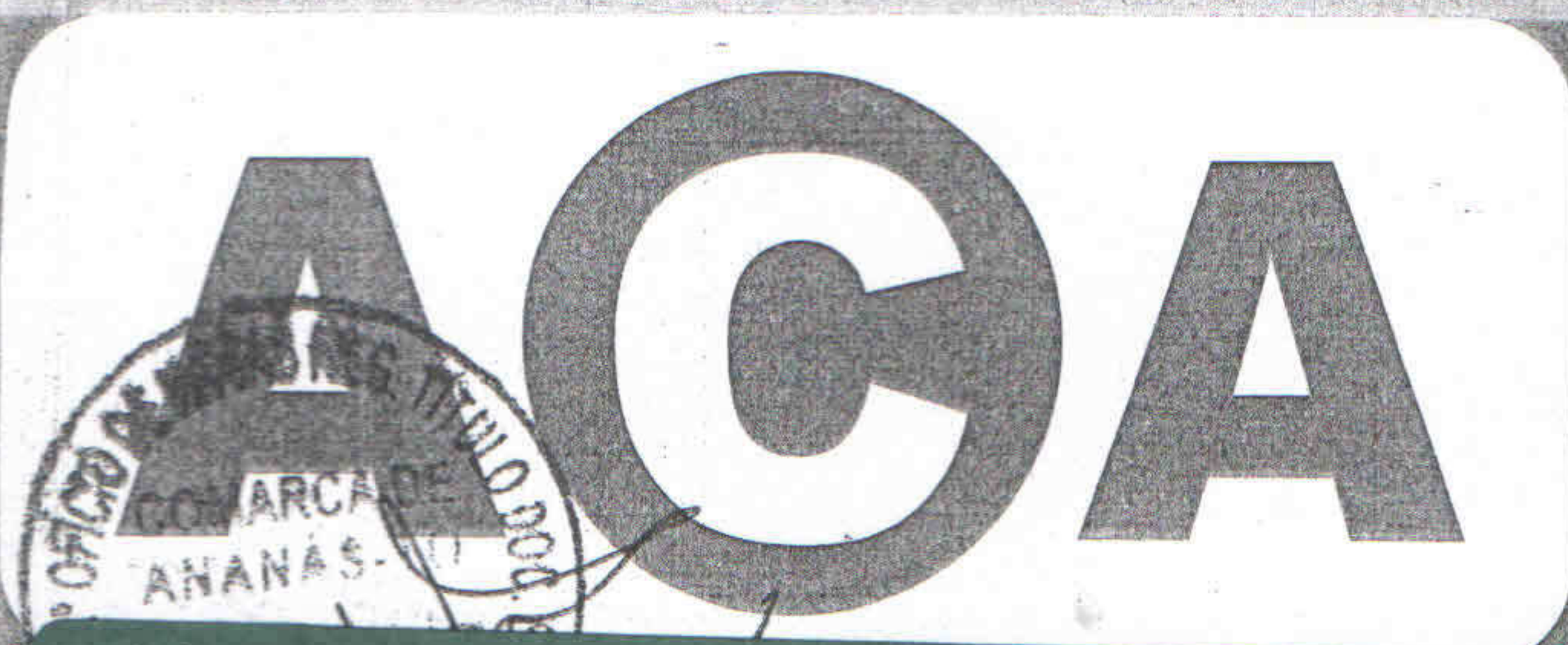
Art. 37 - O Conselho Comunitário é o órgão encarregado de zelar pela qualidade moral dos atos praticados por responsáveis pelos órgãos sociais, bem como de todos os associados, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- Zelar pelo cumprimento das disposições legais, deste Estatuto e das decisões tomadas pelos órgãos da Instituição;
- Verificar se os pedidos de admissão ao quadro social atendem às exigências estatutárias;
- Analisar e julgar os desvios de conduta dos associados e membros dos órgãos sociais, notificando-os, e sugerindo a Diretoria Executiva a aplicação de penalidades, quando for o caso;
- Avaliar se o desempenho da Associação e da Rádio Comunitária se forem o caso, está de acordo com os objetivos estabelecidos pela comunidade e pela legislação em vigor;
- Encaminhar, quando for o caso, relatórios anuais sobre o desempenho e atividades da Rádio Comunitária ao Ministério das comunicações;
- Opinar sobre os casos de eliminação de associados.

Art. 38 - O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) membros, representantes indicados por organizações da sociedade civil, sem fins econômicos, localizadas na área de abrangência, e homologados em Assembleia Geral

§ 1º . O mandato dos membros do Conselho Comunitário será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

§ 2º. Os candidatos a membros ao Conselho Comunitário deverão gozar de ilibada conduta ética e moral.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

email@bol.com.br

Amamos Ananás

CAPÍTULO V

Seção I

Dos Recursos Financeiros

Art. 39 - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por:

- Termos de parceria, convênios e contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
- Doações, legados e heranças;
- Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- Contribuições dos associados;
- Recebimentos de direitos autorais, etc.

Seção II

Do Patrimônio

Art. 40 - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA será constituído:

- Pelos bens de sua propriedade;
- Pelos auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira;
- Pelas receitas provenientes da contribuição de seus associados, da prestação de serviços e convênios.

Seção III

Da Contabilidade e Prestação de Contas

ACOA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*0001*G5ECBVL5-274354-10* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15.36.02h

Édina Borges Santos-sub-oficial
Selo Digital nº 128900AAA006096-YKJ
<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

fundada em 30/04/1989

TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

@bol.com.br

os Ananás

Art. 41- A Contabilidade e a prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

- I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

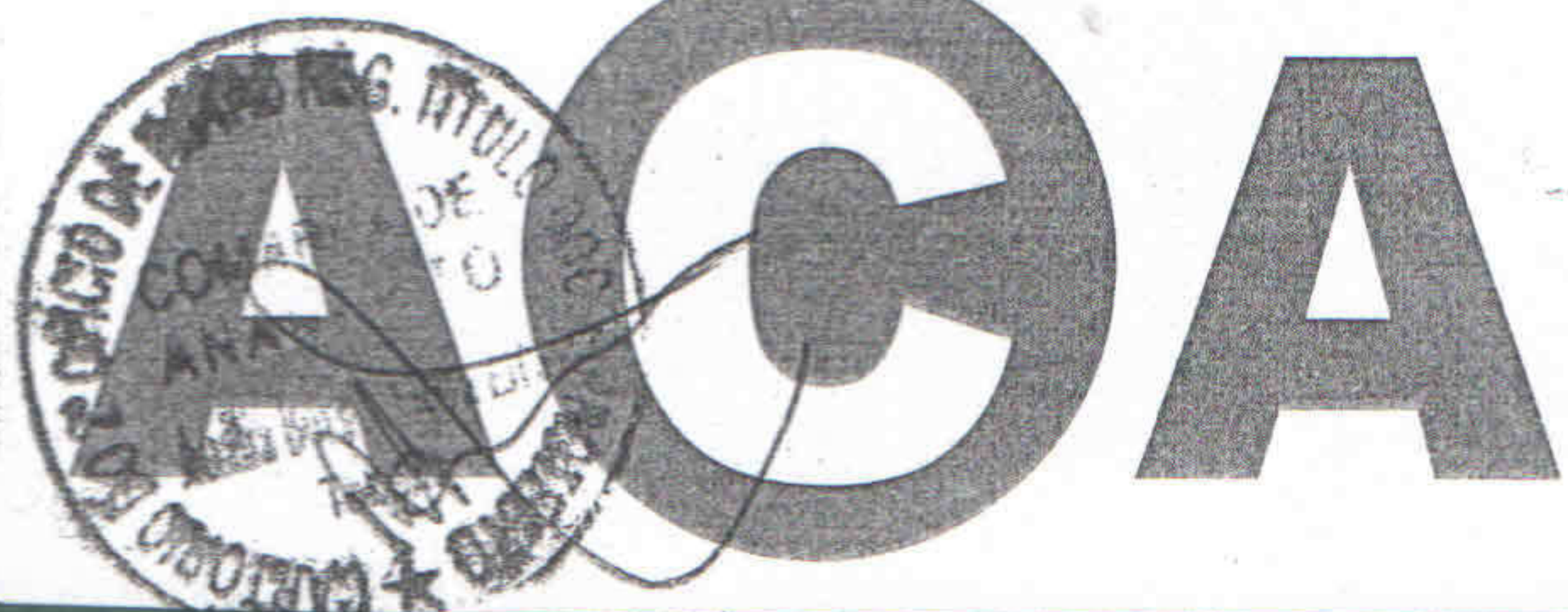
Parágrafo único. As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço será levantado a 31 de dezembro de cada ano.

Capítulo VI Dos Livros

Art. 42 - A Associação deverá ter:

- I. Livro de Matrícula de membros;
- II. De atas das Assembleias Gerais;
- III. De atas das Reuniões da Diretoria Executiva;
- IV. De Atas do Conselho Fiscal;
- V. De presença dos membros às Assembleias Gerais;
- VI. Outros, fiscais e contábeis obrigatórios;

Parágrafo único – É facultado a adoção de livros, folhas soltas ou fichas;



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*001*G5ECBVLE-274354-11* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15:36:02h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº 128900AAA006095-LUN

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

leim@bol.com.br

Amos Ananás

Art. 43 - No livro/ficha de matrícula os membros serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- I. Nome, RG, CPF, Nº do Registro Profissional quando houver, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e endereço residencial;
- II. A data de sua admissão e quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão.

Capítulo VII Da Dissolução

Art. 44 - A ACA será dissolvida por vontade manifesta em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observado o disposto neste Estatuto, ou por força judicial;

Art. 45 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os membros, sendo doada a instituição congênere, sediada neste município, legalmente constituída e, em atividade para ser aplicada nas mesmas finalidades entidade dissolvida.

CAPITULO VIII Das Disposições Gerais

Art. 46 - A Instituição não distribuirá entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos, bonificações, dividendos, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação de seu resultado, aplicando integralmente o "superávit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Parágrafo único. Poderão ser contratados e remunerados, sem deliberação da Assembléia Geral, funcionários administrativos, consultores e técnicos mesmo que tenham "status" de Diretores.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994

*0001*G570L6YJ-27434F-86* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15:36:01h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006094-EHX

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

ás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

amos Ananás

Art. 47 - A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembléia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Único. A Diretoria Executiva normatizará o procedimento eleitoral da entidade.

Art. 48 - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 49 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescentes do patrimônio não poderá ser distribuído entre membros, devendo ser doada a instituição congênere, legalmente constituída, e em atividades, para ser aplicada nas mesma finalidades da instituição dissolvida.

Art. 50 - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - 'não se envolverá em questões político-partidárias, classistas ou religiosas.

Art. 51 - O presente Estatuto, que poderá ser alterado no todo ou parte, mediante deliberação tomada em assembléia geral extraordinária convocada para tal fim, foi aprovada em assembleia geral da realizada nesta data, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 52 - Os casos omissos serão dirimidos, pela Assembleia geral, no que couber pela Lei e pelos princípios gerais de Direito, ouvidas as instâncias da Instituição.

CAPITULO VIII Das Disposições Gerais



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994.

*0001*G570IVBE-27434F-86* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:01h

Edina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006093-PBC

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

delm@bol.com.br

amos Ananás

Art. 46 - A Associação será dissolvida por vontade manifesta em Assembleia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observando o disposto neste Estatuto.

Art. 47 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os membros, devendo ser doada a instituição congênere, legalmente constituída, e em atividade, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, para ser aplicada nas mesmas finalidades da Instituição dissolvida.

Art. 48 - A Instituição não distribuirá entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos, bonificações, dividendos, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação de seu resultado, aplicando integralmente o “superávit” eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Parágrafo único. Poderão ser contratados e remunerados, sem deliberação da Assembleia Geral, funcionários administrativos, consultores e técnicos mesmo que tenham “status” de Diretores.

Art. 49 - A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembleia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Único. A Diretoria Executiva normatizará o procedimento eleitoral da entidade.

Art. 50 - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 51 - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ‘não’ se envolverá questões político-partidárias, classistas ou religiosas.

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*0001*G5ECBVLB-27434A-11* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 13h36:00h.

Édina Borges Santos-sub-oficial
Selo Digital nº128900AAA006092-DT
<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

lefm@bol.com.br

amos Ananás

Art. 52 - O presente Estatuto, que poderá ser alterado no todo ou parte, mediante deliberação tomada em assembléia geral extraordinária convocada para tal fim, foi aprovado em Assembléia Geral da realizada nesta data, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 53 - Os casos omissos serão dirimidos, pela Assembleia geral, no que couber pela Lei e pelos princípios gerais de Direito, ouvidas as instâncias da Instituição.

Ananás – TO, 01 de setembro 2016.

WILSON SARAIVA DE CARLHO

Presidente

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

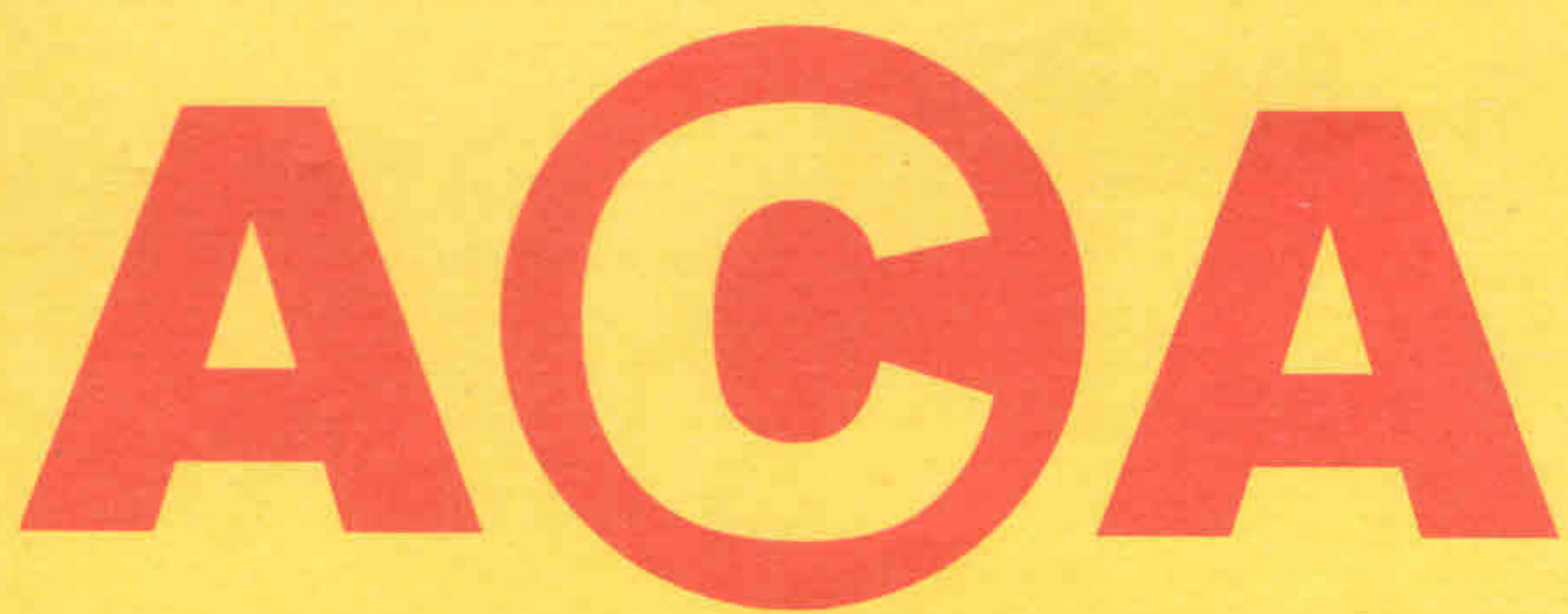
PESSOAS JURÍDICAS-LIVRO A

Protocolizado e digitalizado sob o nº 0000004, registrado sob o nº 0000165, livro A-003, às folhas 012/012, o seguinte documento: Estatuto. Dou fé.

Ananás-TO, 09 de setembro de 2016

Rosiane Alencar Santos-Escrevente
Selo Digital nº128900AAA001716





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

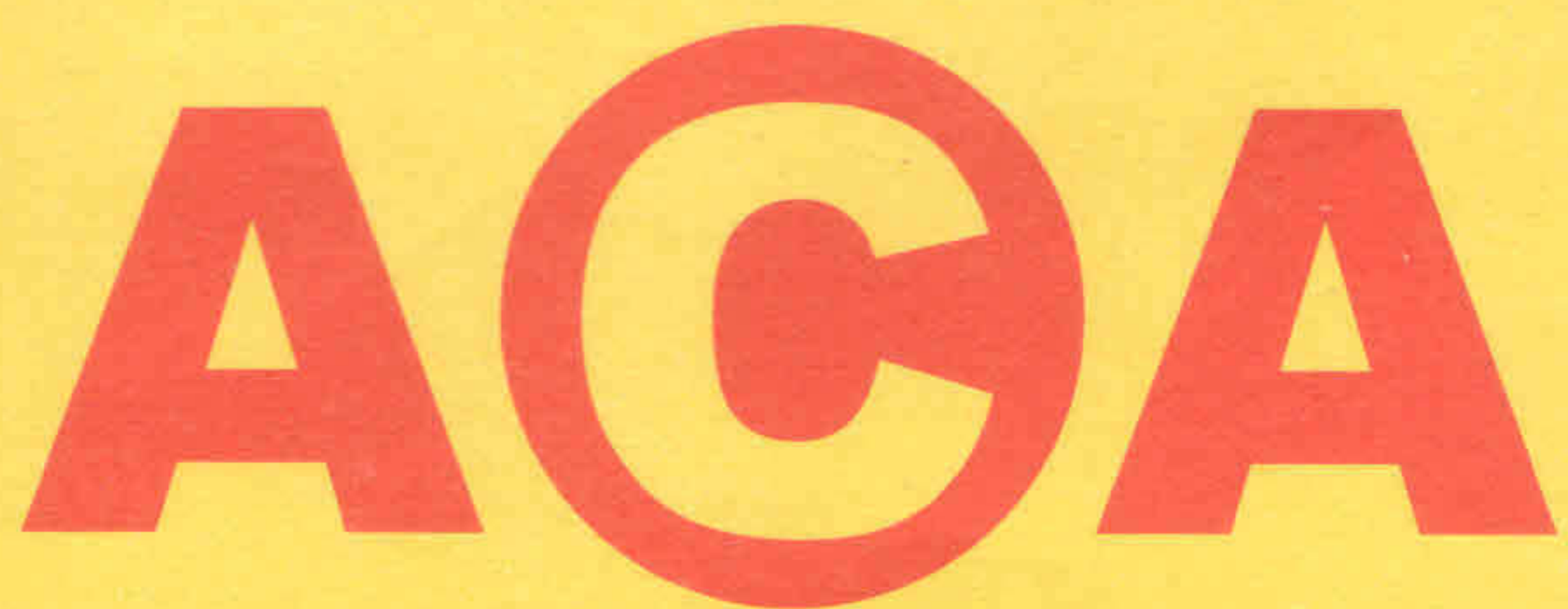
Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

ATA DA REUNIÃO DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITARIO DA ACA - ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE ANANÁS ANO 2017, entidade Mantenedora da Radio Comunitária Cidade FM.

Aos 18 dias do mês de Maio do ano de 2017, às 20 Horas ocorreu na sede da ACA – Associação Comunitária de Ananás, sito a rua Antônio Moreira, nº 292, centro, Ananás Tocantins, reuniu-se o conselho comunitário da entidade com fim específico de analisar, avaliar e dar sugestões sobre a importância da **Rádio Comunitária Cidade FM** junto a sociedade ananaense os membros do referido conselho levaram em consideração os últimos 12 meses sendo analisado os meses de maio de 2016 a maio de 2017. O conselho comunitário composto pelas instituições; **ATRTNS – Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho**, inscrita no CNPJ – 07.225.181/0001-01, sito a rua Filomeno José de Carvalho, S/Nº, Centro, Município de Ananás – TO, neste ato representado pelo senhor Gilbemi Rodrigues Costa, Lavrador, Brasileiro, Solteiro, residente assentamento Terra Nosso Sonho, no Município de Ananás - TO, Inscrito no CPF – 002.795.901-56; **AAF – A Associação Arte no Fruto**, inscrita no CNPJ – 08.976.517/0001-22, com sua sede sito a Avenida Betel, S/Nº, centro, Ananás - TO. Será representado pelo Senhor, Antônio Marinho de Abreu, Artesão, Brasileiro, Casado, Residente a rua 1º de janeiro, nº 37, centro, Ananás –To. inscrita no CPF – 800.495.671-87; **Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro – Conveniada Ananás – TO**, inscrita no CNPJ – 01.991.081/0001-44, com sede sito a rua Nossa Senhora de Fatima, Nº 167, centro, Ananás – TO, será representada pela Senhora, Bernadete Miranda Souza, professora, Brasileira, Solteiro, residente a rua Betânia, S/Nº, centro, Ananás - TO, Inscrito no CPF – 575.957.981-91; **A Associação de Moradores 04 Bocas**, inscrita no CNPJ – 14.309.290/0001-64, Com sua sede sito a rua Filomeno Jose de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás - TO. representada pela Senhora Soraia Francisca da Silva, Brasileira, Solteira, residente e domiciliado na rua Filomeno Jose de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás - TO, Inscrito no CPF – 856.263.841-20; **Ideias – Instituto Para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social**, inscrita no CNPJ – 17.160.234/0001-07, tendo sua sede sito a rua Professor José de Assis, S/Nº neste ato será representado pelo senhor Agnaldo Feitosa de Sousa, Brasileiro, Casado, Inscrito no CPF 885.943.941-87. Após de verificação de quórum suficiente para deliberação o presidente ACA – Associação Comunitária de Ananás entidade mantenedora da Radio Comunitária Cidade FM agradeceu a presença de todos os presente mencionando a importância desta reunião deliberativa haja visto que ali estava representada a sociedade ananaense através das várias instituições aqui presentes. Ato continuo o senhor presidente da ACA – Associação Comunitária de



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ananás disse que este é o grande momento para cada membro representante do conselho comunitário dar a sua opinião fazer a sua avaliação e ainda sugerir possíveis melhorias e adequações na grade de programação da Rádio Comunitária Cidade FM, tudo com objetivo de atender e satisfazer os ouvintes e os diversos seguimentos organizado da sociedade, razão maior da implantação da emissora comunitária. Usando da palavra a senhora Soraia Francisca da Silva, fez questão de pontuar a importância dos serviços de comunicação da emissora, sempre democrática oferecendo oportunidade principalmente aos excluídos pelos grandes meios de comunicação. O senhor Gilbemi Rodrigues Costa líder comunitário e ruralista do assentamento Terra Nosso Sonho falou e agradeceu pelos serviços de utilidade pública oferecidos pela Rádio Comunitária Cidade FM, fato que em muito tem ajudado na comunicação com os seus companheiros residente no assentamento, usando os serviços de utilidade pública para comunicar acontecimentos de reuniões desaparecimento de animais dentre outros avisos de interesse da ATRTNS – Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho. A senhora Bernadete Miranda Souza falou aos presentes da importância da emissora comunitária como instrumento de inclusão e transformação social algo elementar para a Rádio Comunitária Cidade FM, que como todos conhecem abre na sua grade de programação espaços para discussão de temas de relevância para o povo em geral além de oferecer espaços para a valorização e propagação dos valores dos artistas locais, podendo citar neste momento do crescimento profissional dos cantores ananaenses, Fabio Coelho, Mauricia da banda Doce Mel, Wander Milhomem e outros, todos cresceram profissionalmente pela oportunidade dos microfones democráticos da emissora. Logo após o senhor Agnaldo Feitosa de Sousa disse aos presentes que não poderia deixar de falar da forma democrática e acolhedora como foi recebido em sua primeira visita nos estúdios da Radio Comunitária Cidade FM onde ali pode comprovar do compromisso da entidade mantenedora da emissora com os organismo públicos e privados visando celebrar parcerias para realização de importantes eventos tanto na valorização de espaços para cultura bem como para imprimir o maior conteúdo artístico e informativo local, valorizando os acontecimentos que interessam a comunidade do município. Agnaldo Feitosa de Sousa disse da forma plural e democrática da grade de programação, onde todos os segmentos quaisquer que sejam tem tido a oportunidade de debater, comunicar e veicular os seus conteúdos sem que para isso sofram qualquer tipo de impedimento ou empecilho na sua divulgação e veiculação na emissora, deixando claro para os membros do conselho que como sugestão a entidade mantenedora deveria buscar junto ao Ministério das Comunicações formas legais para o aumento de potência hoje limitada a 25 Watts, pois em suas conversas com moradores do povoado São João e região do



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Araguaia tem ouvido das pessoas que o sinal da Radio Comunitária Cidade FM não chega em suas localidades. Ato continuo os presentes por aclamação deliberaram como positiva e construtiva a grade de programação da Rádio Comunitária Cidade FM, que para dar caráter de ciência e veracidade segue em anexo a Grade de Programação da Rádio Comunitária Cidade FM que após lavrado em ata foi neste ato aprovada por unanimidade. Nada mais havendo ser tratado, foi lavrado a presente ata pela senhora Soraia Francisca da Silva neste ato voluntária Coordenadora Conselheira deu por encerrada a presente que segue assinada pelos Conselheiros.

Soraia Francisca da Silva
SORAIA FRANCISCA DA SILVA

Presidente do Conselho Comunitário
Representante da Associação De Moradores 04 Bocas
CPF 856.263.841-20

Antonio Marinho de Abreu

ANTÔNIO MARINHO DE ABREU
Membro do Conselho Comunitário
Representante da Associação Arte do Fruto
CPF 800.495.671-8

Gilbani Rodrigues Costa
GILBEMIR RODRIGUES COSTA

Membro do Conselho Comunitário
Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonhos
CPF 575.957.981-91

Bernadete Miranda Souza
BERNADETE MIRANDA SOUSA

Membro do Conselho Comunitário
Representante da Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro
CPF 856.263.841-20

AGNALDO FEITOSA DE SOUSA
AGNALDO FEITOSA DE SOUSA

Membro do Conselho Comunitário
Representante do Instituto Para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social
CPF 885.943.941-87

PROGRAMAÇÃO DA RADIO COM HISTORICO
VEJA NOSSA PROGRAMAÇÃO

De Segunda Sexta-feira

Nomes de Programas e Comunicadores	Horários
Sertanejo Bom Demais com Val Sousa Descrição - Musicas raízes, notícia, musicas caipira, talentos regionais e utilidade pública.	Das 04:00 às 07:00hrs
A Voz da Profecia com Meyre Ivone Descrição – O Melhor da Musica Gospel, Reflexões.	Das 07:00 às 08:00hrs
Estação Cidade Com Suelho Martins Descrição – Musica nacional e internacional, notícia, talentos regionais, horoscopo, mensagem do dia, utilidade pública.	Das 08:00 às 11:00hrs
Voz Do Evangelho Da Paz Com Pasto Isak Descrição – Musica gospel e Participação da comunidade.	Das 11:00 às 12:00hrs
Songs Off Love – Com Rone Santos Descrição – melhores musicas nacionais e internacionais Românticas e tradução do dia.	Das 12 às 12:30hrs
Jornal Virou Notícias – Com Sandro Barcelos Descrição – Ultimas notícias do Brasil, mundo, previsão do tempo, temperatura, esporte.	Das 12:30 às 13:00hrs
A Tarde é Nossa com Dj Valdemy Gomes Descrição – Sertanejo, dance, MPB, artista locais e utilidade publica.	Das 12:00 às 13:00hrs
Sertão & Companhia Com Val Sousa Descrição – Sertanejos raiz e universitário, forró e calypso, Momento notícia.	Das 15:00 às 17:00hrs
Forró do Jota com Jota Sales Descrição – Forró pé de serra e utilidade publica.	Das 17:00 às 18:00hrs
Evangelizando com Maria Com Renovação Carismática Católica Descrição – Musicas sacras, reflexão e comunicados para comunidade.	Das 18:00 às 18:30hrs
Informativo 87 – Com Val Sousa Descrição – Notícias locais e regionais.	Das 18:30 as 19:00hrs

A Voz do Brasil – com Airton Medeiros e Gláucia Gomes Descrição - Notícias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.	Das 19:00 as 20:00hrs
Frequência Quente – Com Sandro Barcellos Descrição – Todos os gêneros musicais.	Das 20:00 às 21:00hrs
A Voz do Tocantins Descrição – Notícias Locais e Regionais.	Das 21:00 às 22:00hrs
LOVE NIGHT – Com Roger Pires Descrição – As melhores do flashbacks de todos os tempos.	Das 22:00 às 02:00hrs
Ligação Nacional – Com Edelson Moura Descrição – Quadros Interessante e divertido.	Das 02:00 às 03:00hrs
Passaporte Brasil – Com Patrícia Vieira Descrição – Musica popular Brasileira, passando por todos os estilos musicais do Brasil Passado e presente.	Das 03:00 às 04:00hrs

PROGRAMAÇÃO SÁBADO

Sertanejo Bom Demais – Com Val Sousa Descrição - Musicas raízes, notícia, musicas caipira, talentos regionais e utilidade pública.	Das 04:00 às 07:00hrs
A Voz da Profecia – Com Meyre Ivone Descrição – O Melhor da Musica Gospel, Reflexões.	Das 07:00 às 08:00hrs
Estação Cidade – Com Suelho Martins Descrição – Musica nacional e internacional, notícia, talentos regionais, horoscopo, mensagem do dia, utilidade pública.	Das 08:00 às 11:00hrs
Voz Do Evangelho Da Paz – Com Pasto Isak Descrição – Musica gospel e Participação da comunidade.	Das 11:00 às 12:00hrs
Songs Off Love – Com Rone Santos Descrição – melhores musicas nacionais e internacionais Românticas e tradução do dia.	Das 12 às 12:30hrs
Top 30 – Com Luiz Descrição – As 30 Musicas Mais Tocadas	Das 13:00 às 15:00hrs
Online Musical – Com Luiz Fernando	Das 15:00 às 16:00hrs

Descrição – musicas do mundo pop nacional e intencional.	
Amado Batista – Com Edelson Moura Descrição – Musica e Historia do Amado Batista.	Das 16:00 as 18:00hrs
Toque Popular – Com Musica e Vinhetas Descrição – O melhor da musica nacional dos anos 60, 70 e 80.	Das 18:00 às 20:00hrs
Forró Brasilis – Com Edgar Souza Descrição – Forró e Musica diversa.	Das 20:00 às 22:00hrs
A Vez do Brasil – Com Marcelo Pacifico Descrição – Toca a boa música popular brasileira (MPB).	Das 22:00 às 23:00hrs
Amnésia – Com Júnior Pinheiro Descrição – Grandes clássicos do rock, dance, disco e flashback.	Das 23:00 às 01:00hrs
Sequencia Programada – Com Musica e Vinhetas Descrição – Todos os estilos musicais.	Das 01:00 às 04:00

DOMINGO

Mundo Sertanejo – Com Diego Valadares Descrições – Atuais sertanejos do país e vai relembrar grandes sucessos do passado.	Das 04:00 às 07:00hrs
Bem Com a Vida – Com Musica e Vinhetas. Descrições – Musica sacras.	Das 07:00 às 08:00hrs
Arena Pop – Com Jorginho Amaral Descrições – tocando o que há de melhor do mundo sertanejo.	Das 08:00 às 10:00hrs
Clássicos do Rei – Com Cesar Fama Descrições – Noticias e Curiosidades do Rei Roberto e os seus Sucessos do passado e presente.	Das 10:00 às 11:00hrs
A Voz do Adorador – Com Laíse Santos Descrições – Musica gospel e mensagem de fé e esperança	Das 11:00 às 12:00hrs
Pagonejo – Com Dany Alexandre Descrição – O melhor do samba, pagode, axé e sertanejo dançante.	Das 12:00 às 14:00hrs

Forro da Melhor – Com Hermes Dias Descrição – melhor do forró no seu rádio e os clássicos do passado.	Das 14:00 às 16:00hrs
Domingão Sertanejo – Com Baba Descrição – toca o melhor da musica raiz sertaneja.	Das 16:00 às 18:00hrs
Deixar Rolar – Com Musica e Vinheta Descrição – Musicas do mundo pop nacional e intencional.	Das 18:00 às 20:00hrs
80 Por Hora – Com Marcelo Pacifico Descrição – o melhor dos anos 80.	Das 20:00 às 21:00hrs
Love Line Hora – Com Aline Mota Descrição – As melhores musicas nacionais e internacional romântica, recados do coração, artista em destaque e a tradução do dia.	Das 21:00 às 01:00hrs
Sequencia Programada – Com Musica e Vinhetas Descrição – Todos os estilos musicais.	Das 01:00 às 04:00hrs



**SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ANANÁS**

SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CNPJ: 00007088000173

AVENIDA BETEL, Nº 1173 - CENTRO

Fatura de Serviços, Água e Esgoto

Instalação 000004088	Código de Baixa 2-23546-1-9	Hidrómetro	Referência 9/2016	Vencimento 30/09/2016																																																																							
Proprietário IDEMAR LEANDRO FORMIGA		Compromissário/Inquilino IDEMAR LEANDRO FORMIGA																																																																									
Endereço da Ligação 160-RUA JOAO BATISTA, 620 0-CENTRO CEP: 77890000 Compl:		Endereço de Correspondência 160-RUA JOAO BATISTA, 620 0-CENTRO CEP: 77890000 Comple:																																																																									
Setor: 00001 Rota: 00001 Seq: 1780		Setor: 00001 Rota: 00001 Seq: 1780																																																																									
Nº Economia 1	Dias 30	Proxima Leitura	Corte	Data Leitura	Leitura Anterior 0	Leitura Atual 0	Resid.	Consumo 0	Cons. Fct 15																																																																		
Categoria SEM HIDRÔMETRO 15		Ocorrência																																																																									
<table border="1"><thead><tr><th>Refer</th><th>Consumo</th><th>Leitura</th><th>Nº Dias</th><th>Data</th></tr></thead><tbody><tr><td>8/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>7/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>6/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>5/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>4/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>3/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>2/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>1/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>12/2015</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>11/2015</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>10/2015</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr></tbody></table>					Refer	Consumo	Leitura	Nº Dias	Data	8/2016	0	0	30		7/2016	0	0	30		6/2016	0	0	30		5/2016	0	0	30		4/2016	0	0	30		3/2016	0	0	30		2/2016	0	0	30		1/2016	0	0	30		12/2015	0	0	30		11/2015	0	0	30		10/2015	0	0	30		<table border="1"><thead><tr><th colspan="2">Discriminação das Receitas</th></tr></thead><tbody><tr><td>ÁGUA</td><td>24,50</td></tr><tr><td colspan="2">TOTAL DA CONTA: 24.50</td></tr></tbody></table>					Discriminação das Receitas		ÁGUA	24,50	TOTAL DA CONTA: 24.50	
Refer	Consumo	Leitura	Nº Dias	Data																																																																							
8/2016	0	0	30																																																																								
7/2016	0	0	30																																																																								
6/2016	0	0	30																																																																								
5/2016	0	0	30																																																																								
4/2016	0	0	30																																																																								
3/2016	0	0	30																																																																								
2/2016	0	0	30																																																																								
1/2016	0	0	30																																																																								
12/2015	0	0	30																																																																								
11/2015	0	0	30																																																																								
10/2015	0	0	30																																																																								
Discriminação das Receitas																																																																											
ÁGUA	24,50																																																																										
TOTAL DA CONTA: 24.50																																																																											
Tabela de Qualidade da Água - Data: 25/01/2016																																																																											
Parâmetros	Resultados	Padrão	Unidade																																																																								
Cloro	0,5	0,2 a 2,0	mg/l																																																																								
Cor	10	15	uH																																																																								
Fluor	0	0,6 a 0,8	mg/l																																																																								
PH	7	6 a 9,5	mg/l																																																																								
Turbidez	1	5	uT																																																																								
Col. Totais	0	Ausência	ml																																																																								
Col.	0	Ausência	ml																																																																								

CONSTA 1 CONTAS DE ÁGUA EM ABERTO - O NÃO PAGAMENTO PODE GERAR CORTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

**SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ANANÁS**

SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CNPJ: 00007088000173

Fatura de Serviços, Água e Esgoto

Proprietário IDEMAR LEANDRO FORMIGA	Referência 9/2016	Vencimento 30/09/2016
Compromissário/Inquilino IDEMAR LEANDRO FORMIGA	Nº do Hidrómetro	Instalação 000004088
160-RUA JOAO BATISTA, 620 0-CENTRO	CEP: 77890000	Emissão 25/08/2016
Setor: 00001 Rota: 00001 Seq: 1780	Compil:	Código de Baixa 2-23546-1-9
Total da Conta		24,50

82620000000-6

24500162201-9

60930030120-5

00023546009-4





DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal

Documento não é exigido na conta.

Índice para simples pagamento da nota de prestação de serviço elétrica - Série: S-U - NF: 002.181.723



ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
104 Norte, Cx. 14 - Lote 12A - Plano Diretor Norte
Petrópolis - CEP 73006-002
CNPJ 28.088.284/0001-71 - Insc. Est. 28.201.985-6

DADOS DO CLIENTE				CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR
ISABEL NETA BORGES DE OLIVEIRA RUA XV DE NOVEMBRO 0 (050800000957) ANANIAS				8/195339-7
REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
MAI/2017	12/05/2017	419	19/05/2017	R\$ 347,04

Acesso: www.energisa.com.br

 <div>DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.</div>			<div>ISABEL NETA BORGES DE OLIVEIRA</div> <div>Roteiro: 07-088-040-1810</div> <div>83800000005-1 47040012000-7 01953382017-8 06800880019-2</div>		
<div>VENCIMENTO</div> <div>19/05/2017</div>			<div>TOTAL A PAGAR</div> <div>R\$ 347,04</div>		<div>MAJESTADE</div> <div>190338-2017-05-8</div>
					



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

QUIMIA IMPRESSA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 226.696 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 17/11/2016

NOME JOSÉ ALVES DOS SANTOS

FILIAÇÃO PETRONÍLIO JOSÉ DOS SANTOS
ALDENORA ALVES DOS SANTOS

NATURALIDADE ANANÁS-TO DATA DE NASCIMENTO 11/11/1966

DOC. ORIGEM CERT. NASC. Nº 11.751, LV A-10, FLS 126, EXP. 20/09/2016

XAMBIOÁ-TO

CPF 849.118.671-91

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JOSE ALVES DOS SANTOS

Nº de inscrição 849118671-91 Data de Nascimento 11/11/66

**SE
R
P
R
O**

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura JOSE ALVES DOS SANTOS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 31/10/96

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR JOSE ALVES DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 11/11/1966 Nº INSCRIÇÃO 0190 9042 2704 ZONA 012 REGÃO 0045

MUNICÍPIO / UF ANANÁS/TO DATA DE EMISSÃO 01/05/2008

JUIZ ELEITORAL

VALDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO IMPRESSOR DIGITAL DO ELEITOR

VALDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

MARIA GENY DE OLIVEIRA
RUA JOSE DE ALENCAR, 514 / 053800015780 - CENTRO
ANANAS / TO CEP: 7790000 (AQ: 2)

Classe/Serviço: RESIDENCIAL / BAIXA RENDIA MONOFÁSICO
Ramo: 10 - 98 - 10 - 3421 Referência: Out / 2016
Nº medidor: 02003331413 Emissão: 18/10/2016



ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
104 Norte, Conj. IV, Lote 124 - Plano Diretor Norte
Palmas/TO - CEP 77005-002
CNPJ: 25.996.034/0001-71 - Ins. Est. 29.021.998/0
Número de ordem / Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B: UNº 000.252.056
Código para Débito Automático: 00001983249

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 721 3330 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Nº da Conta / UC (Unidade Consumidora): 8/195324-9

Out / 2016

Canal de contato

- Tarefa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

Apresentação

19/10/2016

Data prevista da próxima leitura

18/11/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

83297726172

tipo: Est

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
19/09/16	1088	19/10/16	1205	1
				117
				30

Discriminação do Produto / Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30 kWh-BR	30	0,18119	5,43
Consumo - 31 a 100 kWh-BR	70	0,31090	21,76
Consumo - 101 a 220 kWh-BR	17	0,48591	7,92
Subsídio			28,42
PIS			0,78
COFINS			3,51
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
Contribuição Ilum. Pub.			3,52
Devolução Subsídio			-28,42

Histórico de Consumo (kWh)

Set/16	126
Ago/16	111
Jul/16	102
Jun/16	188
Mai/16	182
Abr/16	174
Mar/16	116
Fev/16	107
Jan/16	78
Dez/15	104
Nov/15	99
Out/15	72

Média dos últimos meses
118 kWh

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	0,00	0,00	0,00
PIS	86,79	1,1816	0,78
COFINS	86,79	5,3489	3,51

VENCIMENTO

26/10/2016

TOTAL A PAGAR

R\$ 42,86

RESERVADO AO FISCO

3f55.072a.9c47.0e0b.bf1d.7abb.946b.afde

Indicadores de Qualidade

8/2016-ANUAL

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
CIC MENSAL	10,04	0,43	NOMINAL
EDC TRIMESTRAL	20,06		100
EDC ANUAL	40,16	1,00	CONTRATADA
FIC MENSAL	3,80		LIMITE INFERIOR
FIC TRIMESTRAL	7,60		350
FIC ANUAL	15,20	0,43	LIMITE SUPERIOR
CMG	6,30		389
DCRU	12,22		

Composição do valor total da sua conta

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/TO	15,68	36,59
Compra de Energia	14,71	34,32
Serviço de Transmissão	0,70	1,63
Encargos Setoriais	4,00	9,35
Impostos Diretos e Encargos	7,77	18,13
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	42,86	100,00

Valor do FUSD (Ref. 8/2016): R\$ 18,06
Autosumo a qualquer Título: R\$ 0,00

ATENÇÃO

- Sua unidade foi lida como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 28,42

01250.034384/2017-31

ANEXO 5
REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA - RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Qualificação da entidade	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS	
Nome Fantasia: RADIO CIDADE FM	
CNPJ: 25.061.680/0001-84	
Endereço de Sede: Rua Antônio Moreira	Nº: 292
Bairro: Centro	CEP: 77.890-000
Cidade: Ananás	UF: Tocantins
Nome do representante legal: Idemar Leandro Fumiga	
Endereço eletrônico (e-mail): acacidadefm@gmail.com	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Ananás - TO , 26 de maio de 2017


 Assinatura do representante legal da entidade

Endereço de correspondência: Rua Antônio Moreira, Nº 292	
Bairro: Centro	CEP: 77.890-000
Cidade: Ananás	UF: TO

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA - RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

1 – Estatuto social atualizado.
2 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
3 – Prova de maioridade e nacionalidade de todos os dirigentes.
4 – Último relatório do Conselho Comunitário.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
 Em 09/06/17 às 15:00 horas
 Assinatura: Poncúcio

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
"0001"GWVOKSP-216763-71" Ananás-TO, 19 de maio de 2017.
14:21:52h

Edina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº 128900AAA018551-QLM

<http://corregeoria.tto.jus.br/index.php/selodigital>



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

acacidefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Duração.

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-ACA registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas, em Ananás - To, sob nº 107 Livro B-1, fls. 83 e 84, declarada de utilidade pública municipal conforme Lei nº. 258/97 e de utilidade pública estadual, conforme Lei nº. 273/91, e com registro no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº. 28010.003528/92-87, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e sem finalidade econômica, nos termos e conformidades da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Tem duração por tempo indeterminado, sede e foro na cidade de Ananás-To, à rua Antonio Moreira, 292 - Centro, sendo o exercício social coincidente com o exercício civil, e é regida pelo presente Estatuto e demais disposições legais pertinentes e sua área de atuação compreende todo o território do estado do Tocantins.

§ 1º: Para a realização dos seus objetivos sociais, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá criar escritórios de representação regional ou local, em todo o Território Nacional ou ainda nos países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas observadas a legislação pertinente.

§ 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANANÁS - ACA será representada ativa, passiva e extrajudicialmente por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos e Finalidades

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, tem por objetivos, sem fins lucrativos, apoiar a implementação de ações sociais, de habitação de interesse social, de natureza técnica, científica e educativa, voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento institucional, a defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos, principalmente dos pertencentes às bacias hidrográficas do

Dr. Renilson Rodrigues Castro

Advogado

OAB-TO 1948016-1/2017-31



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Araguaia/Tocantins e da defesa do bioma do cerrado, estimulando o planejamento, a gestão, o uso de técnicas de mínimo impacto, o monitoramento e a educação ambiental, prestando auxílio e proteção aos interesses da comunidade.

§ 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, poderá celebrar convênios, termos de cooperação técnica, termos de parceria, contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos de forma coletiva ou individual, com Organizações Governamentais ou Não-Governamentais, nacionais ou estrangeiras.

§ 2º - Para a consecução dos seus objetivos, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá elaborar projetos e executar ações que visem:

- I. Promoção do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social da segurança alimentar e nutricional, do combate à fome, à pobreza e à miséria;
- II. Promoção da assistência social;
- III. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- IV. Promoção dos direitos estabelecidos e a criação de novos direitos de interesse suplementar;
- V. Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- VI. Defesa do direito à moradia, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal e da lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade e da Nova Ordem Urbanística brasileira;
- VII. Desenvolver, apoiar e executar, em parceria com organismos governamentais (Federais, Estaduais e Municipais) ou não governamentais no âmbito do "Programa Habitação de Interesse Social", e/ou outros Programas, projetos e ações com vistas a viabilizar o acesso à moradia adequada, às famílias de baixa renda, tanto em localidades urbanas quanto rurais, incluindo as populações indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, dentre outros;
- VIII. Realizar estudos e pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias alternativas, como forma de possibilitar a locação de recursos para projetos


Dr. Rensson Rodrigues Castro
Advogado

OAB-TO 2966 / OAB-PA 15.112-1

Requerimento (1948016)

SEI 01250.034384/2017-31 / pg. 3



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

- XVII. Implantar e executar serviços de radiodifusão comunitária (sonora e/ou som e imagens);
- XVIII. Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do Direito de Comunicar;
- XIX. Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- XX. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- XXI. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- XXII. Promover a divulgação de programas educacionais (aulas, conferências, palestras e debates);
- XXIII. Incentivar a criação de parques ecológicos e temáticos, de incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo e promover campanhas educativas de preservação ambiental junto à comunidade e estabelecimentos de ensino nos municípios;
- XXIV. Desenvolver e participar de toda e qualquer atividade que, ligada as finalidades da instituição, represente uma real contribuição para o desenvolvimento da vida em sua concepção mais abrangente, principalmente no que diz respeito à valorização e à integração social dos indivíduos excluídos socialmente, em especial a comunidade negra, as mulheres, os idosos, os povos indígenas e o desenvolvimento social e intelectual da criança e do adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- XXV. Elaborar pesquisa científica e estudos sócio-econômicos, promover seminários, palestras e outras atividades que contribuam para o desenvolvimento do cidadão;
- XXVI. Promover ações que visem à geração de trabalho e renda visando beneficiar pessoas carentes, de baixa renda, pequenos empreendedores e trabalhadores em geral;



Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-2900

acacidefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

- XXVII. Fomentar a qualificação e a capacitação dos profissionais de turismo, da micro-indústria de fruticultura, micro-indústria de extração de óleos naturais, micro-indústria de ervas medicinais e a micro-indústria de artesanato;
- XXVIII. Estimular a parceria, o associativismo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando de ações que visem interesses comuns;
- XXIX. Valorizar o artesanato rústico, como uma das alternativas para o desenvolvimento econômico-sustentável das regiões com potencial turístico, de forma participativa.
- XXX. Orientar, promover, realizar programas e elaborar projetos do interesse da iniciativa privada e governamental em nível de tecnologia de informações, organização de sistemas sociais e métodos de planejamento estratégico, reengenharia e desenvolvimento organizacional e intercâmbio de cooperação com organismos de desenvolvimento urbano e do meio natural e social, nacionais e ou internacionais, públicos e ou privados;
- XXXI. Elaboração de projetos que visem à captação de recursos materiais e financeiros junto aos organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de ações e projetos que levem ao desenvolvimento sustentável regional e local;
- XXXII. Promover a qualificação profissional e recuperação social da população carcerária, de portadores de deficiência física, dependentes químicos, jovens em situação de risco social e comunidades organizadas em condições de exclusão social, trabalhadores em geral, desempregados e demais excluídos do mercado formal de trabalho;
- XXXIII. A promoção de estudos, pesquisas, acompanhamento e divulgação das causas dos problemas ambientais e as possíveis soluções, visando o desenvolvimento econômico e social sustentável;
- XXXIV. Participar de licitações e concorrências públicas, firmar e cumprir convênios e contratos de trabalho com organismos governamentais e Não-Governamentais;
- XXXV. Propugnar e agir em defesa do desenvolvimento sustentável, de conservação e preservação do meio ambiente e do patrimônio genético, cultural e buscar o intercâmbio e colaboração com outras instituições


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2958 / OAB-PA 18.117-A



Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que tenham o mesmo propósito;

- XXXVI. Promover o desenvolvimento de tecnologias alternativas, produzindo e divulgando conhecimentos técnicos e científicos sobre a geração de emprego e renda na extração de ervas naturais e medicinais, extração de polpa de frutas e óleos essenciais naturais, sem depredar o meio ambiente,
- XXXVII. cultivando e multiplicando suas genéticas visando à preservação do ecossistema;
- XXXVIII. Promover exposições técnicas e culturais e dar apoio e incentivo a produções culturais, artísticas, mediante a produções de discos, vídeos, filmes, fotografia documental, videofonográfica, cinematográfica, livros, preparação e realização de encontros, seminários congressos e exposições;
- XXXIX. Promover formas alternativas não poluentes de transporte;
- XL. Favorecer a biodiversidade do cerrado incentivando de todos os modos a sua preservação;
- XLI. Organizar, desenvolver e administrar estudos e pesquisas, para a reciclagem e transformação dos resíduos sólidos, gerando emprego, renda e protegendo o meio ambiente.
- XLII. Promover a produção e a distribuição de mudas frutíferas e nativas. Leia-se Fortalecimento dos sistemas produtivos da agricultura familiar visando a potencialização de recursos e vocações econômicas acessam a tecnologias apropriadas de produção, beneficiamento, transformação e diversificação da produção, agregando valor e renda. Fomento à produção agropecuária familiar com apoio de máquinas, tratores e implementos agrícolas e/ ou insumos agropecuários e apoio na organização de roças comunitárias rurais, agricultura urbana e periurbana; Promoção e apoio a feiras de comercialização e exposições dos produtos da agricultura familiar. Apoio a difusão de informações inovadoras e tecnológicas, buscando dar ênfase na conservação de recursos genéticos naturais (sementes criolas), e na valorização do saber do homem do campo. Articulação de ações para disponibilização das patrulhas mecanizadas, com tratores e implementos agrícolas, caminhões para o transporte e distribuição de insumos e calcário; apoio para análise físico-química dos solos; e promovendo uma estratégia de



Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1235
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

acompanhamento e monitoramento no Estado e outras iniciativas que se articulem com fomento a produção, correção da acidez e melhoria da fertilidade dos solos e o fortalecimento da agricultura familiar. Apoio aos projetos produtivos na área de produção animal da Agricultura Familiar, auxiliando na elaboração e acompanhamento dos projetos produtivos da área animal na linha de financiamento SIC, sub-investimento de aplicação comunitária. Para a realização das atividades acima citadas será realizada a execução orçamentária, viabilizando a participação de técnicos e famílias de agricultores, em eventos, como conferências, workshops, seminários e encontros, visitas técnicas, intercâmbios, palestras, reuniões, dias de campo, e outras atividades em geral que permitam a busca do conhecimento e a estruturação da unidade produtiva, através da aquisição de matérias de consumo diversos, diárias, passagem aéreas, combustível, insumos agropecuários, equipamentos de informática, moveis, equipamentos e materiais permanentes, veículos, máquinas e equipamentos agrícolas, e outras atividades inerentes a implementação das ações demandadas para fortalecimento e dinamização da Agricultura Familiar no Estado do Tocantins.


§ 3º - No caso de não dispor em seus quadros sociais de pessoas tecnicamente habilitadas e disponíveis para a realização dos trabalhos contratados, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá utilizar-se da mão-de-obra de terceiros.

Capítulo III Dos Membros Seção I

Da Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão.

Art. 3.º Poderão ingressar nos quadros sociais da Instituição, todos aqueles que concordem com as disposições deste Estatuto e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da entidade.

ART. 4º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA possui as seguintes categorias de associados:


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 1900 / OAB-PA 11.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

- I. **SÓCIO FUNDADOR** - aquele que tenha assinado a ATA de fundação Da Instituição;
- II. **SÓCIO EFETIVO** - qualquer pessoa física ou jurídica que solicitar sua inscrição e tenha o seu pleito aprovado pela Assembléia Geral.
- III. **SÓCIO COLABORADOR** - Pessoas físicas ou jurídicas que contribuem com a entidade por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, para o desenvolvimento das atividades fins da instituição;
- IV. **HONORÁRIOS**: Pessoas que por seus feitos, ações e conquistas no âmbito dos objetivos da Entidade, possam ser homenageadas e convidadas a ingressarem no quadro social, passando a ter os direitos e obrigações inerentes a todos os demais membros, exceto o de votar e ser votado, conforme determina este estatuto social;

§ 1º- Para ser admitido, o candidato preencherá proposta de admissão fornecida pelo associação, assinando-a em companhia de dois membros proponentes, abonadores do seu ingresso;

§ 2º- Verificadas as declarações constantes da proposta e aceita esta pela Diretoria Executiva, o presidente da Instituição, juntamente com o candidato assinarão o livro/ficha de matrícula.


Art. 5º - Cumprindo o que atende o artigo anterior, o membro adquire todos os direitos e assume todas as obrigações decorrentes da Lei, deste estatuto e das deliberações tomadas pela Instituição.

Parágrafo único - Fica impedido de votar e ser votado, o membro que:

- a) Tenha sido admitida depois de convocada a Assembléia Geral;
- b) Seja ou tenha se tornado empregado da Instituição, até à Assembléia Geral que aprovou as contas do ano social em que se deu o seu desligamento;

Art. 6º - São direitos dos sócios fundadores e efetivos:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo eletivo, após um ano de filiação.
- b) Ter acesso às atividades e dependências da Instituição;


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2966 / OAB-PA 19.117-A

ACA

Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

c) Convocar Assembleia Geral, mediante requerimento assinado por vinte por cento dos sócios fundadores e efetivos;


d) Apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas de cunho sócio-cultural, que digam respeito aos objetivos da sociedade;

Parágrafo Único. Os sócios colaboradores e os sócios honorários têm todos os direitos atribuídos aos fundadores e efetivos, menos o de votar e ser votado.

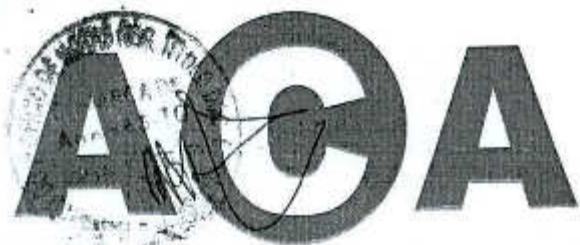
Art. 7º - São deveres de todos os associados:

- a) Trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os dispositivos estatutários, e regimentais, zelando pelo bom nome da Instituição, agindo com ética.
- b) Defender integralmente o pleno exercício da cidadania, o direito de todos ao meio cultural, o respeito à liberdade de opinião e a diversidade sócio-cultural, a solidariedade, o diálogo entre os povos, a paz e os direitos humanos.
- c) Pagar pontualmente contribuições mensais e demais taxas, (exceto os colaboradores).
- d) Participar de todas as atividades desenvolvidas pela Instituição, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas.
- e) Respeitar os compromissos assumidos para com a instituição;
- f) Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para preservar nome e o progresso da Instituição;
- g) Prestar serviços profissionais, dentro da sua especialidade, quando convocado e nos termos estabelecidos nos programas, projetos ou qualquer outra atividade que for executada e que combine com os objetivos da Instituição;
- h) Zelar pelo patrimônio moral e material da Instituição.

Art. 8º. A demissão do membro, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido, mediante carta dirigida ao presidente, sendo por este levada ao


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado

OAB-TO 2956 / OAB-PA 19.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

conhecimento da Diretoria Executiva em sua primeira reunião, averbado no livro/ficha de matrícula, mediante termo assinado pelo presidente.

Parágrafo Único - Além dos motivos de direito, a Diretoria Executiva poderá eliminar o membro que:

- a) Venha exercer qualquer atividade considerada prejudicial à instituição, ou que colida com os seus objetivos;
- b) Deixe de exercer na área de ação da Instituição, atividades que lhe são facultadas;
- c) Deixe reiteradamente de cumprir disposição legal, estatutária ou regimental, bem como as deliberações tomadas pelos órgãos da Instituição.

Art. 9º - A eliminação será decidida pela Diretoria Executiva somente depois de 02 (duas) notificações ao membro atingido, e o que a ocasionou deverá constar do termo lavrado no livro-ficha de matrícula e assinado pelo presidente.

§ 1º - O atingido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento da notificação, interpor recurso suspensivo para a primeira Assembléia Geral.

§ 2º - A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 10 - A exclusão do membro ocorrerá por dissolução da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

Art. 11 - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações da Instituição. Salvo aquelas aprovadas em Assembléia Geral e na forma em que o forem

Capítulo IV Da Organização Administrativa


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2966 / OAB-PA 18.117-A

ACA

Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Art.12 - São órgãos de administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA:

- I. Assembléia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Conselho Comunitário;

Seção I Da Assembléia Geral

Art. 13 - A Assembléia Geral dos membros, que poderá ser ordinária ou extraordinária é o órgão supremo da instituição, e se constituirá dos sócios em pleno gozo dos seus direitos estatutários, tendo poderes dentro dos limites legais e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse para a Entidade, e suas deliberações vinculam e obrigam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 14 - A Assembléia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente, sendo por ele presidida.

§ 1º - Vinte por cento dos membros em condição de votar podem requerer ao presidente a sua convocação e, em caso de recusa, convocá-la eles próprios.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá convocá-la, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 15 - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as assembleias gerais serão convocadas com uma antecipação mínima de 10 (dez) dias para a primeira convocação, meia hora após para a segunda e última convocação.

Parágrafo Único - As duas convocações poderão ser feitas em um único Edital, desde que dele constem, expressamente os prazos para cada uma.

Art. 16 - Os editais de convocação das Assembleias Gerais deverão conter:

Dr. Rensson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2366 / OAB-PA 13.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

- a) A denominação da Associação, seguida apela expressão "Convocação de Assembléia Geral" ordinária ou extraordinária;
- b) Dia, hora, assim como o local desta realização, o qual, salvo motivo justificado deve ser sempre o da sua sede social;
- c) A seqüência numérica da convocação;
- d) A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- e) Número de membros existentes, na data da sua expedição, para efeito do cálculo do quorum de instalação;

§ 1º - No caso da convocação ser feita por membros, o edital será assinado no mínimo pelos cinco primeiros signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - Os editais de convocação serão fixados em locais visíveis nas principais dependências associação, publicado através de jornal de circulação local, e/ou comunicado por circulares aos membros.

Art. 17 - O quorum mínimo para instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

- a) Metade mais um dos membros em condição de votar na primeira convocação;
- b) Qualquer número de membros para a terceira e última convocação;

Parágrafo Único - O número de membros presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas dos mesmos, constantes do livro de presença.

Art. 18 - Os trabalhos das Assembléias Gerais não convocadas pelo presidente, serão dirigidos por membros escolhidos na ocasião;

Art. 19 - Nas Assembléias em que forem discutidos balanços e contas, o Presidente da Instituição, logo após a leitura do relatório da Diretoria Executiva, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um membro para dirigir os debates e a votação da matéria.

Dr. Renilson Rodrigues Castro

Assinado

048-TO 2166 / 048-PR 10.717-A (1948016)

SEI 01250.034384/2017-31 / pg. 12



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Parágrafo Único – Transmitida a direção dos trabalhos, o presidente e os demais membros deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da assembléia, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Art. 20 - As deliberações das Assembléias gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que nele tiver direta e imediata relação.

§ 1º - Habitualmente a votação será a descoberto, mas a assembléia poderá optar pelo voto secreto, atendendo então às normas usuais.

§ 2º - O que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar na ata circunstanciada lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos, pelos diretores, e Fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) membros indicado pelo plenário e por todos aqueles que o queiram fazer;

§ 3º - As decisões das Assembléias Gerais são tomadas pelo voto pessoal dos presentes, tendo cada membro direito a um só voto, vedada a representação.

Art. 21 - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, após o encerramento do ano social, cabendo-lhe especificamente:

- a) Deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal;
- b) Eleição dos componentes dos cargos sociais;
- c) Deliberar sobre os planos de trabalho e orçamento apresentados pela Diretoria Executiva;

Parágrafo Único – As deliberações da Assembléia Geral Ordinária são tomadas pela maioria simples de votos, observado o que dispõe o Art. 20 deste Estatuto em seu parágrafo 3º.

Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2798 / OAB-PA 13.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Art. 22 - A aprovação do balanço, das contas e do relatório da Diretoria Executiva desonera os seus integrantes, da responsabilidade para com entidade salvo em caso de dolo, erro ou fraude.

Art. 23 - A Assembléia Geral Extraordinária reúne-se sempre que necessário, com poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Instituição, desde que constem do edital de convocação, sendo de sua competência exclusiva, deliberar sobre:


- a) Reforma do Estatuto;
- b) Destituição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário;
- c) Fusão, incorporação ou desmembramento;
- d) Autorização de alienação de bens moveis e imóveis;
- e) Autorização para contratação de empréstimos dívidas e/ou obrigações;
- f) Autorização para doação em garantias, de bens da entidade;
- g) Mudanças de objetivos;
- h) Dissolução voluntária da Entidade e nomeação de liquidante;
- i) Aprovação das contas do liquidante;

§ 1º - São necessários, atendidos o que dispõe o Art. 20, parágrafo 3º deste Estatuto, os votos de 2/3 (dois terços) dos membros presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata o item "g" deste artigo.

Seção II

Da Administração e Fiscalização

Art. 24. A administração e fiscalização da Instituição serão exercidas, respectivamente, por uma Diretoria Executiva, por um Conselho Fiscal e por um Conselho Comunitário.


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado

OAB-TO 2968 / OAB-PA 13.117-A

ACA

Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Art. 25. A diretoria Executiva será constituída por:

- I. Presidente;
- II. Vice Presidente;
- III. 1º Secretário;
- IV. 2º Secretário;
- V. 1º Tesoureiro;
- VI. 2º Tesoureiro;

§ 1º - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um mandato de 04 (quatro anos), permitida a reeleição.

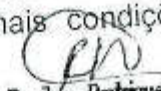
§ 2º - A Diretoria Executiva rege-se pelas seguintes normas:

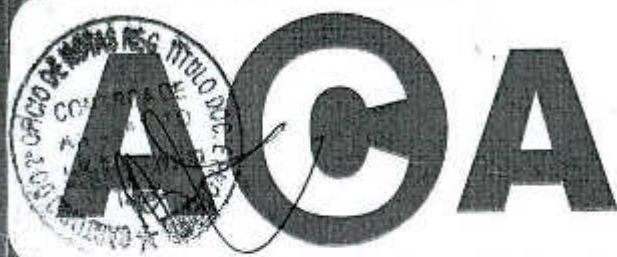
- a) Reúne-se ordinariamente uma vez a cada 06 meses e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, da maioria dos seus membros, ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) Deliberar validamente com a presença da maioria simples dos seus membros, proibida a representação, sendo as deliberações tomadas pela maioria simples de voto dos presentes, reservado ao presidente, o exercício do voto nominal e de qualidade.
- c) As deliberações serão consignadas em ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos pelos membros presentes;

Art. 26 - Perderá automaticamente o cargo, o membro da Diretoria Executiva que faltar sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutiva ou 06(seis) alternadas durante o ano;

Art. 27 - No desempenho das suas funções, e dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, cabem a Diretoria Executiva as seguintes atribuições:

- a) Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades e fixando quantidades, valores, prazos, taxas de encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 1968 / OAB-PA 19.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

- b) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) Estabelecer as normas para funcionamento da Entidade;
- d) Estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra as disposições da Lei, deste Estatuto, ou das regras de relacionamento com a Entidade, que venham a ser estabelecidas;
- e) Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de membros e suas implicações;
- f) Deliberar sobre a convocação das Assembléias Gerais e estabelecer a sua ordem do dia;
- g) Estabelecer a estrutura operacional da administração executiva das atividades, criando cargos a atribuindo funções, reservando a si a contratação de servidores graduados, e fixando normas para a admissão e demissão dos demais empregados;
- h) Fixar normas disciplinares internas;
- i) Indicar o banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósito de numerário, e fixar o limite máximo que poderá ser mantido no caixa da Instituição;
- j) Adquirir, alienar ou onerar bens móveis, imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- k) Contrair empréstimos, dívidas e/ou obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da assembleia geral;
- l) Ceder direitos e constituir mandatários;
- m) Oferecer bens, moveis e imóveis em garantia as obrigações assumidas pela associação com a expressa autorização da assembleia geral;
- n) Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias;
- o) Apresentar ao conselho fiscal o relatório e as contas de sua gestão;
- p) Nomear dentre os membros, os responsáveis pelos departamentos que forem criados;
- q) Regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da instituição.

Dr. Renilson Rodrigues Castro

Advogado

OAB-TO 1998 / OAB-PA 11.171-A

SEI 01250.034384/2017-31 / pg. 16



Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Parágrafo Único – A Diretoria Executiva poderá contratar, sempre que julgar conveniente, assessoramento técnico para auxiliá-la no esclarecimento dos assuntos a decidir.

Art. 28 - Ao Presidente cabe dentre outras, as seguintes atribuições:

- a) Supervisionar as atividades da Instituição, estabelecendo contato com os profissionais e servidores a serviço da mesma;
- b) Assinar conjuntamente com o 1º Tesoureiro, e na ausência deste, com o 1º secretário os cheques e documentos de operações bancárias;
- c) Assinar conjuntamente com o 1º Tesoureiro, e na ausência deste, com o 1º secretário, contratos e demais documentos constitutivos de obrigação;
- d) Convocar e presidir as Reuniões da Diretoria Executiva, bem como as Assembléias Gerais dos membros;
- e) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária, o relatório de gestão, as peças contábeis e o plano de atividades;
- f) Representar a instituição judicial ou extrajudicialmente, em juízo e fora dele;
- g) Adquirir, alienar, onerar em nome da instituição, bens moveis, e imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com a expressa autorização da diretoria executiva;
- h) Contrair em nome da entidade empréstimos dividas e obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da diretoria executiva;
- i) Ceder e constituir mandatários em nome da instituição;
- j) Oferecer em garantia as obrigações assumida em nome da instituição, bens, moveis e imóveis, com a expressa autorização do diretoria executiva
- k) Montar equipe de trabalho de acordo com o nível técnico necessário à execução dos projetos contratados.

Art. 29 - Compete ao Vice-Presidente:


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2966 / OAB-PA 19.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

- a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância;
- c) Desempenhar funções especiais que lhe sejam confiadas pelo Presidente.

Art. 30 – Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral, elaborando atas, registro de presença e notas de reunião;
- c) Supervisionar e manter em dia o expediente;
- d) Orientar e manter em ordem o arquivo de documentos, bem como a relação atualizada do quadro de associados;
- e) Controlar e manter em ordem o patrimônio mobiliário;
- f) Gerenciar toda a estrutura administrativa;
- g) Receber, à época das eleições, as inscrições de candidatos à Diretoria Executiva da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;
- h) Apresentar relatório periódico dos associados inadimplentes;
- i) Publicar todas as notícias da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;

Art. 31 – Compete ao Segundo Secretário:

- a) Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário;

Art. 32 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- a) Assinar, conjuntamente com o Presidente cheques e documentos bancários;
- b) Efetuar exclusivamente através de cheques o pagamento das obrigações assumidas em nome da Instituição e autorizadas pelo presidente;

Dr. Renilson Rodrigues Castro

Advogado

OAB-TO 2965 / 2015-0113.617-0 (1948016)

SEI 01250.034384/2017-31 / pg. 18



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

acacidefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

- c) Coordenar e supervisionar diretamente as atividades de contabilidade e controladoria;
- d) Coordenar e supervisionar o orçamento geral e o fluxo de caixa;
- e) Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da Instituição;
- f) Proceder ou determinar a alguém que proceda à escrituração do livro caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade.
- g) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;
- h) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- i) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- j) Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- k) Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- l) Desempenhar as funções especiais que lhe sejam atribuídas pelo Presidente;

Art. 33- Compete ao Segundo Tesoureiro:

- a) Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- b) Assumir o mandato do primeiro tesoureiro em caso de vacância, até o seu término;
- c) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 34 - Os membros da Diretoria Executiva não são pessoalmente responsáveis pelos compromissos que assumirem em nome da Instituição, mas respondem


Dr. Rivalson Rodrigues Castro
Advogado

OAB-TO 2968 / OAB-PA 13.117-A



Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

solidariamente aos prejuízos de seus atos que praticarem culposamente ou dolosamente.

Seção III Do Conselho Fiscal

Art. 35 - O Conselho Fiscal da Instituição será constituído por 03 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral e igual número de suplentes, eleitos para um mandato de 04 anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 36 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar as contas da Diretoria Executiva, apresentando pareceres técnicos à Assembléia Geral, recomendando sua aprovação ou a sua rejeição;
- b) Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- c) Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- d) Convocar extraordinariamente a Assembléia Geral, sempre que houver motivos graves e urgentes;

§ 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente sempre que necessário;

§ 2º O Conselho Fiscal considerar-se-á reunido com a participação mínima de 03 (três) membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos, permitida a participação dos suplentes como ouvintes, mas sem direito a voto, caso todos os titulares estiverem presentes.


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2966 / OAB-PA 19.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

§ 3º Será lavrada Ata circunstanciada de cada reunião em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A Ata será assinada por todos os presentes.

SEÇÃO IV

Do Conselho Comunitário

Art. 37 - O Conselho Comunitário é o órgão encarregado de zelar pela qualidade moral dos atos praticados por responsáveis pelos órgãos sociais, bem como de todos os associados, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- Zelar pelo cumprimento das disposições legais, deste Estatuto e das decisões tomadas pelos órgãos da Instituição;
- Verificar se os pedidos de admissão ao quadro social atendem às exigências estatutárias;
- Analisar e julgar os desvios de conduta dos associados e membros dos órgãos sociais, notificando-os, e sugerindo a Diretoria Executiva a aplicação de penalidades, quando for o caso;
- Avaliar se o desempenho da Associação e da Rádio Comunitária se forem o caso, está de acordo com os objetivos estabelecidos pela comunidade e pela legislação em vigor;
- Encaminhar, quando for o caso, relatórios anuais sobre o desempenho e atividades da Rádio Comunitária ao Ministério das comunicações;
- Opinar sobre os casos de eliminação de associados.

Art. 38 - O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) membros, representantes indicados por organizações da sociedade civil, sem fins econômicos, localizadas na área de abrangência, e homologados em Assembleia Geral

§ 1º. O mandato dos membros do Conselho Comunitário será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

§ 2º. Os candidatos a membros ao Conselho Comunitário deverão gozar de ilibada conduta ética e moral.


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2366 / OAB-PA 19.117-A

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

CAPÍTULO V

Seção I

Dos Recursos Financeiros

Art. 39 - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por:

- a) Termos de parceria, convênios e contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- b) Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
- c) Doações, legados e heranças;
- d) Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- e) Contribuições dos associados;
- f) Recebimentos de direitos autorais, etc.

Seção II

Do Patrimônio

Art. 40 - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA será constituído:

- a) Pelos bens de sua propriedade;
- b) Pelos auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira;
- c) Pelas receitas provenientes da contribuição de seus associados, da prestação de serviços e convênios.

Seção III

Da Contabilidade e Prestação de Contas


Dr. Renilson Rodrigues Castro

Advogado

OAB-TO 2956 / OAB-PA 13.117-A

Arquivamento (1948016)

SEI 01250.034384/2017-31 / pg. 22

ACA

Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Art. 41- A Contabilidade e a prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

- I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.


Parágrafo único. As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço será levantado a 31 de dezembro de cada ano.

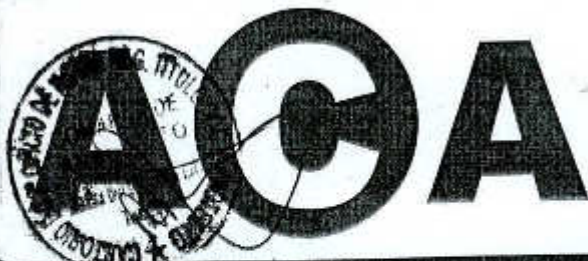
Capítulo VI Dos Livros

Art. 42 - A Associação deverá ter:

- I. Livro de Matrícula de membros;
- II. De atas das Assembleias Gerais;
- III. De atas das Reuniões da Diretoria Executiva;
- IV. De Atas do Conselho Fiscal;
- V. De presença dos membros às Assembleias Gerais;
- VI. Outros, fiscais e contábeis obrigatórios;

Parágrafo único – É facultado a adoção de livros, folhas soltas ou fichas;


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2966 / OAB-PA 19.117-A



Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Art. 43 - No livro/ficha de matrícula os membros serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- I. Nome, RG, CPF, Nº do Registro Profissional quando houver, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e endereço residencial;
- II. A data de sua admissão e quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão.

Capítulo VII Da Dissolução

Art. 44 - A ACA será dissolvida por vontade manifesta em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observado o disposto neste Estatuto, ou por força judicial;

Art. 45 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os membros, sendo doada a instituição congênere, sediada neste município, legalmente constituída e, em atividade para ser aplicada nas mesmas finalidades entidade dissolvida.

CAPITULO VIII Das Disposições Gerais

Art. 46 - A Instituição não distribuirá entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos, bonificações, dividendos, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação de seu resultado, aplicando integralmente o "superávit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Parágrafo único. Poderão ser contratados e remunerados, sem deliberação da Assembléia Geral, funcionários administrativos, consultores e técnicos mesmo que tenham "status" de Diretores.

Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado

OAB-TO 255 / OAB-PA 12.117-A



Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Art. 47 - A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembléia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Único. A Diretoria Executiva normatizará o procedimento eleitoral da entidade.

Art. 48 - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 49 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescentes do patrimônio não poderá ser distribuído entre membros, devendo ser doada a instituição congênere, legalmente constituída, e em atividades, para ser aplicada nas mesmas finalidades da instituição dissolvida.

Art. 50 - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - 'não se envolverá em questões político-partidárias, classistas ou religiosas.

Art. 51 - O presente Estatuto, que poderá ser alterado no todo ou parte, mediante deliberação tomada em assembléia geral extraordinária convocada para tal fim, foi aprovada em assembleia geral da realizada nesta data, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 52 - Os casos omissos serão dirimidos, pela Assembleia geral, no que couber pela Lei e pelos princípios gerais de Direito, ouvidas as instâncias da Instituição.

CAPITULO VIII Das Disposições Gerais


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2968 / OAB-PA 19.117-A



Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Art. 46 - A Associação será dissolvida por vontade manifesta em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observando o disposto neste Estatuto.

Art. 47 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os membros, devendo ser doada a instituição congênere, legalmente constituída, e em atividade, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para ser aplicada nas mesmas finalidades da Instituição dissolvida.

Art. 48 - A Instituição não distribuirá entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos, bonificações, dividendos, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação de seu resultado, aplicando integralmente o "superávit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Parágrafo único. Poderão ser contratados e remunerados, sem deliberação da Assembléia Geral, funcionários administrativos, consultores e técnicos mesmo que tenham "status" de Diretores.

Art. 49 - A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembléia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Único. A Diretoria Executiva normatizará o procedimento eleitoral da entidade.

Art. 50 - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 51 - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - não se envolverá questões político-partidárias, classistas ou religiosas.


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado

OAB-TO 2956 / OAB-PA 19.117-A

ACA

Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Art. 52 - O presente Estatuto, que poderá ser alterado no todo ou parte, mediante deliberação tomada em assembléia geral extraordinária convocada para tal fim, foi aprovado em Assembléia Geral da realizada nesta data, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 53 - Os casos omissos serão dirimidos, pela Assembleia geral, no que couber pela Lei e pelos princípios gerais de Direito, ouvidas as instâncias da Instituição.

Ananás - TO, 01 de setembro 2016.



WILSON-SARAIVA DE CARLHO
Presidente




CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000
PESSOAS JURÍDICAS-LIVRO A

Protocolizado e digitalizado sob o nº 00000004, registrado sob o nº 01000165, livro A-003, às folhas 012/012, o seguinte documento: Estatuto.
Dau fe

Ananás-TO, 01 de setembro de 2016


Rosiane Alencar Santos-Escrevente
Selo Digital nº128000AAA001716




Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2908 / OAB-PA 16.117-A

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/94.
CÓDIGO 144444GZ6-21678B-73 Ananás-TO, 19 de maio de 2017.
14-21-45H

Edina Borges/Santos-suc-official
Selo Digital nº128000AAA018550-XVX
http://corregeoria.jto.jus.br/index.php/selodigital



AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935, de 18/11/1994.
"0001" G5ECBVLA-218754-10" Ananás-TO, 19 de maio de 2017.
14.22.03h

Edina Borges Santos-sub-oficial
Selo Digital nº128900AAA018553-QXF
<http://correedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

28 Educar para libertar!



Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 08 DE AGOSTO DE 2015.

Às 20h00min do dia 08 de agosto de 2015, em atendimento ao edital de convocação Nº 001/2015 expedido no dia 28 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.426 pag. 41 e afixado na sede da entidade, conforme determina o § 2º do art. 16 do estatuto social vigente, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede da ACA, em primeira convocação, os membros da Associação Comunitária De Ananás – ACA, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 01) Assuntos gerais de interesse da entidade; 02) Prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório da gestão, o parecer do Conselho fiscal; 03) Planos de trabalho e orçamento para o exercício seguinte; 04) Eleição Dos Membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. Os trabalhos foram coordenados pela presidente da instituição, senhora Rosilene da Silva Silveira, que convidou a mim Silzo Rodrigues, Sócio desta entidade, para secretariar "Ad Hoc" a reunião e lavrar a presente ata circunstanciada. Ao iniciar a reunião, a senhora coordenadora ordenou que se fizesse a conferência do quórum, como determina o estatuto social, o que foi feito através da contagem das assinaturas apostas na lista de presenças. Estando presentes o número de membros suficientes para tomada de decisões, declarou-se abertos os trabalhos. De início a senhora coordenadora saudou e deu as boas vindas a todos, quando, atendendo ao primeiro ponto da pauta fez um amplo relato sobre a atual situação da entidade, bem como seus programas e projetos em andamento. Ato contínuo passou-se o segundo ponto da pauta, quando a senhora presidente apresentou a plenária, as contas relativas ao exercício findo, compreendendo o relatório da gestão e o balanço, com o parecer do Conselho fiscal favorável à sua aprovação. Após as explicações necessárias e dirimidas as dúvidas surgidas, a Assembleia Geral referendou o parecer do conselho fiscal, dando por aprovadas as contas apresentadas. Continuando os trabalhos, a senhora coordenadora apresentou, para o referendo da assembleia geral, o plano de trabalho, bem como o planejamento orçamentário da entidade para o exercício



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3412-1299

acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás



Rosiane Alencar Santos
Secretária Substituta

em curso, anteriormente elaborado pela Diretoria Executiva, que foi referendado pelos presentes. Na continuidade, passou-se ao ponto de pauta seguinte, ou seja, a eleição para a composição dos cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. A senhora coordenadora informou que não havia chapas concorrentes, pois até aquele momento apenas uma chapa havia se apresentado para concorrer ao pleito. Assim sendo, a chapa única foi eleita por aclamação, ficando a **Diretoria Executiva** e os **Conselhos** assim compostos: **DIRETORIA EXECUTIVA – Presidente:** Wilson Saraiva de Carvalho, brasileiro, casado, portadora do RG 011.444 2ª via SSP/TO, CPF 297.818.761-15, residente na Avenida Brasil, 106 – Centro – Ananás – To; **Vice Presidente:** Idemar Leandro Furniga, brasileiro, casado, portador do RG 1248956 SSP-MA, CPF 299.559.123-91, residente e domiciliada na Rua João Batista, Nº 620, centro, Ananás – To; **Primeira Secretaria:** Raimunda Rosa de Sousa Carvalho, brasileira, casada, portadora do RG 011.441 2ª via SSP-TO, CPF 198.953.991-20, residente na Av. Brasil, centro, Ananás – To; **Segunda Secretaria:** Revande Rodrigues Castro, brasileiro, casado, portadora do RG 011.512 SSP-TO, CPF 796.427.481-34, residente na Rua João Batista, centro, Ananás – To; **Primeiro Tesoureiro:** José Lindomar Dias, brasileiro, solteiro, portador do RG 1.341.731 SSP-TO, CPF 275.978.651-04, residente na Rua Antonio Marinho, Nº 92, Centro – Ananás – To; **Segundo Tesoureiro:** Isabel Neta Borges, brasileira, casada, portadora do RG 227.768 SSP-TO, CPF 328.419.221-20, residente na Rua 15 de novembro, 05, Centro – Ananás – To; **CONSELHO FISCAL – TITULARES:** 01) Wanderson Alves de Paiva, brasileiro, casado, portador do RG 842.340 SSP-TO, CPF 012.774.221-25, residente na Rua João Batista, S/Nº Centro – Ananás – To; 02) Rosalvo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, portadora do RG 863.490 2ª via, SSP-TO, CPF 549.587.411-00, residente na Rua JK, nº 367, Centro – Ananás – To; 03) Elisabete Gomes Ferreira, brasileira, viúva, portadora do RG 35.865.190-6 SSP-SP, CPF 443.247.661-34, residente na chácara Água Branca, Ananás – To; e para seus **SUPLENTE:** 01) Francisca das Chagas Cardoso Oliveira, brasileira, casada, portador do RG 336.544 SSP-TO, CPF 789.250.701-97, residente na Rua João

ACA

290 =

Educar para libertar!

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás



Rosiane Alencar Santos
Oficial Substituto

Batista, nº 620, Centro – Ananás To; **02)** José Dias de Sousa, brasileiro, casado, portador do RG 595.947 SSP-GO, CPF 198.703.611-53, residente na Rua 9 de Julho, 150, Centro – Ananás – To; **03)** Luiz Gonzaga Filho, brasileiro, casado, portador do RG 5051357 SSP-GO, CPF 010.247.061-84, residente na Rua 21 de Abril, Nº 74, Centro – Ananás – To; Para o **CONSELHO COMUNITÁRIO - TITULARES: 01)** Antônio Marinho de Abreu, brasileiro, casado, portador do RG 69361 SSP/TO. CPF 800.495.671-87, representante indicado pela ASSOCIAÇÃO ARTE NO FRUTO – AAF, registrada no CNPJ/MF sob o nº 08.976.517/0001-22; **02)** Gilbemi Rodrigues Costa, brasileiro, casado, portadora do RG 50835 SSP-TO, CPF 002.795.901-56, representante indicado pela ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS TERRA NOSSO SONHO, registrada no CNPJ/MF sob o nº 07.225.181/0001-01; **03)** Bernadete Miranda Sousa, brasileira, casado, portador do RG 424.559 SSP/TO. CPF 575.957.981-91, representante indicada pela ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA PAROQUIAL SÃO PEDRO, registrada no CNPJ/MF sob o nº 01.911081/0001-44; **04)** Soraia Francisca da Silva, brasileira, casada, portador do RG 720009 SSP/TO. CPF 856.263.841-20, representante indicada pela ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 04 BOCAS, registrada no CNPJ/MF sob o nº 14.309.290/0001-64; **05)** Agnaldo Feitosa de Sousa, brasileiro, casado, portador do RG 265.268 SSP/TO. CPF 885.943.941-87, representante indicado pelo INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA AÇÃO SOCIAL – INSTITUTO IDEIAS, registrada no CNPJ/MF sob o nº 17.160.234/0001-07; Isto feito, o Presidente eleito, fez uso da palavra, quando agradeceu a todos a confiança em seu nome depositada, ao tempo que convocou todos os empossados e os demais associados a se unirem e empenharem na busca da realização dos objetivos da entidade, que é a promoção da melhoria da qualidade de vida dos Tocantinenses é principalmente dos ananaenses, município sede da nossa entidade. E, nada mais tendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião, cuja ata, após lida e achada conforme, vai adiante assinada por mim, Silzo Rodrigues, que lavrei a presente ata, pelos eleitos e empossados e por todos os sócios que desejarem.

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

acacidefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

Oficial Substituta

- 16 Robrícia Alves da Silva
- 17 Wanderson M. V. Leite
- 18 RONARDO RODRIGUES TAVARES
- 19 Helizian Ceres Barbosa
- 20 Isabel Neta Borges Sousa
- 21 Franusca das Chagas Cardoso Oliveira
- 22 Sebastião Silveira da Silva
- 23 JOSE ALVES DOS SANTOS
- 24 Rosilene da Silva Silveira
- 25 Maria Gens de Azeiteira
- 26 Ideneir Lucindo Junior
- 27 François Edna P. da Silva
- 28 Alinaldo Pereira de Sousa
- 29 Beomacele
- 30 Rosalvo Alves de Oliveira
- 31 Damiro Ribeiro dos Santos

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299
acacidadefm@bol.com.br

Nós Amamos Ananás

32 Mary Eneide Fernandes Lima Gonzaga

33 Leus Gonzaga Lima

34 Maria Cleidilam Gonzaga L.

35 Antonio Ribeiro Junior.

36 Soraia Francisco da Silva

37 Meiseis Alves da Silva

38 Bafel Garcia Silva

39 Romando Luis Silva de Silva

40 Rosimere S. dos Santos

41

42

43

44

45

46

47



SELO REGISTRAL
ATO REGISTRAL
FUNCIONAL
Lei nº 201/1989

ARB 002265



- CERTIDÃO -

Certifico e dou fé, em virtude do pedido vertido
da pessoa interessada, que o título a que se refere a
presente via foi registrado neste Cartório

sob N. 1761, e Fls. 288 a 291 do Livro n. B-10

Ananás, 19 de Agosto de 2015

Rosiane Alencar Santos
Oficial Substituta

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Prat. 1600 Registrado sob nº 1761
Livro A-02 Fls. 288 a 291 do Livro B-10
Anos 23 Anos 19/08/2015
Rosiane Alencar Santos
Oficial Substituta

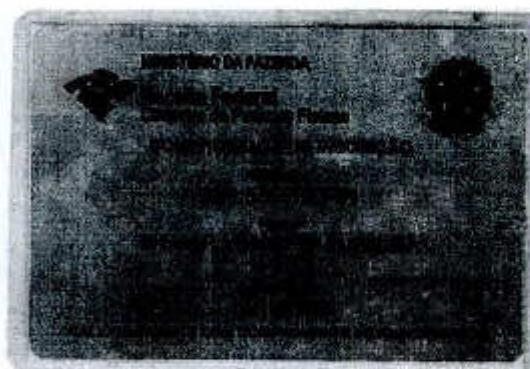
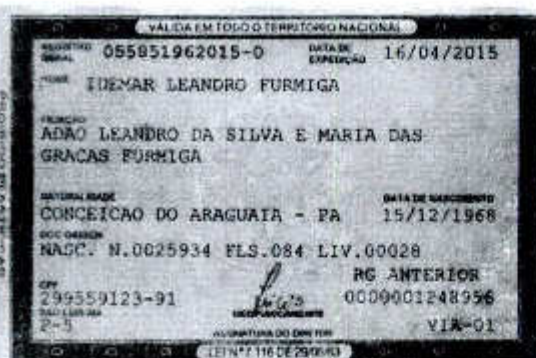
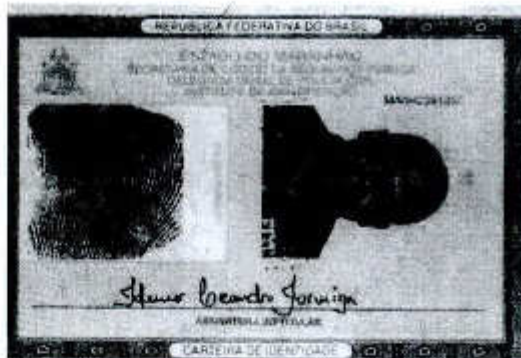


Rosiane Alencar Santos
Oficial Substituta

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANANÁS-TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento
original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1984
"02011-GS708VIEZ-216178-94" Ananás-TO, 19 de maio de 2017.
14.21.67h

Edina Borges Santos-sub-oficial
Selo Digital nº 128900AAA018552-MZK
http://corregedoria.jto.jus.br/index.php/selodigital



**SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ANANÁS**

SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CNPJ: 00007088000173

AVENIDA BETEL, Nº 1173 - CENTRO

Fatura de Serviços, Água e Esgoto

Instalação 000004088	Código de Baixa 2-23546-1-9	Hidrometro	Referência 9/2016	Vencimento 30/09/2016																																																																							
Proprietário IDEMAR LEANDRO FORMIGA		Compromissário/Inquilino IDEMAR LEANDRO FORMIGA																																																																									
Endereço da Ligação 160-RUA JOAO BATISTA, 620 0-CENTRO CEP: 77890000		Endereço de Correspondência 160-RUA JOAO BATISTA, 620 0-CENTRO CEP: 77890000																																																																									
Compl: ANANAS-TO		Comple: ANANAS-TO																																																																									
Setor: 00001 Rota: 00001 Seq: 1780		Setor: 00001 Rota: 00001 Seq: 1780																																																																									
Nº Economia 1	Dias 30	Proxima Leitura	Corte	Data Leitura	Leitura Anterior 0	Leitura Atual 0	Resid.	Consumo 0	Cons. Fat 15																																																																		
Categoria SEM HIDRÔMETRO 15		Ocorrência																																																																									
<table border="1"><thead><tr><th>Refer</th><th>Consumo</th><th>Leitura</th><th>Nº Dias</th><th>Data</th></tr></thead><tbody><tr><td>8/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>7/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>6/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>5/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>4/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>3/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>2/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>1/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>12/2015</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>11/2015</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>10/2015</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr></tbody></table>					Refer	Consumo	Leitura	Nº Dias	Data	8/2016	0	0	30		7/2016	0	0	30		6/2016	0	0	30		5/2016	0	0	30		4/2016	0	0	30		3/2016	0	0	30		2/2016	0	0	30		1/2016	0	0	30		12/2015	0	0	30		11/2015	0	0	30		10/2015	0	0	30		<table border="1"><thead><tr><th colspan="2">Discriminação das Receitas</th></tr></thead><tbody><tr><td>ÁGUA</td><td>24,50</td></tr><tr><td colspan="2">TOTAL DA CONTA: 24,50</td></tr></tbody></table>					Discriminação das Receitas		ÁGUA	24,50	TOTAL DA CONTA: 24,50	
Refer	Consumo	Leitura	Nº Dias	Data																																																																							
8/2016	0	0	30																																																																								
7/2016	0	0	30																																																																								
6/2016	0	0	30																																																																								
5/2016	0	0	30																																																																								
4/2016	0	0	30																																																																								
3/2016	0	0	30																																																																								
2/2016	0	0	30																																																																								
1/2016	0	0	30																																																																								
12/2015	0	0	30																																																																								
11/2015	0	0	30																																																																								
10/2015	0	0	30																																																																								
Discriminação das Receitas																																																																											
ÁGUA	24,50																																																																										
TOTAL DA CONTA: 24,50																																																																											
Tabela de Qualidade da Água - Data 25/01/2016																																																																											
Parâmetros	Resultados	Padrão	Unidade																																																																								
Cloro	0,5	0,2 a 2,0	mg/l																																																																								
Cor	10	15	uH																																																																								
Fluor	0	0,6 a 0,8	mg/l																																																																								
PH	7	6 a 9,5	mg/l																																																																								
Turbidez	1	5	uT																																																																								
Col. Totais	0	Ausência	ml																																																																								
Col	0	Ausência	ml																																																																								

CONSTA 1 CONTAS DE ÁGUA EM ABERTO - O NÃO PAGAMENTO PODE GERAR CORTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

**SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ANANÁS**

SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CNPJ: 00007088000173

Fatura de Serviços, Água e Esgoto

Proprietário IDEMAR LEANDRO FORMIGA		Referência 9/2016	Vencimento 30/09/2016
Compromissário/Inquilino IDEMAR LEANDRO FORMIGA		Nº do Hidrometro	Instalação 000004088
160-RUA JOAO BATISTA, 620 0-CENTRO		Emissão 25/08/2016	Código de Baixa 2-23546-1-9
CEP: 77890000			
Compl:			
Setor: 00001 Rota: 00001 Seq: 1780		Total da Conta 24,50	

82620000000-6

24500162201-9

60930030120-5

00023546009-4



VIA-01

P-5

LEI Nº 7.716 DE 2009

ASSISTENTE SOCIAL

CPF 194.437.221-00 - TABELÃO

ANANAS - TO

DATA DE NASCIMENTO 27/06/1985

NASC.N.9424 PLS.156V LIV.A10

AFONSO ROMAO DOS SANTOS E LINDALVA

PEREIRA DOS SANTOS

ANDREIA PEREIRA DOS SANTOS ROMAO

DATA DE EMISSÃO 16/04/2004

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
DEL. EMANUEL ACAIABA REIS DE SOUSA
 CPF 194.437.221-00 - TABELÃO

Atestico a presente fotocópia conforme o ORIGINAL que me foi apresentado. Dou fé. 1014*Palmas, 07 de novembro de 2013.
 Custas: R\$1,25 - FUNCIVIL R\$0,44 - Anady Mota de Sousa e Souza - Escrevente - Valido somente com o Selo de Fiscalização



VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 QUALQUER EMENDA OU RASURA SERA CONSIDERADA COMO INDICIO DE AUTENTICAÇÃO OU FALSIFICAÇÃO



Exemplo em Legitimidade
 AUTENTICAÇÃO
 FUNCIVIL
 Nº 231/08

AUI 897927

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO

GERÊNCIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MA900672786

Andréia Pereira dos Santos Romão

ASSINATURA DO TITULAR

CANTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emissão: ABR/2004

BANCO DO BRASIL

1º TABELIONATO DE NOTAS
DEL. EMANUEL ACAIABA REIS DE SOUSA
 CPF 194.437.221-00 - TABELÃO

Atestico a presente fotocópia conforme o ORIGINAL que me foi apresentado. Dou fé. 1014*Palmas, 07 de novembro de 2013.
 Custas: R\$1,25 - FUNCIVIL R\$0,44 - Anady Mota de Sousa e Souza - Escrevente - Valido somente com o Selo de Fiscalização



VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 QUALQUER EMENDA OU RASURA SERA CONSIDERADA COMO INDICIO DE AUTENTICAÇÃO OU FALSIFICAÇÃO



Exemplo em Legitimidade
 AUTENTICAÇÃO
 FUNCIVIL
 Nº 231/08

AUI 897928

Cadastro de Pessoas Físicas

CPF

019.276.701-10

Nome: ANTONIO PEREIRA

Nascimento: 27/06/1985

Dados do Cliente

AFONSO ROMAO DOS SANTOS

RANI/CNPJ/CPF: 27322260120 IE:

Cha Grota do Chico - Rural - CEP: 77890-000 - Ananias - TO

Mês	Vencimento	Consumo Faturado kWh	Valor (R\$)
09/2013	24/09/2013	124	39,16

Dados da U.C.

Classe: RURAL

SubClasse: RURAL CULTIVO DO SOLO

Tipo de Tarifa: CONVENCIONAL

Grupo de Tensão: B

Fase: MONOFASICO

Local: 0098

Etapa / Livro / Seq: 08 / 098362 / 45

Perdas do Ramal:

Fator de Potência:

Dados do Fornecedor

Tensão nominal ou contratada (V): 220

Limites adequados de tensão (V): 201 a 231

Equipamento: 1000130540

Perdas de Transformações (%): 0

Dados da Leitura

Leitura Atual: 11/09/2013

Leitura Anterior: 13/08/2013

Próxima Leitura: 11/10/2013

Número de Dias Faturados: 29

Origem da Leitura Atual: Média

Consumo médio diário: 4,28

Média dos 12 últimos meses: 160,00

Emissão: 13/09/2013

Apresentação: 17/09/2013

Dados da Medição	Unidade Medida	Leitura Atual	Leitura Anterior	Constante de Faturamento	Medido	Faturado	Dados do Faturamento	Faturado	TE - Energia (R\$) Tarifa	Valor	TU - Distribuição (R\$) Tarifa	Valor	Total (R\$)
Consumo	kWh	6795	8733	2,0000	124,00	124,00	Consumo	124	0,108570	13,46	0,148970	18,47	31,93
							ICMS						5,43
							COFINS						1,48
							PIS						0,32
							Subtotal (R\$)						39,16

Tributos	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	21,78	25,0000	5,43
COFINS	39,15	3,77680	1,48
PIS	39,15	0,81700	0,32

Composição do Preço (Art. 31, Resolução 188/2003)

Distribuição	Ene. Sistema	Energia	Transmissão	Perda	Soma (R\$)
14,69	2,18	14,21	0,87	7,23	39,18

Incidido sobre a conta paga após o vencimento multa de 2%, juros de mora de 0,0333% ao dia (conf. Lei 10.438/02) e atualização monetária com base no IGP-M a serem incluídos na próxima conta.

Notificação de Suspensão de Fornecimento

Até a presente data não foram pagos o pagamento da(s) seguinte(s) fatura(s):

Mês	Valor R\$	Vencimento
09/2013	106,85	23/09/2013

Caso o cliente não pague a fatura e não seja realizado o pagamento do fornecimento a partir da data de vencimento, o fornecimento será suspenso. O fornecimento será retomado após o pagamento da fatura e a suspensão do fornecimento. No caso de suspensão do fornecimento, o cliente deverá ser avisado com antecedência de 10 dias úteis. Caso o pagamento seja realizado, deverá ser considerado pela notificação.

Histórico de Consumo de Energia Elétrica - kWh



RESERVADO AO FISCO

B1FD.455B.54E3.1D6C.9FC6.B24F.0F06.C417

Mensagens

A partir de 2014 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de Setembro vigorará a bandeira Vermelha, a qual implicará R\$ 0,030 /kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br.

Reajuste Tarifário médio de 11,09%, conf. Res. Anel 1.564/13, vigente a partir de 04/07/13. Eventuais diferenças serão cobradas posteriormente.

Diferimento de ICMS: R\$ 5,38

FATURADO POR MÉDIA

Nome	UC	Local/Etapa/Livro/Seq	Número da Fatura	Referência	Vencimento	Valor Cobrado (R\$)
AFONSO ROMAO DOS SANTOS	4561686	0098/06/098362/45	05-2013034669674-40	09/2013	24/09/2013	39,16

836300000004 391600120003 001050020138 534669674408



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO




Yasmyr Bruna Lopes Dias

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA: 09/05/2017

NÚMERO: 853.916 2ª via

YASMYN BRUNA LOPES DIAS

GEORVANY DIAS DE SOUSA

EVA LOPES DE SOUSA

ANANÁS-TO

DATA DE NASCIMENTO: 20/11/1994

CERT. NASC. Nº 96, LV A-01, FLS 024, EXP 27/09/2011

SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS-TO

045.801.711-76

CITRINHA 04/04/2002

LE Nº 7.115 DE 20/06/03

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
049.801.711-76

Nome
YASMYN BRUNA LOPES DIAS

Nascimento
20/11/1994

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
FDOF.OFEF.08E6.1063

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada no infomai, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Às 20:46:00 do dia 05/03/2012 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

Conta referência a 8ª da Conta / UC (Unidade Consumidora) 8/195533-5

Canal de contato

MAI/2017

Apresentação

18/05/2017

Data prevista da próxima fatura

20/06/2017

CPF / CNPJ / RAN	Anterior	Atual	Constante	Consumo	Olas
42819203104	Data Leitura Data Leitura	17/04/17 7844 18/05/17 7808	1	164	31

Discriminação do Produto / Demonstrativo			Valor (R\$)
Consumo até 30kWh-BR	30 0,17037		5,11
Consumo - 31 a 100kWh-BR	78 0,29269		20,44
Consumo - 101 a 220kWh-BR	84 0,43813		28,64
Adic. E. Vermelha			3,29
Subsídio			30,22
PIS			1,38
COFINS			7,39
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
Devolução Subsídio			-30,22
Contrib de Lum Pub			4,50

Histórico de Consumo (kWh)	
ABR/2017	150
MAR/2017	167
FEV/2017	116
JAN/2017	127
DEZ/2016	121
NOV/2016	133
OUT/2016	148
SET/2016	190
AGO/2016	162
JUL/2016	151
JUN/2016	139
MAI/2016	170
DIÁ ULTIMOS MESES	3 kWh

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR (R\$)
ICMS	0,00	ISENTO	0,00
PIS	95,97	1,8500%	1,78
COFINS	95,97	7,8000%	7,49

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
17/06/2017	R\$ 70,25

RESERVADO AO FISCO

735C.450D.BE31.3910.2A5E.005F.3043.1022

Indicadores de Qualidade			Composição do valor total da sua conta	
03/2017-Consumo ANANAS				
Limites da ANCEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor(R\$) %
SEMENSA 9,24	0,00	NOMINAL 380	Serv. Del.	24,25 34,53
TRIMESTRAL 18,48		CONTRATADA	Conta de Energia	25,86 36,81
ANUAL 36,96		LIMITE INFERIOR 360	Serviço de Transmissão	1,09 1,55
SEMENSA 3,73	0,00	LIMITE SUPERIOR 389	Encargos Setoriais	9,66 13,75
TRIMESTRAL 7,47			Impostos Diretos e Encargos	13,31 18,93
ANUAL 14,95			Outros Serviços	0,00 0,00
NO 4,98	0,00		Total	70,25 100,00
DIÁ 12,22			Valor do RUSD(Ref 03/2017): R\$ 31,96	

ATENÇÃO

SEGUNDA VIA DE CONTA

a unidade foi entregue como BOM FIM, sendo em desobediência do R00120

energisa

VENCIMENTO TOTAL A PAGAR

17/06/2017 R\$ 70,25

366000000-1 70250012000-2 01955332017-7 05600880019-6





SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - S.A.A.E

AVENIDA BETEL, S/N - CENTRO

ANANAS

- TO - CEP 77.890.000

C.N.P.J.: 00.007.088/0001-73 - Fone: (63) 9209-3089

CONTEA D'AGUA

FOLHA: 1/1

INSCRIÇÃO	CLS	CAT	TAM	ECO	INCLUSÃO EM	NF/CONTA	EMIÇÃO	MES/AN
0000862.6	PAR	100	2R-2	001	01/03/07	120086605	28/04/12	MAI/2012
IDENTIFICAÇÃO DO CONSUMIDOR								

ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA
RUA JUCELINO KUBITSCHKE, 367
CENTRO
ANANAS

GER: 7th, 8th & 10th

LOCALIZAÇÃO

00.00.02.0000001320

ENDEREÇO DE ENTREGA

TECHNIQUES

LOCALIZAÇÃO

HIDROMETRIA **SERVIÇOS E TARIFAS**

SERVIÇOS E TARIFAS		PREST	VALOR
HIDROMETRO	DATA INSTALAÇÃO	MOD	ANOS
SEM HIDROM	**/**/**	000	00/00
LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA		
***	**/**/**		
LEITURA ATUAL	DATA LEITURA		
***	**/**/**		
CONSUMO	DIAS DE CONSUMO		
0010	***		
CORRÊNCIA	LEITURAS		
000	000		

ULTIMOS CONSUMOS PARAMETROS DA AGUA DISTRIBUIDA

PARÂMETROS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA					
MES PAT.	CONS.	OGORR	MES PAT.	CONS.	OGORR
NOV/11	00010	000	FEV/12	00010	000
DEZ/11	00010	000	MAR/12	00010	000
JAN/12	00010	000	ABR/12	00010	000
MÉDIA: 00010					

Portaria 518 de 25/03/2011 - Valores máximos permitidos						
Data: 01/02/2012						
Parâmetros	Cor	pH	Cloro	Turbidez	Fluor	Col. Totais
Padrão	até 15 UH	6,5 a 8,5	0,2 a 0,5	até 5 UH	até 1,5 mg/L	até 500
Obtidos	9,00	7,00	0,50	1,00	0,00	0
Outros Analises:						

MENSAGENS

MEL DE MATO, MEU DE AMOR, MEL DAS DOÇAS, MEL
DAS MÃES. MAS SÓ HAVE UM MEL: O MEU, SÓ O
UNICO AMOR VERDADEIRO É DO MEU PAI, PARA O MEU
FILHO, PETRILHA. ESTE AMOR É O MEL.

MULTA	ENCARGOS DIÁRIOS	MESES EM DÉBITO
28% 0,31	0,033 0,01	MAR/2012

VENCIMENTO 31/05/2012

VALOR R\$	15,50
-----------	-------



SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - S.A.A.E.

AVENIDA DETEL. S/N CENTRO

ANANAS

TO CLP 77 890-000

INSCRIÇÃO	NOME
0000862.6	ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA

NE/CONTA MES/FAT
120008603 MAI/2012

MAI/2012

END
RUA JUCELINO KUBITSCHKE, 367 CENTRO

LOCALIZAÇÃO
00.00.02.0000001320

SEQ. : 11

VENCIMENTO 31/05/2012

VALOR R\$ 15,50

0000862.05.12.120008603

82660000000.2 15500162000.6 08620512120.4 00860300002.0

SAAF

NO RASIES

AUTENTICAÇÃO NO VERSO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

OUTRO FOTÓTIPO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 226.696 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 17/11/2016

NOME JOSÉ ALVES DOS SANTOS

FILIAÇÃO PETRONÍLIO JOSÉ DOS SANTOS
ALDENORA ALVES DOS SANTOS

NATURALIDADE ANANÁS-TO DATA DE NASCIMENTO 11/11/1966

CERT. NASC. Nº 11.751, LV A-10, FLS 126, EXP. 20/05/2016

XAMBIA-TO

CPF 849.118.671-91

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JOSE ALVES DOS SANTOS

Nº de Inscrição 849118671-91 Data de Nascimento 11/11/66

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura JOSE ALVES DOS SANTOS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 31/10/96

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR JOSE ALVES DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 11/11/1966

ABRIGADO 0190 9042 2704

ZONA 012

REGIÃO 0045

MUNICÍPIO UF ANANÁS-TO

DATA DE EMISSÃO 01/05/2008

ASSINATURA DO TITULAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MOLEDAIR DIRETO

ASSINATURA DO IMPRESSO CÍVEL DO ELEITOR

MARIA GENY DE OLIVEIRA
RUA JOSE DE ALENCAR, S/N (0509900015700) CENTRO
ARANHA (70) CEP: 7790000 (AG 2)

Classificação: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO
Referência: Out/2016
Emissão: 18/10/2016
Número da ordem/Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica: Sine: B10N000252301

ENERGISA
104 Nave, Conj B, Lote 12A - Povoado Norte
Parnaíba/TO - CEP 77000-000
CNPJ 08.650.000/01-71 Ins. Est. 25.001.998/6
Código para Débito Automático: 00001953246

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 721 3330 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Nº da Conta / UC (Unidade Consumidora): 8/195324-9

Out / 2016

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2004

Apresentação

19/10/2016

Data prevista da próxima leitura

18/11/2016

CPF / CNPJ / RANI

8329726172
inc. Est.

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
19/09/16	1088	19/10/16	1205	1

Discriminação do Produto / Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 20kWh-BR	20	0,19118	5,43
Consumo - 31 a 100kWh-BR	70	0,31060	21,74
Consumo - 101 a 220kWh-BR	17	0,48591	7,62
Subsídio			26,42
PIS			0,76
COFINS			3,51
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
Contrib. de Lum. Publ.			2,50
Devolução Subsídio			-26,42

Histórico de Consumo (kWh)

Set/16	125
Ago/16	111
Jul/16	102
Jun/16	108
Mai/16	102
Abr/16	174
Mar/16	116
Fev/16	107
Jan/16	78
Dez/15	104
Nov/15	99
Out/15	72

Média dos últimos meses
116kWh

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	0,00	0,00	0,00
PIS	65,79	1,1616	0,76
COFINS	65,79	5,3496	3,51

VENCIMENTO

26/10/2016

TOTAL A PAGAR

R\$ 42,86

RESERVAÇÃO DE RISCO

3f55.072a.9c47.Ce0b.bf1d.7abb.946b.afde

Indicadores de Qualidade

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIMENSIONAL	10,04	0,43	NOMINAL
D.T. TRIMESTRAL	20,08		
D.T. ANUAL	40,16		
F.C. TRIMESTRAL	3,00	1,00	CONTRATADA
F.C. ANUAL	7,00		LIMITE INFERIOR
CMSC	16,20		LIMITE SUPERIOR
CMCR	5,22	0,43	
D.C.R.	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Distribuição Energética TO	15,68	36,59
Compra de Energia	14,71	34,32
Serviço de Transmissão	0,70	1,63
Encargos Setoriais	4,00	9,33
Unidade Distribuição Energética	7,77	18,13
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	42,86	100,00

Valor do ELSD (Ref. 9/2016) R\$ 19,00
Adesão à subest. T&U: R\$ 0,00

ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$20,42

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Isabel Neta Borges Sousa
ASSINATURA DO TITULAR

CARTeira DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

227.768 2ª 08/05/2017

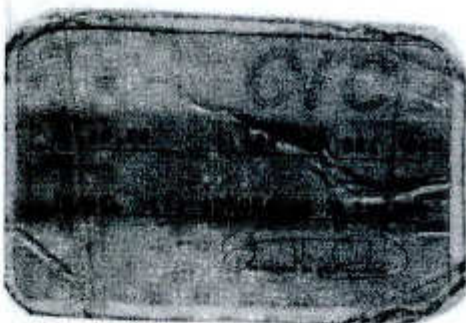
ISABEL NETA BORGES SOUSA

PAI: JOAO MOREIRA DE OLIVEIRA
MÃE: GERCIANA BORGES DE OLIVEIRA

ATUALIZAÇÃO: ANANÁS-TO 21/04/1984

CERT. CAS. Nº 1119, LV 04, FLS 098, EXP. 24/11/1983
ANANÁS-TO

328.419.221-20



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR: ISABEL NETA BORGES SOUSA

DATA DE NASCIMENTO	ANEXO	DTA	DTA
21/04/1984	0190 8501 2704	012	0105

MUNICÍPIO: ANANÁS-TO DATA DE EMISSÃO: 24/04/2017

Assinatura do titular

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLÍCIA ELEITORAL

Isabel Neta Borges Sousa
ASSINATURA DO TITULAR DO TÍTULO

DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Retire para simples pagamento da nota fiscalizada de energia elétrica. Série: B-U NF: 000.101.723



ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
104 Norte, Conj. IV, Lote 12A - Plaza Diretor Norte
Palmeirito - CEP 77999-003
CNPJ 28.066.034/0001-71 Insc. Est. 28.031.990-8

DADOS DO CLIENTE

ISABEL NETA BORGES DE OLIVEIRA
RUA XV DE NOVEMBRO 0 000900009507
ANANIAS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

8/195339-7

REFERÊNCIA

MAI/2017

APRESENTAÇÃO

12/05/2017

CONSUMO

419

VENCIMENTO

19/05/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 347,04

Acesse: www.energisa.com.br



RETIRE AQUI

ISABEL NETA BORGES DE OLIVEIRA

Roteiro: 07-098-040-1810

83600000003-1 47040012000-7 01953392017-9 05800980019-2

VENCIMENTO

19/05/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 347,04

MATRÍCULA

195339-2017-05-8





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

ATA DA REUNIÃO DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITARIO DA ACA - ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE ANANÁS ANO 2017, entidade Mantenedora da Radio Comunitária Cidade FM.

Aos 18 dias do mês de Maio do ano de 2017, às 20 Horas ocorreu na sede da ACA – Associação Comunitária de Ananás, sito a rua Antônio Moreira, nº 292, centro, Ananás Tocantins, reuniu-se o conselho comunitário da entidade com fim específico de analisar, avaliar e dar sugestões sobre a importância da **Rádio Comunitária Cidade FM** junto a sociedade ananaense os membros do referido conselho levaram em consideração os últimos 12 meses sendo analisado os meses de maio de 2016 a maio de 2017. O conselho comunitário composto pelas instituições; **ATRTNS – Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho**, inscrita no CNPJ – 07.225.181/0001-01, sito a rua Filomeno José de Carvalho, S/Nº, Centro, Município de Ananás – TO, neste ato representado pelo senhor Gilbemi Rodrigues Costa, Lavrador, Brasileiro, Solteiro, residente assentamento Terra Nosso Sonho, no Município de Ananás - TO, Inscrito no CPF – 002.795.901-56; **AAF – A Associação Arte no Fruto**, inscrita no CNPJ – 08.976.517/0001-22, com sua sede sito a Avenida Betel, S/Nº, centro, Ananás - TO. Será representado pelo Senhor, Antônio Marinho de Abreu, Artesão, Brasileiro, Casado, Residente a rua 1º de janeiro, nº 37, centro, Ananás –To, inscrita no CPF – 800.495.671-87; **Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro – Conveniada Ananás – TO**, inscrita no CNPJ – 01.991.081/0001-44, com sede sito a rua Nossa Senhora de Fatima, Nº 167, centro, Ananás – TO, será representada pela Senhora, Bernadete Miranda Souza, professora, Brasileira, Solteiro, residente a rua Betania, S/Nº, centro, Ananás - TO, Inscrito no CPF – 575.957.981-91; **A Associação de Moradores 04 Bocas**, inscrita no CNPJ – 14.309.290/0001-64, Com sua sede sito a rua Filomeno Jose de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás - TO, representada pela Senhora Soraia Francisca da Silva, Brasileira, Solteira, residente e domiciliado na rua Filomeno Jose de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás - TO, Inscrito no CPF – 856.263.841-20; **Ideias – Instituto Para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social**, inscrita no CNPJ – 17.160.234/0001-07, tendo sua sede sito a rua Professor José de Assis, S/Nº neste ato será representado pelo senhor Agnaldo Feitosa de Sousa, Brasileiro, Casado, Inscrito no CPF 885.943.941-87. Após de verificação de quórum suficiente para deliberação o presidente ACA – Associação Comunitária de Ananás entidade mantenedora da Radio Comunitária Cidade FM agradeceu a presença de todos os presente mencionando a importância desta reunião deliberativa haja visto que ali estava representada a sociedade ananaense através das várias instituições aqui presentes. Ato continuo o senhor presidente da ACA – Associação Comunitária de



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ananás disse que este é o grande momento para cada membro representante do conselho comunitário dar a sua opinião fazer a sua avaliação e ainda sugerir possíveis melhorias e adequações na grade de programação da Rádio Comunitária Cidade FM, tudo com objetivo de atender e satisfazer os ouvintes e os diversos seguimentos organizado da sociedade, razão maior da implantação da emissora comunitária. Usando da palavra a senhora Soraia Francisca da Silva, fez questão de pontuar a importância dos serviços de comunicação da emissora, sempre democrática oferecendo oportunidade principalmente aos excluídos pelos grandes meios de comunicação. O senhor Gilbemi Rodrigues Costa líder comunitário e ruralista do assentamento Terra Nosso Sonho falou e agradeceu pelos serviços de utilidade pública oferecidos pela Rádio Comunitária Cidade FM, fato que em muito tem ajudado na comunicação com os seus companheiros residente no assentamento, usando os serviços de utilidade pública para comunicar acontecimentos de reuniões desaparecimento de animais dentre outros avisos de interesse da ATRTNS – Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho. A senhora Bernadete Miranda Souza falou aos presentes da importância da emissora comunitária como instrumento de inclusão e transformação social algo elementar para a Rádio Comunitária Cidade FM, que como todos conhecem abre na sua grade de programação espaços para discussão de temas de relevância para o povo em geral além de oferecer espaços para a valorização e propagação dos valores dos artistas locais, podendo citar neste momento do crescimento profissional dos cantores ananaenses, Fabio Coelho, Mauricia da banda Doce Mel, Wander Milhomem e outros, todos cresceram profissionalmente pela oportunidade dos microfones democráticos da emissora. Logo após o senhor Agnaldo Feitosa de Sousa disse aos presentes que não poderia deixar de falar da forma democrática e acolhedora como foi recebido em sua primeira visita nos estúdios da Rádio Comunitária Cidade FM onde ali pode comprovar do compromisso da entidade mantenedora da emissora com os organismo públicos e privados visando celebrar parcerias para realização de importantes eventos tanto na valorização de espaços para cultura bem como para imprimir o maior conteúdo artístico e informativo local, valorizando os acontecimentos que interessam a comunidade do município. Agnaldo Feitosa de Sousa disse da forma plural e democrática da grade de programação, onde todos os segmentos quaisquer que sejam tem tido a oportunidade de debater, comunicar e veicular os seus conteúdos sem que para isso sofram qualquer tipo de impedimento ou empecilho na sua divulgação e veiculação na emissora, deixando claro para os membros do conselho que como sugestão a entidade mantenedora deveria buscar junto ao Ministério das Comunicações formas legais para o aumento de potência hoje limitada a 25 Watts, pois em suas conversas com moradores do povoado São João e região do



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Araguaia tem ouvido das pessoas que o sinal da Radio Comunitária Cidade FM não chega em suas localidades. Ato continuo os presentes por aclamação deliberaram como positiva e construtiva a grade de programação da Rádio Comunitária Cidade FM, que para dar caráter de ciência e veracidade segue em anexo a Grade de Programação da Rádio Comunitária Cidade FM que após lavrado em ata foi neste ato aprovada por unanimidade. Nada mais havendo ser tratado, foi lavrado a presente ata pela senhora Soraia Francisca da Silva neste ato voluntária Coordenadora Conselheira deu por encerrada a presente que segue assinada pelos Conselheiros.

Soraia Francisca da Silva
SORAIA FRANCISCA DA SILVA

Presidente do Conselho Comunitário

Representante da Associação De Moradores 04 Bocas

CPF 856.263.841-20

Antonio Marinho de Abreu
ANTÔNIO MARINHO DE ABREU

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação Arte do Fruto

CPF 800.495.671-8

Gilbemi Rodrigues Costa
GILBEMIR RODRIGUES COSTA

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonhos

CPF 575.957.981-91

Bernadete Miranda Souza
BERNADETE MIRANDA SOUSA

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro

CPF 856.263.841-20

Aginaldo Feitosa de Sousa
AGNALDO FEITOSA DE SOUSA

Membro do Conselho Comunitário

Representante do Instituto Para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social

CPF 885.943.941-87

**PROGRAMAÇÃO DA RADIO COM HISTORICO
VEJA NOSSA PROGRAMAÇÃO**

De Segunda Sexta-feira

Nomes de Programas e Comunicadores	Horários
Sertanejo Bom Demais com Val Sousa Descrição - Musicas raízes, notícia, musicas caipira, talentos regionais e utilidade pública.	Das 04:00 às 07:00hrs
A Voz da Profecia com Meyre Ivone Descrição – O Melhor da Musica Gospel, Reflexões.	Das 07:00 às 08:00hrs
Estação Cidade Com Suelho Martins Descrição – Musica nacional e internacional, notícia, talentos regionais, horoscopo, mensagem do dia, utilidade pública.	Das 08:00 às 11:00hrs
Voz Do Evangelho Da Paz Com Pasto Isak Descrição – Musica gospel e Participação da comunidade.	Das 11:00 às 12:00hrs
Songs Off Love – Com Rone Santos Descrição – melhores musicas nacionais e internacionais Românticas e tradução do dia.	Das 12 às 12:30hrs
Jornal Virou Notícias – Com Sandro Barcelos Descrição – Ultimas notícias do Brasil, mundo, previsão do tempo, temperatura, esporte.	Das 12:30 às 13:00hrs
A Tarde é Nossa com Dj Valdemy Gomes Descrição – Sertanejo, dance, MPB, artista locais e utilidade publica.	Das 12:00 às 13:00hrs
Sertão & Companhia Com Val Sousa Descrição – Sertanejos raiz e universitário, forró e calypso, Momento notícia.	Das 15:00 às 17:00hrs
Forró do Jota com Jota Sales Descrição – Forró pé de serra e utilidade publica.	Das 17:00 às 18:00hrs
Evangelizando com Maria Com Renovação Carismática Católica Descrição – Musicas sacras, reflexão e comunicados para comunidade.	Das 18:00 às 18:30hrs
Informativo 87 – Com Val Sousa Descrição – Notícias locais e regionais.	Das 18:30 as 19:00hrs

A Voz do Brasil – com Airton Medeiros e Gláucia Gomes Descrição - Notícias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.	Das 19:00 as 20:00hrs
Frequência Quente – Com Sandro Barcellos Descrição – Todos os gêneros musicais.	Das 20:00 às 21:00hrs
A Voz do Tocantins Descrição – Notícias Locais e Regionais.	Das 21:00 às 22:00hrs
LOVE NIGHT – Com Roger Pires Descrição – As melhores do flashbacks de todos os tempos.	Das 22:00 às 02:00hrs
Ligação Nacional – Com Edelson Moura Descrição – Quadros Interessante e divertido.	Das 02:00 às 03:00hrs
Passaporte Brasil – Com Patrícia Vieira Descrição – Musica popular Brasileira, passando por todos os estilos musicais do Brasil Passado e presente.	Das 03:00 às 04:00hrs

PROGRAMAÇÃO SÁBADO

Sertanejo Bom Demais – Com Val Sousa Descrição - Musicas raízes, notícia, musicas caipira, talentos regionais e utilidade pública.	Das 04:00 às 07:00hrs
A Voz da Profecia – Com Meyre Ivone Descrição – O Melhor da Musica Gospel, Reflexões.	Das 07:00 às 08:00hrs
Estação Cidade – Com Suelho Martins Descrição – Musica nacional e internacional, notícia, talentos regionais, horoscopo, mensagem do dia, utilidade pública.	Das 08:00 às 11:00hrs
Voz Do Evangelho Da Paz – Com Pasto Isak Descrição – Musica gospel e Participação da comunidade.	Das 11:00 às 12:00hrs
Songs Off Love – Com Rone Santos Descrição – melhores musicas nacionais e internacionais Românticas e tradução do dia.	Das 12 às 12:30hrs
Top 30 – Com Luiz Descrição – As 30 Musicas Mais Tocadas	Das 13:00 às 15:00hrs

Online Musical – Com Luiz Fernando Descrição – musicas do mundo pop nacional e intencional.	Das 15:00 às 16:00hrs
Amado Batista – Com Edelson Moura Descrição – Musica e Historia do Amado Batista.	Das 16:00 as 18:00hrs
Toque Popular – Com Musica e Vinhetas Descrição – O melhor da musica nacional dos anos 60, 70 e 80.	Das 18:00 às 20:00hrs
Forró Brasilis – Com Edgar Souza Descrição – Forró e Musica diversa.	Das 20:00 às 22:00hrs
A Vez do Brasil – Com Marcelo Pacifico Descrição – Toca a boa música popular brasileira (MPB).	Das 22:00 às 23:00hrs
Amnésia – Com Júnior Pinheiro Descrição – Grandes clássicos do rock, dance, disco e flashback.	Das 23:00 às 01:00hrs
Sequencia Programada – Com Musica e Vinhetas Descrição – Todos os estilos musicais.	Das 01:00 às 04:00

DOMINGO

Mundo Sertanejo – Com Diego Valadares Descrições – Atuais sertanejos do país e vai relembrar grandes sucessos do passado.	Das 04:00 às 07:00hrs
Bem Com a Vida – Com Musica e Vinhetas. Descrições – Musica sacras.	Das 07:00 às 08:00hrs
Arena Pop – Com Jorginho Amaral Descrições – tocando o que há de melhor do mundo sertanejo.	Das 08:00 às 10:00hrs
Clássicos do Rei – Com Cesar Fama Descrições – Noticias e Curiosidades do Rei Roberto e os seus Sucessos do passado e presente.	Das 10:00 às 11:00hrs
A Voz do Adorador – Com Laise Santos Descrições – Musica gospel e mensagem de fé e esperança	Das 11:00 às 12:00hrs
Pagonejo – Com Dany Alexandre Descrição – O melhor do samba, pagodê, axé e sertanejo dançante.	Das 12:00 às 14:00hrs

Forro da Melhor – Com Hermes Dias Descrição – melhor do forró no seu rádio e os clássicos do passado.	Das 14:00 às 16:00hrs
Domingão Sertanejo – Com Baba Descrição – toca o melhor da musica raiz sertaneja.	Das 16:00 às 18:00hrs
Deixar Rolar – Com Musica e Vinheta Descrição – Musicas do mundo pop nacional e intencional.	Das 18:00 às 20:00hrs
80 Por Hora – Com Marcelo Pacifico Descrição – o melhor dos anos 80.	Das 20:00 às 21:00hrs
Love Line Hora – Com Aline Mota Descrição – As melhores musicas nacionais e internacional romântica, recados do coração, artista em destaque e a tradução do dia.	Das 21:00 às 01:00hrs
Sequencia Programada – Com Musica e Vinheta Descrição – Todos os estilos musicais.	Das 01:00 às 04:00hrs

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Protocolo nº: **53900.024991/2014-42**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS**.

Assunto: **Retomada da análise processual**.

1. Em atenção ao § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424/2017, publicada no DOU em 29/03/2017 (transcrito abaixo), opino pela retomada da análise processual a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da renovação da outorga.

"Art. 6º-B. A autorizada de serviço de radiodifusão comunitária que não apresentar o pedido de renovação de outorga no prazo previsto no **caput** do art. 6º-A será notificada pelo Poder Concedente, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta.

§ 6º Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

2. Encaminhem-se os autos para análise.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/02/2019, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3834817** e o código CRC **18E8680D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 3834817

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.061.680/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/05/1989
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A C A - ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R ANTONIO MOREIRA	NÚMERO 292	COMPLEMENTO
CEP 77.890-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANANAS
UF TO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **13/02/2019** às **15:14:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO
COMUNITÁRIA

Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	
				CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Município:				UF:	
				CEP:	

Endereço:					
Município:				UF:	
				CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

NOTA TÉCNICA Nº 2250/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024991/2014-42.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ananás**, estado do **Tocantins**, apresentou requerimento de renovação da autorização (evento SEI 0207451), em 23/10/2014, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 10/10/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes. Informar as coordenadas do sistema irradiante no padrão indicado no

		Requerimento de renovação (GGº MM' SS'') com dois dígitos inteiros, conforme art. 22, § 1º da Portaria.
Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações.</p> <p>Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
		<p>Da análise do estatuto social, solicita-se a observância ao art. 40 da Portaria, a saber:</p> <p>a . Estipular que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. Além disso, não está previsto o i n g r e s s o gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o mesmo dispositivo.</p> <p>b . Estipular os direitos de voz e de voto dos associados nas instâncias deliberativas, de acordo com o art. 40,</p>

<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.</p>	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado à Portaria.</p>	<p>inciso III da Portaria.</p> <p>c. Estipular o direito de os associados votarem e serem votados para os cargos diretivos, de acordo com o art. 40, inciso IV da Portaria.</p> <p>d. Estipular expressamente que a diretoria será reconduzida por, <u>no máximo, uma vez, em qualquer cargo da diretoria</u>, conforme art. 40, inciso V, "b" da Portaria.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p> <p>Encaminhar relatório elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação e a avaliação dos programas veiculados,</p>

Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da Portaria. O Relatório deve ser datado de 2018 ou 2019 e deve ser assinado somente pelos 5 membros do conselho.
Art. 130, § 6º, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Encaminhar a certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Encaminhar a prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Encaminhar a Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.
Art. 130, § 6º, inciso VII	Certidão negativa de débitos trabalhistas.	Encaminhar a certidão negativa de débitos trabalhistas.

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam

majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

3.4 Além dessas vedações, a Radiodifusora deve se atentar para o inciso I do mesmo art. 7º, segundo o qual não é permitido, como membro da diretoria, aquele que, "individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Sobre o assunto, informa-se que serão realizadas pesquisas nas Justiças Federal e Estadual para que seja verificado se os dirigentes estão em conformidade com esse dispositivo.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista**, em 14/02/2019, às 16:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/02/2019, às 16:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3850796** e o código CRC **E45C8B56**.

Minutas e Anexos

Anexo 5 da Portaria (evento SEI 3851175)

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 3850796



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 4749/2019/SEI-MCTIC

Ao Senhor
IDEMAR LEANDRO FURMIGA
Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS (CNPJ nº
25061680/0001-84)
Rua Antônio Moreira 292, Centro
77890-000 / Ananás - TO
email: acacidefm@gmail.com

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.024991/2014-42.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 2250/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/02/2019, às 16:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3852644** e o código CRC **25A4A9E5**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 4749/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.024991/2014-42 - Nº SEI: 3852644

Data de Envio:

18/02/2019 10:28:20

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

acacidadefm@gmail.com

iformiga6@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.024991/2014-42

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3852644.html

Nota_Tecnica_3850796.html

Anexo_3851175_ANEXO_5_RENOVACAO.pdf



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidedefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ofício nº. 011/MCTIC/2019

Ananás, Estado de Tocantins, 18 de março de 2019.

A. Senhora.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS.

Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações - Esplanada dos Ministérios

BRASÍLIA-DF

ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CIDADE: ANANÁS-TO

PROCESSO: Nº. 53900.024991/2014-42

Senhora Coordenadora.

Representando a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-ACA**, faço uso deste expediente para, em resposta ao **Ofício: 4749/2019/SEI-MCITC**, solicitar a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** para atender as solicitações da **Nota Técnica 2250/2019/SEI-MCTIC**.

Nosso pedido se faz necessário em virtude da dificuldade e curto prazo para regularização fiscal da entidade para obtenção das Certidões, tendo em vista a necessidade de agendamento prévio na Receita Federal em Araguaína-TO e indisponibilidade de datas próximas, bem como para promover as alterações no Estatuto Social da entidade que demanda prazo regimental e Cartorial para efetivação do registro.

Em face ao exposto, peço a devida compreensão e que nosso pedido de prorrogação de prazo seja atendido.

Certo do pronto atendimento, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente.


IDEMAR LEANDRO FURMIGA
PRESIDENTE

RUA ANTÔNIO MOREIRA, 292, CENTRO, ANANÁS, ESTADO DE TOCANTINS, CEP: 77.890-000

PROCURAÇÃO que faz a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS (a) PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA, na forma que se segue:

SAIBAM quantos este instrumento de procuração vir, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**, com sede na **RUA ANTÔNIO MOREIRA, 292, CENTRO, ANANÁS, ESTADO DE TOCANTINS, CEP: 77.890-000**, inscrita no CNPJ: **25.061.680/0001-84**, através de seu presidente Sr. **IDEMAR LEANDRO FURMIGA**, CPF: 299.559.123-91, RG: 055851962015-0 SSP-TO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: AUTÔNOMO, ENDEREÇO: RUA JOÃO BATISTA, 620, CENTRO, ANANÁS, ESTADO DE TOCANTINS, CEP: 77.890-000, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, Presidente Nacional da **ABERTCOM - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão Comunitária**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade, RG 394.751 SSP - TO e do CPF 963.008.841-04, residente e domiciliado na Rodovia TO-050, Nº. 01, Setor Parque Mirante, Arraias, estado de Tocantins, CEP: 77.330-000, fone: (63) 98454-6336. **A QUEM CONFERE PODERES PARA:** representar a entidade junto ao **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, RECEITA FEDERAL DO BRASIL e ANATEL**, para tratar de todo e qualquer assunto relacionados à outorgante, podendo para tanto o dito procurador **PEDIR VISTAS PROCESSUAIS, PEDIR CÓPIAS DE OFÍCIOS, PARECERES E DOCUMENTOS DIVERSOS, FAZER PETIÇÕES E RECURSOS, ASSINAR OFÍCIO, DBE, PROJETO TÉCNICO, ART, RECURSOS, REQUERER, QUESTIONAR, REPRESENTAR-LHES EM REUNIÕES E AUDIÊNCIAS E O QUE FOR NECESÁRIO PARA CUMPRIMENTO DESSA PROCURAÇÃO**, podendo para isso, requerer e assinar documentos que for preciso e praticar quaisquer outros atos em direitos permitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, que dará por bom firme e valioso que tudo será aceito. Assina.

Por ser verdade firmo a presente procuração.

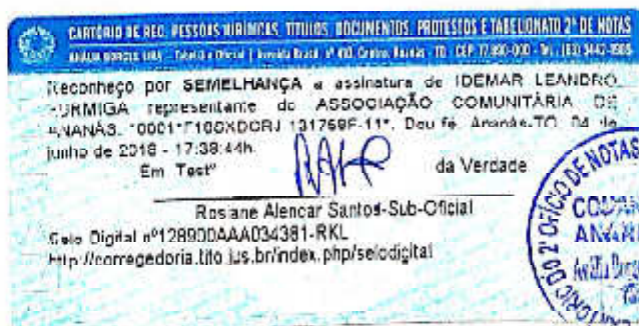
Ananás-TO, 30 de maio de 2018.

CAVOTRU DO 2º
OFICIO DE NOTAS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

IDEMAR LEANDRO FURMIGA

CPF: 299.559.123-91

Presidente



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 394.751 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 08/12/2014

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

FLAÇÃO

SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA

NATURALIDADE SÃO CAETANO DO SUL-SP

DIC. ORDEM DATA DE NASCIMENTO 26/08/1981

CERT. NASC. Nº 58.600, LV A-097, FLS 253, EXP.15/04/2011

SÃO PAULO-SP - 26º SUBDISTRITO

963.008.841-04

Smontins

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ofício nº. 011/MCTIC/2019

Ananás, Estado de Tocantins, 18 de março de 2019.

A. Senhora.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS.

Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações - Esplanada dos Ministérios

BRÁSÍLIA-DF

ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CIDADE: ANANÁS-TO

PROCESSO: Nº. 53900.024991/2014-42

Senhora Coordenadora.

Representando a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-ACA**, faço uso deste expediente para, em resposta ao **Ofício: 4749/2019/SEI-MCITC**, solicitar a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** para atender as solicitações da **Nota Técnica 2250/2019/SEI-MCTIC**.

Nosso pedido se faz necessário em virtude da dificuldade e curto prazo para regularização fiscal da entidade para obtenção das Certidões, tendo em vista a necessidade de agendamento prévio na Receita Federal em Araguaína-TO e indisponibilidade de datas próximas, bem como para promover as alterações no Estatuto Social da entidade que demanda prazo regimental e Cartorial para efetivação do registro.

Em face ao exposto, peço a devida compreensão e que nosso pedido de prorrogação de prazo seja atendido.

Certo do pronto atendimento, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente.

IDEMAR LEANDRO FURMIGA
PRESIDENTE

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 22/03/19 às 14:00 horas

Assinatura: Conceição

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E
COMUNICAÇÕES**

**À Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-
Geral de Radiodifusão Comunitária**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de radiodifusão Educativa, Comunitária e
de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone(61)2027-6281



 Correios	REGISTRADO URGENTE <i>registered priority</i>	PESO (kg) <small>Weight</small>
Recebedor		AR MP
Assinatura		Doc.
FIC0010		
JT 79670167 8 BR		
		

RÁDIO CIDADE FM
ACA-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

Rua Antônio Moreira nº 292 – centro

Ananás –TO CEP: 77.890-000

TEL: (63) 334421209 / 992967474

E-MAIL: acacidafm@gmail.com

(ETIQUETA DO CARIMBO Nº 1)



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ofício Nº 018/2019

01250.018313/2019-53

Ananás -TO 09 de Abril de 2019.

Ilustríssima Senhora

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS.

Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações – Esplanada dos Ministérios

BRASÍLIA - DF

Assunto: Documentos de requerimento de renovação de outorga

Cidade: Ananás - TO.

Processo: Nº. 53900.024991/2014-42

Senhora Coordenadora,

Fazemos uso desse expediente para tempestivamente juntada de documentos conforme requerendo no Ofício nº 4749/2019/SEI-MCTIC e Nota Técnica 2250/2019 do processo Nº.53900.024991/2014-42, requerido prorrogação de prazo através do Ofício nº.011/ACA/2019 datado de 18 de março de 2019, recebido por essa coordenação em 22 de março de 2019 conforme aviso de recebimento dos Correios anexos:

- 1º Requerimento de renovação de outorga;
- 2º Estatuto Social devidamente alterado conforme exigência da portaria do MCTIC;
- 3º Último Relatório do Conselho Comunitário e Grade de Programação;
- 4º Certidão Negativa da ANATEL;

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 17/04/19 às 14:00 horas

Assinatura: Ponça



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

5º Certidão Negativa do FGTS;

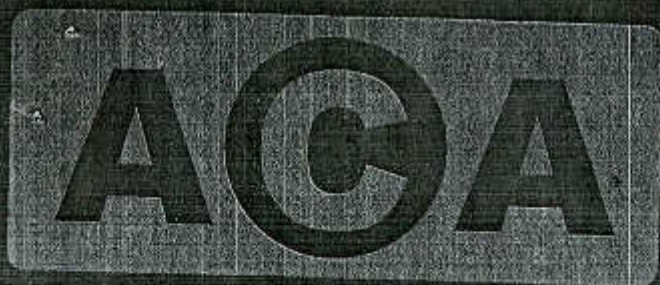
6º Certidão Negativa Conjunta dos Tributos Federais e da Dívida Ativa da União;

7º Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

Esperado ter cumprido o exigido aguardamos a renovação da nossa outorga da emissora da Radiodifusão Comunitária.

Respeitosamente,

Idemar Leandro Fumiga
Presidente



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ofício nº. 011/MCTIC/2019

Ananás, Estado de Tocantins, 18 de março de 2019.

A. Senhora.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS.

Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações - Esplanada dos Ministérios

BRASÍLIA-DF

ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CIDADE: ANANÁS-TO

PROCESSO: Nº. 53900.024991/2014-42

Senhora Coordenadora.

Representando a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-ACA**, faço uso deste expediente para, em resposta ao **Ofício: 4749/2019/SEI-MCITC**, solicitar a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** para atender as solicitações da **Nota Técnica 2250/2019/SEI-MCTIC**.

Nosso pedido se faz necessário em virtude da dificuldade e curto prazo para regularização fiscal da entidade para obtenção das Certidões, tendo em vista a necessidade de agendamento prévio na Receita Federal em Araguaína-TO e indisponibilidade de datas próximas, bem como para promover as alterações no Estatuto Social da entidade que demanda prazo regimental e Cartorial para efetivação do registro.

Em face ao exposto, peço a devida compreensão e que nosso pedido de prorrogação de prazo seja atendido.

Certo do pronto atendimento, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente.

IDEMAR LEANDRO FURMIGA
PRESIDENTE



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JT 79670167 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE
ANANÁS

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

RUA ANTONIO MOREIRA N° 292

CENTRO

CIDADE / LOCALITÉ

ANANÁS

UF

TO

BRASIL
BRÉSIL

77890-000

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

ENDEREÇO / ADRESSE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

CEP / CODE POSTAL

70044-900

CIDADE / LOCALITÉ

BRASILIA

UF

PAÍS / PAYS

DE BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Adilton

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

22/03/19

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBL DU RÉCEPTEUR

Adilton da Silva Pinho

Matrícula: 0158367

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Luciene R. Sousa
anta Correios Alameda Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0453 / 16

114 x 168 mm

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE						
Razão Social:	Associação comunitária de Ananás					
Nome Fantasia:	ACA – Associação comunitária de Ananás				CNPJ:	25.061.680/0001-84
Endereço de Sede:	Rua Antônio Morreria, 292					
Município:	Ananás				UF:	TO
					CEP:	77890-000
Nome do representante legal:	Idemar Leandro Furmiga					
Endereço eletrônico (e-mail):	acacidedefm@gmail.com					

Endereço de Correspondência:	Rua Antônio Morreria, 292				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Rua Antônio Morreria, 292				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	6º (N/S) 21' 52.5 "			
	Longitude:	048 º W 04' 30.7 "			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;
- X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e
- XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	Idemar Leandro Fumigo				
Cargo:	Presidente			Tit. Eleitor:	2977762221939
RG:	1248956	Órgão Emissor:	SSP/MA	CPF:	299.559.123-91
Endereço:	Rua João Batista				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	<i>Idemar Leandro Fumigo</i>				

Nome do dirigente:	Andreia Pereira dos Santos Romão				
Cargo:	Vice-Presidente			Tit. Eleitor:	03486672780
RG:	0273714620040	Órgão Emissor:	SSP/MA	CPF:	019.276.701-10
Endereço:	TO 010, KM 1 - Chácara Grota do Chico				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	<i>Andréia Pereira dos Santos Romão</i>				

Nome do dirigente:	Yasmyn Bruna Lopes Dias				
Cargo:	Primeira Secretária			Tit. Eleitor:	039628102780
RG:	863.916	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	049.801.711-76
Endereço:	Rua Olavo Bilac, 336				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	<i>Yasmyn Bruna Lopes Dias</i>				

Nome do dirigente:	Rosalvo Alves de Oliveira				
Cargo:	Segundo Secretário			Tit. Eleitor:	030697422704
RG:	863.490	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	549.587.411-00
Endereço:	Rua José de JK, 83				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	<i>Rosalvo Alves de Oliveira</i>				

Nome do dirigente:	José Alves dos Santos				
Cargo:	Primeiro Tesoureiro			Tit. Eleitor:	019090422704
RG:	226.696	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	849.118.671-91
Endereço:	Rua José de Alencar, 367				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	<i>José Alves dos Santos</i>				

Nome do dirigente:	Isabel Neta Borges				
Cargo:	Segunda Tesoureira			Tit. Eleitor:	01985012704
RG:	227.768	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	328.419.221-20
Endereço:	Rua Antônio Moreira, s/n				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	<i>Isabel Neta Borges Soares</i>				

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



**ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE
ANANÁS-TO**

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.880-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acackladedfn@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Estatuto Social da ACA



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefn@gmail.com

Nós Amamos Ananás

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	2
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO	2
CAPÍTULO II	3
DOS OBJETIVOS E FINALIDADES	3
CAPÍTULO III	11
DOS MEMBROS.....	11
Seção I	11
Da Admissão, Retirada e Exclusão.	11
CAPÍTULO IV.....	15
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	15
Seção I	16
Da Assembleia Geral	16
Seção II	19
Da Administração e Fiscalização	19
Seção III	25
Do Conselho Fiscal	25
Seção IV	26
Do Conselho Comunitário	26
CAPÍTULO V	27
DA CONTABILIDADE SOCIAL	27
Seção I	27
Dos Recursos Financeiros	27
Seção II	28
Do Patrimônio	28
Seção III	29
Da Contabilidade e Prestação de Contas	29
CAPÍTULO VI.....	29
DOS LIVROS	29
CAPÍTULO VII	30
DA DISSOLUÇÃO	30

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÉLIA BORGES LIRA - Tabela e Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000 - Tel.: (63) 3442-1906

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994.
*0301*GUPAAGE-427466-95* Ananás-TO, 09 de abril de 2019 - 16:42:34h

Rosiane Alencar Santos-Sub-Oficial
Selo Digital nº128900AAA046717-DTH
<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

CAPITULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS – ACA

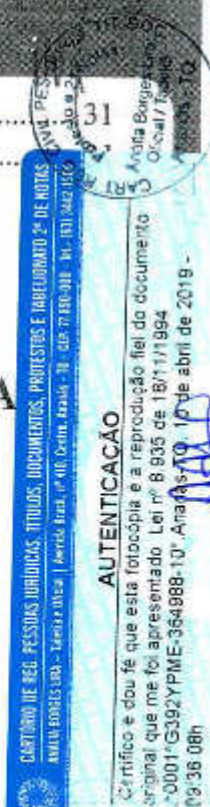


CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-ACA, registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Protestos e Tabelionato 2.º de Notas, em Ananás-TO, sob o n.º 282, Livro A-01, fls. 91 e registrado sob o n.º 42, fls. 28, do Livro A-01, em 30/11/2001, declarada de utilidade pública municipal, conforme Lei nº. 258/97, e de utilidade pública estadual, conforme Lei nº. 273/91, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob o n.º. 28010.003528/92-87, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e sem finalidade econômica, nos termos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), tem duração por tempo indeterminado, sede e foro na cidade

Dr. Raelson Rodrigues Castro
Advogado





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, n.º 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás


de Ananás-TO, à Rua Antônio Moreira, n.º 292, Centro, sendo o exercício social coincidente com o exercício civil, e é regida pelo presente Estatuto e demais disposições legais pertinentes, e sua área de atuação compreende todo o território do Estado do Tocantins.

§1º Para a realização dos seus objetivos sociais, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá criar escritórios de representação regional ou local, em todo o Território Nacional ou ainda nos países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas observadas a legislação pertinente.

§2º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANANÁS - ACA será representada ativa, passiva e extrajudicialmente, por sua Diretoria Executiva, eleita em Assembleia Geral.

§3º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANANÁS - ACA não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, nos termos do art. 11 da Lei 9.612/1998.

§4º A entidade não realizará proselitismo, considerando-se como tal todo empenho ativista que, por meio da programação da emissora comunitária, objetive conseguir adeptos para uma doutrina, filosofia, religião ou ideologia em qualquer de


Dr. Porfirio Rodrigues Castro
Assessor
Diretor de Assessoria Jurídica



**ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE
ANANÁS-TO**

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

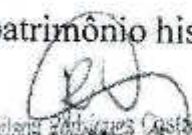
seus tipos (§2º da Portaria n.º 4334/2015 incluído pela Portaria n.º 1909/2018 do Ministério das Comunicações).

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 2º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, tem por objetivos, sem fins lucrativos:

- I - promover o voluntariado, o desenvolvimento econômico e social, a segurança alimentar e nutricional, o combate à fome, à pobreza e à miséria;
- II - promover a assistência social;
- III - promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- IV - promover os direitos estabelecidos e a criação de novos direitos de interesse suplementar;
- V - promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;


Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 206 / OAB-PA 18.174



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás


VI - defender o direito à moradia, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal e da Lei n.º 10.257/2001, Estatuto da Cidade e da Nova Ordem

Urbanística brasileira;

VII - desenvolver, apoiar e executar, em parceria com entidades governamentais (Federais, Estaduais e Municipais) ou não governamentais no âmbito do "Programa Habitação de Interesse Social", e/ou outros programas, projetos e ações com objetivo de viabilizar o acesso à moradia adequada às famílias de baixa renda, tanto em localidades urbanas quanto rurais, incluindo as populações indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, dentre outros;

VIII - realizar estudos e pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias alternativas, como forma de possibilitar a alocação de recursos para projetos que visem equacionar os graves problemas sociais e a desestabilização dos ecossistemas;

IX - promover a cooperação e integração dos interessados na preservação da Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins, e outras, com projetos de Gestão de Recursos Hídricos, Gestão de Solos e Agrotóxicos, Proteção e Gestão dos Ecossistemas (ictiofauna e da fauna), Saneamento Urbano e Rural (água, esgoto e resíduos sólidos), e apoio às atividades sustentáveis (pesca, ecoturismo e produtores em pequena escala);


Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 20000 / OAB-PA 11111



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

X - manter intercâmbio nacional e internacional com organizações governamentais e não governamentais, multilaterais e organismos do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), com intuito de promover a melhoria da qualidade de vida das populações ribeirinhas ao longo das Bacias AraguaiaTocantins e outras, além de divulgar e incentivar o aperfeiçoamento da legislação para uso e proteção das águas, apoiar pesquisas técnicas e científicas, visando a sua recuperação e preservação;

XI - apoiar ações que visem a recuperação da qualidade da água e do meio ambiente;

XII - contribuir para a boa gestão dos recursos hídricos, com o objetivo de minimizar ou evitar os conflitos decorrentes do mau uso dos corpos d'água;

XIII - fomentar e executar projetos que visem à preservação, manutenção e utilização racional dos recursos hídricos, de modo a garantir, às gerações atuais e futuras, o acesso ao uso da água em quantidade e qualidade compatíveis com os usos a ela destinados, enfatizando a água como bem de domínio público e um recurso natural finito;

XIV - fomentar, incentivar e promover estudos de cooperação com técnicos, especialistas, empresas, universidades estrangeiras, brasileiras e instituições que atuam em pesquisas científicas de tecnologia aplicáveis em ações de

Dr. Raulson Rodrigues Castro

Advogado

OAB/TO 1.678.119



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

desenvolvimento social, que ofereçam novas opções para a melhoria da qualidade de vida;

XV - colaborar com o Poder Público na elaboração das políticas públicas e da legislação turístico-ambiental, auxiliando no seu aprimoramento;

XVI - promover a cultura, defendendo a conservação do patrimônio histórico, cultural e turístico, no âmbito regional e de todo o Estado do Tocantins;

XVII - implantar e executar serviços de radiodifusão comunitária (sonora e/ou sons e imagens);

XVIII - contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;

XIX - dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

XX - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

XXI - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

XXII - promover a divulgação de programas educacionais (aulas,

Dr. Raulson Rodrigues Castro
advogado
OAB/TO nº 1.000.000-1



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nos Amamos Ananás

conferências, palestras e debates);

XXIII - incentivar a criação de parques ecológicos e temáticos, de incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo e promover campanhas educativas de preservação ambiental junto à comunidade e estabelecimentos de ensino nos municípios;

XXIV - desenvolver e participar de toda e qualquer atividade que, ligada às finalidades da instituição, represente uma real contribuição para o desenvolvimento da vida em sua concepção mais abrangente, principalmente no que diz respeito à valorização e à integração social dos indivíduos excluídos socialmente, em especial as comunidades negras, as mulheres, os idosos, os povos indígenas e o desenvolvimento social e intelectual da criança e do adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

XXV - elaborar pesquisa científica e estudos socioeconômicos, promover seminários, palestras e outras atividades que contribuam para o desenvolvimento do cidadão;

XXVI - promover ações que visem à geração de trabalho e renda, visando beneficiar pessoas carentes, de baixa renda, pequenos empreendedores e trabalhadores em geral;


Dr. Raulson de Moraes Castro
Advogado



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antônio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 98296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

XXVII - fomentar a qualificação e a capacitação dos profissionais de turismo, da microindústria de fruticultura, microindústria de extração de óleos naturais, microindústria de ervas medicinais e a microindústria de artesanato;

XXVIII - estimular a parceria, o associativismo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando de ações que visem interesses comuns;

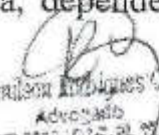
XXIX - valorizar o artesanato rústico, como uma das alternativas para o desenvolvimento econômico sustentável das regiões com potencial turístico, de forma participativa;

XXX - orientar, promover, realizar programas e elaborar projetos do interesse da iniciativa privada e governamental, em nível de tecnologia de informações, organização de sistemas sociais e métodos de planejamento estratégico, reengenharia, desenvolvimento organizacional e intercâmbio de cooperação com organismos de desenvolvimento urbano e do meio natural e social, nacionais e/ou internacionais, públicos e/ou privados;

XXXI- elaboração de projetos que visem à captação de recursos materiais e financeiros junto aos organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de ações e projetos que levem ao desenvolvimento sustentável regional e local;

XXXII - promover a qualificação profissional e a recuperação social da população carcerária, de portadores de deficiência física, dependentes químicos,

9


Dr. Ronaldo Antunes Castro
Advogado
OAB-TO 2046 / OAB-PA 27.772



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

jovens em situação de risco social e comunidades organizadas em condições de exclusão social, trabalhadores em geral, desempregados e demais excluídos do mercado formal de trabalho;

XXXIII - promover estudos, pesquisas, acompanhamento e divulgação das causas dos problemas ambientais e as possíveis soluções, visando o desenvolvimento econômico e social sustentável;

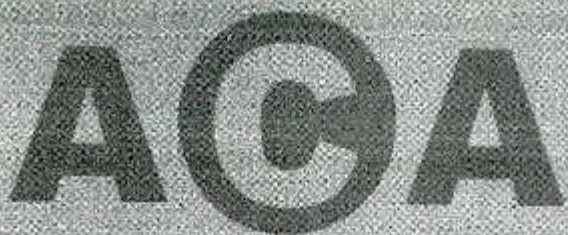
XXXIV - participar de licitações e concorrências públicas, firmar e cumprir convênios, e contratos de trabalho com organismos governamentais e não governamentais;

XXXV - propugnar e agir em defesa do desenvolvimento sustentável, de conservação e preservação do meio ambiente, do patrimônio genético e cultural, e buscar o intercâmbio e colaboração com outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que tenham o mesmo propósito;

XXXVI - promover o desenvolvimento de tecnologias alternativas, produzindo e divulgando conhecimentos técnicos e científicos sobre a geração de emprego e renda na extração de ervas naturais e medicinais, extração de polpa de frutas e óleos essenciais naturais, sem depredar o meio ambiente, cultivando e multiplicando suas genéticas visando à preservação do ecossistema;

XXXVII - promover exposições técnicas e culturais e dar apoio e incentivo a produções culturais, artísticas, mediante a produções de discos, vídeos, filmes,


Dr. Raulson Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 200.000.747-4



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

fotografia documental, videofonográfica, cinematográfica, livros, preparação e realização de encontros, seminários congressos e exposições;

XXXVIII - promover formas alternativas não poluentes de transporte;

XXXIX - favorecer a biodiversidade do cerrado, incentivando de todos os modos a sua preservação;

XL - organizar, desenvolver e administrar estudos e pesquisas, para a reciclagem e transformação dos resíduos sólidos, gerando emprego, renda e protegendo o meio ambiente;

XLI - promover a produção e a distribuição de mudas frutíferas e nativas;

XLII - promover o fortalecimento dos sistemas produtivos da agricultura familiar, visando a potencialização de recursos e vocações econômicas, viabilizando o acesso a tecnologias apropriadas de produção, beneficiamento, transformação e diversificação da produção, agregando valor e renda;

XLIII - fomentar a produção agropecuária familiar, com apoio de máquinas, tratores e implementos agrícolas e/ou insumos agropecuários, e apoio na organização de roças comunitárias rurais, agricultura urbana e periurbana (zonas vizinhas das cidades);

XLIV - promover e apoiar as feiras de comercialização e exposições dos produtos da agricultura familiar;

Dr. Raulson Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO nº 1.234.567



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

XLV - apoiar a difusão de informações inovadoras e tecnológicas, buscando dar ênfase na conservação de recursos genéticos naturais (sementes crioulas), e na valorização do saber do homem do campo;

XLVI - articular ações para disponibilização das patrulhas mecanizadas, com tratores e implementos agrícolas, caminhões para o transporte e distribuição de insumos e calcário;

XLVII - apoiar a análise fisioquímica dos solos, promovendo uma estratégia de acompanhamento e monitoramento dos solos no Estado do Tocantins, e outras iniciativas que se articulem com fomento a produção, correção da acidez e melhoria da fertilidade dos solos, e o fortalecimento da agricultura familiar;

XLVIII - apoiar os projetos produtivos na área de produção animal da Agricultura Familiar, auxiliando na elaboração e acompanhamento dos projetos produtivos da área animal, na linha de financiamento SIC, subinvestimento de aplicação comunitária;

XLIX - para a realização das atividades relativas à agricultura familiar, será realizada a execução orçamentária, viabilizando a participação de técnicos e famílias de agricultores, em eventos como conferências, workshops, seminários e encontros, visitas técnicas, intercâmbios, palestras, reuniões, dias de campo, e outras atividades em geral que permitam a busca do conhecimento e a estruturação da unidade produtiva, através da aquisição de materiais de consumo diversos, diárias, passagem

Dr. Henderson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 1766 / OAB-PA 15.417-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nos Amamos Ananás

aéreas, combustível, insumos agropecuários, equipamentos de informática, móveis, equipamentos e materiais permanentes, veículos, máquinas e equipamentos agrícolas, e outras atividades inerentes a implementação das ações demandadas para fortalecimento e dinamização da Agricultura Familiar no Estado do Tocantins.

L - proteger o patrimônio público e social, do meio ambiente, consumidor, da ordem econômica, livre concorrência, direitos dos grupos raciais e étnicos, patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, podendo, inclusive propor Ação Civil Pública nos termos da Lei 7.347/1985;

LI - promover ações que visem o fortalecimento da política segurança pública no município e no Estado do Tocantins;

LII - promoção da inovação social, com o desenho de novos produtos (programas, por exemplo) e processos (modelos de governança, por exemplo) voltados à promoção do desenvolvimento humano envolvendo o cidadão nesse processo de desenho e também na gestão desses produtos.

§1º Para o cumprimento de suas finalidades, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá celebrar convênios, termos de cooperação técnica, termos de parceria, contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos, de forma coletiva ou individual, com Organizações Governamentais ou Não Governamentais, nacionais ou estrangeiras.


Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

§2º Não dispondo em seus quadros sociais de pessoas tecnicamente habilitadas e disponíveis para a realização dos trabalhos contratados, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá utilizar-se dos serviços de terceiros.

§3º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS – ACA, constitui-se como Organização da Sociedade Civil – OSC, nos termos do art. 2º, I, “a” da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015.

§4º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS – ACA orientar-se-á pelos princípios da gestão democrática, participação social, fortalecimento da sociedade civil, transparência na aplicação dos recursos públicos com observação do legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e eficácia (art. 5º da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015).

§5º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS – ACA buscará a transparência e divulgação de suas atividades pela criação de sítio próprio na internet, conta em redes sociais e pelos meios tradicionais de comunicação social.

CAPÍTULO III


Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO nº 1.234.567



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 98296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

DOS MEMBROS

Seção I

Da Admissão, Retirada e Exclusão.

Art. 3º Poderão ingressar nos quadros sociais da Instituição todos aqueles que concordem com as disposições deste Estatuto e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da entidade.

Art. 4º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA possui as seguintes categorias de associados:

- I - SÓCIO FUNDADOR: aquele que tenha assinado a ata de fundação da Instituição;
- II - SÓCIO EFETIVO: qualquer pessoa física ou jurídica que solicitar sua inscrição.
- III - SÓCIO COLABORADOR: pessoas físicas ou jurídicas que contribuem com a entidade por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, para o desenvolvimento das atividades fins da instituição;


Dr. Benilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 10.123/2016



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para Libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefn@gmail.com

Nós Amamos Ananás

IV – HONORÁRIOS - pessoas que por seus feitos, ações e conquistas no âmbito dos objetivos da Entidade, possam ser homenageadas e convidadas a ingressarem no quadro social, passando a ter os direitos e obrigações inerentes a todos os demais membros.

§1º Para ser admitido, o interessado preencherá o formulário Ficha de Admissão para fins de registro cadastral, a qual não constituirá qualquer restrição ao ingresso do associado.

§2º O ingresso, como associado, é gratuito a toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação da Diretoria ou à indicação por outro associado (art. 40, II da Portaria n.º 4334/2015 com redação dada pela Portaria n.º 1909/2018 do Ministério das Comunicações).

Art. 5º Preenchida a Ficha de Admissão, o interessado adquire todos os direitos e assume todas as obrigações de associado, decorrentes da lei, deste estatuto e das deliberações tomadas pela Instituição.

Parágrafo único. Todos os associados possuem direito de voz e voto nas instâncias deliberativas da Associação Comunitária de Ananás - ACA (art. art. 40, III da Portaria n.º 4334/2015 alterada pela Portaria n.º 1909/2018 do Ministério das Comunicações).

Art. 6º São direitos dos sócios:


Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 20510/CE-PA-TO-17-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, n.º 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

I — a garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (art. art. 40, IV da Portaria n.º 4334/2015 alterada pela Portaria n.º

1909/2018 do Ministério das Comunicações);

II - ter acesso às atividades e dependências da Instituição;

III - convocar os órgãos deliberativos, mediante requerimento assinado por no mínimo 1/5 dos associados (art. 60 do Código Civil, com redação dada pela Lei 11.127/2005);

IV - apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas de cunho sócio cultural, que digam respeito aos objetivos da Entidade; Art. 7º São deveres de todos os associados:

I - trabalhar em prol dos objetivos da Associação, respeitando os dispositivos estatutários, e regimentais, zelando pelo bom nome da Instituição, agindo com ética;

II - defender integralmente o pleno exercício da cidadania, o direito de todos ao meio cultural, o respeito à liberdade de opinião e a diversidade sócio cultural, a solidariedade, o diálogo entre os povos, a paz e os direitos humanos;

III - pagar pontualmente contribuições mensais e demais taxas, (exceto os colaboradores);

Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 156.000/2017



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, n° 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacitadefre@gmail.com

Nós Amamos Ananás

VI - participar de todas as atividades desenvolvidas pela Instituição, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas;

V - respeitar os compromissos assumidos para com a Instituição;

VI - contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para preservar o nome e o progresso da Instituição;


VII - prestar serviços profissionais, dentro da sua especialidade, quando convocado e nos termos estabelecidos nos programas, projetos ou qualquer outra atividade que for executada e que se adeque aos objetivos da Instituição; VIII - zelar pelo patrimônio moral e material da Instituição.

Parágrafo único. É vedado ao membro do órgão de direção da entidade:

I - exercer cargo ou função em órgão de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal; (Portaria n° 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

II - exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação; (Portaria n° 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

III - exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; (Portaria n°


Dr. Rosilene de Aguiar Castro
Advogado
OAB-TO 35810/2018-75.974



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1298 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

IV - ser suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; (Portaria nº 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

V - ser dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão; (Portaria nº 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

VI - exercer cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio; (Portaria nº 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

VII - exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa. (Portaria nº 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

Art. 8º O direito de retirada do associado, que não poderá ser negado, darse-á unicamente a seu pedido, mediante carta dirigida ao Presidente, sendo por este levada ao conhecimento da Diretoria Executiva em sua primeira reunião, averbada no Livro de Matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente.

§1º Além dos motivos de direito, a Diretoria Executiva poderá excluir o membro que:

I - venha exercer qualquer atividade considerada prejudicial à instituição, ou que colida com os seus objetivos;


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 1956 / OAB-PA 19.07-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

II - deixe reiteradamente de cumprir disposição legal, estatutária ou regimental, bem como as deliberações tomadas pelos órgãos da Instituição.

§2º A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil, com redação dada pela Lei 11.127/2005).

Art. 9º A exclusão somente será decidida pela Diretoria Executiva após procedimento escrito, no qual seja garantido o contraditório e a ampla defesa ao associado acusado.

§1º O associado acusado será notificado por escrito, pelo meio que melhor garanta a sua ciência, para apresentar defesa escrita à Diretoria Executiva, no prazo de 15 (quinze) dias.

§2º Após a apresentação da defesa, a Diretoria Executiva poderá realizar diligências e ouvir testemunhas, no prazo de 10 dias, garantindo-se ao acusado a ciência de todos os atos praticados no procedimento, com vistas ao contraditório e ampla defesa.

§3º Findo o prazo do parágrafo anterior, a Diretoria Executiva proferirá decisão no prazo de 15 dias, que deverá ser publicada no mural da Entidade.


Advogado
OAB-TO 2086 / OAB-PA 12.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

§4º Da decisão da Diretoria Executiva cabe recurso com efeito suspensivo à Assembleia Geral, no prazo de 30, contados da data da ciência da decisão.

§5º As decisões deverão ser averbadas no Livro de Matrícula, com assinatura do Presidente da Instituição.

Art. 10. A exclusão do membro também ocorrerá por dissolução da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

Art. 11. Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações da Instituição, salvo aquelas aprovadas em Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art.12. São órgãos de administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal;


Dr. Flaviano Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 11881 - OAB-PA 15611-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1298 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

IV - Conselho Comunitário;

Seção I

Da Assembleia Geral

Art. 13. A Assembleia Geral dos membros, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da instituição, e se constituirá dos sócios em pleno gozo dos seus direitos estatutários, tendo poderes dentro dos limites legais e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse para a Entidade, e suas deliberações vinculam e obrigam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 14. A Assembleia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente, sendo por ele presidida.

§ 1º Vinte por cento dos associados podem requerer ao Presidente a sua convocação e, em caso de recusa, convocá-la eles próprios.

§ 2º O Conselho Fiscal poderá convocá-la, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 15. Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, a Assembleia Geral será convocada com antecipação mínima de 10 (dez) dias para a primeira convocação, meia hora após, para a segunda e última convocação.

Dr. Rômulo Rodrigues Castro
Advogado
OAB - TO 11.020.111-1



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, n° 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Parágrafo único. As duas convocações poderão ser feitas em um único Edital, desde que dele constem, expressamente os prazos para cada uma.

Art. 16. O edital de convocação da Assembleia Geral conterá:

- I - a denominação da Associação, seguida pela expressão "Convocação de Assembleia Geral" ordinária ou extraordinária;
- II - dia, hora, assim como o local desta realização, o qual, salvo motivo justificado, deve ser sempre o da sua sede social;
- III - a sequência numérica da convocação;
- IV - a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- V - número de associados existentes, na data da sua expedição, para efeito do cálculo do quórum de instalação;

§ 1º Na hipótese de convocação feita por associados, o edital será assinado, no mínimo, pelos cinco primeiros signatários do documento que a solicitou.

§ 2º Os editais de convocação serão fixados em locais visíveis nas principais dependências da Associação, publicado através de jornal de circulação local, e/ou comunicado por circulares aos associados.

Art. 17. O quórum mínimo para instalação da Assembleia Geral é o seguinte:


Dr. Ronaldo Rodrigues Costa
Advogado
OAB-TO 20811 OAB-PA 10.171



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

I - metade mais um dos associados em condição de votar, na primeira convocação;

II - qualquer número de associados para a segunda e última convocação.

Parágrafo único. O número de associados presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas deles constantes do Livro de Presença.

Art. 18. Os trabalhos da Assembleia Geral não convocada pelo Presidente, serão dirigidos por associado escolhidos na ocasião.

Art. 19. Na Assembleia em que forem discutidos balanços e contas, o Presidente da Instituição, logo após a leitura do relatório da Diretoria Executiva, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um associado para dirigir os debates e a votação da matéria.

Parágrafo único. Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente e os demais associados deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembleia, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Art. 20. As deliberações da Assembleia Geral somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que nele tiverem direta e imediata relação.


Dr. Antônio Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 12.123



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

§ 1º Habitualmente a votação será a descoberto, mas a Assembleia poderá optar pelo voto secreto, atendendo então às normas usuais.

§ 2º. O que ocorrer na Assembleia Geral deverá ser registrado na ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos, pelos Diretores e Fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) associados indicada pelo plenário e por todos aqueles que o queiram fazer.

§ 3º. As decisões da Assembleia Geral são tomadas pelo voto pessoal dos presentes, tendo cada associado direito a um só voto, vedada a representação.

Art. 21. A Assembleia Geral Ordinária reúne-se, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, após o encerramento do ano social, cabendo-lhe especificamente:

- I - deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal;
- II - eleição dos componentes dos cargos sociais;
- III - deliberar sobre os planos de trabalho e orçamento apresentados pela Diretoria Executiva;


Dr. Rensley Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 10841/048-PR, 15.07.11



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1999

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Parágrafo único. As deliberações da Assembleia Geral Ordinária são tomadas pela maioria simples de votos, observado o que dispõe o Art. 20 deste Estatuto em seu parágrafo terceiro.

Art. 22. A aprovação do balanço, das contas e do relatório da Diretoria Executiva desonera os seus integrantes da responsabilidade para com entidade, salvo em caso de dolo, erro ou fraude.

Art. 23. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que necessário, com poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Instituição, desde que constem do edital de convocação, sendo de sua competência exclusiva, deliberar sobre:

- I - reforma do Estatuto;
- II - destituição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário;
- III - fusão, incorporação ou desmembramento;
- IV - autorização de alienação de bens moveis e imóveis;
- V - autorização para contratação de empréstimos, dívidas e/ou obrigações;
- VI - autorização para doação de bens da entidade e o oferecimento de garantias reais;


Dr. Reilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2046 / OAB-PA 19.07-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

VII - mudanças de objetivos;

VIII - dissolução voluntária da Entidade e nomeação de liquidante;

IX - aprovação das contas do liquidante;

§ 1º. São necessários, atendidos o que dispõe o Art. 20, §3º deste Estatuto, os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata o inciso VII deste artigo.

Seção II

Da Administração e Fiscalização


Art. 24. A administração e fiscalização da Instituição serão exercidas, respectivamente, por uma Diretoria Executiva, por um Conselho Fiscal e por um Conselho Comunitário.

Art. 25. A Diretoria Executiva será constituída por:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Primeiro Secretário;


Dr. Ronaldo Rodrigues Costa
Advogado
OAB-TO nº 1.059.254/2014



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, n° 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefn@gmail.com

Nós Amamos Ananás

IV - Segundo Secretário;

V - Primeiro Tesoureiro;

VI - Segundo Tesoureiro.


§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para mandato de 4 (quatro anos), admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (art. 40, V, "b" da Portaria n.º 4334/2015 com redação dada pela Portaria n.º 1909/2018 do Ministério das Comunicações).

§ 2º A Diretoria Executiva rege-se pelas seguintes normas:

I - reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, da maioria dos seus membros, ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal;

II - instala-se, validamente, com a presença da maioria simples dos seus membros, proibida a representação, sendo as deliberações tomadas pela maioria simples de voto dos presentes, reservado ao Presidente, o exercício do voto nominal e de qualidade.

III - as deliberações serão consignadas em ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos pelos membros presentes.


Dr. Raulina Rodrigues Castro
Advogada
OAB-TO 1981 - 1982-2018



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99298-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

§3º É vedado, na composição da diretoria, que mais da metade de seus membros sejam parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro (Portaria n.º 1909/2018 do Ministério das Comunicações).

§4º Não pode ser membro de direção da entidade aquele que tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Portaria nº 1.909/2018 do Ministério das Comunicações).

Art. 26. Perderá automaticamente o cargo, o membro da Diretoria Executiva que faltar, sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutiva ou 06 (seis) alternadas, durante o ano.

Art. 27. No desempenho das suas funções, e dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, cabe à Diretoria Executiva as seguintes atribuições:

I - programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades e fixando quantidades, valores, prazos, taxas de encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;

II - avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;

Dr. Renan Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2066 / OAB-PA 12.117-3



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

- III - estabelecer as normas para funcionamento da Entidade;
- IV - estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra as disposições da Lei, deste Estatuto, ou das regras de relacionamento com a Entidade, que venham a ser estabelecidas;
- V - deliberar sobre a retirada e exclusão de associados e suas implicações;
- VI - deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral e estabelecer a sua ordem do dia;
- VII - estabelecer a estrutura operacional da administração executiva das atividades, criando cargos a atribuindo funções, reservando a si a contratação de servidores graduados, e fixando normas para a admissão e demissão dos demais empregados;
- VIII - fixar normas disciplinares internas;
- IX - indicar o banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósito de numerário, e fixar o limite máximo que poderá ser mantido no caixa da Instituição;
- X - adquirir, alienar ou onerar bens móveis, imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com expressa autorização da Assembleia Geral;
- XI - contrair empréstimos, dívidas e/ou obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da Assembleia Geral;
- XII - ceder direitos e constituir mandatários;


Dr. Roberto Antônio Castro
Advogado
OAB/TO 12.345



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

XIII - oferecer bens, moveis e imóveis, em garantia às obrigações assumidas pela Associação, com a expressa autorização da Assembleia Geral;

XIV - zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias;

XV - apresentar ao Conselho Fiscal o relatório e as contas de sua gestão;

XVI - nomear, dentre os membros, os responsáveis pelos departamentos que forem criados;

XVII - regulamentar as Ordens Normativas da Assembleia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da instituição.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva poderá contratar, sempre que julgar conveniente, assessoramento técnico para auxiliá-la no esclarecimento dos assuntos a decidir.

Art. 28. Ao Presidente cabe, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - supervisionar as atividades da Instituição, estabelecendo contato com os profissionais e servidores que estiverem a serviço dela;

II - assinar, conjuntamente com o Primeiro Tesoureiro, e na ausência deste, com o primeiro secretário, os cheques e documentos de operações bancárias;

III - assinar, conjuntamente com o Primeiro Tesoureiro, e na ausência deste, com o Primeiro Secretário, contratos e demais documentos constitutivos de obrigação;


Dr. Raulino Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 10.124/74



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antônio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefn@gmail.com

Nós Amamos Ananás

- IV - convocar e presidir as Reuniões da Diretoria Executiva, bem como a Assembleia Geral dos associados;
- V - apresentar à Assembleia Geral Ordinária, o relatório de gestão, as peças contábeis e o plano de atividades;
- VI - representar a instituição judicial ou extrajudicialmente, em juízo e fora dele;
- VII - adquirir, alienar, onerar em nome da instituição, bens moveis, imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com a expressa autorização da Diretoria Executiva;
- VIII - contrair, em nome da entidade, empréstimos, dívidas e obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da Diretoria Executiva;
- IX - ceder e constituir mandatários em nome da Instituição;
- X - oferecer, em garantia às obrigações assumidas em nome da Instituição, bens, moveis e imóveis, com a expressa autorização do Diretoria Executiva;
- XI - montar equipe de trabalho, de acordo com o nível técnico necessário à execução dos projetos contratados.

Art. 29 - Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

Dr. Raulton de Jesus Castro
Presidente
048-10-1046 - 048-82-1174



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

- II - suceder o Presidente, em caso de vacância do cargo;
- III - desempenhar funções especiais que lhe sejam confiadas pelo Presidente.

Art. 30. Compete ao Primeiro Secretário:

- I - substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II - secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral, elaborando atas, registro de presença e notas de reunião;
- III - supervisionar e manter em dia o expediente;
- IV - orientar e manter em ordem o arquivo de documentos, bem como a relação atualizada do quadro de associados;
- V - controlar e manter em ordem o patrimônio mobiliário;
- VI - gerenciar toda a estrutura administrativa;
- VII - receber, à época das eleições, as inscrições de candidatos à Diretoria

Executiva da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA;

- VIII - apresentar relatório periódico dos associados inadimplentes;
- IX - publicar todas as notícias da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA.

Art. 31. Compete ao Segundo Secretário:


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 10.000 / OAB/PA 10.000



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefn@gmail.com

Nós Amamos Ananás

- I - substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II - suceder o Primeiro Secretário, em caso de vacância do cargo; III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Art. 32. Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I - assinar, conjuntamente com o Presidente, cheques e documentos bancários;
- II - efetuar, exclusivamente através de cheques, o pagamento das obrigações assumidas em nome da Instituição e autorizadas pelo Presidente;
- III - coordenar e supervisionar diretamente as atividades de contabilidade e controladoria;
- IV - coordenar e supervisionar o orçamento geral e o fluxo de caixa;
- V - zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da Instituição;
- VI - proceder ou determinar a alguém que proceda à escrituração do livro caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- VII - arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da ASSOCIAÇÃO

COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA;

Dr. Reilson Ribeiro Costa
Advogado
OAB/TO 19510-2009, 19.12.14



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

- VIII - pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- IX - apresentar relatório de receitas e despesas, sempre que for solicitado;
- X - apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- XI - conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- XII - desempenhar as funções especiais que lhe sejam atribuídas pelo Presidente.

Art. 33. Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I - substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- II - suceder o Primeiro Tesoureiro, em caso de vacância do cargo;
- III - prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 34. Os membros da Diretoria Executiva não são pessoalmente responsáveis pelos compromissos que assumirem em nome da Instituição, mas respondem, solidariamente, pelos prejuízos decorrentes de seus atos, quando praticarem conduta culposa ou dolosa.


Dr. Antônio de Fátima Castro
Advogado
OAB-PA 19.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 35. O Conselho Fiscal da Instituição será constituído por 03 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral e igual número de suplentes, eleitos para mandato de 04 anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 36. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar as contas da Diretoria Executiva, apresentando pareceres técnicos à Assembleia Geral, recomendando sua aprovação ou rejeição;

II - opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os órgãos superiores da entidade;

III - requisitar ao Primeiro Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;

IV - convocar, extraordinariamente, a Assembleia Geral, sempre que houver motivos graves e urgentes.

§ 1º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário;


Dr. Roselma Rodrigues Castro
advogado
OAB-TO 3946 / OAB-PA 10.17-5



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

§ 2º O Conselho Fiscal instalar-se-á com a presença mínima de 03 (três) membros, sendo as deliberações tomadas por maioria simples de votos, permitida a participação dos suplentes como ouvintes, mas sem direito a voto, caso todos os titulares estejam presentes.

§ 3º Será lavrada ata circunstanciada de cada reunião em livro próprio, assinada por todos os presentes, na qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas.

Seção IV

Do Conselho Comunitário

Art. 37. O Conselho Comunitário é o órgão encarregado de zelar pela qualidade moral dos atos praticados pelos órgãos sociais, bem como de todos os associados, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- I - zelar pelo cumprimento das disposições legais, deste Estatuto e das decisões tomadas pelos órgãos da Instituição;
- II - verificar se os pedidos de admissão ao quadro social atendem às exigências estatutárias;


Dr. Rodrigo Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 10.254/2014



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99298-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

III - analisar e julgar os desvios de conduta dos associados e membros dos órgãos sociais, notificando-os, e sugerindo à Diretoria Executiva a aplicação de penalidades, quando for o caso;

IV - avaliar se o desempenho da Associação e da Rádio Comunitária está de acordo com os objetivos estabelecidos pela comunidade e pela legislação em vigor;

V - encaminhar, quando for o caso, relatórios anuais sobre o desempenho e atividades da Rádio Comunitária ao Ministério das Comunicações;

VI - Opinar sobre os casos de exclusão de associados.

Art. 38. O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) membros, representantes indicados por organizações da sociedade civil, sem fins econômicos, localizadas na área de abrangência, e homologados em Assembleia Geral.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Comunitário será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

§ 2º Os candidatos a membros ao Conselho Comunitário deverão gozar de ilibada conduta ética e moral.

CAPÍTULO V


Dr. Pontes Rodrigues Costa
Advogado
OAB TO 1987-028.747-1



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

DA CONTABILIDADE SOCIAL

Seção I

Dos Recursos Financeiros

Art. 39 - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por:

I - termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, nos termos da Lei 13.1019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015;

II - convênios e contratos, firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;

III - contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;

IV - doações de pessoas físicas ou jurídicas, legados e heranças;

V - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

VI - contribuições dos associados;

VII - recebimentos de direitos autorais;


Dr. Verciana Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2756 / 03.05.2019.19.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1298 - 99286-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

VIII - recebimento de doações de empresas, até o limite de 2% de sua receita bruta, nos termos do art. 84-B da Lei 13.019/2014, com redação dada pela Lei 13.204/2015.

IX - recebimento de bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 84-B da Lei 13.019/2014, com redação dada pela Lei 13.204/2015;

X - distribuição ou promessa de distribuição de prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, nos termos do art. 84-B da Lei 13.019/2014, com redação dada pela Lei 13.204/2015.

Seção II

Do Patrimônio

Art. 40. O patrimônio da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

- ACA será constituído:

I - pelos bens de sua propriedade;


Dr. Aurilene Rodrigues Castro
advogado
OAB/PA nº 19.171 A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99298-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

II - pelos auxílios, doações ou subvenções, provenientes de qualquer entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira;

III - pelas receitas provenientes da contribuição de seus associados, da prestação de serviços e convênios.

Seção III

Da Contabilidade e Prestação de Contas

Art. 41. A contabilidade e a prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocandoos à disposição para o exame de qualquer cidadão;


Yendson Fortes Castro
Advogado
OAB/PA 10.171-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Morelra, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço será levantado em 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO VI

DOS LIVROS


Art. 42 - A Associação deverá ter os seguintes livros:

I - Livro de Matrícula de Associados;

II - Livro de Atas da Assembleia Geral;

III - Livro de Atas das Reuniões da Diretoria Executiva;

IV - Livro de Atas do Conselho Fiscal;



Daniel Rodrigues Castro
Diretor Executivo



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefn@gmail.com

Nós Amamos Ananás

V – Livro de Presença dos Associados à Assembleia Geral; VI - Outros, Fiscais e Contábeis Obrigatórios.

Parágrafo único. É facultado a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

Art. 43 - No Livro de Matrícula os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- I - Nome, RG, CPF, número do Registro Profissional quando houver, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e endereço residencial;
- II - a data de sua admissão e, quando for o caso, de sua retirada ou exclusão.

CAPÍTULO VII

DA DISSOLUÇÃO

Art. 44. A ACA será dissolvida por vontade manifesta em Assembleia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observado o disposto neste Estatuto, ou por força judicial.

Art. 45. Em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos

Dr. Paulison Rodrigues Castro
Advogado
OAB/PA 10.173

43



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade, e possua sede no município.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. A entidade não distribuirá entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os, integralmente, na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva, conforme art. 2º, I, "a" da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015.

Parágrafo único. Poderão ser contratados e remunerados, sem deliberação da Assembleia Geral, funcionários administrativos, consultores e técnicos mesmo que ocupem cargos na Diretoria.


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2066 / OAB-PA 19.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Art. 47. A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembleia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva normatizará o procedimento eleitoral da entidade.

Art. 48. A instituição adotará práticas de gestão administrativa e *compliance*, necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual ou coletiva, de benefícios e vantagens indevidos, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 49. A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS – ACA não participará de campanhas de interesse político-partidário, eleitorais, classistas ou religiosas, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 50. O presente Estatuto, que poderá ser alterado no todo ou parte, mediante deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária convocada para tal fim, foi aprovado em Assembleia Geral, realizada nesta data, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 51. Os casos omissos serão dirimidos pela Assembleia Geral, no que couber, pela Lei e pelos princípios gerais de Direito, ouvidas as instâncias da Instituição.


Dr. Raulson Rodrigues
Advogado
OAB-TO 100.100.000

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989


Rua Antônio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000


(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ananás-TO, 24 de março de 2019.



Idemar Leandro Furmiga
Presidente


Dr. Renilson Rodrigues Castro
OAB - TO 2956

 **CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS**
ANÁLIA BORGES LIRA - Tabelião e Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000 - Tel.: (63) 3442-1299

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994.
00011G4Z1F0TF-427467-70 - Ananás-TO, 09 de abril de 2019 - 18:42:25h.


Rosiane Alencar Santos-Sub Oficial
Selo Digital nº128900AAAD46712-SXH
<http://corregedoria.tto.jus.br/index.php/selodigital>

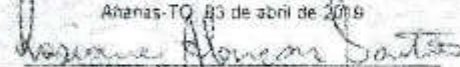



Dr. Renilson Rodrigues Castro
OAB - TO 2956

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Tabelião e Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000 - Tel.: (63) 3442-1299

PESSOAS JURÍDICAS-LIVRO A

P. digitalizado e digitalizado sob o nº 0000065, averbado as margens do registro nº 0000165, averbação nº 03 no livro A-004, as folhas 007/007, o seguinte documento: **Alteração de Estatuto**. Dou fé.
Ananás-TO, 03 de abril de 2019.


Rosiane Alencar Santos-Escriturante
Selo Digital nº128900AAAD42467-NYG





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

ATA DA REUNIÃO DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITARIO DA ACA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS ANOS 2018/2019, entidade Mantenedora da Rádio Comunitária Cidade FM, com o objetivo de atender os termos da portaria 4334 /2015/ SEI-MC, Publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pela portaria de nº 1909/2018 / SEI- MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, e Nota Técnica N° 2250/ 2019/ SEI –MCTIC, tudo de acordo com o artigo 130, § 1º, inciso V.

Aos 07 sete dias do mês de Março do Ano de 2019, às 19 Horas ocorreu na sede da ACA – Associação Comunitária de Ananás, situada a Rua Antônio Moreira, Nº 292, centro, Ananás Tocantins, reuniu-se o Conselho Comunitário da Entidade com fim específico de analisar, avaliar e sugerir possíveis mudanças na grade de programação da **Rádio Comunitária Cidade FM** que todos sabem da sua importância junto a sociedade ananaense, os membros do referido conselho levaram em consideração os últimos 12 meses sendo analisado o período de março de 2018 a março de 2019. O conselho comunitário composto pelas instituições; **ATRTNS – Associação dos trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho**, inscrita no CNPJ -007.225.181/0001-01, situada na Rua Filomeno Jose de Carvalho, S/N, Centro, Município de Ananás – TO, neste ato representado pelo senhor Gilbemi Rodrigues Costa, Lavrador, Brasileiro, Solteiro, residente no assentamento Terra Sonho, no Município de Ananás – TO, Inscrito no CPF- 002.795.901-56, **AAF – Associação Arte no Fruto**, Inscrita no CNPJ – 08.976.517/0001-22, com sua sede situada a Avenida Betel, S/N, centro Ananás –TO. Será representado pelo Senhor, Antônio Marinho de Abreu, Artesão, Brasileiro, Casado, Residente na Rua 1º de janeiro Nº 37. Centro, Ananás – TO, inscrito no CPF – 800.495.671-87; **Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro Conveniada Ananás – TO**, Inscrita no CNPJ - 01.991.081/0001-44, com sede situada na Rua Nossa Senhora de Fatima, Nº 167, Centro, Ananás – TO, será representada pela Senhora, Bernadete Miranda Souza, Professora, Brasileira, Solteira, residente na rua Betânia, S/N, Centro,



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ananás – TO, Inscrito no CPF -575.957.981-91; **A Associação de Moradores 04 Bocas**, Inscrita no CNPJ – 14.309.290/0001-64 Com sua sede situada a Rua Filomeno Jose de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás – TO, representada pela Senhora Soraia Francisca da Silva, Brasileira, Solteira, residente e domiciliado na Filomeno Jose de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás – TO, Inscrita no CPF – 856.263.841-20; **Ideias – Instituto Para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social**, Inscrita no CNPJ – 17.160.234/0001-07, tendo sua sede situada na Rua Olavo Bilac S/N, neste ato será representado pelo Senhor Silzo Rodrigues, Brasileiro, Casado, Inscrito no CPF – 427.131.371-87. O Senhor presidente dos trabalhos, lembrou a todos que os membros do conselho Comunitário acima descritos residem na área de sinal irradiador da Emissora. Em seguida convocou a mim Janicelia Nunes Araújo para fazer a redação da presente Ata como secretaria ad hoc. Após verificação de quórum observou-se que havia números suficientes para qualquer deliberação sobre o assunto. Ato continuo o presidente da ACA – Associação Comunitária de Ananás Entidade Mantenedora da Rádio Comunitária da Rádio Cidade FM, Senhor Idemar Leandro Fumiga, agradeceu a presença de todos chamando a atenção para a importância da reunião deliberativa haja visto que ali estava representada a sociedade ananaense através das várias Instituições presente nesta reunião. Dito isso o Senhor presidente da ACA – Associação Comunitária de Ananás fez questão de ressaltar que este é o grande momento para cada membro representante do Conselho Comunitário emitir a sua opinião, fazer avaliação e ainda sugerir possíveis melhorias e adequação na grade de programação da Rádio Comunitária Cidade FM, tudo com objetivo de atender e satisfazer os ouvintes e diversos seguimentos organizados da sociedade, razão maior desta emissora de Radiodifusão Comunitária. Em seguida a Senhor presidente dos trabalhos franqueou a palavra aos membros presentes. Fazendo uso da palavra o Senhor Silzo Rodrigues presidente do Instituto Ideias disse da satisfação para com a grade de programação da emissora não tendo neste momento nenhuma observação a fazer. Usando a palavra o Senhor Gilbemi Rodrigues Costa presidente ATRTNS – Associação dos trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho, falou do quanto a emissora tem sido importante para as atividades de comunicação junto aos beneficiários do assentamento citando



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

como exemplo as oportunidades de avisos de interesses públicos disponibilizados pela direção quando precisou fazer tal uso, tipo avisos de reuniões dos assentados, comunicados de desaparecimento de animais, dentre outros avisos de interesses da ATRTNS. Também fez uso da palavra a Senhora Bernadete Miranda Souza, que ressaltou a importância da Emissora Comunitária como instrumento de inclusão e transformação social, abrindo em sua grade de programação espaço para discussão de temas de grande relevância para o povo do Município, além de oferecer espaço para a valorização e propagação da cultura local, valorizando a divulgação das festa tradicionais, bem como oferecendo oportunidades aos cantores e bandas locais, fato que oportunizou o crescimento de artista como Fabio Coelho, Mauricia da Banda Doce Mel. Vander Milhomem da Banda Garotos do Swing, Nildo Farias, dentre outros que cresceram profissionalmente pela oportunidade democrática dos microfones desta emissora comunitária. Falando aos presentes a Senhora Soraia Francisca da Silva aqui representando A Associação de Moradores 04 Bocas, fez questão de falar da importância dos serviços de comunicação desta emissora sempre democrática oferecendo oportunidade principalmente aos excluídos pelos grandes meios de comunicação de massa, parabenizando a diretoria por tal feito. Usando a palavra o Senhor Idemar Leandro Furmiga, agradeceu a todos os presentes pela participação nesta reunião deliberativa colocando a Entidade e a Emissora a disposição de todos. Ato continuo por aclamação resolveram deliberarem como positiva e construtiva aprovando por unanimidade a **Grade de Programação da Rádio Comunitária Cidade FM**, que para dar caráter de ciência e veracidade será anexada à presente Ata. Em seguida o Senhor presidente dos trabalhos Idemar Leandro Furmiga, encerrou a presente reunião deliberativa do **Conselho Comunitário** da ACA – Associação Comunitária de Ananás ano 2019, entidade mantenedora da Rádio Comunitária Cidade FM de Ananás, ordenando a mim Janicelia Nunes Araújo que procedesse a lavratura da presente Ata, que após lida e achada conforme vai por mim assinada e pelos presentes.

Ananás 07 de Março de 2019

Janicelia Nunes Araújo/ Secretária AD HOC



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Soraia Francisca da Silva
Soraia Francisca da Silva

Presidente do Conselho Comunitário

Representante Associação de Moradores 04 Bocas

CPF – 856.263.841-20

Antonio Marinho de Abreu
ANTONIO MARINHO DE ABREU

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação Arte no Fruto

CPF – 800.495.671-8

Gilbemi Rodrigues Costa
GILBEMI RODRIGUES COSTA

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho

CPF – 575.957.981-91



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Bernadete Miranda Souza
BERNADETE MIRANDA SOUSA

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro

CPF – 856.263.841-20

Silzo Rodrigues
SILZO RODRIGUES

Membro do Conselho Comunitário

Representante do Instituto para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social

CPF – 427.131.371-87



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidafm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA EMISSORA COMUNITÁRIA RÁDIO CIDADE FM 87,9 APROVADA EM REUNIÃO DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ACA OCORRIDA EM 07 DE MARÇO DE 2019.

De Segunda á Sexta-feira

Nomes de Programas e Comunicadores	Horários
Sertanejo Bom Demais com Val Sousa Descrição - Musicas raízes, notícia, musicas caipira, talentos regionais e utilidade pública.	Das 05:00 às 08:00hrs
Estação Cidade Com Suelho Martins Descrição - Musica nacional e internacional, notícia, talentos regionais, horoscopo, mensagem do dia, utilidade pública.	Das 08:00 às 11:00hrs
Voz Do Evangelho Da Paz Descrição - Musica gospel e Participação da comunidade.	Das 11:00 às 12:00hrs
Palavra de Vida Igreja Universal Descrição - Musica gospel e Participação da comunidade.	Das 12:00 às 13:00hrs
Jornal Virou Notícias - Com Sandro Barcelos Descrição - Últimas notícias do Brasil, mundo, previsão do tempo, temperatura, esporte.	Das 13:00 às 13:30hrs
A Tarde é Nossa com Dj Valdemy Gomes Descrição - Sertanejo, dance, MPB, artista locais e utilidade publica.	Das 13:30 às 15:00hrs
Sertão & Companhia Com Val Sousa Descrição - Sertanejos raiz e universitário, forró e calypso, Momento notícia.	Das 15:00 às 17:00hrs
Forró do Jota com Jota Sales Descrição - Forró pé de serra e utilidade publica.	Das 17:00 às 18:00hrs
Evangelizando com Maria Com Renovação Carismática Católica Descrição - Musicas sacras, reflexão e comunicados para comunidade.	Das 18:00 às 18:30hrs
Informativo 87 - Com Val Sousa Descrição - Notícias locais e regionais.	Das 18:30 as 19:00hrs
A Voz do Brasil - com Airton Medeiros e Gláucia Gomes Descrição - Noticias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.	Das 19:00 as 20:00hrs
Frequência Quente - Com Sandro Barcellos Descrição - Todos os gêneros musicais.	Das 20:00 às 21:00hrs
A Voz do Tocantins	Das 21:00 às 22:00hrs



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Descrição – Notícias Locais e Regionais.	
LOVE NIGHT – Com Roger Pires Descrição – As melhores do flashbacks de todos os tempos.	Das 22:00 às 02:00hrs
Ligação Nacional – Com Edelson Moura Descrição – Quadros Interessante e divertido.	Das 02:00 às 03:00hrs
Songs Off Love – Com Rone Santos Descrição – melhores musicas nacionais e internacionais Românticas e tradução do dia.	Das 03:00 às 05:00hrs

PROGRAMAÇÃO SÁBADO

Sertanejo Bom Demais – Com Val Sousa Descrição - Musicas raízes, notícia, musicas caipira, talentos regionais e utilidade pública.	Das 05:00 às 08:00hr
Estação Cidade – Com Suelho Martins Descrição – Musica nacional e internacional, notícia, talentos regionais, horoscopo, mensagem do dia, utilidade pública.	Das 08:00 às 11:00hrs
Voz Do Evangelho Da Paz – Com Pasto Isak Descrição – Musica gospel e Participação da comunidade.	Das 11:00 às 12:00hrs
Palavra de Vida Igreja Universal Descrição – Musica gospel e Participação da comunidade.	Das 12:00 às 13:00hrs
Top 30 – Com Luiz Descrição – As 30 Musicas Mais Tocadas	Das 13:00 às 15:00hrs
Online Musical – Com Luiz Fernando Descrição – musicas do mundo pop nacional e intencional.	Das 15:00 às 16:00hrs
Amado Batista – Com Edelson Moura Descrição – Musica e Historia do Amado Batista.	Das 16:00 as 18:00hrs
Toque Popular – Com Musica e Vinhetas Descrição – O melhor da musica nacional dos anos 60, 70 e 80.	Das 18:00 às 20:00hrs
Forró Brasilis – Com Edgar Souza Descrição – Forró e Musica diversa.	Das 20:00 às 22:00hrs
A Vez do Brasil – Com Marcelo Pacifico Descrição – Toca a boa música popular brasileira (MPB).	Das 22:00 às 23:00hrs
Amnésia – Com Júnior Pinheiro Descrição – Grandes clássicos do rock, dance, disco e flashback.	Das 23:00 às 01:00hrs
Sequencia Programada – Com Musica e Vinhetas Descrição – Todos os estilos musicais.	Das 01:00 às 04:00



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

DOMINGO

Mundo Sertanejo – Com Diego Valadares Descrições – Atuais sertanejos do país e vai relembrar grandes sucessos do passado.	Das 04:00 às 07:00hrs
Bem Com a Vida – Com Musica e Vinhetas. Descrições – Musica sacras.	Das 07:00 às 08:00hrs
Arena Pop – Com Jorginho Amaral Descrições – tocando o que há de melhor do mundo sertanejo.	Das 08:00 às 10:00hrs
Clássicos do Rei – Com Cesar Fama Descrições – Noticias e Curiosidades do Rei Roberto e os seus Sucessos do passado e presente.	Das 10:00 às 11:00hrs
A Voz do Adorador – Com Laise Santos Descrições – Musica gospel e mensagem de fé e esperança	Das 11:00 às 12:00hrs
Pagonejo – Com Dany Alexandre Descrição – O melhor do samba, pagode, axé e sertanejo dançante.	Das 12:00 às 14:00hrs
Forro da Melhor – Com Hermes Dias Descrição – melhor do forró no seu rádio e os clássicos do passado.	Das 14:00 às 16:00hrs
Domingão Sertanejo – Com Baba Descrição – toca o melhor da musica raiz sertaneja.	Das 16:00 às 18:00hrs
Deixar Rolar – Com Musica e Vinheta Descrição – Musicas do mundo pop nacional e intencional.	Das 18:00 às 20:00hrs
80 Por Hora – Com Marcelo Pacifico Descrição – o melhor dos anos 80.	Das 20:00 às 21:00hrs
Love Line Hora – Com Aline Mota Descrição – As melhores musicam nacionais e internacional romântica, recados do coração, artista em destaque e a tradução do dia.	Das 21:00 às 01:00hrs
Sequencia Programada – Com Musica e Vinhetas Descrição – Todos os estilos musicais.	Das 01:00 às 05:00hrs


Yasmyr Bruna Lopes Dias
Diretora


Idemar Leandro Fumiga
Presidente



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Soraia Francisca da Silva

Soraia Francisca da Silva

Presidente do Conselho Comunitário

Representante Associação de Moradores 04 Bocas

CPF – 856.263.841-20

Antonio Marinho de Abreu

ANTONIO MARINHO DE ABREU

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação Arte no Fruto

CPF – 800.495.671-8

Gilbemi Rodrigues Costa

GILBEMI RODRIGUES COSTA

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho

CPF – 575.957.981-91



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Bernadete Miranda Souza
BERNADETE MIRANDA SOUSA

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro

CPF – 856.263.841-20

Silzo Rodrigues
SILZO RODRIGUES

Membro do Conselho Comunitário

Representante do Instituto para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social

CPF – 427.131.371-87

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL****Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS**CNPJ:** 25.061.680/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:49:48 do dia 14/03/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/04/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 25061680/0001-84
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
Endereço: RUA ANTONIO MOREIRA 292 / CENTRO / ANANAS / TO / 77890-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/03/2019 a 22/04/2019

Certificação Número: 2019032404295492837802

Informação obtida em 09/04/2019, às 14:55:43.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
CNPJ: 25.061.680/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:13:17 do dia 09/04/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/10/2019.

Código de controle da certidão: **4D30.0D85.3180.2538**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 25.061.680/0001-84

Certidão nº: 170673781/2019

Expedição: 09/04/2019, às 15:08:31

Validade: 05/10/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

~~Certifica-se que ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS~~
~~(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº~~
~~25.061.680/0001-84, NÃO CONSTA~~ do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Divisão e pagamento: 09/04/2019

MINISTERIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**A Vilma de Fatima Alvarenga Fanis,
Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º ANDAR

CEP – 70044-900 / BRASILIA -DF

Fone (61) 2027-6281

Correios		REGISTRADO URGENTE	348	PESO (kg)
		<i>registered priority</i>		<small>weight</small>
Recebido			AR	MP
Assinatura	Doc.			
JT 79669931 1 BR				
				



(ETIQUETA DO CARIMBO MP)

ACA – Associação Comunitária de Ananás

Rua Antônio Moreira, nº292 Ananás –TO

CEP- 77890-000

acacidadefm@gmail.com

Fone – (63) 3442-1493

(63) 99296-7474

01250 024614/2019-16



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ofício Nº 019/2019

Ananás-TO 08 de maio de 2019

Ilustríssima Senhora
VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS.
Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária
Ministério das Comunicações – Esplanada dos Ministérios
BRASILIA-DF

Assunto: Correção de erros ortográficos do Ofício 018/2019 datado em 09 de abril de 2019, relativo ao Processo: N º 53900.024991/2014-42, juntando Documentos e Requerimento de renovação de outorga de Radcom.

Cidade: Ananás-TO.

Senhora Coordenadora,

Fazemos uso desse expediente para tempestivamente fazer juntada de documentos conforme requerido no Ofício nº 4749/2019/SEI-MCTIC e Nota Técnica 2250/2019 do processo Nº 53900.024991/2014-42, requerendo prorrogação de prazo através do Ofício nº 011/ACA/2019 datado de 18 de março de 2019, recebido por essa coordenação em 22 de março de 2019 conforme aviso de recebimento dos Correios anexos:

1º Requerimento de renovação de outorga:

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 15/05/19 às 15:30 horas

Assinatura: Pereira



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

2º Estatuto Social devidamente alterado conforme exigência da portaria do MCTIC;

3º Último Relatório do Conselho Comunitário e Grade de Programação;

4º Certidão Negativa da ANATEL;

5º Certidão Negativa do FGTS;

6º Certidão Negativa Conjunta dos Tributos Federais e da Dívida Ativa da União;

7º Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

Esperando ter cumprido o exigido aguardamos a renovação da nossa outorga da emissora da Radiodifusão Comunitária.

Respeitosamente,

Idemar Leandro Fumiga

Presidente da ACA



MINISTERIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES.

À Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada do Ministério, Bloco R, 3º Andar.

CEP: 70044-900/ Brasília-DF

Fone (61) 2027-6281

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

Rua-Antônio Moreira nº292, Ananás-TO

CEP- 77890-000

Contato- (63)99986-6327

acacidadefm@gmail.com

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS**

CNPJ: **25.061.680/0001-84**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:31:49 do dia 02/09/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/10/2019.

Certidão expedida gratuitamente.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
CNPJ: 25.061.680/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:37:42 do dia 02/09/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/02/2020.

Código de controle da certidão: **AEE8.1B3D.E447.2174**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 25061680/0001-84
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
Endereço: RUA ANTONIO MOREIRA 292 / CENTRO / ANANAS / TO / 77890-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/02/2019 a 15/03/2019

Certificação Número: 2019021401241719624549

Informação obtida em 14/02/2019, às 08:59:34.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 25.061.680/0001-84

Certidão nº: 182139848/2019

Expedição: 02/09/2019, às 13:46:33

Validade: 28/02/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.061.680/0001-84**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 15869/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024991/2014-42.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 2 (dois).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Comunitária de Ananás**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ananás**, estado do **Tocantins**, apresentou requerimento de renovação da autorização cf. SEI 0207451 fl 1, em 23/10/2014, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 10/10/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências. Considerando-se que a Ata de Eleição que foi analisada e que deu base à Nota Técnica 1, ref. gestão 8/8/2015 até 8/8/2019, venceu em 8/8/2019, é necessário enviar a ata de eleição da atual diretoria, bem como o requerimento de renovação e os documentos pessoais dos diretores, como descrito a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
			Enviar requerimento de renovação que deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	<p>dirigentes da atual diretoria. O requerimento e as assinaturas não necessitam de registro em cartório.</p> <p>Informar as coordenadas do sistema irradiante no padrão GGº MM' SS'' com dois dígitos inteiros, conforme art. 22, § 1º da Portaria.</p> <p>O endereço de sede deve ser o mesmo endereço cadastrado na Receita Federal e o endereço do sistema irradiante deve ser o mesmo endereço cadastrado na Agência Nacional de Telecomunicações.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	<p>Enviar a ata de eleição da atual diretoria informando data de início e data de término do mandato.</p> <p>Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso IV	RG, CPF e número do título de eleitor de todos os dirigentes.	<p>Enviar cópia plenamente legível do RG e CPF, e o número do título de eleitor de todos os membros da Diretoria.</p> <p>Observação 1: Para o RG que já contém o CPF, fica este dispensado de apresentação.</p> <p>Observação 2: Não será aceita cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).</p>

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da

Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

3.4 Além dessas vedações, a Radiodifusora deve se atentar para o inciso I do mesmo art. 7º, segundo o qual não é permitido, como membro da diretoria, aquele que, "individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Sobre o assunto, informa-se que serão realizadas pesquisas nas Justiças Federal e Estadual para que seja verificado se os dirigentes estão em conformidade com esse dispositivo.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

5. Salienta-se que esta será a **última** notificação que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos, com documentos desconformes com o que foi solicitado ou mesmo se não for possível emitir quaisquer das certidões negativas atualizadas necessárias à instrução processual motivará o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, nos termos do art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista em Ciência e Tecnologia**, em 13/09/2019, às 10:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/09/2019, às 10:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4589505** e o código CRC **BE9B98B4**.

Minutas e Anexos

Requerimento de renovação Anexo 5 da Portaria: SEI 3851175

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 4589505



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 33611/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 17 de setembro de 2019.

Ao Senhor

IDEMAR LEANDRO FURMIGA

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS (CNPJ nº
25061680/0001-84)

Rua Antônio Moreira 292, Centro
77890-000 / Ananás - TO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo
nº 53900.024991/2014-42.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho a **NOTA TÉCNICA Nº 15869/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

6. Esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/09/2019, às 10:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4641323** e o código CRC **0C020654**.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 4641323

Data de Envio:

27/09/2019 11:49:37

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

acacidadefm@gmail.com

iformiga6@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.024991/2014-42

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4641323.html

Nota_Tecnica_4589505.html

Anexo_3851175_ANEXO_5_RENOVACAO.pdf



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ofício nº 053/2019

Ananás -TO 08 de Outubro de 2019

Ilustríssimo Senhor
Yroa Robledo Ferreira
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária
Brasília/DF

Assunto:

Resposta ao OFÍCIO Nº33611/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC.
NOTA TÉCNICA Nº 15869/2019/SEI-MCTIC. Processo nº 53900.024991/2014-42.

Fazendo uso deste expediente para tempestivamente fazer juntada de documentos conforme requerido no Ofício já mencionado acima tudo com a finalidade específica de renovação da outorga do serviço de Radiodifusão Comunitária operado pela nossa entidade.

Maria da Paz Silva Carvalho
Maria da Paz Silva Carvalho

Presidente

ANEXO 5

MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação Comunitária de Ananás				
Nome Fantasia:	ACA - Associação Comunitária de Ananás	CNPJ:	25.061.684/0001-84		
Endereço de Sede:	Rua Antônio Moreira, 292.				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Nome do representante legal:	Maria da Paz Silva Carvalho				
Endereço eletrônico (e-mail):	acacidadefm@gmail.com				

Endereço de Correspondência:	Rua Antônio Moreira, 292.				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Rua Antônio Moreira, 292				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	6º (N/S) 21 '52.5 "			
	Longitude:	048 º W 04 ' 30.7 "			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.


Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

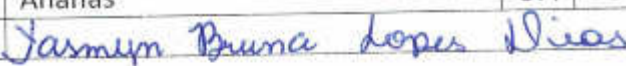
Nome do dirigente:	Maria da Paz Silva Carvalho				
Cargo:	Presidente			Tit. Eleitor:	0191 0629 2771
RG:	463.934	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	526.489.151-68
Endereço:	Praça Juscelino Kubitschek				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	Maria da Paz Silva Carvalho				

Nome do dirigente:	José Hilton Gomes Martins				
Cargo:	Vice - Presidente			Tit. Eleitor:	0332 7312 2704
RG:	279.885	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	189.708.411-04
Endereço:	P.A Antônio Moreira				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	José Hilton Gomes Martins				

Nome do dirigente:	Rosalvo Alves de Oliveira				
Cargo:	Primeiro Secretário			Tit. Eleitor:	0306 9742 2704
RG:	863.490	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	549.587.411-00
Endereço:	Rua São Pedro - Chácara Paraíso				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	Rosalvo Alves de Oliveira				

Nome do dirigente:	Elisabete Gomes Ferreira				
Cargo:	Segunda Secretária			Tit. Eleitor:	2430 8677 0167
RG:	1590.490	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	443.247.661-34
Endereço:	Setor Assa Branca				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	Elisabete Gomes Ferreira				

Nome do dirigente:	Jose Alves dos Santos				
Cargo:	Primeiro Tesoureiro			Tit. Eleitor:	2430 8677 0167
RG:	226.696	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	849.118.676-91
Endereço:	Rua José de Alencar				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Yasmyn Bruna Lopes Dias				
Cargo:	Segunda Tesoureira			Tit. Eleitor:	0396 2810 2780
RG:	863.916	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	049.801.711-76
Endereço:	Rua Olavo Bilac - 336				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAQUIAGEM

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 226.696 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 17/11/2016

NOME JOSÉ ALVES DOS SANTOS

FILIAÇÃO PETRONÍLIO JOSÉ DOS SANTOS
ALDENORA ALVES DOS SANTOS

NATURALIDADE ANANÁS-TO DATA DE NASCIMENTO 11/11/1966

CERT. NASC. Nº 11.751, LV A-10, FLS 126, EXP. 20/09/2016

XAMBIOÁ-TO

CPF 849.118.671-91

LEI Nº 7.115 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JOSE ALVES DOS SANTOS

Nº de Inscrição
849118671-91

Data do Nascimento
11/11/66

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

JOSE ALVES DOS SANTOS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 31/10/96

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JOSE ALVES DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 11/11/1966 INSCRIÇÃO 0190 9042 2704 ZONA 012 SEÇÃO 0045

MUNICÍPIO ANANÁS/TO DATA DE EMISSÃO 01/05/2008

Assinatura

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Impressário Digital do Eleitor

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Yasmyn Bruna Lopes Dias

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 863.916 2ª Via DATA DE EMISSÃO 09/05/2017

NOME YASMYN BRUNA LOPES DIAS

FILIAÇÃO GECIVAN DIAS DE SOUSA
EVA LOPES DE SOUSA

NATURALIDADE ANANÁS-TO DATA DE NASCIMENTO 20/11/1994

CERT. NASC. Nº 96, LV A-01, FLS 024, EXP 27/09/2011
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS-TO

CPF 049.801.711-76

LEI Nº 7.115 DE 29.06.93

Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
049.801.711-76

Nome
YASMYN BRUNA LOPES DIAS

Nascimento
20/11/1994

CÓDIGO DE CONTROLE
F309.10C8.3C75.BA3F

QR CODE

Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 08:48:42 do dia 08/10/2019 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR YASMYN BRUNA LOPES DIAS

DATA DE NASCIMENTO 20/11/1994 Nº IDENTIFICAÇÃO 0396 2816 2780 ZONA 012 SEÇÃO 0039

MUNICÍPIO/UF ANANÁS/TO DATA DE EMISSÃO 20/03/2017

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Yasmyn Bruna Lopes Dias

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ROSAVALVO ALVES DE OLIVEIRA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 863.490 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 15/01/2009

NOME ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO BASILIO ALVES DE OLIVEIRA
MARIA RICARDINA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE XAMBIOÁ-TO DATA DE NASCIMENTO 17/06/1971

DOC. ORIGEM Cert. Cas. Nº 2.368, Lv B-6, Fls 277-V, Exp.04/08/2006
Ananás -TO -

CPF 549.587.411-00

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
549.587.411-00

Nome
ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA

Nascimento
17/06/1971

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão Novembro/2016

CORREIOS
www.correios.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA

DATA DE NASCIMENTO 17/06/1971

INSCRIÇÃO 0305 9742 2704

ZONA 012

SEÇÃO 0047

MUNICÍPIO / UF ANANÁS/TO

DATA DE EMISSÃO 18/03/2017

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

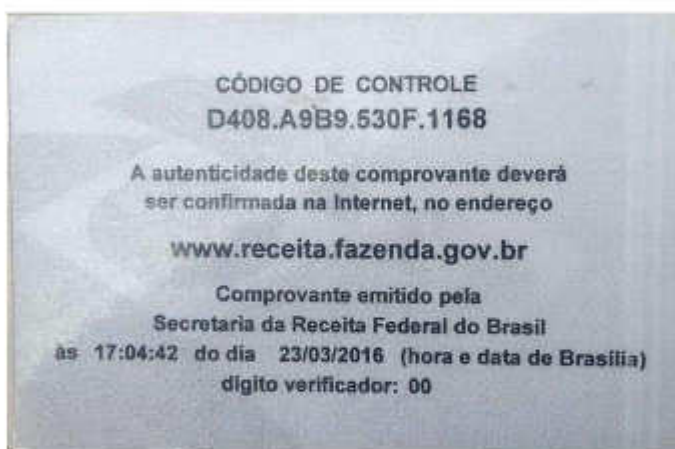
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ROSAVALVO ALVES DE OLIVEIRA

ASSINATURA COM IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

IMAGEM DO TITULAR

ASSINATURA DO TITULAR

JOSE ALVES DOS SANTOS

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 226.696 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 17/11/2016

NOME JOSÉ ALVES DOS SANTOS

FILIAÇÃO PETRONÍLIO JOSÉ DOS SANTOS
ALDENORA ALVES DOS SANTOS

NATURALIDADE ANANÁS-TO DATA DE NASCIMENTO 11/11/1966

CERT. NASC. Nº 11.751, LV A-10, FLS 126, EXP. 20/09/2016

XAMBIOÁ-TO

CPF 849.118.671-91

LEI Nº 7.115 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JOSE ALVES DOS SANTOS

Nº de Inscrição 849118671-91

Data do Nascimento 11/11/66

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

JOSE ALVES DOS SANTOS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 31/10/96

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR JOSE ALVES DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 11/11/1966

INSCRIÇÃO 0190 9042 2704

ZONA 012 SEÇÃO 0045

MUNICÍPIO ANANÁS/TO

DATA DE EMISSÃO 01/05/2008

JUIZ ELEITORAL

ASSINATURA DO TITULAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO EMPREENSÁRIO DO TÍTULO ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Yasmyn Bruna Lopes Dias

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 863.916 2ª Via DATA DE EMISSÃO 09/05/2017

NOME YASMYN BRUNA LOPES DIAS

FILIAÇÃO GECIVAN DIAS DE SOUSA
EVA LOPES DE SOUSA

NATURALIDADE ANANÁS-TO DATA DE NASCIMENTO 20/11/1994

CERT. NASC. Nº 96, LV A-01, FLS 024, EXP 27/09/2011
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS-TO

CPF 049.801.711-76

LEI Nº 7.115 DE 29.06.93

Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
049.801.711-76

Nome
YASMYN BRUNA LOPES DIAS

Nascimento
20/11/1994

CÓDIGO DE CONTROLE
F309.10C8.3C75.BA3F

QR CODE

Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 08:48:42 do dia 08/10/2019 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR YASMYN BRUNA LOPES DIAS

DATA DE NASCIMENTO 20/11/1994 Nº IDENTIFICAÇÃO 0396 2816 2780 ZONA 012 SEÇÃO 0039

MUNICÍPIO/UF ANANÁS/TO DATA DE EMISSÃO 20/03/2017

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Yasmyn Bruna Lopes Dias

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ROSAVALVO ALVES DE OLIVEIRA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
DIGITAL 863.490 2ª Via DATA DE
EXPIRAÇÃO 15/01/2009

NOME
ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO
BASILIO ALVES DE OLIVEIRA
MARIA RICARDINA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE
XAMBIOÁ-TO DATA DE NASCIMENTO
17/06/1971

Cert. Cas. Nº 2.368, Lv B-6, Fls 277-V, Exp.04/08/2006
Ananás -TO -

CPF
549.587.411-00

11010

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
549.587.411-00

Nome
ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA

Nascimento
17/06/1971

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Nascermos 2016

CORREIOS
www.correios.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO
BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA

DATA DE NASCIMENTO 17/06/1971

INSCRIÇÃO 0305 9742 2704

ZONA 012

SEÇÃO 0047

MUNICÍPIO / UF
ANANÁS/TO

DATA DE EMISSÃO
18/03/2017

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

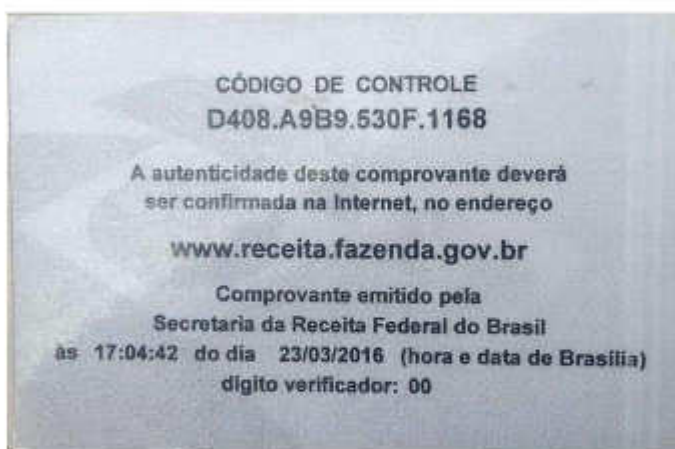
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA

ASSINATURA COM IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ofício nº 053/2019

Ananás -TO 08 de Outubro de 2019

Ilustríssimo Senhor
Yroa Robledo Ferreira
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária
Brasília/DF

Assunto:

Resposta ao OFÍCIO Nº33611/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC.
NOTA TÉCNICA Nº 15869/2019/SEI-MCTIC. Processo nº 53900.024991/2014-42.

Fazendo uso deste expediente para tempestivamente fazer juntada de documentos conforme requerido no Ofício já mencionado acima tudo com a finalidade específica de renovação da outorga do serviço de Radiodifusão Comunitária operado pela nossa entidade.

Maria da Paz Silva Carvalho
Maria da Paz Silva Carvalho

Presidente



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

ATA DA REUNIÃO DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITARIO DA ACA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS ANOS 2018/2019, entidade Mantenedora da Rádio Comunitária Cidade FM, com o objetivo de atender os termos da portaria 4334 /2015/ SEI-MC, Publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pela portaria de nº 1909/2018 / SEI- MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, e Nota Técnica Nº 2250/ 2019/ SEI –MCTIC, tudo de acordo com o artigo 130, § 1º, inciso V.

Aos 07 sete dias do mês de Março do Ano de 2019, às 19 Horas ocorreu na sede da ACA – Associação Comunitária de Ananás, situada a Rua Antônio Moreira, Nº 292, centro, Ananás Tocantins, reuniu-se o Conselho Comunitário da Entidade com fim específico de analisar, avaliar e sugerir possíveis mudanças na grade de programação da **Rádio Comunitária Cidade FM** que todos sabem da sua importância junto a sociedade ananaense, os membros do referido conselho levaram em consideração os últimos 12 meses sendo analisado o período de março de 2018 a março de 2019. O conselho comunitário composto pelas instituições; **ATRTNS – Associação dos trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho**, inscrita no CNPJ -007.225.181/0001-01, situada na Rua Filomeno Jose de Carvalho. S/N, Centro, Município de Ananás – TO, neste ato representado pelo senhor Gilbemi Rodrigues Costa, Lavrador, Brasileiro, Solteiro, residente no assentamento Terra Sonho, no Município de Ananás – TO, Inscrito no CPF- 002.795.901-56, **AAF – Associação Arte no Fruto**, Inscrita no CNPJ – 08.976.517/0001-22, com sua sede situada a Avenida Betel, S/N, centro Ananás –TO. Será representado pelo Senhor, Antônio Marinho de Abreu, Artesão, Brasileiro, Casado, Residente na Rua 1º de janeiro Nº 37. Centro, Ananás – TO, inscrito no CPF – 800.495.671-87; **Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro Conveniada Ananás – TO**, Inscrita no CNPJ - 01.991.081/0001-44, com sede situada na Rua Nossa Senhora de Fatima, Nº 167, Centro, Ananás – TO, será representada pela Senhora, Bernadete Miranda Souza, Professora, Brasileira, Solteira, residente na rua Betânia, S/N, Centro,



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ananás – TO, Inscrito no CPF -575.957.981-91; **A Associação de Moradores 04 Bocas**, Inscrita no CNPJ – 14.309.290/0001-64 Com sua sede situada a Rua Filomeno Jose de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás – TO, representada pela Senhora Soraia Francisca da Silva, Brasileira, Solteira, residente e domiciliado na Filomeno Jose de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás – TO, Inscrita no CPF – 856.263.841-20; **Ideias – Instituto Para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social**, Inscrita no CNPJ – 17.160.234/0001-07, tendo sua sede situada na Rua Olavo Bilac S/N, neste ato será representado pelo Senhor Silzo Rodrigues, Brasileiro, Casado, Inscrito no CPF – 427.131.371-87. O Senhor presidente dos trabalhos, lembrou a todos que os membros do conselho Comunitário acima descritos residem na área de sinal irradiador da Emissora. Em seguida convocou a mim Janicelia Nunes Araújo para fazer a redação da presente Ata como secretaria ad hoc. Após verificação de quórum observou-se que havia números suficientes para qualquer deliberação sobre o assunto. Ato continuo o presidente da ACA – Associação Comunitária de Ananás Entidade Mantenedora da Rádio Comunitária da Rádio Cidade FM, Senhor Idemar Leandro Furmiga, agradeceu a presença de todos chamando a atenção para a importância da reunião deliberativa haja visto que ali estava representada a sociedade ananaense através das várias Instituições presente nesta reunião. Dito isso o Senhor presidente da ACA – Associação Comunitária de Ananás fez questão de ressaltar que este é o grande momento para cada membro representante do Conselho Comunitário emitir a sua opinião, fazer avaliação e ainda sugerir possíveis melhorias e adequação na grade de programação da Rádio Comunitária Cidade FM, tudo com objetivo de atender e satisfazer os ouvintes e diversos seguimentos organizados da sociedade, razão maior desta emissora de Radiodifusão Comunitária. Em seguida a Senhor presidente dos trabalhos franqueou a palavra aos membros presentes. Fazendo uso da palavra o Senhor Silzo Rodrigues presidente do Instituto Ideias disse da satisfação para com a grade de programação da emissora não tendo neste momento nenhuma observação a fazer. Usando a palavra o Senhor Gilbemi Rodrigues Costa presidente ATRTNS – Associação dos trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho, falou do quanto a emissora tem sido importante para as atividades de comunicação junto aos beneficiários do assentamento citando



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

como exemplo as oportunidades de avisos de interesses públicos disponibilizados pela direção quando precisou fazer tal uso, tipo avisos de reuniões dos assentados, comunicados de desaparecimento de animais, dentre outros avisos de interesses da ATRTNS. Também fez uso da palavra a Senhora Bernadete Miranda Souza, que ressaltou a importância da Emissora Comunitária como instrumento de inclusão e transformação social, abrindo em sua grade de programação espaço para discussão de temas de grande relevância para o povo do Município, além de oferecer espaço para a valorização e propagação da cultura local, valorizando a divulgação das festas tradicionais, bem como oferecendo oportunidades aos cantores e bandas locais, fato que oportunizou o crescimento de artista como Fabio Coelho, Mauricia da Banda Doce Mel. Vander Milhomem da Banda Garotos do Swing, Nildo Farias, dentre outros que cresceram profissionalmente pela oportunidade democrática dos microfones desta emissora comunitária. Falando aos presentes a Senhora Soraia Francisca da Silva aqui representando A Associação de Moradores 04 Bocas, fez questão de falar da importância dos serviços de comunicação desta emissora sempre democrática oferecendo oportunidade principalmente aos excluídos pelos grandes meios de comunicação de massa, parabenizando a diretoria por tal feito. Usando a palavra o Senhor Idemar Leandro Furmiga, agradeceu a todos os presentes pela participação nesta reunião deliberativa colocando a Entidade e a Emissora a disposição de todos. Ato continuo por aclamação resolveram deliberarem como positiva e construtiva aprovando por unanimidade a **Grade de Programação da Rádio Comunitária Cidade FM**, que para dar caráter de ciência e veracidade será anexada à presente Ata. Em seguida o Senhor presidente dos trabalhos Idemar Leandro Furmiga, encerrou a presente reunião deliberativa do **Conselho Comunitário** da ACA – Associação Comunitária de Ananás ano 2019, entidade mantenedora da Rádio Comunitária Cidade FM de Ananás, ordenando a mim Janicelia Nunes Araújo que procedesse a lavratura da presente Ata, que após lida e achada conforme vai por mim assinada e pelos presentes.

Ananás 07 de Março de 2019

Janicelia Nunes Araújo/ Secretária AD HOC



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Soraia Francisca da Silva
Soraia Francisca da Silva

Presidente do Conselho Comunitário

Representante Associação de Moradores 04 Bocas

CPF – 856.263.841-20

Antonio Marinho de Abreu
ANTONIO MARINHO DE ABREU

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação Arte no Fruto

CPF – 800.495.671-8

Gilbemi Rodrigues Costa
GILBEMI RODRIGUES COSTA

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho

CPF – 575.957.981-91



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Bernadete Miranda Souza
BERNADETE MIRANDA SOUSA

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro

CPF – 856.263.841-20

Silzo Rodrigues
SILZO RODRIGUES

Membro do Conselho Comunitário

Representante do Instituto para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social

CPF – 427.131.371-87

ANEXO 5

MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação Comunitária de Ananás				
Nome Fantasia:	ACA - Associação Comunitária de Ananás	CNPJ:	25.061.684/0001-84		
Endereço de Sede:	Rua Antônio Moreira, 292.				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Nome do representante legal:	Maria da Paz Silva Carvalho				
Endereço eletrônico (e-mail):	acacidadefm@gmail.com				

Endereço de Correspondência:	Rua Antônio Moreira, 292.				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Rua Antônio Moreira, 292				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	6º (N/S) 21 '52.5 "			
	Longitude:	048 º W 04 ' 30.7 "			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.


Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

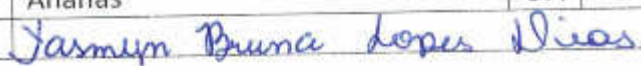
Nome do dirigente:	Maria da Paz Silva Carvalho				
Cargo:	Presidente			Tit. Eleitor:	0191 0629 2771
RG:	463.934	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	526.489.151-68
Endereço:	Praça Juscelino Kubitschek				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	Maria da Paz Silva Carvalho				

Nome do dirigente:	José Hilton Gomes Martins				
Cargo:	Vice - Presidente			Tit. Eleitor:	0332 7312 2704
RG:	279.885	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	189.708.411-04
Endereço:	P.A Antônio Moreira				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	José Hilton Gomes Martins				

Nome do dirigente:	Rosalvo Alves de Oliveira				
Cargo:	Primeiro Secretário			Tit. Eleitor:	0306 9742 2704
RG:	863.490	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	549.587.411-00
Endereço:	Rua São Pedro - Chácara Paraíso				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	Rosalvo Alves de Oliveira				

Nome do dirigente:	Elisabete Gomes Ferreira				
Cargo:	Segunda Secretária			Tit. Eleitor:	2430 8677 0167
RG:	1590.490	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	443.247.661-34
Endereço:	Setor Assa Branca				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	Elisabete Gomes Ferreira				

Nome do dirigente:	Jose Alves dos Santos				
Cargo:	Primeiro Tesoureiro			Tit. Eleitor:	2430 8677 0167
RG:	226.696	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	849.118.676-91
Endereço:	Rua José de Alencar				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Yasmyn Bruna Lopes Dias				
Cargo:	Segunda Tesoureira			Tit. Eleitor:	0396 2810 2780
RG:	863.916	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	049.801.711-76
Endereço:	Rua Olavo Bilac - 336				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de agosto de 2019 conforme Convocação do Edital nº 002/2019 datado de 29 de julho do corrente ano.

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às 20:00 (vinte horas) reuniram-se os associados da Entidade em Assembleia Geral Ordinária na sede Social da Associação Comunitária de Ananás localizada na Rua Antônio Moreira nº292 Centro Ananás-TO, previamente convocada através do **Edital de Convocação nº 002/2019** datado de (29) vinte e nove de julho do corrente ano, fixados em locais visíveis das dependências da entidade bem como publicado no Jornal Daqui com circulação em todo Estado do Tocantins na data de sete de agosto de dois mil e dezenove na pagina 11, tudo conforme previsto no artigo 16º paragrafo II do Estatuto Social com a seguinte ordem do Dia: **a) Eleição da Diretoria para o mandato 2019/2023, b) Eleição do Conselho Fiscal para o mandato 2019/2023, c) Eleição do Conselho Comunitário para o mandato 2019/2023, d) Deliberação sobre Prestação de Contas, Balanços e Pareceres do Conselho Fiscal, tudo da Gestão anterior com exercício e mandato findo em 19 de agosto de 2019, e) Discussão sobre o valor a ser cobrado da Hora Maquina ao Produtor Rural.** Na abertura dos trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia Geral Ordinária Idemar Leandro Furmiga convocou a mim Janicelia Nunes Araujo como Secretaria Ad-Hoc para Secretariar os trabalhos, redigindo a presente Ata, bem como ordenou-me que fizesse a Leitura do Edital de Convocação pedindo-me que verificasse pela lista de presenças o quórum legal para a abertura dos trabalhos da primeira Convocação da Assembleia Geral Ordinária, que comprovou-se não ser possível o andamento dos trabalhos em primeira convocação; após trinta minutos decorridos da primeira Convocação, conforme previsão legal descrita no Estatuto Social da Entidade no seu artigo 17º inciso II o Senhor Presidente dos trabalhos deu como aberto os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária com o numero de Sócios presentes confirmada pela lista de presença explicando do objetivo daquela Assembleia Geral, conforme descrito no Edital de Convocação nº 002/2019, lembrou também que era bem possível e provável que ao longo da reunião outros Sócios chegassem ao recinto para participar das discussões e votações o que seria permitido. Ato continuo o Senhor Presidente dos trabalhos falou que conforme previsão no Estatuto Social Artigo 20º paragrafo 2º precisava que os Sócios indicassem dez associados para acompanharem os trabalhos e as votações o que foi feito imediatamente sendo eles: **1º Wilson Saraiva de Carvalho, 2º Maria Nely de Jesus, 3º Elton de**



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



Lima Silva, 4º Moisés Alves da Silva, 5ª Maria das Graças Gomes de Sousa, 6º Isabel Neta Borges, 7º Suely Moura de Arruda Moraes, 8º Ruberval Araújo Almeida, 9º Maria dos Reis Matias e 10º Raimundo Luis Silveira da Silva. Em seguida o Presidente dos trabalhos disse que neste momento era a chegada a hora das Chapas que desejassem se candidatar ao Cargo da Diretoria Executiva, primeiro item de discussão do Edital 002/2019, o que foi atendido pela Sócia Maria da Paz Silva Carvalho que apresentou á Assembleia Geral a Chapa aqui denominada de **"Chapa Mudança que Queremos"** composta pelos Senhores e Senhoras como PRESIDENTE: Maria da Paz Silva Carvalho, VICE PRESIDENTE: Jose Hilton Gomes Martins, 1º SECRETARIO: Rosalvo Alves de Oliveira, 2º SECRETARIA: Elizabete Gomes Ferreira, 1º TESOUREIRO: José Alves dos Santos 2º TESOUREIRA: Yasmym Bruna Lopes Dias, completando assim a Chapa para a Diretoria Executiva, dando continuidade o Presidente dos trabalhos perguntou aos presentes se mais alguém ou grupo de Sócios teriam interesse em apresentar outra chapa mas ninguém se interessou permanecendo a "Chapa Mudança que Queremos" como única a se apresentar, sendo assim o Presidente da Assembleia Geral disse que iria colocar em votação aberta nominal a única Chapa apresentada para concorrer ao cargo da Diretoria Executiva, chamando a atenção dos dez membros nomeados para acompanharem os trabalhos e as votações, o que se verificou-se comprovado que todos os 47 presentes por unanimidade votaram e elegeram a "Chapa Mudança que Queremos" para dirigir a Entidade pelos próximos quatros anos de 23 agosto de 2019 a 23 agosto de 2023, considerando neste momento todos como Eleitos e Empossados ficando a Diretoria Executiva assim constituída **PRESIDENTE: Maria da Paz Silva Carvalho** RG: 463.934. SSP/TO, CPF: 526.489.151-68, brasileira, casada, residente e domiciliando na Praça Juscelino Kubitscheck, nº 104, centro – Pov. São João. **VICE PRESIDENTE: José Hilton Gomes Martins** RG: 279.885 SSP/TO CPF: 189.708.411-04, brasileiro, casado, residente e domiciliando na Chácara São Martins – Rural no P.A Antônio Moreira – Ananás-TO. **1º SECRETARIO: Rosalvo Alves de Oliveira**, RG: 863.490 SSP/TO CPF: 549.587.411-00 brasileiro, casado, residente e domiciliando na Chacarã Paraíso na Rua São Pedro, s/nº em Ananás-TO. **2º SECRETARIA: Elizabete Gomes Ferreira** RG: 1.590.490



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



SSP/TO CPF: 443.247.661-34, brasileira, casada, residente e domiciliando no Setor Asa Branca, s/n centro – Ananás-To. 1º **TESOUREIRO: Jose Alves dos Santos** RG: 226.696 SSP/TO CPF: 849.118.671-91, brasileiro, casado, residente e domiciliando na rua José de Alencar, s/n – Centro de Ananás – TO. 2º **TESOUREIRA: Yasmym Bruna Lopes Dias** RG: 863.916 SSP/TO CPF: 049.801.711-76, brasileira, Solteira, residente e domiciliando na Rua Olavo Bilac, nº 336, centro – Ananás-TO, ato continuo o Presidente dos trabalhos alertou ao Sócios que o segundo item do Edital de Convocação letra b) estava em discussão e votação e que se tratava da Eleição e Votação dos membros **Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal** para o Mandato até (23) vinte três de agosto de 2023, a Sócia da ACA Eliomar Santiago de Araújo pedindo a palavra disse que havia uma Chapa a apresentar composta com os seguintes nomes: Francisca Edna Pereira da Silva, Eliomar Santiago Araújo e Reinaldo Alves Lima como membros Titulares do Conselho Fiscal da Entidade e para Suplentes do Conselho Fiscal foram apresentadas na mesma relação os nomes de Raimunda Rosa de Sousa Carvalho, José Dias de Sousa e Rafael Garcia Silva, ordenada pelo Presidente a Secretaria dos Trabalhos Janicelia Nunes Araujo, fez a leitura da Chapa para conhecimento do plenário, o Presidente iniciou o processo de votação o que foi comprovada que em votação aberta nominal todos foram eleitos recebendo 47 votos unanimidade dos presentes, considerados eleitos e empossados nos Cargos de **CONSELHEIROS FISCAIS TITULARES** a Senhora **Francisca Edna Pereira da Silva**, RG: 473.491 SSP/TO CPF: 016.405.401-48, **Eliomar Santiago de Araújo** RG: 317.644 SSP/TO, CPF: 854.322.611-20 e **Reinaldo Alves Lima** RG: 933.159 SSP/TO, CPF: 426.188.351-15, e para os Cargos de **CONSELHEIRO FISCAIS SUPLENTES** os membros **Raimunda Rosa de Sousa Carvalho** RG: 121.441 SSP/TO CPF: 198.953.991-20, **Jose Dias de Sousa** RG: 1.399.173 SSP/TO CPF: 198.703.611-53 e **Rafael Garcia Silva** RG: 442.637 SSP/TO CPF: 007.462.301-09, encerrada a pauta do item b) do Edital de Convocação o Presidente dos trabalhos disse a todos que era chegada a hora de passar para o item c) do referido Edital ou seja discussão e votação dos membros do **Conselho Comunitário** com a composição de



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



cinco membros e terá que ser homologada pela Assembleia Geral conforme explicitado no Artigo 38º do Estatuto Social da Entidade sendo que os Nomes do referido Conselho foram indicados pelas Entidades Pessoa Jurídica Sócias da ACA sendo que seus mandatos coincidirão com os mesmo da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; após discussão e votação aberta nominal como procedido anteriormente em todas as votações dos itens a) e b) do referido Edital 002/2019 os Sócios da ACA aprovaram e homologaram por unanimidade dos votantes os nomes dos membros que representarão as Entidades da Sociedade Civil sem fins econômicos, localizadas na área de abrangência da Emissora de Radio Comunitária e homologados em Assembleia Geral conforme prevê o Artigo 38º do Estatuto Social, sendo eles: 1) **Associação Arte no Fruto** CNPJ: 08.976.517/0001-22, representado pelo Senhor Antônio Marinho de Abreu, brasileiro, casado, RG: 69361 SSP/TO, CPF: 800.495.671-87, 2) **Associação de Moradores das 4 Bocas** CNPJ: 14.309.290/0001-64, representado pela Senhora Soraia Francisca da Silva, brasileira, casada, RG: 720009 SSP/TO, CPF: 856.263.841-20, 3) **Associação de Apoio do Centro de Ensino Médio Cabo Aparício Araújo Paz**, CNPJ: 05.537.116/0001-88 representado pela Senhora Andreia Fernandes e Silva, brasileira, casada, RG: 75.158 SSP/TO, CPF: 859.549.771-00, 4) **Associação Atlético Ananaense Invictus**, CNPJ: 27.814.411/0001-77, representado pelo Senhor Acleylton Costa do Carmo, brasileiro, casado, RG: 067377772018-5, CPF: 004.112.621-14, 5) **Instituto para Desenvolvimento Integrado da Ação Social**, CNPJ: 17.160.234/0001-07, representado pelo Senhor Silzo Rodrigues, brasileiro, casado, RG: 1.489.013 SSP/MA CPF: 427.131.371-87, ficando assim completa a composição com (5) cinco **Membros do Conselho Comunitário da ACA**, que foram considerados imediatamente, empossados em seus cargos, ato continuo o Presidente dos Trabalhos falou que era chagado o momento de discussão do item d) do Edital de Convocação que versa sobre a deliberação de prestação de contas com o exercício findo em 19 de agosto de 2019, e para obedecer o preceituado no Artigo 19º O Senhor Presidente dos trabalhos Idemar Leandro Formiga, pediu ao plenário que indicasse um Sócio para presidir os trabalhos sendo indicada a Senhora Raimunda Rosa de Sousa



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



Carvalho para assumir os Trabalhos de discussão e votação dos atos da Diretoria com o exercício findo em 19 de agosto de 2019 sendo aceito a indicação imediatamente, ato continuo a Senhora Raimunda Rosa pediu a mim a Secretaria AD-HOC da Assembleia Geral que fizesse a leitura do **Parecer do Conselho Fiscal** datado em 19 de agosto de 2019 no qual este conselho recomenda para a Assembleia Geral que aprove as Contas, Convênios, Alienações e Termos de Cooperação e Colaboração assinados ou Celebrados com o Poder Publico e ou Organização da Sociedade Civil, sendo que colocado em votação a Assembleia Geral votou em voto nominal por acolher o parecer do Conselho Fiscal aprovando por unanimidade **as Contas, os Contratos, Convênios, e os Termos de Parceria ou Colaboração e Balanços da Gestão com exercício findo em 19 de agosto de 2019**, conforme prevê o item (d) do Edital de Convocação nº002/2019 feito isso a Senhora Raimunda Rosa devolveu os trabalhos ao presidente da Assembleia Geral, que agradeceu a todos pelo trabalho e confiança depositados na Diretoria. Em seguida o Presidente dos trabalhos chamou a atenção de todos para a discussão e votação do ultimo item da pauta de convocação letra e) que fala da discussão e aprovação do valor a ser cobrado da **Hora Maquina ao Produtor Rural e demais Produtores do Município de Ananás e do Estado do Tocantins**, o Senhor Presidente falou que todos tinham conhecimento das Máquinas tais como Tratores, Retroescavadeira, Implementos Agrícolas e outros bens que estão por chegar inclusive Caminhão Basculante onde todos sabem da dificuldade de pagar operadores e as manutenções das maquinas e neste mesmo assunto o Sócio Fundador Wilson Saraiva de Carvalho relatou que a Sociedade, pessoas e empresas especializadas em oferecer os Serviços de Aluguel de maquinas sempre questionaram a Diretoria dizendo do quanto seria difícil manter todos esses Equipamentos sem que a Entidade não tomasse uma decisão e aprovasse em Assembleia Geral um valor referência para a prestação desses serviços, pelos beneficiários ou seja pelos agricultores. O presidente dos trabalhos concordou com as palavras de Wilson Saraiva e disse aos membros da Assembleia que esta era a hora de resolver essa situação tão preocupante com relação a manutenção, e conservação dos maquinários



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



e implementos agrícolas da Entidade, esgotado o prazo das discussões foi colocado em votação o item d) do Edital de Convocação que foi aprovado por unanimidade dos presentes a proposta dos Sócios da Entidade José Hilton Gomes Martins e Joaquim Nepomuceno de Sousa, ambos pequenos Produtores Rurais com o conhecimento real das dificuldades enfrentadas pela classe em que a ACA - Associação Comunitária de Ananás cobrará e receberá até 70% por cento do valor referência da Hora /Maquina de Trator ou Retroescavadeira ao Pequeno Produtor Rural, sendo neste caso considerado Pequeno Produtor Rural a pessoa física proprietário ao arrendatário que detenha os direitos de exploração e cultivo da terra com ate quinze (15) alqueires goianos sendo que para os demais produtores pessoa física ou jurídica caberá a Diretoria Executiva da ACA decidir o valor a ser cobrado tudo baseado no valor referência da Hora Maquina da Região, lembrando que os valores arrecadados serão usados com exclusividades para pagamentos de Operadores das Maquinas, Motoristas, Mecânicos, Combustíveis, Lubrificantes, Peças e Manutenções dos Maquinários, ficando decidido que para melhor transparência e prestação de contas a Entidade poderá emitir recibos e notas fiscais dos serviços prestados sendo que os valores arrecadados oriundos da Hora/ Maquinas serão depositados em uma conta especifica a ser aberta na Agência do Banco do Brasil com o Titulo (ACA Hora /Maquina) e suas despesas terão que serem comprovadas com a guarda de recibos ou notas fiscais em pasta própria. O Sócio Fundador da ACA, pediu a palavra novamente ao Presidente dos Trabalhos e agradeceu toda Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal, o Conselho Comunitário e todos os Sócios pela grande e profícua gestão nestes quatro anos à frete da Entidade, quando neste periodo foi possível se adquirir através de recursos de Emendas Parlamentares Impositivas tanto Federais quantos Estaduais, Tratores e Implementos Agrícolas que possibilitou melhor apoiar o Produtor Rural, bem como fazer Aquisição de Estrutura composta por Palco, Som, Tendas, e Iluminação o que tem em muito ajudado a difundir a Cultura e as Artes em Ananás e em todo o Estado do Tocantins. Em seguida o Presidente dos Trabalhos ordenou a mim Secretaria AD-HOC Senhorita Janicelia Nunes Araújo que lavrasse a Ata que após lida e achada conforme vai



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



Assinada pela Diretoria Executiva, pelos Dez Fiscais presentes indicados anteriormente pelo Plenário e quem mais dos Sócios desejarem.

Flavio Leonardo Lourenço
Wilson Smaiva de Carvalho
Janicelia Nunes Araujo Sec. Ad. Hoc
ELTON DELIMA SILVA
Jasmyn Bruna Lopes Dias
Adelton Costa do Carmo
Valdomir Sousa Silva
Márcia das Graças Gomes de Souza
Maria dos Reis Matias
Brunna Myrelle (Márcia) Lopes
Roberval Francisco Almeida
Lorei Alves dos Santos
Fabrizia Alves da Silva
Emel Neta Borges Sousa
Emario Gens de Alencar
Francisca Edna Pereira da Silva
Rosário Alves de Oliveira
Maria Eunice Fernandes Lima Gonzaga
Mário Cleidson Gonzaga Lima
Návia da Silva
Sérgio Gonzaga Lima
Samira Ribeiro dos Santos

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



Maria Almeida da J. Lima

Reinaldo Alves Lima

Valdecy Oliveira Dias

Alcides de Jesus Gomes

Bernardo Luiz Siqueira Lima

Francisca dos Reis Cardoso Oliveira

Helena Silva de Silva

Katiane Moura Silva

Meisés Reis de Silva

Maria das Graças Balbino Calçados

Elisabete Gomes Ferraz

Wanderley dos S. Lima

Maria da Paz Silva Carnevalho

Valdet Fernandes Corvelho

José Hilari Gomes Martins

Maria Nely de Jesus Martins

Joaquim de Paula de Sousa

Eliomar Santiago de Araújo

Rescauara

Sueli Mouro de Arruda Marais

Andréia Fernandes e Silva

Antonio Manoel de Almeida



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



Soraia Francisca da Silva
Rafael Garcia Silva





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
CNPJ: 25.061.680/0001-84

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:14:04 do dia 01/10/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 31/10/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

[Assinatura manuscrita]
 GUSTAVO QUINDIM
 Gerente Operacional
 ANATEL - U.O. 73/Recatórios



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 25.061.680/0001-84

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS

Endereço: RUA ANTONIO MOREIRA 292 / CENTRO / ANANAS / TO / 77890-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/09/2019 a 29/10/2019

Certificação Número: 2019093000321820187809

Informação obtida em 08/10/2019 08:08:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
CNPJ: 25.061.680/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:10:39 do dia 08/10/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/04/2020.

Código de controle da certidão: **2CD5.DFB6.D5CD.596F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 25.061.680/0001-84

Certidão nº: 185650127/2019

Expedição: 08/10/2019, às 08:13:13

Validade: 04/04/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.061.680/0001-84**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Data/Hora: 02/09/2019 13:28:06

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: TO
Município: Ananás
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Ananás
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA ANTONIO MOREIRA, NR 292
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 25.061.680/0001-84
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 25061680000184

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 77890000
Número: .
Município: Ananás
Telefone:
Logradouro: RUA ANTONIO MOREIRA, NR 292
Complemento:
Distrito: Ananás
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 77890000
Número: .
Município: Ananás
Telefone: 63 02152320
Logradouro: RUA ANTONIO MOREIRA, NR 292
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação
Contrato/Convênio: 10/11/2004

Data Limite Instalação:

Número do Processo: 536650000481998

Fistel: 50012407437

Caixa:

Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	1184		Portaria	MC	03/07/2002	11/07/2002	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	36353		ATO	SCM	26/05/2003	28/05/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	877		Decreto Legislativo	CN	09/11/2004	10/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	49382		ATO	SCM	24/02/2005	28/02/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	299		Portaria	MC	12/11/2008	12/03/2009	Multa	Jur.
	460		Portaria	MC	19/04/2013	22/04/2013	Multa	Jur.
	781		Portaria	MC	19/07/2013	22/07/2013	Multa	Jur.

<input type="text"/>	<input type="text" value="2604"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="15/10/2015"/>	<input type="text" value="09/11/2015"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="663"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="03/03/2016"/>	<input type="text" value="06/04/2016"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>

☐ **Característica da Estação Instalada**
[» Endereços](#)
☐ **Estação Transmissora**
Endereço

País: Brasil
Cep: 77890000
Número: 292
Município: Ananás
Logradouro: RUA ANTONIO MOREIRA
Complemento:
Bairro: CENTRO
UF: TO
Distrito:
SubDistrito:

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude:
Longitude:
Raio:

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude:
Longitude:

Distância ao Centro do Município: Km

Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

Informações da Estação

Cota Base Torre: m

Raio da Área de Serviço: km

☐ **Estúdio Principal**
[» Estação Principal](#)
☐ **Antena Principal**
☐ **Transmissor Principal**
☐ **Linha Transmissão**
[» Potência Efetiva Irradiada](#)
☐ **Potência Irrradiada**
[» Número do Processo e Observações Gerais](#)
☐ **Num. Processo/Observações**

Num. do Processo da Portaria: . / Ex.: 53521.000235/2003

Num. do Processo do Ato de RF: . / Ex.:

Observação:



Este campo será apresentado nas observações da Licença.

Máximo: 200 Digitados: 0

☐ **Dados do Licenciamento**
Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS - CNPJ/CPF (25.061.680/0001-84)
Município/UF: ANANÁS/TO
Indicativo: ZYM973
Situação: [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)
Canal: 200
Dia Início: **Dia Fim:** **Hora Início:** **Hora Fim:** **X**



Data de Envio:

16/10/2019 16:51:36

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

viviane.domingues@mctic.gov.br

airton.ruschel@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre existência de PAI processo 53900.024991/2014-42

Mensagem:

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº: 53900.024991/2014-42

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Comunitária de Ananás, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás / Tocantins, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.024991/2014 Localidade / UF: ANANÁS/TO
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
José Alves dos Santos	849.118.671-91	1º Tesoureiro	23/08/2019 23/08/2023	
Yasmyn Bruna Lopes Dias	049.801.711-76	2º Tesoureiro	23/08/2019 23/08/2023	
Maria da Paz Silva Carvalho	526.489.151-68	Presidente	23/08/2019 23/08/2023	
Rosalvo Alves de Oliveira	549.587.411-00	1º Secretário	23/08/2019 23/08/2023	
Elisabete Gomes Ferreira	443.247.661-34	2º Secretário	23/08/2019 23/08/2023	
José Hilton Gomes Martins	198.708.411-04	Vice-Presidente	23/08/2019 23/08/2023	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Volume de processo digitalizado 53900.024991/2014-42:
Req. renovação Anexo 5: 01250.052358/2019-57 SEI 4719245 fl 1-3
Req. anterior: 53900.024991/2014-42 SEI 0207451 fl 1
Decl. conformidade: 01250.052358/2019-57 SEI 4719245 fl 1-3
Estatuto Social: 01250.018313/2019-53 SEI 4070435 fl 8-54
Ata Eleição: 01250.052358/2019-57 SEI 4732984 fl 1-5
Compr. maior. e nacion.: 01250.052358/2019-57 SEI 4719246 fl 1-6
CNPJ: 53900.024991/2014-42 SEI 3848311 fl 1
CND Anatel: 53900.024991/2014-42 SEI 4588106 fl 1-2
Rel. Conselho Comun.: 01250.018313/2019-53 SEI 4070435 fl 55-64
CND RFB: 53900.024991/2014-42 SEI 4588135 fl 1
CND FGTS: 53900.024991/2014-42 SEI 4588158 fl 1
CND TST: 53900.024991/2014-42 SEI 4588182 fl 1
Consulta TSE: Sem vínculo para todos
Consulta TRF1: Nada consta para todos
Aírtton José Ruschel
URSC-17/10/2019

AIRTON JOSE RUSCHEL



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inocorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidafm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ofício nº 053/2019

Ananás -TO 08 de Outubro de 2019

Ilustríssimo Senhor
Yroa Robledo Ferreira
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária
Brasília/DF

Assunto:

Resposta ao OFÍCIO Nº33611/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC.
NOTA TÉCNICA Nº 15869/2019/SEL-MCTIC. Processo nº 53900.024991/2014-42.

Fazendo uso deste expediente para tempestivamente fazer juntada de documentos conforme requerido no Ofício já mencionado acima tudo com a finalidade específica de renovação da outorga do serviço de Radiodifusão Comunitária operado pela nossa entidade.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 16/10/19 às 14:00 horas

Assinatura: Concursos

Maria da Paz Silva Carvalho
Maria da Paz Silva Carvalho

Presidente

ANEXO 5

**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação Comunitária de Ananás				
Nome Fantasia:	ACA - Associação Comunitária de Ananás	CNPJ:	25.061.684/0001-84		
Endereço de Sede:	Rua Antônio Moreira, 292.				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Nome do representante legal:	Maria da Paz Silva Carvalho				
Endereço eletrônico (e-mail):	acacidadefm@gmail.com				

Endereço de Correspondência:	Rua Antônio Moreira, 292.				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Rua Antônio Moreira, 292				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	6° (N/S) 21 '52.5 "			
	Longitude:	048 ° W 04 ' 30.7 "			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.


Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

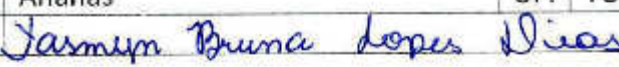
Nome do dirigente:	Maria da Paz Silva Carvalho				
Cargo:	Presidente			Tit. Eleitor:	0191 0629 2771
RG:	463.934	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	526.489.151-68
Endereço:	Praça Juscelino Kubitscheck				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	Maria da Paz Silva Carvalho				

Nome do dirigente:	José Hilton Gomes Martins				
Cargo:	Vice - Presidente			Tit. Eleitor:	0332 7312 2704
RG:	279.885	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	189.708.411-04
Endereço:	P.A Antônio Moreira				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	José Hilton Gomes Martins				

Nome do dirigente:	Rosalvo Alves de Oliveira				
Cargo:	Primeiro Secretário			Tit. Eleitor:	0306 9742 2704
RG:	863.490	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	549.587.411-00
Endereço:	Rua São Pedro - Chácara Paraíso				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	Rosalvo Alves de Oliveira				

Nome do dirigente:	Elisabete Gomes Ferreira				
Cargo:	Segunda Secretária			Tit. Eleitor:	2430 8677 0167
RG:	1590.490	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	443.247.661-34
Endereço:	Setor Assa Branca				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:	Elisabete Gomes Ferreira				

Nome do dirigente:		Jose Alves dos Santos			
Cargo:	Primeiro Tesoureiro			Tit. Eleitor:	2430 8677 0167
RG:	226.696	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	849.118.676-91
Endereço:	Rua José de Alencar				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:		Yasmyn Bruna Lopes Dias			
Cargo:	Segunda Tesoureira			Tit. Eleitor:	0396 2810 2780
RG:	863.916	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	049.801.711-76
Endereço:	Rua Olavo Bilac - 336				
Município:	Ananás	UF:	TO	CEP:	77890-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

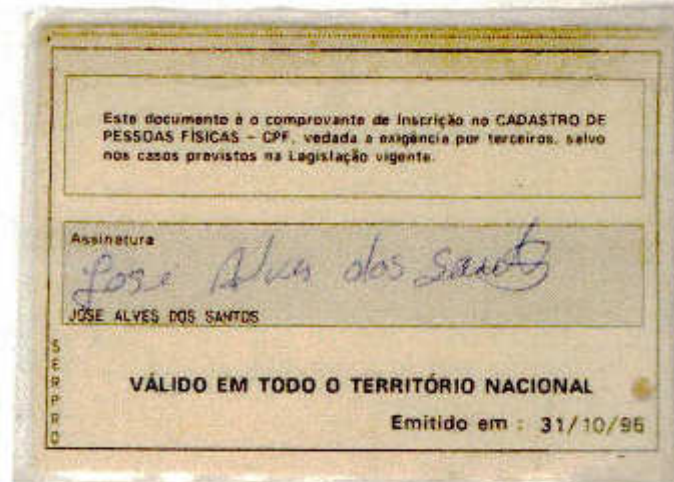
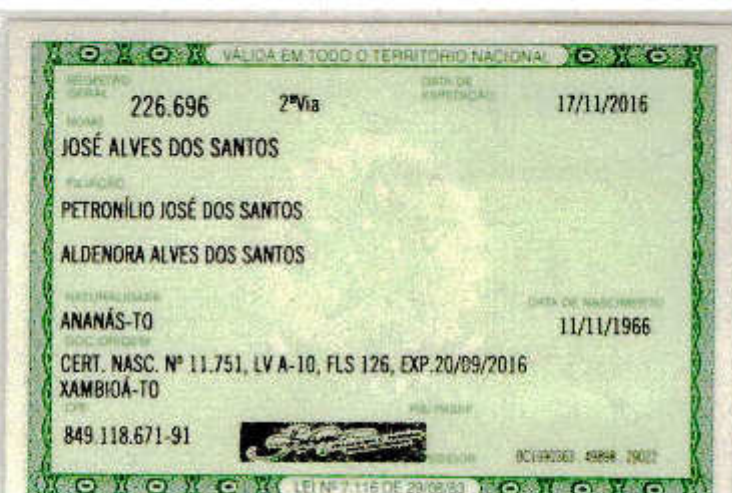
Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Yasmyn Bruna Lopes Dias
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO: 863.916 2ª Via DATA DE EMISSÃO: 09/05/2017

YASMYN BRUNA LOPES DIAS

CECIVAN DIAS DE SOUSA
EVA LOPES DE SOUSA

NACIONALIDADE: ANANÁS-TO DATA DE NASCIMENTO: 20/11/1994

CERT. NASC. Nº 96, LV A-01, FLS 024, EXP 27/09/2011
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS-TO

049.801.711-76 

C1766804 954084 28022

LEI Nº 7.116 LV 39/04-83

Ministerio da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
049.801.711-76

Nome
YASMYN BRUNA LOPES DIAS

Nascimento
20/11/1994

CODIGO DE CONTROLE
F309.10C8.3C75.BA3F



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 08:48:42 do dia 08/10/2019 (hora e data de Brasília)
digito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
YASMYN BRUNA LOPES DIAS

DATA DE NASCIMENTO: 20/11/1994 NÚMERO: 0306-2810-2780 ZONA: 012 SEÇÃO: 0030

MUNICÍPIO: ANANÁS-TO DATA DE EMISSÃO: 20/03/2017

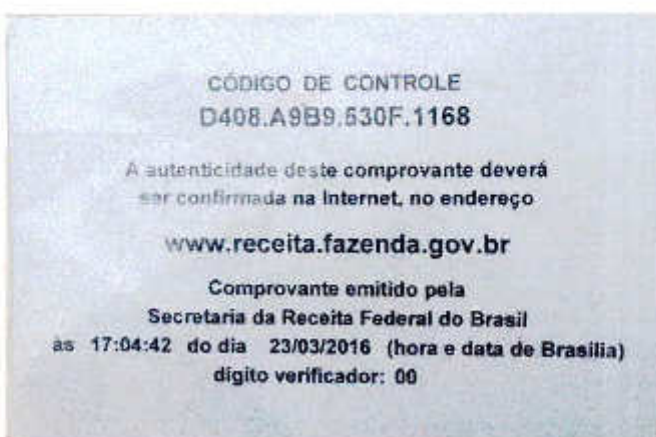
JUIZ ELEITORAL: *[Assinatura]* ASSISTENTE ELEITORAL: *[Assinatura]*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POSSESSOR DIRETO: 

Yasmyn Bruna Lopes Dias
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JORNAL VERDE







**ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE
ANANÁS-TO**

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Estatuto Social da ACA



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	2
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO	2
CAPÍTULO II	3
DOS OBJETIVOS E FINALIDADES	3
CAPÍTULO III	11
DOS MEMBROS.....	11
Seção I	11
Da Admissão, Retirada e Exclusão.	11
CAPÍTULO IV.....	15
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	15
Seção I	16
Da Assembleia Geral	16
Seção II	19
Da Administração e Fiscalização	19
Seção III	25
Do Conselho Fiscal	25
Seção IV	26
Do Conselho Comunitário	26
CAPÍTULO V	27
DA CONTABILIDADE SOCIAL	27
Seção I	27
Dos Recursos Financeiros	27
Seção II	28
Do Patrimônio	28
Seção III	29
Da Contabilidade e Prestação de Contas	29
CAPÍTULO VI.....	29
DOS LIVROS	29
CAPÍTULO VII	30
DA DISSOLUÇÃO	30



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, n.º 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

CAPITULO VIII	31
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	31

ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS – ACA

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-ACA, registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Protestos e Tabelionato 2.º de Notas, em Ananás-TO, sob o n.º 282, Livro A-01, fls. 91 e registrado sob o n.º 42, fls. 28, do Livro A-01, em 30/11/2001, declarada de utilidade pública municipal, conforme Lei n.º. 258/97, e de utilidade pública estadual, conforme Lei n.º. 273/91, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob o n.º. 28010.003528/92-87, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e sem finalidade econômica, nos termos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), tem duração por tempo indeterminado, sede e foro na cidade

Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 111.111.111



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, n.º 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-890

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

de Ananás-TO, à Rua Antônio Moreira, n.º 292, Centro, sendo o exercício social coincidente com o exercício civil, e é regida pelo presente Estatuto e demais disposições legais pertinentes, e sua área de atuação compreende todo o território do Estado do Tocantins.

§1º Para a realização dos seus objetivos sociais, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá criar escritórios de representação regional ou local, em todo o Território Nacional ou ainda nos países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas observadas a legislação pertinente.

§2º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANANÁS - ACA será representada ativa, passiva e extrajudicialmente, por sua Diretoria Executiva, eleita em Assembleia Geral.

§3º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANANÁS - ACA não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, nos termos do art. 11 da Lei 9.612/1998.

§4º A entidade não realizará proselitismo, considerando-se como tal todo empenho ativista que, por meio da programação da emissora comunitária, objetive conseguir adeptos para uma doutrina, filosofia, religião ou ideologia em qualquer de


Dr. Everson Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO nº 1.111/2011



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, n.º 292, Ananás-TO / CEP: 77.896-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

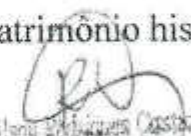
seus tipos (§2º da Portaria n.º 4334/2015 incluído pela Portaria n.º 1909/2018 do Ministério das Comunicações).

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 2º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, tem por objetivos, sem fins lucrativos:

- I - promover o voluntariado, o desenvolvimento econômico e social, a segurança alimentar e nutricional, o combate à fome, à pobreza e à miséria;
- II - promover a assistência social;
- III - promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- IV - promover os direitos estabelecidos e a criação de novos direitos de interesse suplementar;
- V - promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;


Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 206.106/P-15/17-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

VI - defender o direito à moradia, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal e da Lei n.º 10.257/2001, Estatuto da Cidade e da Nova Ordem

Urbanística brasileira;

VII - desenvolver, apoiar e executar, em parceria com entidades governamentais (Federais, Estaduais e Municipais) ou não governamentais no âmbito do "Programa Habitação de Interesse Social", e/ou outros programas, projetos e ações com objetivo de viabilizar o acesso à moradia adequada às famílias de baixa renda, tanto em localidades urbanas quanto rurais, incluindo as populações indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, dentre outros;

VIII - realizar estudos e pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias alternativas, como forma de possibilitar a alocação de recursos para projetos que visem equacionar os graves problemas sociais e a desestabilização dos ecossistemas;

IX - promover a cooperação e integração dos interessados na preservação da Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins, e outras, com projetos de Gestão de Recursos Hídricos, Gestão de Solos e Agrotóxicos, Proteção e Gestão dos Ecossistemas (ictiofauna e da fauna), Saneamento Urbano e Rural (água, esgoto e resíduos sólidos), e apoio às atividades sustentáveis (pesca, ecoturismo e produtores em pequena escala);

Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 10.123/2014



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

X - manter intercâmbio nacional e internacional com organizações governamentais e não governamentais, multilaterais e organismos do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), com intuito de promover a melhoria da qualidade de vida das populações ribeirinhas ao longo das Bacias Araguaia Tocantins e outras, além de divulgar e incentivar o aperfeiçoamento da legislação para uso e proteção das águas, apoiar pesquisas técnicas e científicas, visando a sua recuperação e preservação;

XI - apoiar ações que visem a recuperação da qualidade da água e do meio ambiente;

XII - contribuir para a boa gestão dos recursos hídricos, com o objetivo de minimizar ou evitar os conflitos decorrentes do mau uso dos corpos d'água;

XIII - fomentar e executar projetos que visem à preservação, manutenção e utilização racional dos recursos hídricos, de modo a garantir, às gerações atuais e futuras, o acesso ao uso da água em quantidade e qualidade compatíveis com os usos a ela destinados, enfatizando a água como bem de domínio público e um recurso natural finito;

XIV - fomentar, incentivar e promover estudos de cooperação com técnicos, especialistas, empresas, universidades estrangeiras, brasileiras e instituições que atuam em pesquisas científicas de tecnologia aplicáveis em ações de


Dr. Raulino Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 1.111/2012



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

desenvolvimento social, que ofereçam novas opções para a melhoria da qualidade de vida;

XV - colaborar com o Poder Público na elaboração das políticas públicas e da legislação turístico-ambiental, auxiliando no seu aprimoramento;

XVI - promover a cultura, defendendo a conservação do patrimônio histórico, cultural e turístico, no âmbito regional e de todo o Estado do Tocantins;

XVII - implantar e executar serviços de radiodifusão comunitária (sonora e/ou sons e imagens);

XVIII - contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;

XIX - dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

XX - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

XXI - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

XXII - promover a divulgação de programas educacionais (aulas,

Dr. Raimundo Estanislau Castro
Advogado
OAB/TO nº 1.000.000-0



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antônio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

conferências, palestras e debates);

XXIII - incentivar a criação de parques ecológicos e temáticos, de incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo e promover campanhas educativas de preservação ambiental junto à comunidade e estabelecimentos de ensino nos municípios;

XXIV - desenvolver e participar de toda e qualquer atividade que, ligada às finalidades da instituição, represente uma real contribuição para o desenvolvimento da vida em sua concepção mais abrangente, principalmente no que diz respeito à valorização e à integração social dos indivíduos excluídos socialmente, em especial as comunidades negras, as mulheres, os idosos, os povos indígenas e o desenvolvimento social e intelectual da criança e do adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

XXV - elaborar pesquisa científica e estudos socioeconômicos, promover seminários, palestras e outras atividades que contribuam para o desenvolvimento do cidadão;

XXVI - promover ações que visem à geração de trabalho e renda, visando beneficiar pessoas carentes, de baixa renda, pequenos empreendedores e trabalhadores em geral;


Dr. Rosângela Rodrigues Castro
Advogada
OAB/TO nº 1.234



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

XXVII - fomentar a qualificação e a capacitação dos profissionais de turismo, da microindústria de fruticultura, microindústria de extração de óleos naturais, microindústria de ervas medicinais e a microindústria de artesanato;

XXVIII - estimular a parceria, o associativismo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando de ações que visem interesses comuns;


XXIX - valorizar o artesanato rústico, como uma das alternativas para o desenvolvimento econômico sustentável das regiões com potencial turístico, de forma participativa;

XXX - orientar, promover, realizar programas e elaborar projetos do interesse da iniciativa privada e governamental, em nível de tecnologia de informações, organização de sistemas sociais e métodos de planejamento estratégico, reengenharia, desenvolvimento organizacional e intercâmbio de cooperação com organismos de desenvolvimento urbano e do meio natural e social, nacionais e/ou internacionais, públicos e/ou privados;

XXXI- elaboração de projetos que visem à captação de recursos materiais e financeiros junto aos organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de ações e projetos que levem ao desenvolvimento sustentável regional e local;

XXXII - promover a qualificação profissional e a recuperação social da população carcerária, de portadores de deficiência física, dependentes químicos,

9


Dr. Raulene Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 241.102-7/2017



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

jovens em situação de risco social e comunidades organizadas em condições de exclusão social, trabalhadores em geral, desempregados e demais excluídos do mercado formal de trabalho;

XXXIII - promover estudos, pesquisas, acompanhamento e divulgação das causas dos problemas ambientais e as possíveis soluções, visando o desenvolvimento econômico e social sustentável;

XXXIV - participar de licitações e concorrências públicas, firmar e cumprir convênios, e contratos de trabalho com organismos governamentais e não governamentais;

XXXV - propugnar e agir em defesa do desenvolvimento sustentável, de conservação e preservação do meio ambiente, do patrimônio genético e cultural, e buscar o intercâmbio e colaboração com outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que tenham o mesmo propósito;

XXXVI - promover o desenvolvimento de tecnologias alternativas, produzindo e divulgando conhecimentos técnicos e científicos sobre a geração de emprego e renda na extração de ervas naturais e medicinais, extração de polpa de frutas e óleos essenciais naturais, sem depredar o meio ambiente, cultivando e multiplicando suas genéticas visando à preservação do ecossistema;

XXXVII - promover exposições técnicas e culturais e dar apoio e incentivo a produções culturais, artísticas, mediante a produções de discos, vídeos, filmes,

Dr. Raulson Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 12.124



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acaacidem@gmail.com

Nós Amamos Ananás

fotografia documental, videofonográfica, cinematográfica, livros, preparação e realização de encontros, seminários congressos e exposições;

XXXVIII - promover formas alternativas não poluentes de transporte;

XXXIX - favorecer a biodiversidade do cerrado, incentivando de todos os modos a sua preservação;

XL - organizar, desenvolver e administrar estudos e pesquisas, para a reciclagem e transformação dos resíduos sólidos, gerando emprego, renda e protegendo o meio ambiente;

XLI - promover a produção e a distribuição de mudas frutíferas e nativas;

XLII - promover o fortalecimento dos sistemas produtivos da agricultura familiar, visando a potencialização de recursos e vocações econômicas, viabilizando o acesso a tecnologias apropriadas de produção, beneficiamento, transformação e diversificação da produção, agregando valor e renda;

XLIII - fomentar a produção agropecuária familiar, com apoio de máquinas, tratores e implementos agrícolas e/ou insumos agropecuários, e apoio na organização de roças comunitárias rurais, agricultura urbana e periurbana (zonas vizinhas das cidades);

XLIV - promover e apoiar as feiras de comercialização e exposições dos produtos da agricultura familiar;


Dr. Ronaldo Rodrigues Caspary
Advogado



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

XLV - apoiar a difusão de informações inovadoras e tecnológicas, buscando dar ênfase na conservação de recursos genéticos naturais (sementes crioulas), e na valorização do saber do homem do campo;

XLVI - articular ações para disponibilização das patrulhas mecanizadas, com tratores e implementos agrícolas, caminhões para o transporte e distribuição de insumos e calcário;

XLVII - apoiar a análise físi-química dos solos, promovendo uma estratégia de acompanhamento e monitoramento dos solos no Estado do Tocantins, e outras iniciativas que se articulem com fomento a produção, correção da acidez e melhoria da fertilidade dos solos, e o fortalecimento da agricultura familiar;

XLVIII - apoiar os projetos produtivos na área de produção animal da Agricultura Familiar, auxiliando na elaboração e acompanhamento dos projetos produtivos da área animal, na linha de financiamento SIC, subinvestimento de aplicação comunitária;

XLIX - para a realização das atividades relativas à agricultura familiar, será realizada a execução orçamentária, viabilizando a participação de técnicos e famílias de agricultores, em eventos como conferências, workshops, seminários e encontros, visitas técnicas, intercâmbios, palestras, reuniões, dias de campo, e outras atividades em geral que permitam a busca do conhecimento e a estruturação da unidade produtiva, através da aquisição de materiais de consumo diversos, diárias, passagem

Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 194.105-8/13.013



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1298 - 99298-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

aéreas, combustível, insumos agropecuários, equipamentos de informática, moveis, equipamentos e materiais permanentes, veículos, máquinas e equipamentos agrícolas, e outras atividades inerentes a implementação das ações demandadas para fortalecimento e dinamização da Agricultura Familiar no Estado do Tocantins.

L - proteger o patrimônio público e social, do meio ambiente, consumidor, da ordem econômica, livre concorrência, direitos dos grupos raciais e étnicos, patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, podendo, inclusive propor Ação Civil Pública nos termos da Lei 7.347/1985;

LI - promover ações que visem o fortalecimento da política segurança pública no município e no Estado do Tocantins;

LII - promoção da inovação social, com o desenho de novos produtos (programas, por exemplo) e processos (modelos de governança, por exemplo) voltados à promoção do desenvolvimento humano envolvendo o cidadão nesse processo de desenho e também na gestão desses produtos.

§1º Para o cumprimento de suas finalidades, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá celebrar convênios, termos de cooperação técnica, termos de parceria, contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos, de forma coletiva ou individual, com Organizações Governamentais ou Não Governamentais, nacionais ou estrangeiras.


Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 12.123/2019



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antônio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

§2º Não dispondo em seus quadros sociais de pessoas tecnicamente habilitadas e disponíveis para a realização dos trabalhos contratados, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá utilizar-se dos serviços de terceiros.

§3º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS – ACA, constitui-se como Organização da Sociedade Civil – OSC, nos termos do art. 2º, I, “a” da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015.

§4º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS – ACA orientar-se-á pelos princípios da gestão democrática, participação social, fortalecimento da sociedade civil, transparência na aplicação dos recursos públicos com observação do legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e eficácia (art. 5º da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015).

§5º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS – ACA buscará a transparência e divulgação de suas atividades pela criação de sítio próprio na internet, conta em redes sociais e pelos meios tradicionais de comunicação social.

CAPÍTULO III


Dr. Paulino Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 12.000/2010



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1288 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

DOS MEMBROS

Seção I

Da Admissão, Retirada e Exclusão.

Art. 3º Poderão ingressar nos quadros sociais da Instituição todos aqueles que concordem com as disposições deste Estatuto e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da entidade.

Art. 4º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA possui as seguintes categorias de associados:

- I - SÓCIO FUNDADOR: aquele que tenha assinado a ata de fundação da Instituição;
- II - SÓCIO EFETIVO: qualquer pessoa física ou jurídica que solicitar sua inscrição.
- III - SÓCIO COLABORADOR: pessoas físicas ou jurídicas que contribuam com a entidade por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, para o desenvolvimento das atividades fins da instituição;


Dr. Pederlen Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 1.234.567



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, n.º 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

IV – HONORÁRIOS - pessoas que por seus feitos, ações e conquistas no âmbito dos objetivos da Entidade, possam ser homenageadas e convidadas a ingressarem no quadro social, passando a ter os direitos e obrigações inerentes a todos os demais membros.

§1º Para ser admitido, o interessado preencherá o formulário Ficha de Admissão para fins de registro cadastral, a qual não constituirá qualquer restrição ao ingresso do associado.

§2º O ingresso, como associado, é gratuito a toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação da Diretoria ou à indicação por outro associado (art. 40, II da Portaria n.º 4334/2015 com redação dada pela Portaria n.º 1909/2018 do Ministério das Comunicações).

Art. 5º Preenchida a Ficha de Admissão, o interessado adquire todos os direitos e assume todas as obrigações de associado, decorrentes da lei, deste estatuto e das deliberações tomadas pela Instituição.

Parágrafo único. Todos os associados possuem direito de voz e voto nas instâncias deliberativas da Associação Comunitária de Ananás - ACA (art. art. 40, III da Portaria n.º 4334/2015 alterada pela Portaria n.º 1909/2018 do Ministério das Comunicações).

Art. 6º São direitos dos sócios:


Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 101.848/2014



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, n.º 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 98296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

I - a garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (art. art. 40, IV da Portaria n.º 4334/2015 alterada pela Portaria n.º

1909/2018 do Ministério das Comunicações);

II - ter acesso às atividades e dependências da Instituição;

III - convocar os órgãos deliberativos, mediante requerimento assinado por no mínimo 1/5 dos associados (art. 60 do Código Civil, com redação dada pela Lei 11.127/2005);

IV - apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas de cunho sócio cultural, que digam respeito aos objetivos da Entidade; Art. 7º São deveres de todos os associados:

I - trabalhar em prol dos objetivos da Associação, respeitando os dispositivos estatutários, e regimentais, zelando pelo bom nome da Instituição, agindo com ética;

II - defender integralmente o pleno exercício da cidadania, o direito de todos ao meio cultural, o respeito à liberdade de opinião e a diversidade sócio cultural, a solidariedade, o diálogo entre os povos, a paz e os direitos humanos;

III - pagar pontualmente contribuições mensais e demais taxas, (exceto os colaboradores);

Dr. Newton Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 1.000.000



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

VI - participar de todas as atividades desenvolvidas pela Instituição, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas;

V - respeitar os compromissos assumidos para com a Instituição;

VI - contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para preservar o nome e o progresso da Instituição;

VII - prestar serviços profissionais, dentro da sua especialidade, quando convocado e nos termos estabelecidos nos programas, projetos ou qualquer outra atividade que for executada e que se adeque aos objetivos da Instituição; VIII - zelar pelo patrimônio moral e material da Instituição.

Parágrafo único. É vedado ao membro do órgão de direção da entidade:

I - exercer cargo ou função em órgão de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal; (Portaria nº 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

II - exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação; (Portaria nº 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

III - exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; (Portaria nº


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB TO 198.104.714/2014



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

IV - ser suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; (Portaria nº 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

V - ser dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão; (Portaria nº 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

VI - exercer cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio; (Portaria nº 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

VII - exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa. (Portaria nº 1.909, de 05.04.2018 do Ministério das Comunicações);

Art. 8º O direito de retirada do associado, que não poderá ser negado, darse-á unicamente a seu pedido, mediante carta dirigida ao Presidente, sendo por este levada ao conhecimento da Diretoria Executiva em sua primeira reunião, averbada no Livro de Matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente.

§1º Além dos motivos de direito, a Diretoria Executiva poderá excluir o membro que:

I - venha exercer qualquer atividade considerada prejudicial à instituição, ou que colida com os seus objetivos;


Dr. Nelson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2016 / OAB-PA 13.07-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99286-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

II - deixe reiteradamente de cumprir disposição legal, estatutária ou regimental, bem como as deliberações tomadas pelos órgãos da Instituição.


§2º A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil, com redação dada pela Lei 11.127/2005).

Art. 9º A exclusão somente será decidida pela Diretoria Executiva após procedimento escrito, no qual seja garantido o contraditório e a ampla defesa ao associado acusado.

§1º O associado acusado será notificado por escrito, pelo meio que melhor garanta a sua ciência, para apresentar defesa escrita à Diretoria Executiva, no prazo de 15 (quinze) dias.

§2º Após a apresentação da defesa, a Diretoria Executiva poderá realizar diligências e ouvir testemunhas, no prazo de 10 dias, garantindo-se ao acusado a ciência de todos os atos praticados no procedimento, com vistas ao contraditório e ampla defesa.

§3º Findo o prazo do parágrafo anterior, a Diretoria Executiva proferirá decisão no prazo de 15 dias, que deverá ser publicada no mural da Entidade.


Diretoria Executiva
Associação Comunitária de Ananás-TO
04/08/2019 / 04/08/2019 12:17:11



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

§4º Da decisão da Diretoria Executiva cabe recurso com efeito suspensivo à Assembleia Geral, no prazo de 30, contados da data da ciência da decisão.

§5º As decisões deverão ser averbadas no Livro de Matrícula, com assinatura do Presidente da Instituição.

Art. 10. A exclusão do membro também ocorrerá por dissolução da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

Art. 11. Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações da Instituição, salvo aquelas aprovadas em Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art.12. São órgãos de administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal;


Dr. Roberto Rodrigues Castro
advogado
OAB-TO 2089 - OAB-PA 12.111-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

IV - Conselho Comunitário;

Seção I

Da Assembleia Geral

Art. 13. A Assembleia Geral dos membros, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da instituição, e se constituirá dos sócios em pleno gozo dos seus direitos estatutários, tendo poderes dentro dos limites legais e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse para a Entidade, e suas deliberações vinculam e obrigam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 14. A Assembleia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente, sendo por ele presidida.

§ 1º Vinte por cento dos associados podem requerer ao Presidente a sua convocação e, em caso de recusa, convocá-la eles próprios.

§ 2º O Conselho Fiscal poderá convocá-la, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 15. Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, a Assembleia Geral será convocada com antecipação mínima de 10 (dez) dias para a primeira convocação, meia hora após, para a segunda e última convocação.

Dr. Rosilene Rodrigues Castro
Advogada
OAB/TO 12.345



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.990-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Parágrafo único. As duas convocações poderão ser feitas em um único Edital, desde que dele constem, expressamente os prazos para cada uma.

Art. 16. O edital de convocação da Assembleia Geral conterá:

- I - a denominação da Associação, seguida apela expressão "Convocação de Assembleia Geral" ordinária ou extraordinária;
- II - dia, hora, assim como o local desta realização, o qual, salvo motivo justificado, deve ser sempre o da sua sede social;
- III - a sequência numérica da convocação;
- IV - a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- V - número de associados existentes, na data da sua expedição, para efeito do cálculo do quórum de instalação;

§ 1º Na hipótese de convocação feita por associados, o edital será assinado, no mínimo, pelos cinco primeiros signatários do documento que a solicitou.

§ 2º Os editais de convocação serão fixados em locais visíveis nas principais dependências da Associação, publicado através de jornal de circulação local, e/ou comunicado por circulares aos associados.

Art. 17. O quórum mínimo para instalação da Assembleia Geral é o seguinte:


Dr. Reiverson Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 10.000.000.000.000



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antônio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

I - metade mais um dos associados em condição de votar, na primeira convocação;

II - qualquer número de associados para a segunda e última convocação.

Parágrafo único. O número de associados presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas deles constantes do Livro de Presença.

Art. 18. Os trabalhos da Assembleia Geral não convocada pelo Presidente, serão dirigidos por associado escolhidos na ocasião.

Art. 19. Na Assembleia em que forem discutidos balanços e contas, o Presidente da Instituição, logo após a leitura do relatório da Diretoria Executiva, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um associado para dirigir os debates e a votação da matéria.

Parágrafo único. Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente e os demais associados deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembleia, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Art. 20. As deliberações da Assembleia Geral somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que nele tiverem direta e imediata relação.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

§ 1º Habitualmente a votação será a descoberto, mas a Assembleia poderá optar pelo voto secreto, atendendo então às normas usuais.

§ 2º. O que ocorrer na Assembleia Geral deverá ser registrado na ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos, pelos Diretores e Fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) associados indicada pelo plenário e por todos aqueles que o queiram fazer.

§ 3º. As decisões da Assembleia Geral são tomadas pelo voto pessoal dos presentes, tendo cada associado direito a um só voto, vedada a representação.

Art. 21. A Assembleia Geral Ordinária reúne-se, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, após o encerramento do ano social, cabendo-lhe especificamente:

- I - deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal;
- II - eleição dos componentes dos cargos sociais;
- III - deliberar sobre os planos de trabalho e orçamento apresentados pela Diretoria Executiva;


Dr. Renilson Antônio Castro
Advogado
OAB-TO 234.104/PA 25.07.14



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

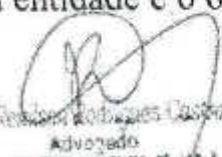
Nós Amamos Ananás

Parágrafo único. As deliberações da Assembleia Geral Ordinária são tomadas pela maioria simples de votos, observado o que dispõe o Art. 20 deste Estatuto em seu parágrafo terceiro.

Art. 22. A aprovação do balanço, das contas e do relatório da Diretoria Executiva desonera os seus integrantes da responsabilidade para com entidade, salvo em caso de dolo, erro ou fraude.

Art. 23. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que necessário, com poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Instituição, desde que constem do edital de convocação, sendo de sua competência exclusiva, deliberar sobre:

- I - reforma do Estatuto;
- II - destituição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário;
- III - fusão, incorporação ou desmembramento;
- IV - autorização de alienação de bens moveis e imóveis;
- V - autorização para contratação de empréstimos, dívidas e/ou obrigações;
- VI - autorização para doação de bens da entidade e o oferecimento de garantias reais;


Dr. Anderson Rodrigues Costa
Advogado
OAB-TO 24661 OAB-PA 19.074



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99298-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

VII - mudanças de objetivos;

VIII - dissolução voluntária da Entidade e nomeação de liquidante;

IX - aprovação das contas do liquidante;

§ 1º. São necessários, atendidos o que dispõe o Art. 20, §3º deste Estatuto, os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata o inciso VII deste artigo.

Seção II

Da Administração e Fiscalização

Art. 24. A administração e fiscalização da Instituição serão exercidas, respectivamente, por uma Diretoria Executiva, por um Conselho Fiscal e por um Conselho Comunitário.

Art. 25. A Diretoria Executiva será constituída por:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Primeiro Secretário;


Dr. Raulino Rodrigues Costa
Advogado
OAB/TO 2065 - C.A.B. 12.174



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

IV - Segundo Secretário;

V - Primeiro Tesoureiro;

VI - Segundo Tesoureiro.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para mandato de 4 (quatro anos), admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (art. 40, V, "b" da Portaria n.º 4334/2015 com redação dada pela Portaria n.º 1909/2018 do Ministério das Comunicações).

§ 2º A Diretoria Executiva rege-se pelas seguintes normas:

I - reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, da maioria dos seus membros, ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal;

II - instala-se, validamente, com a presença da maioria simples dos seus membros, proibida a representação, sendo as deliberações tomadas pela maioria simples de voto dos presentes, reservado ao Presidente, o exercício do voto nominal e de qualidade.

III - as deliberações serão consignadas em ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos pelos membros presentes.


Dr. Rosendo Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 10.124



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antônio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

§3º É vedado, na composição da diretoria, que mais da metade de seus membros sejam parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro (Portaria n.º 1909/2018 do Ministério das Comunicações).

§4º Não pode ser membro de direção da entidade aquele que tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Portaria nº 1.909/2018 do Ministério das Comunicações).

Art. 26. Perderá automaticamente o cargo, o membro da Diretoria Executiva que faltar, sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutiva ou 06 (seis) alternadas, durante o ano.

Art. 27. No desempenho das suas funções, e dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, cabe à Diretoria Executiva as seguintes atribuições:

I - programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades e fixando quantidades, valores, prazos, taxas de encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;

II - avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;

Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO nº 10.100 / OAB-PA nº 11.111



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989


Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99298-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

- III - estabelecer as normas para funcionamento da Entidade;
- IV - estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra as disposições da Lei, deste Estatuto, ou das regras de relacionamento com a Entidade, que venham a ser estabelecidas;
- V - deliberar sobre a retirada e exclusão de associados e suas implicações;
- VI - deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral e estabelecer a sua ordem do dia;
- VII - estabelecer a estrutura operacional da administração executiva das atividades, criando cargos a atribuindo funções, reservando a si a contratação de servidores graduados, e fixando normas para a admissão e demissão dos demais empregados;
- VIII - fixar normas disciplinares internas;
- IX - indicar o banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósito de numerário, e fixar o limite máximo que poderá ser mantido no caixa da Instituição;
- X - adquirir, alienar ou onerar bens móveis, imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com expressa autorização da Assembleia Geral;
- XI - contrair empréstimos, dívidas e/ou obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da Assembleia Geral;
- XII - ceder direitos e constituir mandatários;


Dr. Roberto Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 172



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

XIII - oferecer bens, moveis e imóveis, em garantia às obrigações assumidas pela Associação, com a expressa autorização da Assembleia Geral;

XIV - zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias;

XV - apresentar ao Conselho Fiscal o relatório e as contas de sua gestão;

XVI - nomear, dentre os membros, os responsáveis pelos departamentos que forem criados;

XVII - regulamentar as Ordens Normativas da Assembleia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da instituição.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva poderá contratar, sempre que julgar conveniente, assessoramento técnico para auxiliá-la no esclarecimento dos assuntos a decidir.

Art. 28. Ao Presidente cabe, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - supervisionar as atividades da Instituição, estabelecendo contato com os profissionais e servidores que estiverem a serviço dela;

II - assinar, conjuntamente com o Primeiro Tesoureiro, e na ausência deste, com o primeiro secretário, os cheques e documentos de operações bancárias;

III - assinar, conjuntamente com o Primeiro Tesoureiro, e na ausência deste, com o Primeiro Secretário, contratos e demais documentos constitutivos de obrigação;

Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 1.234.567



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

IV - convocar e presidir as Reuniões da Diretoria Executiva, bem como a Assembleia Geral dos associados;

V - apresentar à Assembleia Geral Ordinária, o relatório de gestão, as peças contábeis e o plano de atividades;

VI - representar a instituição judicial ou extrajudicialmente, em juízo e fora dele;

VII - adquirir, alienar, onerar em nome da instituição, bens moveis, imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com a expressa autorização da Diretoria Executiva;

VIII - contrair, em nome da entidade, empréstimos, dívidas e obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da Diretoria Executiva;

IX - ceder e constituir mandatários em nome da Instituição;

X - oferecer, em garantia às obrigações assumidas em nome da Instituição, bens, moveis e imóveis, com a expressa autorização do Diretoria Executiva;

XI - montar equipe de trabalho, de acordo com o nível técnico necessário à execução dos projetos contratados.

Art. 29 - Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

Dr. Raimundo Benício dos Santos
Secretário



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

- II - suceder o Presidente, em caso de vacância do cargo;
- III - desempenhar funções especiais que lhe sejam confiadas pelo Presidente.

Art. 30. Compete ao Primeiro Secretário:

- I - substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II - secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral, elaborando atas, registro de presença e notas de reunião;
- III - supervisionar e manter em dia o expediente;
- IV - orientar e manter em ordem o arquivo de documentos, bem como a relação atualizada do quadro de associados;
- V - controlar e manter em ordem o patrimônio mobiliário;
- VI - gerenciar toda a estrutura administrativa;
- VII - receber, à época das eleições, as inscrições de candidatos à Diretoria

Executiva da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA;

- VIII - apresentar relatório periódico dos associados inadimplentes;
- IX - publicar todas as notícias da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA.

Art. 31. Compete ao Segundo Secretário:


Dr. Raulson Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 37461 - OAB/PA 19.137-4

(63) 3442-1299 • 99296-7474

acacidefm@gmail.com

SEI 01250.053189/2019-72 / pg. 45



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidedefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

- VIII - pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- IX - apresentar relatório de receitas e despesas, sempre que for solicitado;
- X - apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- XI - conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- XII - desempenhar as funções especiais que lhe sejam atribuídas pelo Presidente.

Art. 33. Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I - substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- II - suceder o Primeiro Tesoureiro, em caso de vacância do cargo;
- III - prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 34. Os membros da Diretoria Executiva não são pessoalmente responsáveis pelos compromissos que assumirem em nome da Instituição, mas respondem, solidariamente, pelos prejuízos decorrentes de seus atos, quando praticarem conduta culposa ou dolosa.


Dr. Benedito Gomes Castro
Advogado
OAB/PA 15.117



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidedefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 35. O Conselho Fiscal da Instituição será constituído por 03 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral e igual número de suplentes, eleitos para mandato de 04 anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 36. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar as contas da Diretoria Executiva, apresentando pareceres técnicos à Assembleia Geral, recomendando sua aprovação ou rejeição;
 - II - opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os órgãos superiores da entidade;
 - III - requisitar ao Primeiro Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
 - IV - convocar, extraordinariamente, a Assembleia Geral, sempre que houver motivos graves e urgentes.
- § 1º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário;

Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2996 / OAB-PA 10.874



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

§ 2º O Conselho Fiscal instalar-se-á com a presença mínima de 03 (três) membros, sendo as deliberações tomadas por maioria simples de votos, permitida a participação dos suplentes como ouvintes, mas sem direito a voto, caso todos os titulares estejam presentes.

§ 3º Será lavrada ata circunstanciada de cada reunião em livro próprio, assinada por todos os presentes, na qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas.

Seção IV

Do Conselho Comunitário

Art. 37. O Conselho Comunitário é o órgão encarregado de zelar pela qualidade moral dos atos praticados pelos órgãos sociais, bem como de todos os associados, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- I - zelar pelo cumprimento das disposições legais, deste Estatuto e das decisões tomadas pelos órgãos da Instituição;
- II - verificar se os pedidos de admissão ao quadro social atendem às exigências estatutárias;


Dr. Reinaldo Rodrigues
Advogado
OAB-TO 2086 / OAB-PA 13.117-A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

III - analisar e julgar os desvios de conduta dos associados e membros dos órgãos sociais, notificando-os, e sugerindo à Diretoria Executiva a aplicação de penalidades, quando for o caso;

IV - avaliar se o desempenho da Associação e da Rádio Comunitária está de acordo com os objetivos estabelecidos pela comunidade e pela legislação em vigor;

V - encaminhar, quando for o caso, relatórios anuais sobre o desempenho e atividades da Rádio Comunitária ao Ministério das Comunicações;

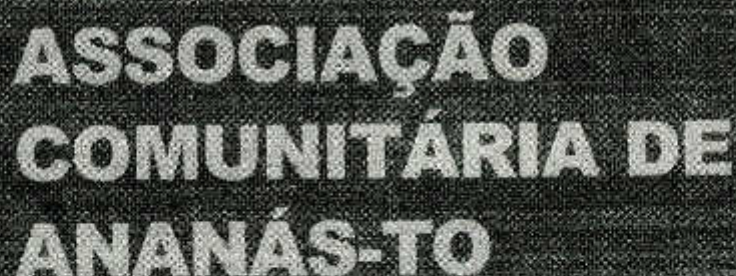
VI - Opinar sobre os casos de exclusão de associados.

Art. 38. O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) membros, representantes indicados por organizações da sociedade civil, sem fins econômicos, localizadas na área de abrangência, e homologados em Assembleia Geral.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Comunitário será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

§ 2º Os candidatos a membros ao Conselho Comunitário deverão gozar de ilibada conduta ética e moral.

CAPÍTULO V



Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.850-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

DA CONTABILIDADE SOCIAL

Seção I

Dos Recursos Financeiros

Art. 39 - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por:

- I - termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, nos termos da Lei 13.1019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015;
- II - convênios e contratos, firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- III - contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
- IV - doações de pessoas físicas ou jurídicas, legados e heranças;
- V - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- VI - contribuições dos associados;
- VII - recebimentos de direitos autorais;

Dr. Fernando Rodrigues Castro
Advogado
OAB/SP 176.112-1



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

VIII - recebimento de doações de empresas, até o limite de 2% de sua receita bruta, nos termos do art. 84-B da Lei 13.019/2014, com redação dada pela Lei 13.204/2015.

IX - recebimento de bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 84-B da Lei 13.019/2014, com redação dada pela Lei 13.204/2015;

X - distribuição ou promessa de distribuição de prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, nos termos do art. 84-B da Lei 13.019/2014, com redação dada pela Lei 13.204/2015.

Seção II

Do Patrimônio

Art. 40. O patrimônio da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

- ACA será constituído:

I - pelos bens de sua propriedade;


Dr. Fernando Rodrigues Castro
advogado
OAB/PA 19.111-1



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

II - pelos auxílios, doações ou subvenções, provenientes de qualquer entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira;

III - pelas receitas provenientes da contribuição de seus associados, da prestação de serviços e convênios.

Seção III

Da Contabilidade e Prestação de Contas

Art. 41. A contabilidade e a prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocandoos à disposição para o exame de qualquer cidadão;



Dr. Ronaldo Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 10.137/A



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.990-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço será levantado em 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO VI

DOS LIVROS

Art. 42 - A Associação deverá ter os seguintes livros:

I - Livro de Matrícula de Associados;

II - Livro de Atas da Assembleia Geral;

III - Livro de Atas das Reuniões da Diretoria Executiva;

IV - Livro de Atas do Conselho Fiscal;



Ovidio Rodrigues Costa
Presidente



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

V – Livro de Presença dos Associados à Assembleia Geral; VI - Outros, Fiscais e Contábeis Obrigatórios.

Parágrafo único. É facultado a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

Art. 43 - No Livro de Matrícula os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- I - Nome, RG, CPF, número do Registro Profissional quando houver, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e endereço residencial;
- II - a data de sua admissão e, quando for o caso, de sua retirada ou exclusão.

CAPÍTULO VII

DA DISSOLUÇÃO

Art. 44. A ACA será dissolvida por vontade manifesta em Assembleia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observado o disposto neste Estatuto, ou por força judicial.

Art. 45. Em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos

Dr. Perilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB/TO 1.012.194-0/2017-4

43



**ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE
ANANÁS-TO**

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade, e possua sede no município.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. A entidade não distribuirá entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os, integralmente, na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva, conforme art. 2º, I, "a" da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015.

Parágrafo único. Poderão ser contratados e remunerados, sem deliberação da Assembleia Geral, funcionários administrativos, consultores e técnicos mesmo que ocupem cargos na Diretoria.


Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO 2044 / OAB-PA 10.117-4



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Art. 47. A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembleia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva normatizará o procedimento eleitoral da entidade.

Art. 48. A instituição adotará práticas de gestão administrativa e *compliance*, necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual ou coletiva, de benefícios e vantagens indevidos, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 49. A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS – ACA não participará de campanhas de interesse político-partidário, eleitorais, classistas ou religiosas, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 50. O presente Estatuto, que poderá ser alterado no todo ou parte, mediante deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária convocada para tal fim, foi aprovado em Assembleia Geral, realizada nesta data, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 51. Os casos omissos serão dirimidos pela Assembleia Geral, no que couber, pela Lei e pelos princípios gerais de Direito, ouvidas as instâncias da Instituição.


Dr. Ronaldo Rodrigues
Advogado
OAB-TO 128.104



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 • 99296-7474


acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ananás-TO, 24 de março de 2019.



Idemar Leandro Fumiga
Presidente



Dr. Renilson Rodrigues Castro
OAB - TO 2956

Dr. Renilson Rodrigues Castro
Advogado
OAB-TO nº 2956-24 de 19.2124

ENTRADA DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
Instituída em 1989 - Tabela 00002 - Ananás-TO, 2º MS, 2º MS, 2º MS - TO - CEP: 77.890-000 - Tel: 3442-1299

PESSOAS JURÍDICAS-LIVRO A

Protocolizado e digitalizado sob o nº 0000065, averbado às margens do registro nº 0000185, averbação nº 03, no livro A-004, as folhas 007/007, o seguinte documento: Alteração de Estatuto. Dou fe
Ananás-TO, 03 de abril de 2019


Rosiane Rêncor Santos-Escritora
Selo Digital nº 128900AAA042467-NYG





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antônio Moreira, nº 292, Ananás-TO - CEP: 77.890-000
(63) 3442-3289 - 95296-7474
aca@ideia.net@gmail.com

Nos Amamos Ananás

ATA DA REUNIÃO DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITARIO DA ACA - ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE ANANÁS ANO 2017, entidade Mantenedora da Radio Comunitária Cidade FM.

Aos 18 dias do mês de Maio do ano de 2017, às 20 Horas ocorreu na sede da ACA – Associação Comunitária de Ananás, sito a rua Antônio Moreira, nº 292, centro, Ananás Tocantins, reuniu-se o conselho comunitário da entidade com fim específico de analisar, avaliar e dar sugestões sobre a importância da **Rádio Comunitária Cidade FM** junto a sociedade ananásense os membros do referido conselho levaram em consideração os últimos 12 meses sendo analisado os meses de maio de 2016 a maio de 2017. O conselho comunitário composto pelas instituições: **ATRTNS – Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho**, inscrita no CNPJ – 07.225.181/0001-01, sito a rua Filomeno José de Carvalho, S/Nº, Centro, Município de Ananás – TO, neste ato representado pelo senhor Gilbemi Rodrigues Costa, Lavrador, Brasileiro, Solteiro, residente assentamento Terra Nosso Sonho, no Município de Ananás - TO, Inscrito no CPF – 002.795.901-56; **AAF – A Associação Arte no Fruto**, inscrita no CNPJ – 08.976.517/0001-22, com sua sede sito a Avenida Betel, S/Nº, centro, Ananás - TO. Será representado pelo Senhor, Antônio Marinho de Abreu, Artesão, Brasileiro, Casado, Residente a rua 1º de janeiro, nº 37, centro, Ananás -TO, inscrita no CPF – 800.495.671-87; **Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro – Conveniada Ananás – TO**, inscrita no CNPJ – 01.991.081/0001-44, com sede sito a rua Nossa Senhora de Fatima, Nº 167, centro, Ananás – TO, será representada pela Senhora, Bernadete Miranda Souza, professora, Brasileira, Solteiro, residente a rua Betânia, S/Nº, centro, Ananás - TO, Inscrito no CPF – 575.957.981-91; **A Associação de Moradores 04 Bocas**, inscrita no CNPJ – 14.309.290/0001-64, Com sua sede sito a rua Filomeno José de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás - TO, representada pela Senhora Soraia Francisca da Silva, Brasileira, Solteira, residente e domiciliado na rua Filomeno Jose de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás - TO, Inscrito no CPF – 856.263.841-20; **Ideias – Instituto Para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social**, inscrita no CNPJ – 17.160.234/0001-07, tendo sua sede sito a rua Professor José de Assis, S/Nº neste ato será representado pelo senhor Agnaldo Feitosa de Sousa, Brasileiro, Casado, Inscrito no CPF 885.943.941-87. Após de verificação de quórum suficiente para deliberação o presidente ACA – Associação Comunitária de Ananás entidade mantenedora da Radio Comunitária Cidade FM agradeceu a presença de todos os presente mencionando a importância desta reunião deliberativa haja visto que ali estava representada a sociedade ananásense através das várias instituições aqui presentes. Ato continuo o senhor presidente da ACA – Associação Comunitária de



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1988

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ananás disse que este é o grande momento para cada membro representante do conselho comunitário dar a sua opinião fazer a sua avaliação e ainda sugerir possíveis melhorias e adequações na grade de programação da Rádio Comunitária Cidade FM, tudo com objetivo de atender e satisfazer os ouvintes e os diversos seguimentos organizado da sociedade, razão maior da implantação da emissora comunitária. Usando da palavra a senhora Soraia Francisca da Silva, fez questão de pontuar a importância dos serviços de comunicação da emissora, sempre democrática oferecendo oportunidade principalmente aos excluídos pelos grandes meios de comunicação. O senhor Gilbemi Rodrigues Costa líder comunitário e ruralista do assentamento Terra Nosso Sonho falou e agradeceu pelos serviços de utilidade pública oferecidos pela Rádio Comunitária Cidade FM, fato que em muito tem ajudado na comunicação com os seus companheiros residente no assentamento, usando os serviços de utilidade pública para comunicar acontecimentos de reuniões desaparecimento de animais dentre outros avisos de interesse da ATRTNS – Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho. A senhora Bernadete Miranda Souza falou aos presentes da importância da emissora comunitária como instrumento de inclusão e transformação social algo elementar para a Rádio Comunitária Cidade FM, que como todos conhecem abre na sua grade de programação espaços para discussão de temas de relevância para o povo em geral além de oferecer espaços para a valorização e propagação dos valores dos artistas locais, podendo citar neste momento do crescimento profissional dos cantores ananaenses, Fábio Coelho, Maurícia da banda Doce Mel, Wander Milhomem e outros, todos cresceram profissionalmente pela oportunidade dos microfones democráticos da emissora. Logo após o senhor Agnaldo Feitosa de Sousa disse aos presentes que não poderia deixar de falar da forma democrática e acolhedora como foi recebido em sua primeira visita nos estúdios da Rádio Comunitária Cidade FM onde ali pode comprovar do compromisso da entidade mantenedora da emissora com os organismo públicos e privados visando celebrar parcerias para realização de importantes eventos tanto na valorização de espaços para cultura bem como para imprimir o maior conteúdo artístico e informativo local, valorizando os acontecimentos que interessam a comunidade do município. Agnaldo Feitosa de Sousa disse da forma plural e democrática da grade de programação, onde todos os segmentos quaisquer que sejam tem tido a oportunidade de debater, comunicar e veicular os seus conteúdos sem que para isso sofram qualquer tipo de impedimento ou empecilho na sua divulgação e veiculação na emissora, deixando claro para os membros do conselho que como sugestão a entidade mantenedora deveria buscar junto ao Ministério das Comunicações formas legais para o aumento de potência hoje limitada a 25 Watts, pois em suas conversas com moradores do povoado São João e região do



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 282, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Araguaia tem ouvido das pessoas que o sinal da Rádio Comunitária Cidade FM não chega em suas localidades. Ato contínuo os presentes por aclamação deliberaram como positiva e construtiva a grade de programação da Rádio Comunitária Cidade FM, que para dar caráter de ciência e veracidade segue em anexo a Grade de Programação da Rádio Comunitária Cidade FM que após lavrado em ata foi neste ato aprovada por unanimidade. Nada mais havendo ser tratado, foi lavrado a presente ata pela senhora Soraia Francisca da Silva neste ato voluntária Coordenadora Conselheira deu por encerrada a presente que segue assinada pelos Conselheiros.

Soraia Francisca da Silva
SORAIA FRANCISCA DA SILVA

Presidente do Conselho Comunitário

Representante da Associação De Moradores 04 Bocas

CPF 856.263.841-20

Antônio Marinho de Abreu
ANTÔNIO MARINHO DE ABREU

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação Arte do Fruto

CPF 800.495.671-8

Gilbemi Rodrigues Costa
GILBEMIR RODRIGUES COSTA

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonhos

CPF 575.957.981-91

Bernadete Miranda Sousa
BERNADETE MIRANDA SOUSA

Membro do Conselho Comunitário

Representante da Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro

CPF 856.263.841-20

Aginaldo Feitosa de Sousa
AGNALDO FEITOSA DE SOUSA

Membro do Conselho Comunitário

Representante do Instituto Para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social

CPF 885.943.941-87



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
CNPJ: 25.061.680/0001-84

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:14:04 do dia 01/10/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 31/10/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

[Assinatura manuscrita]
 GILBERTO QUINHA
 Gerente Operacional
 ANATEL - U.O. 7.3/Recastins



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 25.061.680/0001-84
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
Endereço: RUA ANTONIO MOREIRA 292 / CENTRO / ANANAS / TO / 77890-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/09/2019 a 29/10/2019

Certificação Número: 2019093000321820187809

Informação obtida em 08/10/2019 08:08:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
CNPJ: 25.061.680/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:10:39 do dia 08/10/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/04/2020.

Código de controle da certidão: **2CD5.DFB6.D5CD.596F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 25.061.680/0001-84

Certidão nº: 185650127/2019

Expedição: 08/10/2019, às 08:13:13

Validade: 04/04/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.061.680/0001-84**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



**Secretaria Radiodifusão do Ministério da ciência,
Tecnologia, Inovações e Comunicações.**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

RÁDIO CIDADE FM
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS
Rua Antônio Moreira nº 292 – centro
Ananás – TO CEP: 77.890-000
E-MAIL: acacidadefm@gmail.com

(ETIQUETA OU CASIMBO IMP)

Processo nº: **53900.024991/2014-42.**

Entidade: **Associação Comunitária de Ananás.**

Assunto: **Pesquisa de Processos de Apuração de Infração.**

1. Da pesquisa ao banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração e ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, verificou-se que consta(m) o(s) seguinte(s) processos(s):

Situação	Nº do Processo	Dispositivo violado	Sanção Aplicada	Data da Infração	Trânsito em Julgado da Decisão Condenatória
Concluído	53000.028445/2008	Itens: 17.2, 18.3.1 e 18.3.1.1 da Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária — Norma nº 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, no art. 50 e no art. 40, incisos III, XV e XXII, do RSRadCom; c/c art. 21, inciso IV, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.	Multa	12/03/2009	-
Concluído	53000.050347/2012	Art. 12 da Portaria MC nº 858, de 18 de dezembro de 2008. Art. 40, inciso XXIX, Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.	Multa	22/04/2013	-
Concluído	53000.068595/2010	Item 21.1, da Norma 01/2011 e Art. 40, incisos XII, XV e XVII, Decreto nº 2.615, de 1998.	Multa	22/07/2013	-
Concluído	53551.000735/2011	Art. 40, inciso XVII, do art. 40, Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e do item 19.1 da Norma Complementar nº 01/2004.	Multa	15/10/2015	-
Concluído	53000.014027/2013	Art. 40, incisos VI e XVI, Decreto nº 2.615, de 1998.	Multa	10/01/2019	-
Ativo	53000.060700/2012	Art. 13, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 2005 e Art. 40, incisos V, XII, e XVII, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.	Multa	24/01/2019	-

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 20112/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024991/2014-42.**

Assunto: **Renovação de outorga. VIABILIDADE JURÍDICA PARA O DEFERIMENTO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Comunitária de Ananás**, na localidade de **Ananás**, estado do **Tocantins**, por meio da Portaria nº 1184, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/07/2002, e Decreto Legislativo nº 877, publicado no DOU de 10/11/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 10/11/2014. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 23/10/2014, à fl. 1 SEI 0207451, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE
Associação Comunitária de Ananás
QUADRO DIRETIVO

Presidente: Maria da Paz Silva Carvalho

Vice-Presidente: José Hilton Gomes Martins

1º Secretário: Rosalvo Alves de Oliveira

2º Secretário: Elisabete Gomes Ferreira

1º Tesoureiro: José Alves dos Santos

2º Tesoureiro: Yasmyn Bruna Lopes Dias

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo; Requerimento Anexo 5.	53900.024991/2014-42 SEI 0207451 fl 1; 01250.052358/2019-57 SEI 4719245 fl 1-3
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	01250.018313/2019-53 SEI 4070435 fl 8-54
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	01250.052358/2019-57 SEI 4732984 fl 1-5
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	01250.052358/2019-57 SEI 4719246 fl 1-6
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	01250.018313/2019-53 SEI 4070435 fl 55-64

6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	01250.052358/2019-57 SEI 4719245 fl 1-3
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	53900.024991/2014-42 SEI 3848311 fl 1
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	53900.024991/2014-42 SEI 4588106 fl 1-2
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	53900.024991/2014-42 SEI 4588158 fl 1
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	53900.024991/2014-42 SEI 4588135 fl 1
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	53900.024991/2014-42 SEI 4588182 fl 1
12	Relatório de apuração de infrações.	53900.024991/2014-42 SEI 4754633 fl 1
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes (TRF1-Tocantins-Araguaína), não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a

Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga, bem como, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral não foi identificado vínculo político dos dirigentes.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 4749692).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.024991/2014-42, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, explore pelo prazo de dez anos a partir de 10 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de renovação]

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53665.000048/1998-48 e nº 53900.024991/2014-42, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Ananás, CNPJ nº 25.061.680/0001-84, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista em Ciência e Tecnologia**, em 25/10/2019, às 07:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/10/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 29/10/2019, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Secretário de Radiodifusão substituto**, em 01/11/2019, às 18:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4754648** e o código CRC **5C3DE440**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53900.024991/2014-42

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

Assunto: Renovação de Outorga

Trata-se de minuta de portaria, bem como exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Ananás, CNPJ nº 25.061.680/0001-84, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins.

Considerando que as áreas técnica e jurídica não erigiram quaisquer óbices à matéria, conforme se depreende da Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC (4754648) e do Parecer nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4749692), manifesto-me favorável à adoção das medidas necessárias ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 07/11/2019, às 16:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4813712** e o código CRC **A558645B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 4813712



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 6080/2019/SEI-MCTIC de 04 de novembro de 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53665.000048/1998-48 e nº 53900.024991/2014-42, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Ananás, CNPJ nº 25.061.680/0001-84, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 11/11/2019, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4811455** e o código CRC **81F89A6F**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 12/11/2019 17:57:59
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 5597920
Data prevista de publicação: 13/11/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12192309	ATO DESPACHO Nº 1134 MIN.rtf	3b4846cc2d785057 d6398488035d61db	16,00	R\$ 528,64
	Total da matéria		16,00	R\$ 528,64
12192310	ATO PORTARIA Nº 6078 MIN.rtf	606a27f8c92801e8 92ac585e783b0756	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192311	ATO PORTARIA Nº 6079 MIN.rtf	a3f1314ad2b30e67 aad57e6d2b0a296b	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192312	ATO PORTARIA Nº 6080 MIN.rtf	0b13a95e2fdf9103 ee8cd36e57744542	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192313	ATO PORTARIA Nº 6081 MIN.rtf	e9d29164bcfae1a7 4170922d02067a37	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192314	ATO PORTARIA Nº 6083 MIN.rtf	df3363e8447b3754 9d4322cfbb6a6986	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192315	ATO PORTARIA Nº 6084 MIN.rtf	676ab28fef880305 3f755030eb176f0c	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192316	ATO PORTARIA Nº 6086 MIN.rtf	b391272423a71598 0c3347266be6603c	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192317	AVISO. TORNAR SEM EFEITO.rtf	b263e50d71c17925 7499ee92ef58930e	2,00	R\$ 66,08
	Total da matéria		2,00	R\$ 66,08
12192378	ATO DESPACHO Nº 1135 MIN.rtf	958a695c84564f53 33c18e44b71c4e22	24,00	R\$ 792,96
	Total da matéria		24,00	R\$ 792,96
12192379	ATO Despacho Nº 1170 MIN.rtf	9cff2cdfd63702f dbf59890acd469f0	15,00	R\$ 495,60
	Total da matéria		15,00	R\$ 495,60

12192380	ATO PORTARIA Nº 1917 SEC.rtf	9a38bea0d1e57783 d2d035191a6b0bb3	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192381	ATO PORTARIA Nº 5813 SEC.rtf	503ebdd33487a08e 710b648f17a7426e	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12192382	ATO PORTARIA Nº 6073 MIN.rtf	a193680b4ffe38d5 1cea569afa80a21e	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192383	ATO PORTARIA Nº 6075 MIN.rtf	f972cc56d5d808ba f378a5b1f6a4a4b7	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192384	ATO PORTARIA Nº 6076 MIN.rtf	4d775b060a58b4fa 7797b74391140f67	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192385	ATO PORTARIA Nº 6077 MIN.rtf	91e8cafcadc092a5 b94a6cfcc6a26e7a	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			136,00	R\$ 4.493,44

PORTARIA Nº 6.075-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001400/1998-61 e nº 01250.001659/2016-70, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de outubro de 2017, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Marechal Cândido Rondon - RADIOMAR, CNPJ nº 02.589.214/0001-70, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Marechal Cândido Rondon, estado de Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.076-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53770.001201/1999 e nº 01250.075206/2017-61, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de maio de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Paraíso, CNPJ nº 03.307.539/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.077-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.056736/2005 e nº 01250.080059/2017-41, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de agosto de 2018, a autorização outorgada à Associação Independente de Apoio à Cultura Popular de Araruna, CNPJ nº 07.664.182/0001-44, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Araruna, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.078-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53100.000819/2004 e nº 01250.074918/2017-62, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de maio de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Mairi, CNPJ nº 06.187.254/0001-47, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mairi, estado da Bahia.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.079-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.027782/2003 e nº 01250.075152/2017-33, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de maio de 2018, a autorização outorgada à Associação Amigos de Novo Progresso, CNPJ nº 05.775.367/0001-09, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Novo Progresso, estado do Pará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

DESPACHO Nº 1.134-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 7875/2019/SEI-MCTIC e no PARECER nº 00365/2019/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53900.055804/2015-53, de sorte a:

a) anular o EDITAL Nº 259/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 2019, e restabelecer, por conseguinte, o EDITAL Nº 78/2016/SEI-MC, de 11 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2016, que havia declarado preliminarmente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR - como vencedor da seleção;

b) e, neste mesmo ato, em virtude da desistência expressa do interessado, conforme protocolo nº 01250.020913/2019-81, declarar frustrado o processo de seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Uiramutã/RR, faixa de fronteira, por meio do canal 203E, constante do Edital nº 78, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015 e Portaria nº 3.238 de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018.

Encaminhe-se o presente processo e o processo da entidade concorrente ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

MARCOS CESAR PONTES

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	IES CONVENIADA	IGC	PROPOSTA	SITUAÇÃO	RECURSO
Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia De Roraima - IFRR	Pessoa Jurídica de Direito Público	53900.076951/2015-67	1º Lugar	Não se aplica	-	INDEFERIDA	IES pública. Entidade vencedora do procedimento de seleção. Entidade desistente.	Não apresentado.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.024991/2014-42.**

Entidade: **Associação Comunitária de Ananás.**

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República.**

Por meio da Portaria nº 6080, de 04 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 13/11/2019, renovou-se a outorga da **Associação Comunitária de Ananás** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 53900.024991/2014-42, acompanhado do ato de renovação, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/12/2019, às 10:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4857069** e o código CRC **4A5A585C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 4857069

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.024991/2014-42
Interessado:	Associação Comunitária de Ananás
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	25.061.680/0001-84
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	TO
Localidade:	Ananás
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária**, em 21/11/2019, às 10:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4857093** e o código CRC **06C318C4**.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 4857093

Brasília, 8 de Janeiro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.024991/2014-42, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, explore pelo prazo de dez anos a partir de 10 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6.080-SEI, de 11 novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo
Impresso em 08/01/2020 15:19

Termo(s): 02 2020

NUP:

Origem:

Co-Autores:

Destinatário:

Tipo de Documento:

Data Inicial: Data Final:

Fluxo/Etapa:

Conteúdo:

Total de documentos: 1

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
	MCTIC 00002 2020 Ananás/TO - Renov/RADCOM - Associação Comunitária de Ananás	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 646/2020/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.024991/2014-42.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

Lara Litvin Villas Boas
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Lara Litvin Villas Boas, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/01/2020, às 14:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5033360** e o código CRC **7EBD90E4**.

Usuário Externo (signatário):	Pedro Paulo Verano de Souza
IP utilizado:	200.130.17.1
Data e Horário:	16/01/2020 09:46:45
Tipo de Peticionamento:	Processo Novo
Número do Processo:	00001.000286/2020-75
Interessados:	
	Pedro Paulo Verano de Souza
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Documento Principal:	
- Requerimento Renovação de outorga	1669309

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

Brasília, 8 de Janeiro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.024991/2014-42, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, explore pelo prazo de dez anos a partir de 10 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6.080-SEI, de 11 novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 20112/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024991/2014-42.**

Assunto: **Renovação de outorga. VIABILIDADE JURÍDICA PARA O DEFERIMENTO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Comunitária de Ananás**, na localidade de **Ananás**, estado do **Tocantins**, por meio da Portaria nº 1184, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/07/2002, e Decreto Legislativo nº 877, publicado no DOU de 10/11/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 10/11/2014. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 23/10/2014, à fl. 1 SEI 0207451, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE
Associação Comunitária de Ananás
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Maria da Paz Silva Carvalho
Vice-Presidente: José Hilton Gomes Martins
1º Secretário: Rosalvo Alves de Oliveira
2º Secretário: Elisabete Gomes Ferreira

1º Tesoureiro: José Alves dos Santos 2º Tesoureiro: Yasmyn Bruna Lopes Dias
--

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo; Requerimento Anexo 5.	53900.024991/2014-42 SEI 0207451 fl 1; 01250.052358/2019-57 SEI 4719245 fl 1-3
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a conteúdo às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	01250.018313/2019-53 SEI 4070435 fl 8-54
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	01250.052358/2019-57 SEI 4732984 fl 1-5
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	01250.052358/2019-57 SEI 4719246 fl 1-6
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	01250.018313/2019-53 SEI 4070435 fl 55-64
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	01250.052358/2019-57 SEI 4719245 fl 1-3
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	53900.024991/2014-42 SEI 3848311 fl 1
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	53900.024991/2014-42 SEI 4588106 fl 1-2

9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	53900.024991/2014-42 SEI 4588158 fl 1
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	53900.024991/2014-42 SEI 4588135 fl 1
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	53900.024991/2014-42 SEI 4588182 fl 1
12	Relatório de apuração de infrações.	53900.024991/2014-42 SEI 4754633 fl 1
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes (TRF1-Tocantins-Araguaína), não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga, bem como, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral não foi identificado vínculo político dos dirigentes.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 4749692).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.024991/2014-42, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, explore pelo prazo de dez anos a partir de 10 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de renovação]
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53665.000048/1998-48 e nº 53900.024991/2014-42, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Ananás, CNPJ nº 25.061.680/0001-84, para executar,

sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista em Ciência e Tecnologia**, em 25/10/2019, às 07:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/10/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 29/10/2019, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Secretário de Radiodifusão substituto**, em 01/11/2019, às 18:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4754648** e o código CRC **5C3DE440**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.

A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I.

Preliminarmente

Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.

Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº

4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses

antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

- (1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;
- (2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- (3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- (4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;
- (5) último relatório do Conselho Comunitário;
- (6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inexistência de inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		
		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.		
1.1.	O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?		
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.		
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.		
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.		
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.		
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.		
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.		
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.		
9	Relatório de apuração de infrações.		
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de		

	irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		
--	--	--	--

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES - MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 16 de janeiro de 2020.

AO PROTOCOLO DA SAI, CGAP e SAG

Assunto: Ananás/TO - Renov/RADCOM - Associação Comunitária de Ananás.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 2 2020 MCTIC.

Rodrigo Eusébio Pereira
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Eusébio Pereira, Supervisor**, em 16/01/2020, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1670081** e o código CRC **5982318A** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 25 de abril de 2020.

C E R T I D ã O

Processo nº 53900.024991/2014-42.

Brasília, 25 de abril de 2020.

Analisando os autos do Processo nº 53900.024991/2014-42, que versa sobre RENOVAÇÃO da outorga de serviços de radiodifusão, foram observados os seguintes documentos, que balizarão a análise por esta Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ:

- Exposição de Motivos nº: 00002 /2020-MCTIC
- Tipo de Serviço:
 - ☒ Rádio Comunitária - Renovação da outorga
 - ☐ Rádio Comercial FM – Renovação da outorga
 - ☐ Rádio Educativa – Renovação da outorga
 - ☐ Radiodifusão de sons e imagens (TV aberta) – Renovação da outorga

- Entidade:

Associação Comunitária de Ananás

- CNPJ nº:

25.061.680/0001-84

- Número da Nota Técnica MCTIC, com posição favorável à renovação da outorga:

20112/2019/SEI-MCTIC

- Número do Parecer da Consultoria Jurídica do MCTIC, com posição favorável à renovação outorga:

1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

- Portaria MCTIC nº: 6080 , de _11_/_novembro _/2014____, que renova a outorga a partir de _10_/_novembro _/2014____.

- Data de publicação da Portaria MCTIC de renovação no DOU:

13 de Novembro de 2019

Uma vez presentes os documentos acima, o processo encontra-se em condições de ser enviado ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição.

À consideração superior,

Erick Vinícius Leal Gonçalves
Estagiário
Centro de Estudos Jurídicos
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Erick Vinicius Leal Gonçalves, Estagiário(a)**, em 25/04/2020, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1851702** e o código CRC **CCB56242** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Nota Informativa nº 548/2020/AS/SAINF/SAG

Assunto: **Renovação da Outorga de Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás/TO**

Interessado: **Associação Comunitária de Ananás (CNPJ: 25.061.680/0001-84)**

Referência: **EM nº 00002/2020 MCTIC, de 08/01/2020 – Processo nº 53900.024991/2014-42**

1. Trata-se da [PORTARIA Nº 6.080-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014](#), que renova a outorga de Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás/TO, pelo prazo de dez anos, a partir de 10/11/2014, para a Associação Comunitária de Ananás, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 25.061.680/0001-84, de acordo com o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19/02/1998^[2], e nos termos do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[3].
2. A Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC, de 25/10/2019 (1670077), registra que a Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária^[4] posiciona-se pelo deferimento do pedido de renovação de outorga da Associação Comunitária de Ananás e atesta que os documentos instrutórios do pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério nos termos do Parecer Referencial nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 28/12/2016 (1670079)^[5].
3. Considerando a manifestação do órgão técnico do Ministério e o *check-list* constante do **item 3** da Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC, com o registro da completa instrução do processo, não se identificou óbices ao encaminhamento da matéria ao Senhor Presidente da República para posterior envio de mensagem ao Congresso Nacional, em conformidade com o § 1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[6], uma vez que o ato de renovação de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, observada a necessária oitiva da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral.

Brasília/DF, 03 de junho de 2020.

À consideração superior,

CARLOS JORGE DA SILVA JUNIOR
Estagiário

EUGÊNIO CESAR ALMEIDA FELIPPETTO
Assessor

De Acordo,

JOSÉ CRUZ FILHO
Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Aprovo. Encaminhe-se à Subchefia para Assuntos Jurídicos,

RODRIGO PEREIRA DE MELLO
Subchefe Adjunto Executivo

^[1] Publicada no DOU de 13/11/2019.

^[2] Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

^[3] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 03/06/1998](#).

^[4] Unidade do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, que detém a competência de coordenar os procedimentos para obtenção, renovação e revisão de outorgas do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos do inciso III, do art. 63 da [Portaria GM/MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019](#), que aprova os Regimentos Internos dos órgãos do MCTIC.

^[5] Aprovado pelo Despacho nº 03085/2016/CONJURMCTIC/CGU/AGU, de 30/12/2016, do Consultor Jurídico Adjunto junto ao Ministério das Comunicações (Processo SEI-MCTIC nº 01250.011668/2016-79).

^[6] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31/10/1963](#), com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Eugênio Cesar Almeida Felippetto, ASSESSOR**, em 03/06/2020, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Cruz Filho, Subchefe Adjunto (DAS 101.5)**, em 04/06/2020, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pereira de Mello, Subchefe Adjunto Executivo**, em 05/06/2020, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1923909** e o código CRC **761FEBE7** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Substitua pelo nome do Órgão/Ministério)
(Substitua pelo nome da Secretaria ou Diretoria, se houver)
Coordenação-Geral de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 53900.024991/2014-42 - Devolução da Exposição de Motivos, devido à criação de Ministério e posse do Ministro.**

1. Conforme previamente acordado com os representantes ministeriais e considerando a recriação do Ministério das Comunicações - MC, por meio da Medida Provisória nº 980/2020, bem com a posse do novo Ministro das Comunicações, procede-se a devolução da presente Exposição de Motivos à referida Pasta, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, com o consequente arquivamento do Processo SEI nº 53900.024991/2014-42.
2. Relembra-se, em caráter adicional, que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas deverá considerar as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/06/2020, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1970705** e o código CRC **1AF994E7** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 6 de julho de 2020.

ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DA EXM 2 2020 MCTIC

Informa a devolução da Exposição de Motivos via SIDOF, de ordem da SAAL, para reavaliação do novo Ministro das Comunicações e eventual instrução processual complementar.

HUGO VINÍCIUS ALVES
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Vinícius Alves, Supervisor**, em 06/07/2020, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1986257** e o código CRC **62CBE6EC** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ELISABETE GOMES FERREIRA**

Inscrição: **2430 8677 0167**

Zona: 012 Seção: 0039

Município: 92193 - ANANAS

UF: TO

Data de nascimento: 23/04/1954

Domicílio desde: 18/12/1999

Filiação: - MARIA LEITE GOMES
 - JOSE ALVINO GOMES

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): TRABALHADOR RURAL

Certidão emitida às 16:57 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

B+RH.BKND.FHC6.VTMV



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **ELIZABETE GOMES FERREIRA**, Título Eleitoral: **2430 8677 0167**, CPF: **443.247.661-34**, como membro do(a):

- **ÓRGÃO PROVISÓRIO** de abrangência **MUNICIPAL** do **DEMOCRATAS (extinto por fusão com PSL, originando o UNIÃO)(DEM)** de **ANANÁS/TO**, com exercício no período de **10/07/2015 a 25/04/2019 (MEMBRO)**.

Código de Validação **NIBY0vUcrK7SD+GFWsQz0Q3PdcQ=**
Certidão emitida em **25/03/2022 17:07:25**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOSE ALVES DOS SANTOS**

Inscrição: **0190 9042 2704**

Zona: 012 Seção: 0045

Município: 92193 - ANANAS

UF: TO

Data de nascimento: 11/11/1966

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - ALDENORA ALVES DOS SANTOS
- PETRONILIO JOSE DOS SANTOS

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): AGRICULTOR

Certidão emitida às 16:59 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

I6BB.WOHG.JDQR.MLYV



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **JOSE ALVES DOS SANTOS**, Título Eleitoral: **0190 9042 2704**, CPF: **849.118.671-91**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **6AkQGcyNZa33pdwXJWKVZK6EUX4=**
Certidão emitida em **25/03/2022 17:05:47**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOSE HILTON GOMES MARTINS**

Inscrição: **0332 7312 2704**

Zona: 012 Seção: 0061

Município: 92193 - ANANAS

UF: TO

Data de nascimento: 26/05/1959

Domicílio desde: 04/05/2002

Filiação: - TEREZINHA DE JESUS GOMES MARTINS
- LUIZ NUNES MARTINS

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): AGRICULTOR

Certidão emitida às 16:51 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

RH+F.ZID1.QMEH.7RI1



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **JOSE HILTON GOMES MARTINS**, Título Eleitoral: **0332 7312 2704**, CPF: **198.708.411-04**, como membro do(a):

- **ÓRGÃO PROVISÓRIO** de abrangência **MUNICIPAL** do **DEMOCRATAS (extinto por fusão com PSL, originando o UNIÃO)(DEM)** de **ANANÁS/TO**, com exercício no período de **01/04/2020 a 31/12/2021 (MEMBRO)**.

Código de Validação **WK1dgU6bHCuCPeQJ5LaY84wP/3g=**

Certidão emitida em **25/03/2022 17:11:23**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARIA DA PAZ SILVA CARVALHO**

Inscrição: **0191 0629 2771**

Zona: 012 Seção: 0042

Município: 92193 - ANANAS

UF: TO

Data de nascimento: 13/03/1958

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - BEATINA JOSE DE CARVALHO
- MARTINHO FERREIRA DA SILVA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

Certidão emitida às 16:48 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

NGAY.FOEC.VØOI.6PWS

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **MARIA DA PAZ SILVA CARVALHO**, Título Eleitoral: **0191 0629 2771**, CPF: **526.489.151-68**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **KHR6V0nILAaC9Q0m2EBtsOzZOU0=**
Certidão emitida em **25/03/2022 17:13:15**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA**

Inscrição: **0305 9742 2704**

Zona: 056 Seção: 0073

Município: 93360 - ABADIA DE GOIAS

UF: GO

Data de nascimento: 17/06/1971

Domicílio desde: 29/10/2021

Filiação: - MARIA RICARDINA DE OLIVEIRA
- BASILIO ALVES DE OLIVEIRA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): MOTORISTA PARTICULAR

Certidão emitida às 16:54 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

KRVN.F/AA.FVOL.HHO+



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA**, Título Eleitoral: **0305 9742 2704**, CPF: **549.587.411-00**, como membro do(a):

- **ÓRGÃO PROVISÓRIO** de abrangência **MUNICIPAL** do **PARTIDO DA REPÚBLICA(PR)** de **ANANÁS/TO**, com exercício no período de **30/06/2013 a 30/12/2013 (MEMBRO)**.

Código de Validação **oMu126BntOtF5q2WVau9s4pGl2g=**
Certidão emitida em **25/03/2022 17:09:11**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **YASMYN BRUNA LOPES DIAS**

Inscrição: **0396 2810 2780**

Zona: 012 Seção: 0039

Município: 92193 - ANANAS

UF: TO

Data de nascimento: 20/11/1994

Domicílio desde: 12/09/2011

Filiação: - EVA LOPES DE SOUSA
- GECIVAN DIAS DE SOUSA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO E ASSEMBLEIA

Certidão emitida às 17:02 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

Ø+MY.KQV3.TSS9.H3TD

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **YASMYM BRUNA LOPES DIAS**, Título Eleitoral: **0396 2810 2780**, CPF: **049.801.711-76**, como membro do(a):

- **ÓRGÃO PROVISÓRIO** de abrangência **MUNICIPAL** do **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA(PDT)** de **ANANÁS/TO**, com exercício no período de **03/04/2016** a **02/06/2017 (SECRETÁRIA)**.

Código de Validação **RYDWZY84YpuhHpACwCTRVcgFSVU=**
Certidão emitida em **25/03/2022 17:03:37**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

ENC: Adequação Jurídicas de pareceres antigos

Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Seg, 18/04/2022 13:20

Para: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>

Prezado Paolucci,
Segue para conhecimento.
att,



De: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 12 de abril de 2022 17:47

Para: Alexandre Miranda F. de Oliveira Barros <alexandre.barros@mcom.gov.br>

Assunto: ENC: Adequação Jurídicas de pareceres antigos



De: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 1 de abril de 2022 18:12

Para: Vanessa Farias de Moraes <vanessa.farias@mcom.gov.br>

Assunto: ENC: Adequação Jurídicas de pareceres antigos



De: Elise Miranda Gonzaga <elise.gonzaga@mcom.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 31 de março de 2022 09:33

Para: Vilma de Fatima Alvarenga Fanis <vilma.fanis@mcom.gov.br>; Weronica de Jesus Leite

<weronica.jesus@mcom.gov.br>; Mauro Abud Filho <mauro.abud@mcom.gov.br>; Alexandre Miranda F. de Oliveira

Barros <alexandre.barros@mcom.gov.br>; Judson José T Confortin <judson.confortin@mcom.gov.br>; André Saraiva de Paula <andre.paula@mcom.gov.br>; Ricardo Henrique Pereira Nolasco <ricardo.nolasco@mcom.gov.br>; Whendell Pereira de Souza <whendell.souza@mcom.gov.br>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Alessandra Maria de Santana <alessandra.santana@mcom.gov.br>; Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>; William Ivo Koshevnikoff Zambelli <william.ivo@mcom.gov.br>

Assunto: RES: Adequação Jurídicas de pareceres antigos

Prezados, bom dia!

No início dessa semana tomamos conhecimento de que alguns processos encaminhados à Casa Civil seriam devolvidos por ter sido verificado que os Pareceres da Consultoria Jurídica juntados a esses processos, e com datas mais antigas, estavam sem o Despacho do Consultor Jurídico de aprovação e encaminhamento. Devido a isso, a Consultoria solicita que todos os “processos que serão enviados para assinatura presidencial que estão com parecer jurídico antigo deverão ser tramitados a esta Consultoria Jurídica para as devidas adequações jurídicas”.

Para facilitar essa adequação foi solicitado que o encaminhamento ocorra **em bloco, contendo os mesmos assuntos e contemporâneos**.

Portanto, solicito que verifiquem, nos casos mais antigos, que já possuem Parecer Jurídico, se há a necessidade da referida adequação. Se verificada, encaminhem os blocos à revisão desde Departamento, contendo os casos de mesmo assunto e despacho que faça referência a orientação da Consultoria Jurídica abaixo.

Caso tenham qualquer dúvida a respeito, me coloco à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,



De: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Enviada em: quarta-feira, 30 de março de 2022 18:44

Para: Elise Miranda Gonzaga <elise.gonzaga@mcom.gov.br>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Alessandra Maria de Santana <alessandra.santana@mcom.gov.br>

Assunto: ENC: Adequação Jurídicas de pareceres antigos

Para conhecimento.

att,



De: Luanna Martins Lopes <luanna.lopes@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 30 de março de 2022 18:31

Para: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Cc: conjur <conjur@mcom.gov.br>; Carolina Scherer Bicca <carolina.bicca@mcom.gov.br>; João Paulo Santos Borba <joao.borba@mcom.gov.br>

Assunto: Adequação Jurídicas de pareceres antigos

Boa noite, Ana

Conforme solicitado pela Consultora Jurídica e pelo Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão e Telecomunicações, os processos que serão enviados para assinatura presidencial que estão com parecer jurídico antigo deverão ser tramitados a esta Consultoria Jurídica para as devidas adequações jurídicas.

Contudo, foi solicitado que os processos sejam remetidos em bloco, contendo os mesmos assuntos e contemporâneos. Outro requisito a ser observado é a urgência ou iminência de envio à Casa Civil. Assim, preserva-se a eficiência nas análises.

Qualquer dúvida, estamos à disposição

Atenciosamente,



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 6651/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.024991/2014-42

INTERESSADO(A): ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

ASSUNTO: MUDANÇA DE TITULARIDADE. NOVA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. PORTARIA DE RENOVAÇÃO JÁ PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, em que já houve a renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Ananás, estado Tocantins, referente ao período de 10 de novembro de 2014 até 10 de novembro de 2024, conforme Portaria (SEI nº 4811455) publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2019 (SEI nº 4851409).

2. Os autos foram devolvidos pela Casa Civil da Presidência da República devido a mudança do titular da pasta ministerial para avaliação e adequação.

ANÁLISE

3. Em virtude da mudança de titularidade no Ministério das Comunicações, os autos foram restituídos pela Casa Civil da Presidência da República em 09 de setembro de 2020, para fins de adequação da exposição de motivos, o que ensejou a confecção de nova minuta de Exposição de Motivos (SEI nº 10894536).

4. Considerando, portanto, que a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações já encerrou e, principalmente, que já houve o ato de renovação pelo Ministro de Estado das Comunicações à época, Portaria (SEI nº 4811455) publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2014 (SEI nº 4851409), propõe-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Diretoria do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, para ciência e posterior submissão tanto ao Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica quanto ao gabinete do Ministro de Estado das Comunicações com a nova minuta de Exposição de Motivos (SEI nº 10894536).

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Diretoria do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos ao Gabinete do **Ministro de Estado das Comunicações**, para apreciação da nova minuta de Exposição de Motivos (SEI nº 10894536) indicando adequadamente a nova titularidade da pasta ministerial; e,

b) remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

6. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

7. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida

notificação a este Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, devendo ser enviados posteriormente os autos ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Resende Almeida**, Técnico de Nível Superior, em 29/05/2023, às 15:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula**, Coordenador de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária, em 29/05/2023, às 16:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 29/05/2023, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10891969** e o código CRC **081A40A5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

Documento nº 10891969

MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MC

Brasília, de de 2023.

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53900.024991/2014-42, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 20112/2019/SEI-MCTIC e nº 6651/2023/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.080, de 2014, publicada em 13 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitário de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, nos termos da Portaria nº 1184, de 11 de julho de 2002, ambas chanceladas pelo Decreto Legislativo nº 877, publicado em 10 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Ananás, estado de Tocantins.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alex Resende Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 17/05/2023, às 15:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula, Coordenador de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 29/05/2023, às 11:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/05/2023, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/05/2023, às 15:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10894536** e o código CRC **99DAD601**.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

Documento nº 10894536

DESPACHO

Processo nº: 53900.024991/2014-42

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

Assunto: MUDANÇA DE TITULARIDADE. NOVA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. PORTARIA DE RENOVAÇÃO JÁ PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

Ao GACSE,

Em consonância com a Nota Técnica 6651 (10891969), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para apreciação da nova minuta de Exposição de Motivos (10894536) indicando adequadamente a nova titularidade da pasta ministerial, e posterior remessa à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o subsequente encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Solicita-se, ainda, o encaminhamento dos autos à Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

Após, **arquivem-se os autos**, até que ocorra a devida notificação a este Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, devendo ser enviados posteriormente os autos ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/05/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10932018** e o código CRC **E20AE3E9**.

Minutas e Anexos

Minuta . Exposição de Motivos (10894536)

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

Documento nº 10932018

Brasília, 31 de maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53900.024991/2014-42, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 20112/2019/SEI-MCTIC e nº 6651/2023/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.080, de 2014, publicada em 13 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitário de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, nos termos da Portaria nº 1184, de 11 de julho de 2002, ambas chanceladas pelo Decreto Legislativo nº 877, publicado em 10 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de ANANÁS, estado de TOCANTINS.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 15/06/2023, às 18:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10934345** e o código CRC **3A83AE81**.

Ofício Interno nº 36794/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (10934345)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 6651/2023/MCOM (10891969), encaminho a Exposição de Motivos (10934345), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 13/06/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10934351** e o código CRC **69A614DC**.

Ofício Interno nº 37662/2023/MCOM

Brasília, 20 de Junho de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10934345)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho DEPUB_MCOM (10932018), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10934345), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 20/06/2023, às 14:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10963148** e o código CRC **DCEF49E3**.

Brasília, 20 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53900.024991/2014-42, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 20112/2019/SEI-MCTIC e nº 6651/2023/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.080, de 11 de novembro de 2014, publicada em 13 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitário de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, nos termos da Portaria nº 1184, de 11 de julho de 2002, ambas chanceladas pelo Decreto Legislativo nº 877, publicado em 10 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de ANANÁS, estado de TOCANTINS.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 17011/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.024991/2014-42.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 22/06/2023, às 00:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10965314** e o código CRC **2D0E83C3**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.024991/2014-42
Interessado:	Associação Comunitária de Ananás
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	25.061.680/0001-84
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	TO
Localidade:	Ananás
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária**, em 21/11/2019, às 10:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4857093** e o código CRC **06C318C4**.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

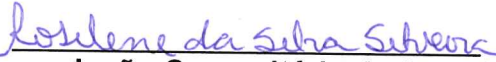
SEI nº 4857093

Z

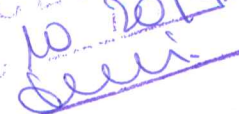
**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

A **ASSOCIACAO COMUNITÁRIA DE ANANÁS**, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, com sede na Rua Antônio Moreira nº 292, na cidade de ANANÁS, Estado do Tocantins, CEP 77.890-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 1184, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2002 e Decreto Legislativo nº 877, publicado no Diário Oficial da União de 09 de novembro de 2004, vem, respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Ananás, TO, 10 de outubro de 2014.


Associação Comunitária de Ananás
Rosilene da Silva Silveira
Presidente

Nome do Presidente da Associação: ROSILENE DA SILVA SILVEIRA
CPF: 795.434.801-68

RECEBIDO
Em 23.10.2014 horas


Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
25.061.680/0001-84
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
04/05/1989

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
A C A - ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R ANTONIO MOREIRA

NÚMERO
292

COMPLEMENTO

CEP
77.890-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
ANANAS

UF
TO

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
24/09/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **09/10/2014** às **09:28:35** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANANÁS - TO
DISTRITO JUDICIÁRIO
ROSIANE ALENCAR SANTOS
OFICIAL SUBSTITUTA



COMARCA DE ANANÁS
ESTADO DO TOCANTINS
DANIELE DE ABREU CHAVES
ESCREVENTE



CARTÓRIO DO REG. DE PESSOAS JURID. TIT.DOC. PROT. E TABELIONATO 2.º DE NOTAS.

TABELIONATO VIEIRA LIRA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada pela faculdade que me é conferida por Lei, que revendo o arquivo deste Cartório a meu cargo principalmente o LIVRO DE REGISTRO PESSOAS JURIDICA, encontra se devidamente registrado o Estatuto Social da Associação Comunitária de Ananás – ACA- CNPJ- n.º 25.061.680/0001-84, Sede e Forum nesta Cidade na Rua Antonio Moreira, nº 292, nesta Cidade de Ananás – TO, sendo seu exercício social coincidente com o exercício civil, e é regida pelo presente Estatuto e demais disposições legais pertinentes a sua área de atuação compreende todo território do Estado do Tocantins. A Associação de Ananás – ACA, tem por objetivos, sem fins lucrativos, apoiar a implementação de ações sociais, de habitação de interesse social, de natureza técnica, científica e educativa, voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento institucional, a defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos, principalmente dos pertencentes às bacias hidrográficas do Araguaia/Tocantins e da defesa do bioma do cerrado, estimulando o planejamento, a gestão, o uso de técnicas de mínimo impacto, o monitoramento e a educação ambiental, prestando auxílio e proteção aos interesses da comunidade. Para cumprimento de suas finalidades, a Associação Comunitária de Ananás – ACA, poderá celebrar convênios, termos de cooperação técnica, termos de parceria, contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos de forma coletiva ou individual com Organizações Governamentais ou Não Governamentais, nacionais ou estrangeiras. devidamente protocolada sob n.º 1486, livro n.º A-02, folhas n.º 18, e Registrada sob n.º 153, folhas n.º 87 a 105, Livro n.º A-02, em data de 25 de Outubro de 2013.

O referido é verdade dou fé.

Ananás – TO., 10 de Outubro de 2014.

Em Testº _____ da verdade.



Rosiane Alencar Santos
Rosiane Alencar Santos
Oficial Substituta



34 - =



"Educar para libertar!"

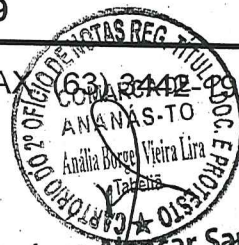
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX (63) 3442-9911
e-mail: acacidadefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2013

No dia 15 do mês de Setembro de 2013, às 19hs00min, em sua sede social, situada à Rua Antonio Moreira, 292 – Centro, Ananás - To, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os membros da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Reforma dos Estatutos Sociais; b) Alteração da composição do Conselho Comunitário; c) Assuntos Gerais de interesse da Sociedade. Os trabalhos foram coordenados pela presidente, senhora Rosilene da Silva-Silveira, que de início saudou a todos os presentes dando-lhes as boas vindas, quando convidou a mim, João Bosco Campos dos Santos, consultor independente, para secretariar AD HOC a presente sessão e lavrar a respectiva ata circunstanciada. Na continuidade dos trabalhos a senhora coordenadora ordenou que se fizesse a conferência do quorum, o que foi feito através da contagem das assinaturas constantes da lista de presenças. Estando o quorum em acordo com o que determina o Estatuto Social em vigor, a senhora presidente abriu os trabalhos, quando discorreu sobre a necessidade de se efetuar a reforma dos Estatutos Sociais da Entidade, bom como sobre a necessidade de alterar a composição do Conselho Comunitário, visando atender a exigência do subitem 21.4 da Norma 01/2011 do Ministério das Comunicações. A seguir, passou-se ao cumprimento do primeiro ponto de pauta, quando a mesma determinou que se fizesse a leitura de uma proposta de alteração dos Estatutos Sociais anteriormente elaborada, o que foi feito artigo por artigo. Na seqüência, tendo dirimido todas as dúvidas surgidas, o novo Estatuto Social foi aprovado por aclamação, na forma como vai adiante transcrito na sua íntegra:



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Prot. 1485 Registrado sob nº 1655
Livre A-02 Fls 34 do Livro B-10
18 Ananás, 25 / 10 / 13
Rosiane Alencar Santos
Escrevente - Sub-Oficial

CERTIDÃO -

Certifico e dou fé em virtude do pedido verbal de pessoa interessada, que o título e que se refere a presente via foi registrada neste Cartório sob N. 1655, a Fls 34 do Livro n. B-10 Ananás, 25 de Outubro de 2013
Rosiane Alencar Santos
Escrevente - Sub-Oficial



"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acacidadefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA

CAPITULO I

Da Denominação, Sede e Duração.

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-ACA registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas, em Ananás - To, sob nº 107 Livro B-1, fls. 83 e 84, declarada de utilidade pública municipal conforme Lei nº. 258/97 e de utilidade pública estadual, conforme Lei nº. 273/91, e com registro no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº. 28010.003528/92-87 é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e com finalidade não econômica, nos termos e conformidades da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Tem duração por tempo indeterminado, sede e foro na cidade de Ananás-To, à Rua Antonio Moreira, 292 - Centro, sendo o exercício social coincidente com o exercício civil, e é regida pelo presente Estatuto e demais disposições legais pertinentes e sua área de atuação compreende todo o território do estado do Tocantins.

§ 1º: Para a realização dos seus objetivos sociais, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA** poderá criar escritórios de representação regional ou local, em todo o Território Nacional ou ainda nos países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas observadas a legislação pertinente.

§ 2º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANANÁS - ACA** será representada ativa, passiva e extrajudicialmente por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos e Finalidades

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, tem por objetivos, sem fins lucrativos, apoiar a implementação de ações sociais, de habitação de interesse social, de natureza técnica, científica e educativa, voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento institucional, a defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos, principalmente dos pertencentes às bacias hidrográficas do Araguaia/Tocantins e da defesa do bioma do cerrado, estimulando o planejamento, a gestão, o uso de técnicas de mínimo impacto, o monitoramento e a educação ambiental, prestando auxílio e proteção aos interesses da comunidade.

§ 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**, poderá celebrar convênios, termos de cooperação técnica, termos de parceria, contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos de forma coletiva ou individual com Organizações Governamentais ou Não Governamentais, nacionais ou estrangeiras.



Daniela de Abreu Chaves



"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1991
e-mail: acacidafm@uol.com.br

Rosiane Alecar Santos
Escritor de Oficial

"Nós amamos Ananás!"

- XIV. Fomentar, incentivar e promover estudos de cooperação com técnicos, especialistas, empresas, universidades estrangeiras, brasileiras e instituições que atuam em pesquisas científicas de tecnologia aplicáveis em ações de desenvolvimento social, que ofereçam novas opções para a melhoria da qualidade de vida;
- XV. Colaborar com o poder público na elaboração das políticas públicas e da legislação turístico-ambiental, auxiliando no seu aprimoramento;
- XVI. Promover a cultura defendendo a conservação do patrimônio histórico cultural e turístico regional e do Estado do Tocantins;
- XVII. Implantar e executar serviços de radiodifusão comunitária (sonora e/ou som e imagens);
- XVIII. Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do Direito de Comunicar;
- XIX. Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- XX. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- XXI. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- XXII. Promover a divulgação de programas educacionais (aulas, conferências, palestras e debates);
- XXIII. Incentivar a criação de parques ecológicos e temáticos, de incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo e promover campanhas educativas de preservação ambiental junto à comunidade e estabelecimentos de ensino nos municípios;
- XXIV. Desenvolver e participar de toda e qualquer atividade que, ligada as finalidades da instituição, represente uma real contribuição para o desenvolvimento da vida em sua concepção mais abrangente, principalmente no que diz respeito à valorização e à integração social dos indivíduos excluídos socialmente, em especial a comunidade negra, as mulheres, os idosos, os povos indígenas e o desenvolvimento social e intelectual da criança e do adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- XXV. Elaborar pesquisa científica e estudos socioeconômicos, promover seminários, palestras e outras atividades que contribuam para o desenvolvimento do cidadão;
- XXVI. Promover ações que visem à geração de trabalho e renda visando beneficiar pessoas carentes, de baixa renda, pequenos empreendedores e trabalhadores em geral;
- XXVII. Fomentar a qualificação e a capacitação dos profissionais de turismo, da micro indústria de fruticultura, micro indústria de extração de óleos naturais, micro indústria de ervas medicinais e a micro indústria de artesanato;
- XXVIII. Estimular a parceria, o associativismo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando de ações que visem interesses comuns;
- XXIX. Valorizar o artesanato rústico, como uma das alternativas para o desenvolvimento econômico sustentável das regiões com potencial turístico, de forma participativa.





"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911

e-mail: acacidadefm@uol.com.br

Rosiane Alencar Santos
Escrevente - Sub-Oficial

"Nós amamos Ananás!"

§ 3º - No caso de não dispor em seus quadros sociais de pessoas tecnicamente habilitadas e disponíveis para a realização dos trabalhos contratados, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA** poderá utilizar-se da mão de obra de terceiros.

Capítulo III Dos Membros Seção I

Da Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão.

Art. 3º Poderão ingressar nos quadros sociais da Instituição, todos aqueles que concordem com as disposições deste Estatuto e que, pela ajuda mútua, desejam contribuir para a consecução dos objetivos da entidade.

Art. 4º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA** possui as seguintes categorias de associados:

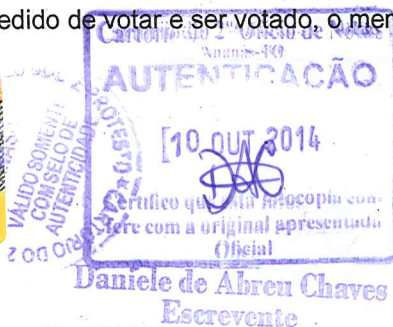
- I. **SÓCIO FUNDADOR:** Aquele(a) que tenha assinado a ATA de fundação Da Instituição;
- II. **SÓCIO EFETIVO:** Qualquer pessoa física ou jurídica que solicitar sua inscrição e tenha o seu pleito aprovado pela Assembleia Geral.
- III. **SÓCIO COLABORADOR:** Pessoas físicas ou jurídicas que contribuem com a entidade por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, para o desenvolvimento das atividades fins da instituição;
- IV. **HONORÁRIOS:** Pessoas que por seus feitos, ações e conquistas no âmbito dos objetivos da Entidade, possam ser homenageadas e convidadas a ingressarem no quadro social, passando a ter os direitos e obrigações inerentes a todos os demais membros, exceto o de votar e ser votado, conforme determina este estatuto social;

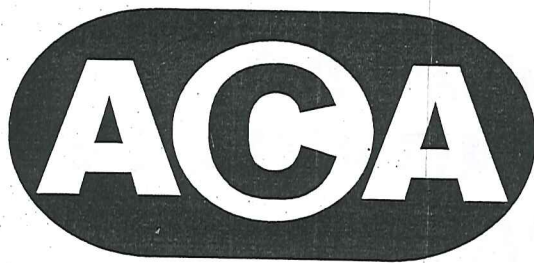
§ 1º- Para ser admitido, o candidato preencherá proposta de admissão fornecida pela associação, assinando-a em companhia de dois membros proponentes, abonadores do seu ingresso;

§ 2º- Verificadas as declarações constantes da proposta e aceita esta pela Diretoria Executiva, o presidente da Instituição, juntamente com o candidato assinarão o livro/ficha de matrícula.

Art. 5º - Cumprindo o que atende o artigo anterior, o membro adquire todos os direitos e assume todas as obrigações decorrentes da Lei, deste estatuto e das deliberações tomadas pela Instituição.

Parágrafo único – Fica impedido de votar e ser votado o membro que:





"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acacidefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

Parágrafo Único - Além dos motivos de direito, a Diretoria Executiva poderá eliminar o membro que:

- Venha exercer qualquer atividade considerada prejudicial à instituição, ou que colida com os seus objetivos;
- Deixe de exercer na área de ação da Instituição, atividades que lhe são facultadas;
- Deixe reiteradamente de cumprir disposição legal, estatutária ou regimental, bem como as deliberações tomadas pelos órgãos da Instituição.

Art. 9º - A eliminação será decidida pela Diretoria Executiva somente depois de 02 (duas) notificações ao membro atingido, e o que a ocasionou deverá constar do termo lavrado no livro-ficha de matrícula e assinado pelo presidente.

§ 1º - O atingido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento da notificação, interpor recurso suspensivo para a primeira Assembléia Geral.

§ 2º - A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 10 - A exclusão do membro ocorrerá por dissolução da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

Art. 11 - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações da Instituição, salvo aquelas aprovadas em Assembléia Geral e na forma em que o forem.

Capítulo IV Da Organização Administrativa

Art.12 - São órgãos de administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA:

- Assembléia Geral;
- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal;
- Conselho Comunitário;



Seção I Da Assembléia Geral



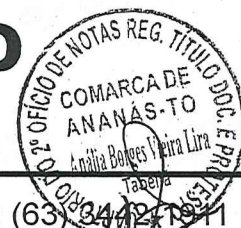
Art. 13 - A Assembléia Geral dos membros, que poderá ser ordinária ou extraordinária é o órgão supremo da instituição, e se constituirá dos sócios em pleno gozo dos seus direitos estatutários, tendo poderes dentro dos limites legais e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de



"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3441-2191

e-mail: acacidadefm@uol.com.br

Rosiane Alecar Santos
Escritor - Sub-Oficial

"Nós amamos Ananás!"

- b) Qualquer número de membros para a terceira e última convocação;

Parágrafo Único - O número de membros presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas dos mesmos, constantes do livro de presença.

Art. 18 - Os trabalhos das Assembléias Gerais não convocadas pelo presidente serão dirigidos por membros escolhidos na ocasião;

Art. 19 - Nas Assembléias em que forem discutidos balanços e contas, o Presidente da Instituição, logo após a leitura do relatório da Diretoria Executiva, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um membro para dirigir os debates e a votação da matéria.

Parágrafo Único - Transmitida a direção dos trabalhos, o presidente e os demais membros deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da assembléia, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Art. 20 - As deliberações das Assembléias gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que nele tiver direta e imediata relação.

§ 1º - Habitualmente a votação será a descoberto, mas a assembléia poderá optar pelo voto secreto, atendendo então às normas usuais.

§ 2º - O que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar na ata circunstanciada lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos, pelos diretores, e Fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) membros indicado pelo plenário e por todos aqueles que o queiram fazer;

§ 3º - As decisões das Assembléias Gerais são tomadas pelo voto pessoal dos presentes, tendo cada membro direito a um só voto, vedada a representação.

Art. 21 - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, após o encerramento do ano social, cabendo-lhe especificamente:

- Deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal;
- Eleição dos componentes dos cargos sociais;
- Deliberar sobre os planos de trabalho e orçamento apresentados pela Diretoria Executiva;

Parágrafo Único - As deliberações da Assembléia Geral Ordinária são tomadas pela maioria simples de votos, observado o que dispõe o Art. 20 deste Estatuto em seu parágrafo 3º.

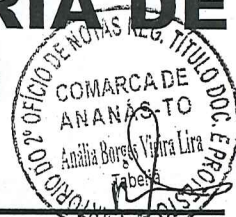




"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acacidefm@uol.com.br

Rosiane de Jesus Santos
Escrevente Sub-Oficial

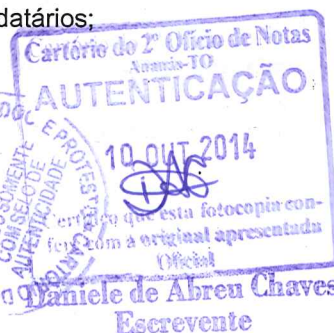
"Nós amamos Ananás!"

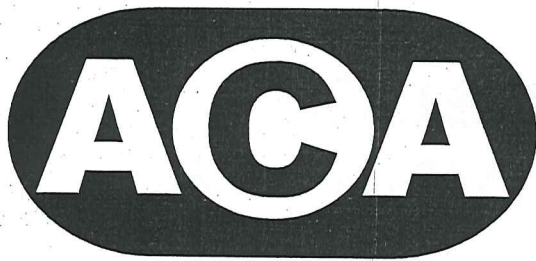
- a) Reúne-se ordinariamente uma vez a cada 06 meses e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, da maioria dos seus membros, ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) Delibera validamente com a presença da maioria simples dos seus membros, proibida a representação, sendo as deliberações tomadas pela maioria simples de voto dos presentes, reservado ao presidente, o exercício do voto nominal e de qualidade.
- c) As deliberações serão consignadas em ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos pelos membros presentes;

Art. 26 - Perderá automaticamente o cargo, o membro da Diretoria Executiva que faltar sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 06 (seis) reuniões alternadas durante o ano;

Art. 27 - No desempenho das suas funções, e dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, cabem a Diretoria Executiva as seguintes atribuições:

- a) Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades e fixando quantidades, valores, prazos, taxas de encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;
- b) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) Estabelecer as normas para funcionamento da Entidade;
- d) Estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra as disposições da Lei, deste Estatuto, ou das regras de relacionamento com a Entidade, que venham a ser estabelecidas;
- e) Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de membros e suas implicações;
- f) Deliberar sobre a convocação das Assembléias Gerais e estabelecer a sua ordem do dia;
- g) Estabelecer a estrutura operacional da administração executiva das atividades, criando cargos a atribuindo funções, reservando a si a contratação de servidores graduados, e fixando normas para a admissão e demissão dos demais empregados;
- h) Fixar normas disciplinares internas;
- i) Indicar o banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósito de numerário, e fixar o limite máximo que poderá ser mantido no caixa da Instituição;
- j) Adquirir, alienar ou onerar bens móveis, imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com a expressa autorização da Assembléia Geral;
- k) Contrair empréstimos, dívidas e/ou obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da Assembléia Geral;
- l) Ceder direitos e constituir mandatários;

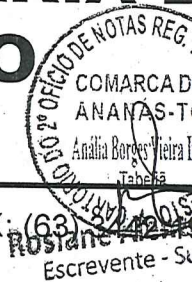




"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO 99 COMUNITÁRIA D ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3244-1015
e-mail: acacidefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

Art. 30 – Compete ao Primeiro Secretário:

- Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral, elaborando atas, registro de presença e notas de reunião;
- Supervisionar e manter em dia o expediente;
- Orientar e manter em ordem o arquivo de documentos, bem como a relação atualizada do quadro de associados;
- Controlar e manter em ordem o patrimônio mobiliário;
- Gerenciar toda a estrutura administrativa;
- Receber, à época das eleições, as inscrições de candidatos à Diretoria Executiva da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;
- Apresentar relatório periódico dos associados inadimplentes;
- Publicar todas as notícias da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;

Art. 31 – Compete ao Segundo Secretário:

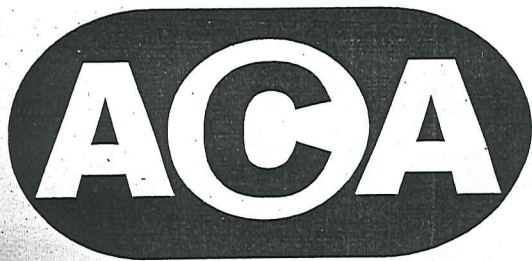
- Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário;

Art. 32 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- Assinar, conjuntamente com o Presidente cheques e documentos bancários;
- Efetuar exclusivamente através de cheques o pagamento das obrigações assumidas em nome da Instituição e autorizadas pelo presidente;
- Coordenar e supervisionar diretamente as atividades de contabilidade e controladoria;
- Coordenar e supervisionar o orçamento geral e o fluxo de caixa;
- Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da Instituição;
- Proceder ou determinar a alguém que proceda à escrituração do livro caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade.
- Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;
- Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;



Daniele de Abreu Chaves
Escrevente



"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



Rosiane Alencar Santos
Escrevente - Sub-Oficial

RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-4001
e-mail: acacidefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

§ 3º Será lavrada Ata Circunstanciada de cada reunião em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A Ata será assinada por todos os presentes.

SEÇÃO IV

Do Conselho Comunitário

Art. 37 - O Conselho Comunitário é o órgão encarregado de zelar pela qualidade moral dos atos praticados por responsáveis pelos órgãos sociais, bem como de todos os associados, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- Zelar pelo cumprimento das disposições legais, deste Estatuto e das decisões tomadas pelos órgãos da Instituição;
- Verificar se os pedidos de admissão ao quadro social atendem às exigências estatutárias;
- Analisar e julgar os desvios de conduta dos associados e membros dos órgãos sociais, notificando-os, e sugerindo a Diretoria Executiva a aplicação de penalidades, quando for o caso;
- Avaliar se o desempenho da Associação e da Rádio Comunitária se for o caso, está de acordo com os objetivos estabelecidos pela comunidade e pela legislação em vigor;
- Encaminhar, quando for o caso, relatórios anuais sobre o desempenho e atividades da Rádio Comunitária ao Ministério das comunicações;
- Opinar sobre os casos de eliminação de associados.

Art. 38 - O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) membros, representantes indicados por organizações da sociedade civil, sem fins econômicos, localizadas na área de abrangência da entidade, e homologados em Assembleia Geral

§ 1º. O mandato dos membros do Conselho Comunitário será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

§ 2º. Os candidatos a membros ao Conselho Comunitário deverão gozar de ilibada conduta ética e moral.

CAPÍTULO V

Seção I

Dos Recursos Financeiros

Art. 39 - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por:



Danielle de Abreu Chaves
Escrevente



"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84

FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911

e-mail: acacidefm@uol.com.br

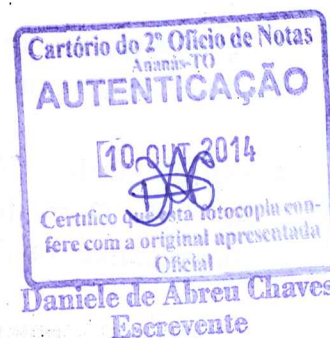


"Nós amamos Ananás!"

Capítulo VI Dos Livros

Art. 42 - A Associação deverá ter:

- I. Livro de Matrícula de membros;
- II. De atas das Assembléias Gerais;
- III. De atas das Reuniões da Diretoria Executiva;
- IV. De Atas do Conselho Fiscal;
- V. De presença dos membros às Assembléias Gerais;
- VI. Outros, fiscais e contábeis obrigatórios;



Parágrafo único – É facultado a adoção de livros, folhas soltas ou fichas;

Art. 43 - No livro/ficha de matrícula os membros serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- I. Nome, RG, CPF, Nº do Registro Profissional quando houver, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e endereço residencial;
- II. A data de sua admissão e quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão.

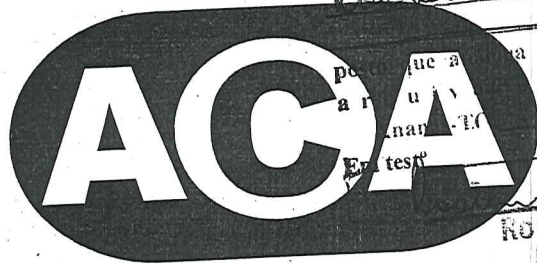
Capítulo VII Da Dissolução

Art. 44 - A ACA será dissolvida por vontade manifesta em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observado o disposto neste Estatuto, ou por força judicial;

Art. 45 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os membros, sendo doada a instituição congênere, sediada neste município, legalmente constituída e, em atividade para ser aplicada nas mesmas finalidades entidade dissolvida.

CAPITULO VIII Das Disposições Gerais

Art. 46 - A Instituição não distribuirá entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos, bonificações, dividendos, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação de seu resultado, aplicando integralmente o "superávit" eventualmente verificado em

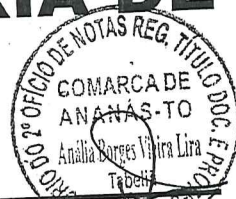


"Educar para libertar!"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Rosiane Alencar Santos
Escritor - Sub-Oficial

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-3442
e-mail: acacidadefm@uol.com.br

Rosiane Alencar Santos
Escritor - Sub-Oficial

"Nós amamos Ananás!"

Na continuidade dos trabalhos passou-se à pauta seguinte, quando procedeu-se à alteração do **CONSELHO COMUNITÁRIO**, que após ser submetido à aprovação da Assembleia Geral, foi homologado e ficou assim composto: **MEMBROS:** 01) ANTONIO MARINHO DE ABREU, brasileiro, casado, portador do RG 69361 SSP-TO, CPF 800.495.671-87, representante indicado pela **ASSOCIAÇÃO ARTE NO FRUTO - AAF**, registrada no CNPJ/MF sob o nº. 08.976.517/0001-22; 02) NAIRA MIRANDA DE ARAUJO SILVA, brasileira, casada, portadora do RG 064.652 SSP-TO, CPF. 845.146.981-72, representante indicada pela **ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA PAROQUIAL**, registrada no CNPJ/MF sob o nº. 01.911.081/0001-44; 03) SORAIA FRANCISCA DA SILVA, brasileira, casada, portadora do RG 720009 SSP-TO, CPF. 856.263.841-20, representante indicada pela **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 04 BOCAS**, registrada no CNPJ/MF sob o nº. 14.309.290/0001-64; 04) OLIVAN CASTRO ROCHA, brasileiro, casado, portadora do RG 226.788 SSP-TO, CPF. 347.920.151-20, representante indicado pelo **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ANANÁS**, registrado no CNPJ/MF sob o nº. 00.766.659/0001-53; e 05) JOSÉ RIBEIRO DE CRVALHO, brasileiro, solteiro, portador do RG 82577 SSP-TO, CPF 776.505.561-49, representante indicado pelo **INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA AÇÃO SOCIAL - INSTITUTO IDEIAS**. E, nada mais tendo a tratar, deu-se por encerrada a presente seção, cuja ata, após lida e aprovada via adiante por mim, João Bosco Campos dos Santos que a lavrei, juntamente com os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Comunitário e por todos aqueles que o desejaram.

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICA

Prot. 1486 Registrado sob nº 153
Lavrado A-02 Fls 87a105 do Livro A-02
Fls 1258 Ananás, Ananás/TO, 15 de Setembro de 2013.

João Bosco Campos dos Santos Rosiane Alencar Santos Rosilene da Silva Silveira
ANANÁS-TO Escritor - Sub-Oficial Presidente da Silva Silveira
Escritor - Sub-Oficial



REG 071676

ARB 002146

- CERTIDÃO -

Certifico e dou fé, em virtude do pedido verbal da pessoa interessada, que o título a que se refere a presente via foi registrado neste Cartório sob N. 153, a Fls 87a105 do Livro n. A-02 de 2013.

Ananás, 25 de Setembro de 2013
Rosiane Alencar Santos
Escritor - Sub-Oficial

Rosiane Alencar Santos
Escritor - Sub-Oficial



Cartório do 2º Ofício de Notas
Ananás-TO

AUTENTICAÇÃO

10 OUT 2014

Certifico que esta fotocópia confere com a original apresentada.

Daniela de Almeida Chaves

Diogo R. Amorim
OAB/TO nº 5027

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANANÁS - TO
DISTRITO JUDICIÁRIO
ROSIANE ALENCAR SANTOS
OFICIAL SUBSTITUTA



COMARCA DE ANANÁS
ESTADO DO TOCANTINS
DANIELE DE ABREU CHAVES
ESCREVENTE



CARTÓRIO DO REG. DE PESSOAS JURID. TIT.DOC. PROT. E TABELIONATO 2.º DE NOTAS.

TABELIONATO VIEIRA LIRA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada pela faculdade que me é conferida por Lei, que revendo o arquivo deste Cartório a meu cargo principalmente o LIVRO DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS, encontra se devidamente registrado a Ata da Associação Comunitária de Ananás – ACA- CNPJ- n.º25.061.680/0001-84 - Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 05 de Agosto de 2011, em atendimento ao edital de convocação expedido em 10/07/2011 e afixado na sede da entidade localizada na Rua Antonio Moreira, nº 292, nesta Cidade de Ananás – TO, conforme determina o § 2º do artigo 16 do Estatuto Social Vigente, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede da ACA em segunda e última convocação, os membros da Associação Comunitária de Ananás, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia. 01) Assuntos gerais de interesse da entidade; 02) Prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do conselho fiscal; 03) Planos de trabalho e orçamento para o exercício seguinte; 04) Eleição dos membros da diretoria executiva, do conselho fiscal e do conselho comunitário, devidamente protocolada sob n.º 1255, livro n.º A-02, folhas n.º 08, e Registrada sob n.º 1440, folhas n.º 169 a 177, Livro n.º B-07, em data de 22 de Agosto de 2011.

O referido é verdade dou fé.

Ananás – TO., 10 de Outubro de 2014.

Em Testº _____ da verdade.



Rosiane Alencar Santos
Oficial Substituta



Rosiane Alencar Santos
Oficial Substituta

169 -



"Educar para libertar!"



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

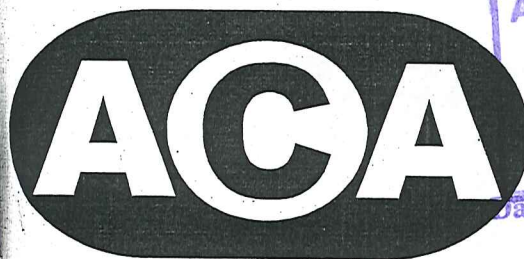
CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989

RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acacidafm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA REALIZADA NO DIA 05 AGOSTO DE 2011.

Às 20h00min do dia 05 de agosto de 2011, em atendimento ao edital de convocação expedido no dia 10 de julho de 2011 e afixado na sede da entidade, conforme determina o § 2º do Art. 16 do estatuto social vigente, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, na sede da ACA, em segunda e última convocação, os membros da Associação Comunitária de Ananás – ACA, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 01) Assuntos gerais de interesse da entidade; 02) Prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal; 03) Planos de trabalho e orçamento para o exercício seguinte; 04) Eleição dos Membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. Os trabalhos foram coordenados pelo presidente da instituição, senhor Valdecy Araujo Lima, que convidou a mim, João Bosco Campos, Consultor, para secretariar "Ad Hoc" a seção e lavrar a presente ata circunstanciada. Ao iniciar a seção, o senhor coordenador ordenou que se fizesse a conferência do quórum, como determina o estatuto social, o que foi feito através da contagem das assinaturas apostas na lista de presenças. Estando presentes o número de membros suficientes para tomada de decisões, declarou-se abertos os trabalhos. De início o senhor coordenador saudou e deu as boas vindas a todos, quando, atendendo ao primeiro ponto de pauta fez um amplo relato sobre a atual situação da entidade, bem como sobre os seus programas e projetos em andamento. Ato contínuo, passou-se ao segundo ponto de pauta, quando o senhor presidente apresentou à plenária, as contas relativas ao exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão e o balanço, com o parecer do Conselho Fiscal favorável à sua aprovação. Após as explicações necessárias e dirimidas as dúvidas surgidas, a Assembléia Geral referendou o parecer do conselho fiscal, dando por aprovadas as contas apresentadas. Continuando os trabalhos, o senhor coordenador apresentou, para o referendo da assembléia geral, o plano de trabalho, bem como o planejamento orçamentário da entidade para o exercício em curso, anteriormente elaborado pela Diretoria Executiva, que foi referendado pelos presentes. Na continuidade, passou-se ao ponto de pauta seguinte, ou seja, a eleição para a composição dos cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. O senhor



"Educar para libertar!"



170 -

Jucileide Alencar Sousa
Escrivente

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

CNPJ: 25.061.680/0001-84
FUNDADA EM 30/04/1989



RUA ANTONIO MOREIRA Nº 292 - ANANÁS - TO CEP: 77890-000 - TELEFAX: (63) 3442-1911
e-mail: acacidefm@uol.com.br

"Nós amamos Ananás!"

coordenador informou que não haviam chapas concorrentes, pois até aquele momento apenas uma chapa havia se apresentado para concorrer ao pleito. Assim sendo, a chapa única foi eleita por aclamação, ficando a **Diretoria Executiva** e os **Conselhos** assim compostos: **DIRETORIA EXECUTIVA** – **Presidente:** Rosilene da Silva Silveira, brasileira, solteira, portadora do RG 77708 SSP/TO, CPF 795.434.801-68, residente na Rua Sebastião Filomeno, 79 – Centro – Ananás - To; **Vice Presidente:** Elisabeth Gomes Ferreira, brasileira, casada, portadora do RG 35865190-6 SSP/SP, CPF 443.247.661-34, residente e domicilia da na chácara Água Branca, Ananás – To; **Primeira Secretária:** Andréia P. dos Santos Romão, brasileira, solteira, portadora do RG 02731462004-0 SSP-MA, CPF 019.276.701-10, residente na Chácara Grota do Chico, Ananás-To; **Segunda Secretária:** Eliomar Santiago de Araujo, brasileira, casada, portadora do RG 317644 SSP TO, CPF 854.322.611-20, residente na Rua 9 de Julho s/n, centro, Ananás – To; **Primeiro Tesoureiro:** Rosalvo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, portador do RG. 863.490 SSPTO, CPF 549.587.411-00, residente na Rua JK, 367, centro – Ananás-To; **Segundo Tesoureiro:** Abelardo José de Freitas, brasileiro, casado, portador do RG 1845013 SSp-GO, CPF 131.758.821-53, residente na Rua Santos Dumont, 127, centro, Ananás – To; **CONSELHO FISCAL – TITULARES:** Valdecy Araujo Lima, brasileiro, casado, portador do RG 88927 SSP-TO, CPF 189.357.451-20, residente na Rua Olavo Bilac, 138, centro, Ananás-To, Pedro Barbosa Araujo, brasileiro, solteiro, portado da RG 11.460 SSP-TO, CPF 198.763.021-49, residente na Rua 9 de Julho,sn – centro, José Hilton Gomes Martins, brasileiro, casado, portador do RG 279.885 SSP –TO,CPF 198.708.411-04, residente na Av. Duque de Caxias, sn, centro e para seus **SUPLENTEs:** Ananias Freitas de Oliveira, brasileiro, casado, portador do RG 11909193 SSSP – SP, CPF 039.948.958-47, residente na Chácara Água Branca, Ananás-To, João Alves Chaves, brasileiro, casado, portador do RG 565963 SSp-GO, CPF 018.563.591-15, residente na chácara São João, Ananás-To e Paulo Vieira Cruz, brasileiro, casado, portador do RG 557047 SSP-GO, CPF 198.727.801-10, residente na rua 9 de Julho, 235, centro, Ananás-To; Para o **CONSELHO COMUNITÁRIO** foram aclamados **TITULARES:** Jairo Miranda Araujo, brasileiro, casado, portador do RG 2294203 SSPGO, CPF 402213771-15, residente, na rua N.S. de Fátima, 325, _____
Ananás-To, Gilbemi Rodrigues Costa, RG 50835 SSP-TO, CPF 002.795.901-56, residente no PA Nosso Sonho, Ananás-To e Neusa Vieira dias, brasileira, casada, portadora do RG 1210916 SSP-

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIACAO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

Aos 08 dias do mês de setembro de 2014, às 14:30h, na cidade de Ananás - TO, reuniu-se o Conselho Comunitário da Associação Comunitária de Ananás, constituído da seguinte maneira: **ASSOCIAÇÃO ARTE NO FRUTO – AAF, ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA PAROQUIAL, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 04 BOCAS, SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS DE ANANÁS E INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA AÇÃO SOCIAL – INSTITUTO IDEAIS.** A reunião foi presidida pela Sra. SORAIA FRANCISCA DA SILVA, representante da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 04 BOCAS.**

O objetivo da reunião foi examinar e avaliar a grade de programação da emissora.

O Presidente fez a leitura da grade de programação e colocou a palavra à disposição dos presentes para avaliação e manifestações. Todos aprovaram a grade de programação na íntegra e se manifestaram dizendo que a mesma atende as necessidades e os interesses da comunidade.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada as 15:30h.

SORAIA FRANCISCA DA SILVA

Presidente do Conselho Comunitário

Representante da Associação De Moradores 04 Bocas

CPF 856.263.841-20

Antônio Marinho De Abreu

Representante da

Associação Arte No Fruto – AAF

CPF: 800.495.671-87

Naira Miranda De Araújo Silva

Representante da

Associação De Apoio Da Escola Paroquial

CPF:845.146.981-72

Olivan Castro Rocha

Representante Da

Sindicatos Dos Trabalhadores

Rurais De Ananás

CPF:347.920.151-20

José Ribeiro De Carvalho

Representante Do

Instituto Para O Desenvolvimento

Integrado Da Ação Social – Instituto Ideais

CPF:776.505.561-49

GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS		
ANANÁS - TO - Frequência 87,9MHz RÁDIO CIDADE FM		
DE SEGUNDA A SEXTA		
Hora	Programa	
04:00 as 7:00	Programa Manhã Sertaneja	tocando musicas raízes sertanejas e sertanejas atuais
07:00 as 08:00	Programa A Voz Da Profecia	Musicas gospels
8:00 as 11:00	Programa Estação Cidade	Programação jovem e eclética
11:00 as 12:00	Programa Ponto De Fé	Musicas gospels
12:00 as 12:30	Programa Falando Ao Coração	Musicas gospels
12:30 as 13:00	Programa Rádio Fatos	Notícias internacionais e nacionais
13:00 as 16:0	Programa A Tarde É Nossa	Programação jovem e eclética
16:00 as 18:00	Programa Sertão E Cia	Musicas sertanejas, forró e calypso
18:00 as 18:30	Programa Evangelizando Com Maria	Musicas gospels
18:30 as 19:00	Programa Informativo 87	Noticias do Tocantins
19:00 as 20:00	A Voz Do Brasil	NOTÍCIAS
20:00 as 22:00	Programa Toca Tudo	Programação tocando todos os ritmos musicais
22:00 as 24:00	Programa Love Night	Musica nacionais e internacionais românticas que fizeram sucesso no passado

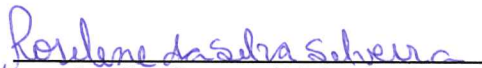
GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS		
ANANÁS - TO - Frequência 87,9 MHz RÁDIO CIDADE FM		
SÁBADO		
Hora	Programa	
05:00 as 08:00	Programa Viola Caipira	Tocando músicas sertanejas raízes e atuais.
08:00 as 9:00	Programa A Voz Da Profecia	Músicas gospel
09:00 as 11:30	Programa Estação Cidade	Programação jovem e eclética
11:30 as 12:00	Programa Ponto De Fé	Músicas gospel
12:00 as 13:00	Programa Falando Ao Coração	Músicas gospel
13:00 as 16:00	Programa Amado Batista	Os maiores sucessos do cantor amado batista
16:00 as 20:00	Programa Forró Brasilis	O melhor do forró nacional
20:00 as 24:00	Programa Pelas Noites Da Cidade	Tocando todos os ritmos

GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS		
ANANÁS - TO-Frequência 87,9 MHz – RÁDIO CIDADE FM		
DOMINGO		
Hora	Programa	
05:00 as 07:30	Programa Mundo Sertanejo	Musicas sertanejas raízes
07:30 as 08:00	Ponto De Fé	Músicas gospels
08:00 as 10:00	Programa Top Sucessos	Programa que relembra grandes sucessos tanto nacionais quanto internacionais
10:00 as 13:00	Programa Emoções	Tocando os maiores sucessos do cantor Roberto Carlos
13:00 as 14:00	Programa Jesus Em Cada Lar	Musicas gospels
14:00 as 20:00	Programa Balada Sertaneja	Musicas sertanejas universitárias
20:00 as 24:00	Programada Remember	Não tem locutor

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011.

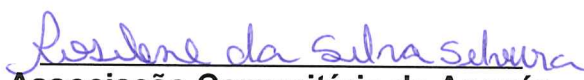
Ananás, TO, 10 de outubro de 2014.


Associação Comunitária de Ananás
Rosilene da Silva Silveira
Presidente

DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, ROSILENE DA SILVA SILVEIRA, na qualidade de representante legal da **ASSOCIACAO COMUNITÁRIA DE ANANÁS**, com sede na Rua Antônio Moreira nº 292, na cidade de ANANÁS, Estado do Tocantins, CEP 77.890-000, declaro que a emissora de radiodifusão comunitária encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Ananás, TO, 10 de outubro de 2014.


Associação Comunitária de Ananás
Rosilene da Silva Silveira
Presidente



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
CNPJ: 25.061.680/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:22:41 do dia 20/10/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/11/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.024991/2014-42**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.

2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 26 de novembro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 26/11/2014, às 14:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0257847** e o código CRC **2CA00775**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 00963/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.024991/2014-42

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

ASSUNTO: NÃO RENOVAÇÃO DE OUTORGA

- I – Renovação de autorização para explorar Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ananás, Estado do Tocantins.
- II – Intempestividade do pedido de renovação apresentado pela entidade.
- III – Pela extinção da outorga, haja vista o não cumprimento dos preceitos normativos pela interessada.
- IV – Encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Senhor Consultor Jurídico Substituto,

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da Nota Técnica nº 21418/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311382), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de renovação da outorga para a Associação Comunitária de Ananás, para prestação de serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ananás, Estado do Tocantins.

I – DO RELATÓRIO

2. A entidade acima qualificada recebeu a outorga do serviço de radiodifusão comunitária - RadCom por meio da Portaria nº 1184, publicada no Diário Oficial da União de 11.07.2002, tendo sido o referido ato aprovado pelo Decreto Legislativo nº 877, publicado no Diário Oficial da União de 10.11.2004, segundo a Nota Técnica nº 21418/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311382).

3. A entidade apresentou seu requerimento em 23.10.2014 (doc. nº 0207451), colacionando, na oportunidade, a documentação julgada necessária para que se procedesse à análise de seu pleito.

4. Após a análise dos autos e de sua instrução, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica elaborou a referida Nota Técnica nº 21418/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311382) sugerindo a extinção da outorga diante da intempestividade do requerimento apresentado pela entidade, submetendo os autos para decisão do Exmo. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva desta Consultoria Jurídica.

5. É o sucinto relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

6. Segundo a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, em seu art. 6º, parágrafo único, a outorga do serviço *in casu* tem validade por dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências; veja-se:

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

7. Também no âmbito infralegal, o Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, estipula o seguinte:

Art. 36 A autorização para execução do RadCom **poderá ser renovada** por um outro período de três anos[1], **desde que a autorizada apresente solicitação neste sentido com antecedência de três a um mês do seu termo final e que cumpra as exigências estabelecidas para tanto pelo Ministério das Comunicações**[2]. (grifo nosso)

8. A outorga concedida à entidade foi deferida pelo ato do Ministério consubstanciado na Portaria nº 1184 e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 877, publicado no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2004, nos termos do art. 223, §3º, da Constituição Federal[3]. Logo, o prazo de validade de 10 (dez) anos concedido à entidade para executar o serviço de RadCom expirou em 10 de novembro de 2014.

9. Com efeito, verifica-se que a entidade deveria ter apresentado o pedido de renovação até 10 de outubro de 2014. Porém, conforme relatado na primeira parte desta peça, constatou-se a inércia da entidade, que deixou transcorrer o prazo necessário para pleitear a renovação, tendo encaminhado o requerimento apenas em 23 de outubro de 2014, após o término da validade da outorga, caracterizando sua flagrante intempestividade. Assim, em que pese a entidade ter apresentado o pedido devidamente instruído, o requerimento não merece ser apreciado.

10. Dessa forma, tendo em vista a intempestividade do pedido apresentado pela entidade, pode-se concluir pela extinção da outorga, visto que restaram cumpridos seus efeitos.

11. Por derradeiro, cumpre salientar que, caso a entidade não tenha interrompido o serviço, há que se concluir que a execução após o dia 10.11.2014 deverá ser considerada ilegal, nos termos do art. 21, IV, da Lei nº 9.612, de 1998[4], e do art. 40, XXI, do Decreto nº 2.615, de 1998[5], estando sujeita às penalidades da lei.

12. Nesse sentido, recomenda-se seja promovida fiscalização no local a fim de se apurar a possível ocorrência de execução clandestina do serviço.

13. Impende consignar a regularidade da minuta de portaria anexada à Nota Técnica nº 21418/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1311382), sendo necessário apenas incluir a data a partir da qual deverá ser declarada extinta a outorga, alterando-se a redação para constar da seguinte forma: “(...) Art. 1º Declarar **que encontra-se extinta desde o dia 11.11.2014 a** autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS, por meio da Portaria nº (...)”.

III – CONCLUSÃO

14. Em face do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, considerando a intempestividade do requerimento de renovação da outorga apresentado pela Associação Comunitária de Ananás, outorgada para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ananás, Estado do Tocantins, em consonância com a sugestão da Secretaria, opina que seja declarada a extinção da outorga, com a consequente publicação de portaria, em virtude do cumprimento dos seus efeitos.

À consideração superior.

Brasília, 06 de outubro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

[1] O prazo de renovação é também de dez anos, em conformidade com a alteração do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, acima colacionado.

[2] Atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

[3] Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(...)

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

[4] Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

(...)

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

[5] Art. 40. São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom:

(...)

XXI - não obediência ao tempo de funcionamento da estação comunicado ao Ministério das Comunicações;

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900024991201442 e da chave de acesso 3b1e1dcc

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 11865792 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 06-10-2016 11:11. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

DESPACHO n. 02309/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.024991/2014-42

INTERESSADOS: Associação Comunitária de Ananás

ASSUNTO: Não renovação de outorga

1. Aprovo o **Parecer nº 00963/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra do Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária, Julio Cesar Ferreira Pereira.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

VICTOR XIMENES NOGUEIRA

Advogado da União
Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900024991201442 e da chave de acesso 3b1e1dcc

Documento assinado eletronicamente por VICTOR XIMENES NOGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 12082735 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VICTOR XIMENES NOGUEIRA. Data e Hora: 06-10-2016 11:51. Número de Série: 8989594703127723889. Emissor: AC CAIXA PF v2.

ANEXO 5
REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

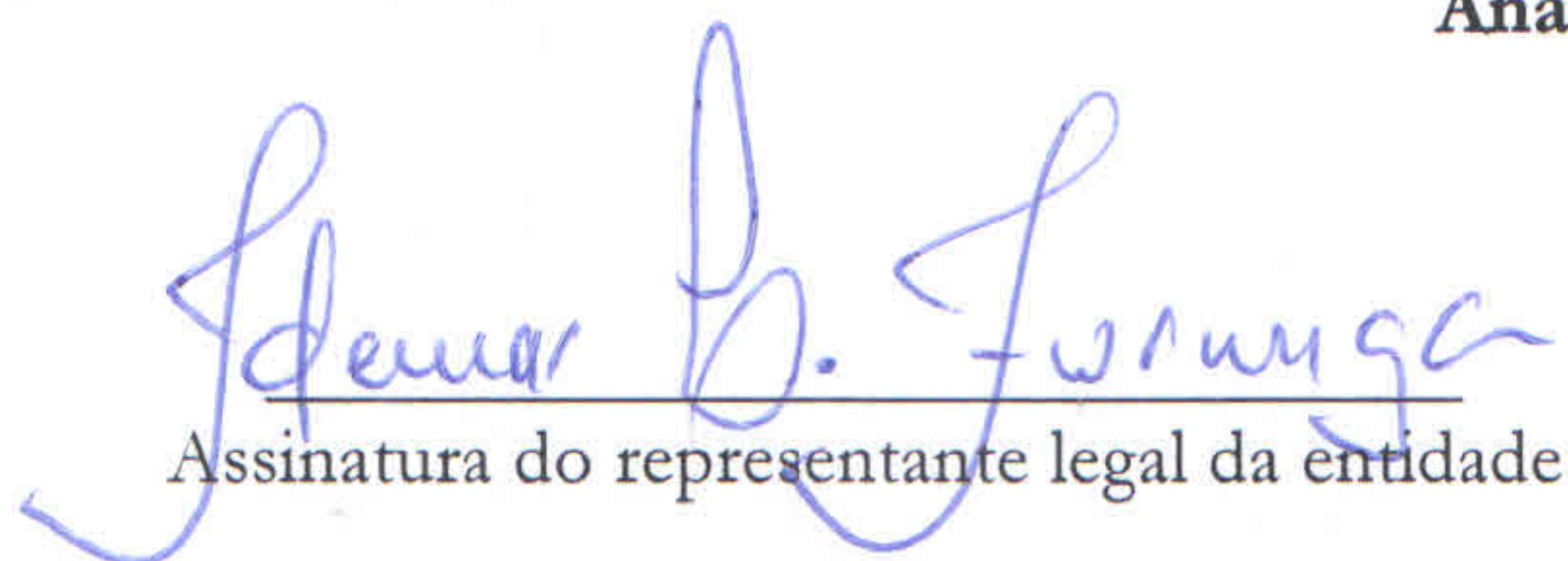
Qualificação da entidade	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS	
Nome Fantasia: RÁDIO CIDADE FM	
CNPJ: 25.061.680/0001-84	
Endereço de Sede: Rua Antônio Moreira	Nº: 292
Bairro: Centro	CEP: 77.890-000
Cidade: Ananás	UF: Tocantins
Nome do representante legal: Idemar Leandro Furniga	
Endereço eletrônico (e-mail): acacidefm@gmail.com	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

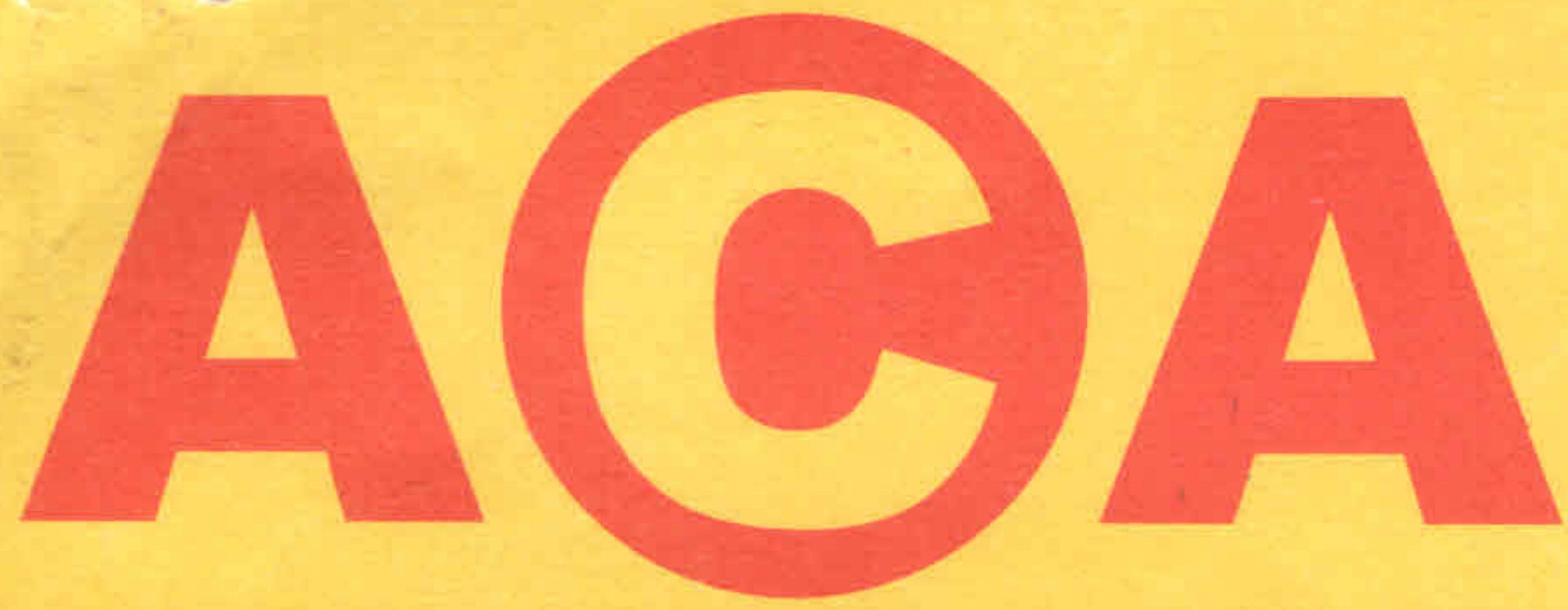
Ananás - TO , 26 de maio de 2017


Assinatura do representante legal da entidade

Endereço de correspondência: Rua Antônio Moreira, Nº 292	
Bairro: Centro	CEP: 77.890-000
Cidade: Ananás	UF: TO

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

1 – Estatuto social atualizado.
2 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
3 – Prova de maioridade e nacionalidade de todos os dirigentes.
4 – Último relatório do Conselho Comunitário.



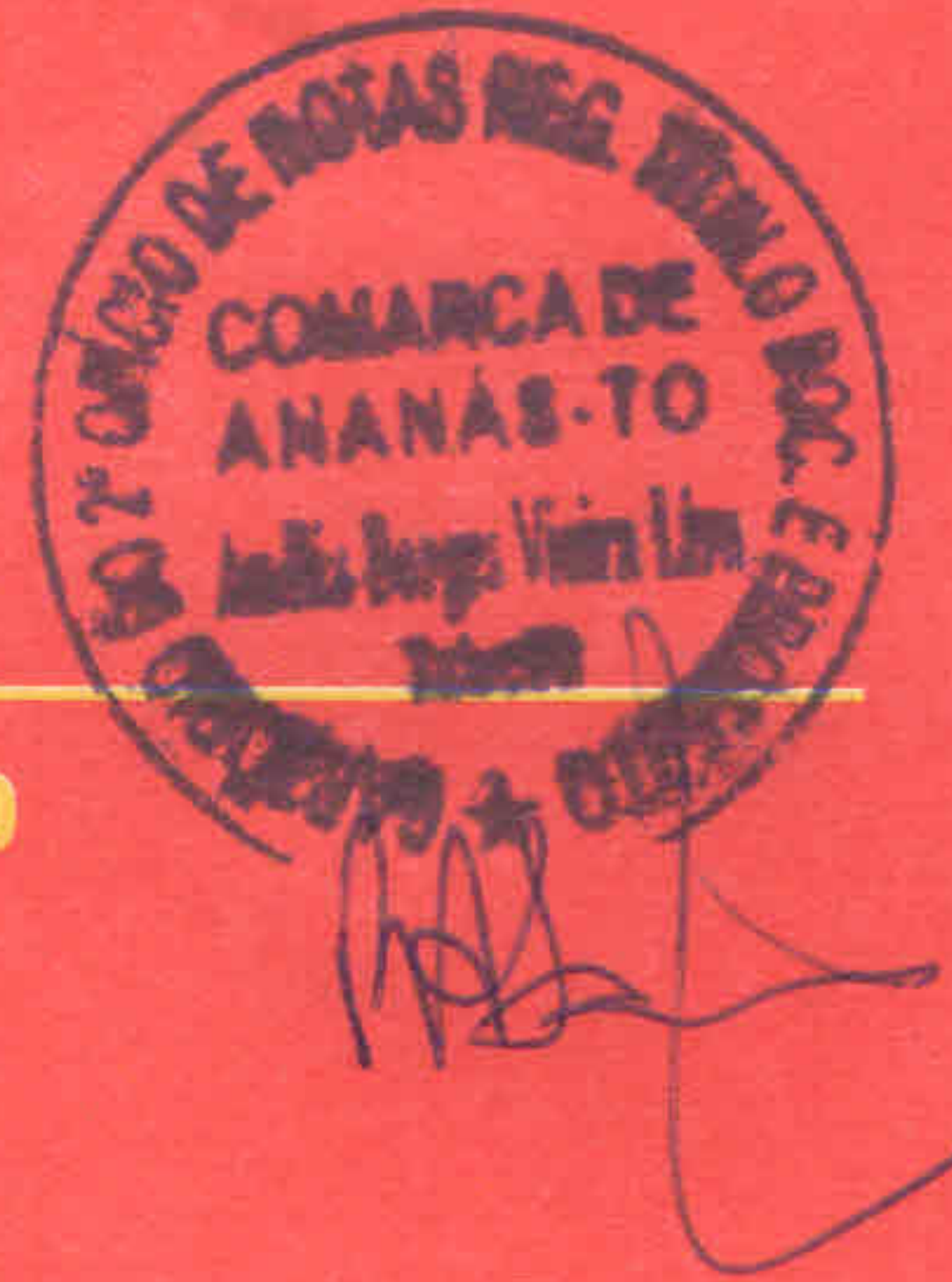
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 03 de Novembro de 2016

No dia 03 de Novembro de 2016 às 20:00, em sua sede social, localizada na rua Antônio Moreira nº 292 no Centro de Ananás, reuniram-se em assembleia geral extraordinária os membros da Associação Comunitária de Ananás – ACA para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Deliberarem sobre o afastamento voluntário de membros da Diretoria Executiva.
- b) Eleição dos cargos colocados em vacância na Diretoria Executiva.

Na abertura dos trabalhos o Senhor Presidente Wilson Saraiva de Carvalho me convocou Yasmin Bruna Lopes Dias para coordenar os trabalhos redigindo a presente Ata. Em seguida ordenou-me que fizesse a leitura do Edital de Convocação pedindo-me que verificasse pela lista de presença o quorum legal para a abertura da Assembleia Geral Extraordinária, o que não foi possível em primeira convocação. Após trinta minutos decorridos da primeira convocação conforme prevê o Estatuto Social o senhor Presidente deu como aberto os trabalhos, repetindo aos presentes a leitura do Edital nº 003/2016, agradecendo a presença de todos, falou da importância daquela reunião ante a sua história para com a entidade desde a sua fundação em 1989 juntamente com mais outros vários amigos que compartilharam dos mesmos ideais de bem servir ao povo ananaense. Wilson Saraiva falou dos avanços institucionais que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos, sendo muito benéfico todas essas mudanças. Dentre essas mudanças Wilson Saraiva falou da redação da Portaria Interministerial nº 507/2011, capítulo terceiro, onde literalmente proíbe parente até segundo grau de fazer parte da Diretoria Executiva de Entidade sem fins lucrativos que tenham parente dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, neste caso específico o Senhor Wilson Saraiva, estava naquele



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

Educar para libertar!

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



exato momento renunciando voluntariamente o cargo de presidente da ACA- Associação Comunitária de Ananás, tudo para respeitar a Portaria Interministerial /GGU/MF/MP/507/2011, haja visto que seu irmão Valber Saraiva de Carvalho, se elegeu prefeito do Município de Ananás-TO nas eleições de 02 de outubro de 2016, agradecendo a colaboração de todos os membros associados e diretores da ACA, que o apoiaram com a confiança depositada até esta data. Confirmada a vacância do cargo o agora sócio da ACA, senhor Wilson Saraiva, disse aos presentes da necessidade de escolherem um novo presidente para dirigir a entidade até 08 de agosto de 2019, ato contínuo por aclamação os sócios elegeram para presidir a entidade o senhor Idemar Leandro Furmiga, brasileiro, casado, portador do RG: 1248956-MA, CPF: 299.559.123-91, residente e domiciliado na Rua João Batista nº 620 – centro da cidade e como vice-presidente foi aclamada eleita a senhora Andréia Pereira dos Santos Romão, RG: 0273714620040 SSP/MA, CPF: 019.276.701-10, solteira, residente e domiciliada na TO-010, km 01 – chácara Grotta do Chico, os eleitos foram imediatamente empossados nos devidos cargos. Assim sendo a Diretoria Executiva da ACA, ficou assim constituída: **PRESIDENTE: IDEMAR LEANDRO FURMIGA**, brasileiro, casado, portador do RG: 1248956-MA, CPF: 299.559.123-91, residente e domiciliado na Rua João Batista nº 620 – centro da cidade, **VICE-PRESIDENTE: ANDREIA PEREIRA DOS SANTOS ROMÃO**, RG: 0273714620040 SSP/MA, CPF: 019.276.701-10, solteira, residente e domiciliada na TO-010, km 01 – chácara Grotta do Chico, **PRIMEIRO SECRETÁRIO: YASMYN BRUNA LOPES DIAS**, brasileira solteira, residente e domiciliada na rua JK, nº 83, centro, RG: 863-916 SSP/TO, CPF: 049.801.711-76, **SEGUNDO SECRETÁRIO: ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua JK, nº 83, centro, RG: 863-490 SSP/TO, CPF: 549.587.411-00, **PRIMEIRO TESOUREIRO: JOSÉ ALVES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José de Alencar nº 367, centro, RG: 226-696 SSP/TO, CPF: 849.118.671-91, **SEGUNDO TESOUREIRO, ISABEL NETA BORGES**, brasileira, viúva, residente e domiciliada, na rua Antônio Moreira, s/nº, centro, RG: 227-768 SSP/TO, CPF: 328.419.221-20, não havendo mais nada a tratar eu Yasmin Bruna Lopes lavrei a presente ata que após lida e achada conforme vai por mim assinada.

Yasmin Bruna Lopes Dias



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



Relação de presença dos Sócios da ACA- Associação Comunitária de Ananás da reunião da Assembleia Geral Extraordinária conforme convocação do Edital nº 003/2016.

1. Wilson Soraiva de Carvalho
2. Luis Gonzaga Filho
3. Samira Ribeiro dos Santos
4. Andreia Pereira dos Santos Romão
5. Deimar Leonides Fumiga
6. José Alves dos Santos
7. Jamlyn Bruna Lopes Dias
8. VALDEMY GOMES DA SILVA
9. Maria Geny da Silveira
10. Helder Alves da Silva
11. Maria Cleidivan Gonzaga Lima
12. Maria Genécio Ferrando Lima Gonzaga
13. Elisabete Gomes Figueira
14. Agnias Freitas de Oliveira
15. Renando Rodrigues Costa
16. Hilaria Costa Barbosa
17. Fabrícia Alves da Silva

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás



18. Francisco da Rocha da Silva
19. Rosário Alves de Oliveira
20. Frederico de Souza
21. Sueli Moura de Arruda Moura
22. EDSON ALVES DA SILVA
23. Neuma Alves Cavalcante
24. Giáo B Pereira
25. PERONATO RODRIGUES TAVARES
26. JOSEF MOURA L. S.



ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994

0001*G5704VIJ-274353-71* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:11h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006117-XGL

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

As-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

mos Ananás

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Duração.

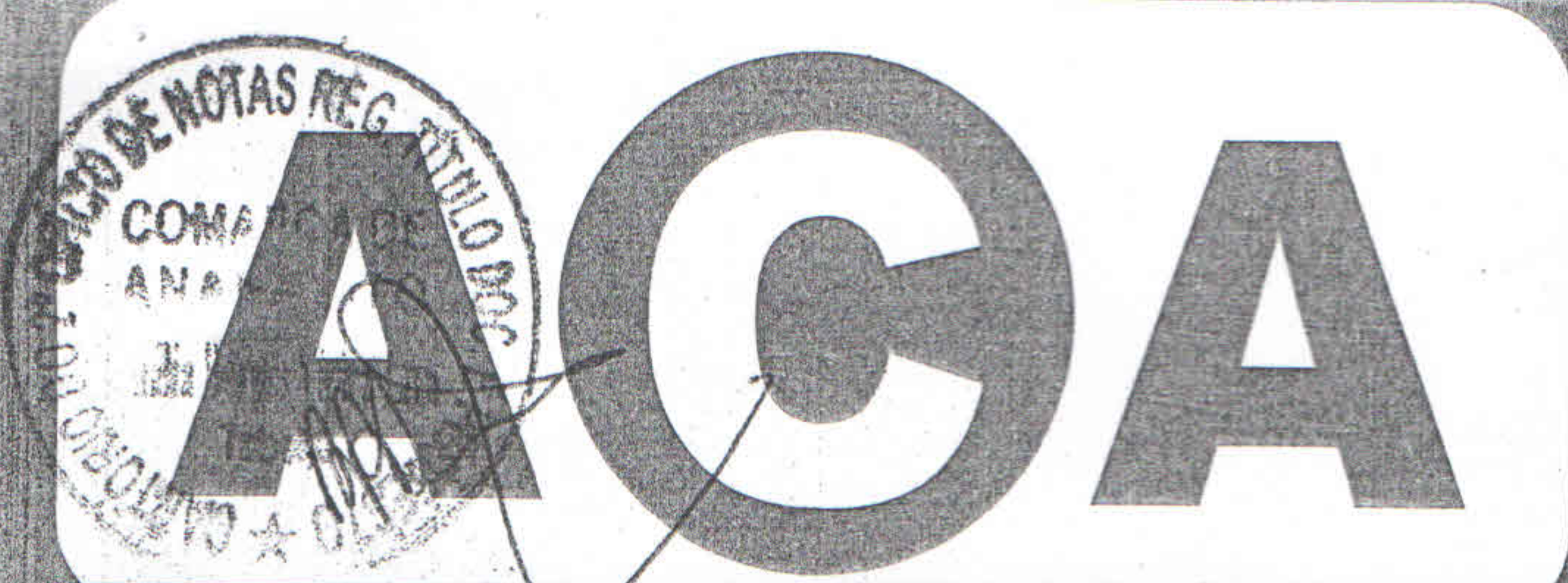
Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-ACA registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas, em Ananás - To, sob nº 107 Livro B-1, fls. 83 e 84, declarada de utilidade pública municipal conforme Lei nº. 258/97 e de utilidade pública estadual, conforme Lei nº. 273/91, e com registro no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº. 28010.003528/92-87, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e sem finalidade econômica, nos termos e conformidades da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Tem duração por tempo indeterminado, sede e foro na cidade de Ananás-To, à rua Antonio Moreira, 292 - Centro, sendo o exercício social coincidente com o exercício civil, e é regida pelo presente Estatuto e demais disposições legais pertinentes e sua área de atuação compreende todo o território do estado do Tocantins.

§ 1º: Para a realização dos seus objetivos sociais, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá criar escritórios de representação regional ou local, em todo o Território Nacional ou ainda nos países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas observadas a legislação pertinente.

§ 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANANÁS - ACA será representada ativa, passiva e extrajudicialmente por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral.

CAPÍTULO II Dos Objetivos e Finalidades

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, tem por objetivos, sem fins lucrativos, apoiar a implementação de ações sociais, de habitação de interesse social, de natureza técnica, científica e educativa, voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento institucional, a defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos, principalmente dos pertencentes às bacias hidrográficas do



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*1001*G5702IWE-274353-74* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 -
15:36:11h

Edina Borges Santos-sub-oficial
Selo Digital nº128900AAA006116-UCL
<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

defm@bol.com.br

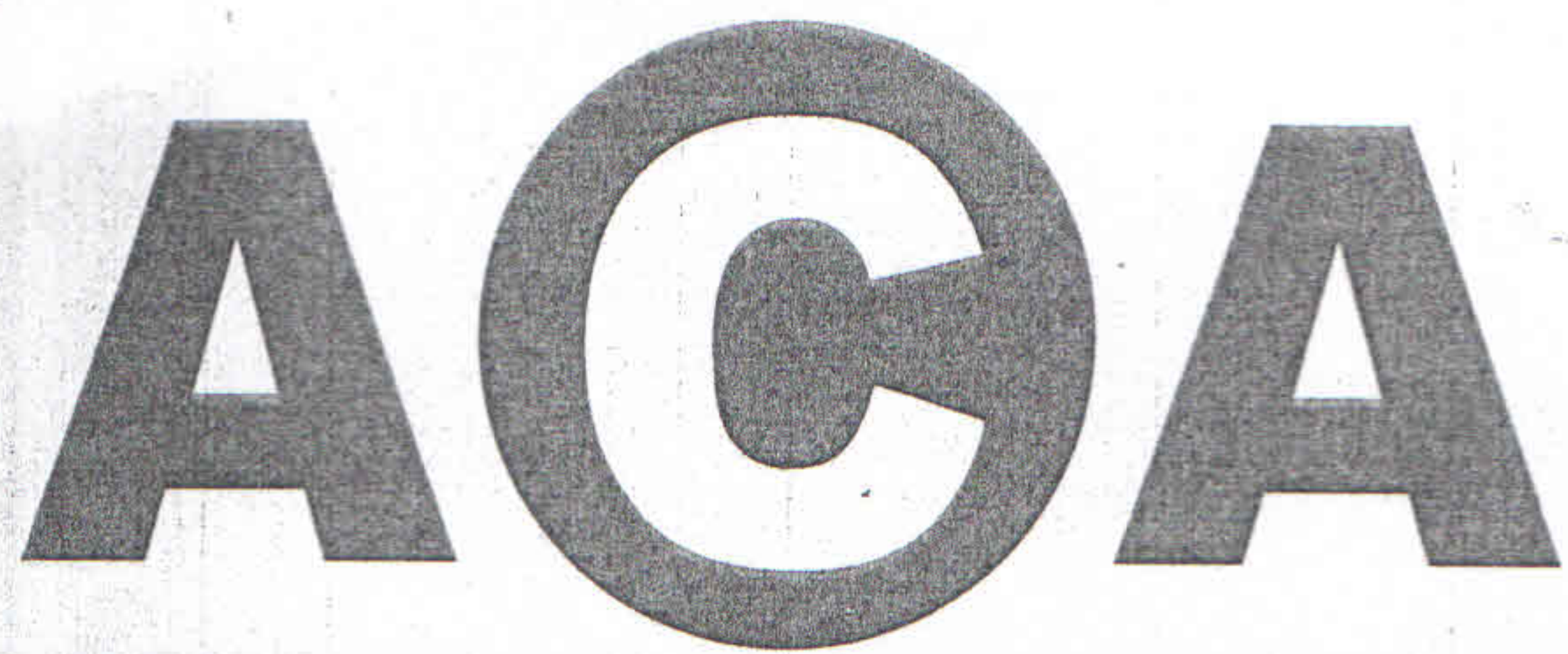
Amamos Ananás

Araguaia/Tocantins e da defesa do bioma do cerrado, estimulando o planejamento, a gestão, o uso de técnicas de mínimo impacto, o monitoramento e a educação ambiental, prestando auxílio e proteção aos interesses da comunidade.

§ 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**, poderá celebrar convênios, termos de cooperação técnica, termos de parceria, contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos de forma coletiva ou individual, com Organizações Governamentais ou Não-Governamentais, nacionais ou estrangeiras.

§ 2º - Para a consecução dos seus objetivos, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA** poderá elaborar projetos e executar ações que visem:

- I. Promoção do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social da segurança alimentar e nutricional, do combate à fome, à pobreza e à miséria;
- II. Promoção da assistência social;
- III. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- IV. Promoção dos direitos estabelecidos e a criação de novos direitos de interesse suplementar;
- V. Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- VI. Defesa do direito à moradia, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal e da lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade e da Nova Ordem Urbanística brasileira;
- VII. Desenvolver, apoiar e executar, em parceria com organismos governamentais (Federais, Estaduais e Municipais) ou não governamentais no âmbito do "Programa Habitação de Interesse Social", e/ou outros Programas, projetos e ações com vistas a viabilizar o acesso à moradia adequada, às famílias de baixa renda, tanto em localidades urbanas quanto rurais, incluindo as populações indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, dentre outros;
- VIII. Realizar estudos e pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias alternativas, como forma de possibilitar a locação de recursos para projetos



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*0001*G392YQD4-27434E-93* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15:36:10h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006115-WUN

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

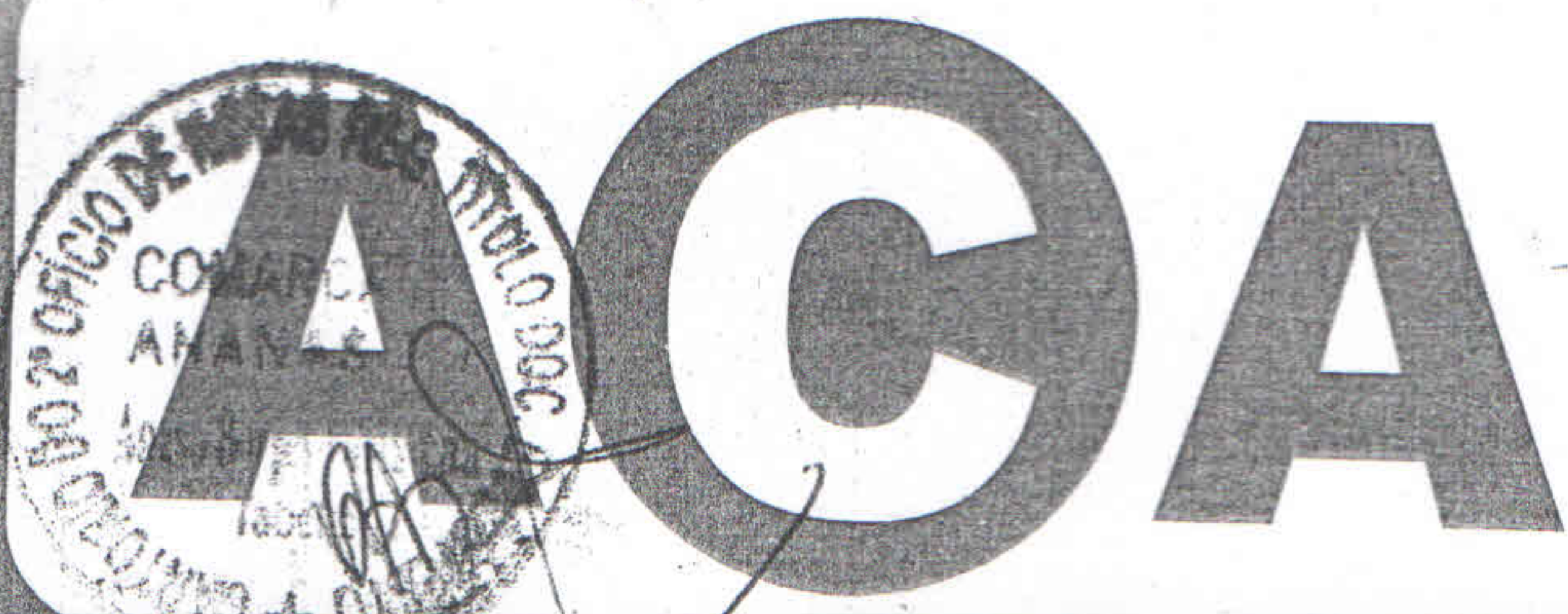
Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1259

fm@bol.com.br

mos Ananás

que visem equacionar os graves problemas sociais e a desestabilização dos ecossistemas;

- IX. Promover a cooperação e integração dos interessados na preservação das Bacias Hidrográficas Araguaia-Tocantins, e outras, com projetos de Gestão de Recursos Hídricos, Gestão de Solos e Agrotóxicos, Proteção e Gestão dos Ecossistemas (ictiofauna e da fauna), Saneamento Urbano e Rural (água, esgoto e resíduos sólidos), e apoio às atividades sustentáveis (pesca, ecoturismo e produtores em pequena escala);
- X. Manter intercâmbio nacional e internacional com organizações governamentais e não governamentais, multilaterais e organismos do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), com intuito de promover a melhoria da qualidade de vida das populações ribeirinhas ao longo das Bacias Araguaia-Tocantins e outras, além de divulgar e incentivar o aperfeiçoamento da legislação para uso e proteção das águas, apoiar pesquisas técnicas e científicas, visando a sua recuperação e preservação;
- XI. Apoiar ações que visam a recuperação da qualidade da água e do meio ambiente.
- XII. Contribuir para a boa gestão dos recursos hídricos, com o objetivo de minimizar ou evitar os conflitos decorrentes do mau uso dos corpos d'água.
- XIII. Fomentar e executar projetos que visem à preservação, manutenção e utilização racional dos recursos hídricos, de modo a garantir às gerações atuais e futuras o acesso ao uso da água em quantidade e qualidade compatíveis com os usos a ela destinados, enfatizando a água como bem de domínio público e um recurso natural finito.
- XIV. Fomentar, incentivar e promover estudos de cooperação com técnicos, especialistas, empresas, universidades estrangeiras, brasileiras e instituições que atuam em pesquisas científicas de tecnologia aplicáveis em ações de desenvolvimento social, que ofereçam novas opções para a melhoria da qualidade de vida;
- XV. Colaborar com o poder público na elaboração das políticas públicas e da legislação turístico-ambiental, auxiliando no seu aprimoramento;
- XVI. Promover a cultura defendendo a conservação do patrimônio histórico cultural e turístico regional e do Estado do Tocantins;



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994.
*001*G392YQA9-27434E-95* Ananás-TO 09 de setembro de 2016
5:36:10h

Edina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006114-ZD

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

lefm@bol.com.br

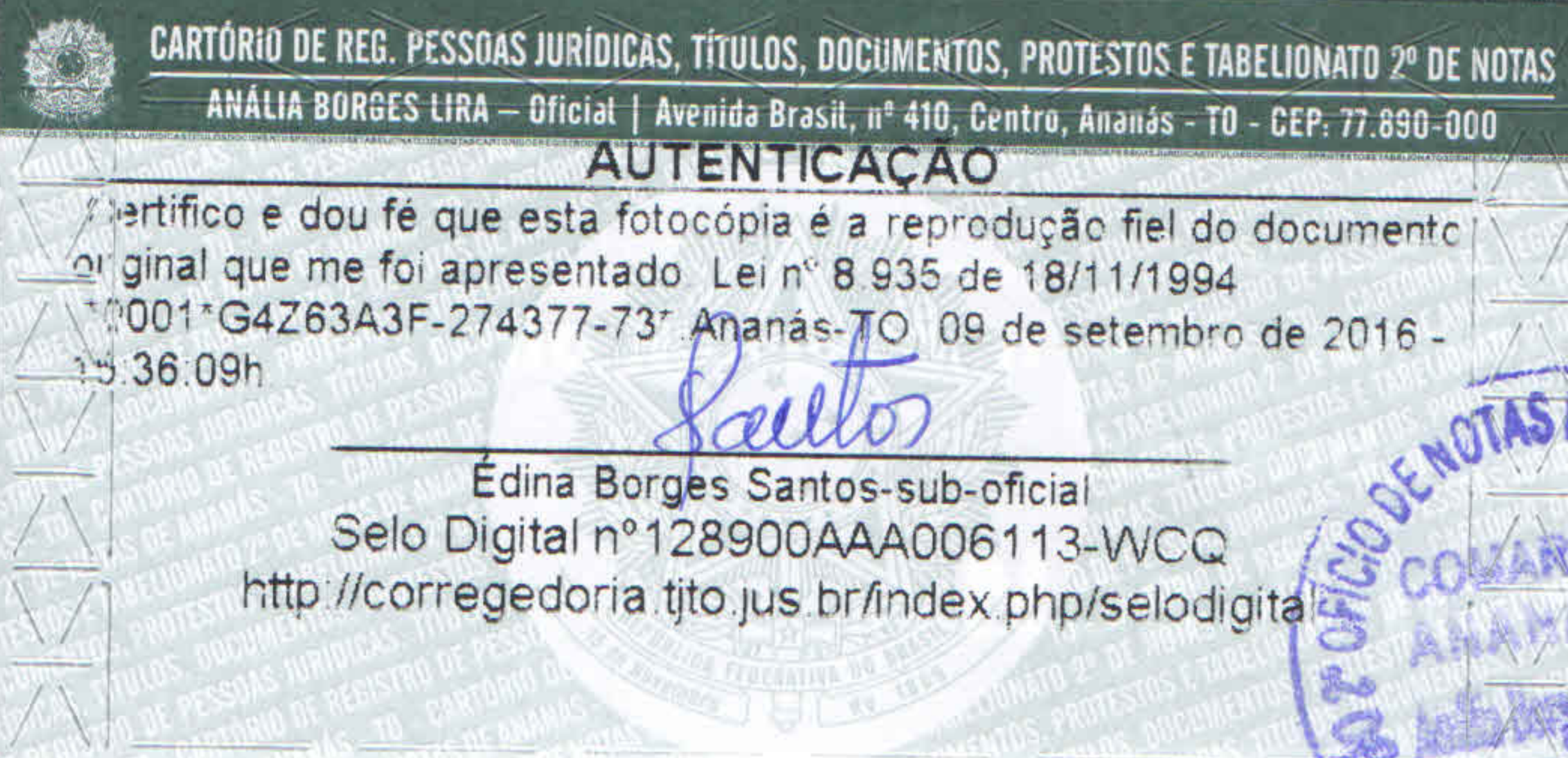
Amos Ananás

- XVII. Implantar e executar serviços de radiodifusão comunitária (sonora e/ou som e imagens);
- XVIII. Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do Direito de Comunicar;
- XIX. Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- XX. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- XXI. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- XXII. Promover a divulgação de programas educacionais (aulas, conferências, palestras e debates);
- XXIII. Incentivar a criação de parques ecológicos e temáticos, de incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo e promover campanhas educativas de preservação ambiental junto à comunidade e estabelecimentos de ensino nos municípios;
- XXIV. Desenvolver e participar de toda e qualquer atividade que, ligada as finalidades da instituição, represente uma real contribuição para o desenvolvimento da vida em sua concepção mais abrangente, principalmente no que diz respeito à valorização e à integração social dos indivíduos excluídos socialmente, em especial a comunidade negra, as mulheres, os idosos, os povos indígenas e o desenvolvimento social e intelectual da criança e do adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- XXV. Elaborar pesquisa científica e estudos sócio-econômicos, promover seminários, palestras e outras atividades que contribuam para o desenvolvimento do cidadão;
- XXVI. Promover ações que visem à geração de trabalho e renda visando beneficiar pessoas carentes, de baixa renda, pequenos empreendedores e trabalhadores em geral;

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

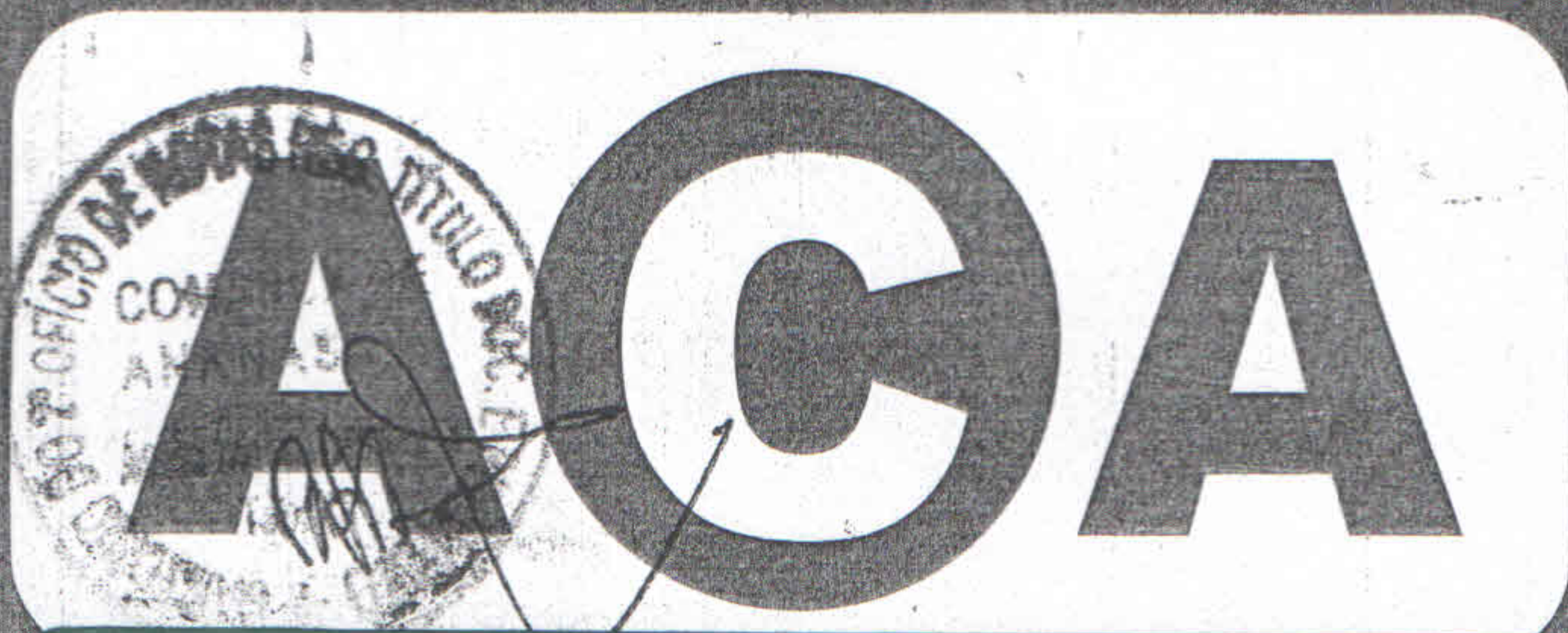


ANANÁS-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

an@bol.com.br

nos Ananás

- XXVII. Fomentar a qualificação e a capacitação dos profissionais de turismo, da micro-indústria de fruticultura, micro-indústria de extração de óleos naturais, micro-indústria de ervas medicinais e a micro-indústria de artesanato;
- XXVIII. Estimular a parceria, o associativismo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando de ações que visem interesses comuns;
- XXIX. Valorizar o artesanato rústico, como uma das alternativas para o desenvolvimento econômico-sustentável das regiões com potencial turístico, de forma participativa.
- XXX. Orientar, promover, realizar programas e elaborar projetos do interesse da iniciativa privada e governamental em nível de tecnologia de informações, organização de sistemas sociais e métodos de planejamento estratégico, reengenharia e desenvolvimento organizacional e intercâmbio de cooperação com organismos de desenvolvimento urbano e do meio natural e social, nacionais e ou internacionais, públicos e ou privados;
- XXXI. Elaboração de projetos que visem à captação de recursos materiais e financeiros junto aos organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de ações e projetos que levem ao desenvolvimento sustentável regional e local;
- XXXII. Promover a qualificação profissional e recuperação social da população carcerária, de portadores de deficiência física, dependentes químicos, jovens em situação de risco social e comunidades organizadas em condições de exclusão social, trabalhadores em geral, desempregados e demais excluídos do mercado formal de trabalho;
- XXXIII. A promoção de estudos, pesquisas, acompanhamento e divulgação das causas dos problemas ambientais e as possíveis soluções, visando o desenvolvimento econômico e social sustentável;
- XXXIV. Participar de licitações e concorrências públicas, firmar e cumprir convênios e contratos de trabalho com organismos governamentais e Não-Governamentais;
- XXXV. Propugnar e agir em defesa do desenvolvimento sustentável, de conservação e preservação do meio ambiente e do patrimônio genético, cultural e buscar o intercâmbio e colaboração com outras instituições



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994.
*0001*G4Z5EYS0-274377-91* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:09h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006112-BVN

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

Amamos Ananás

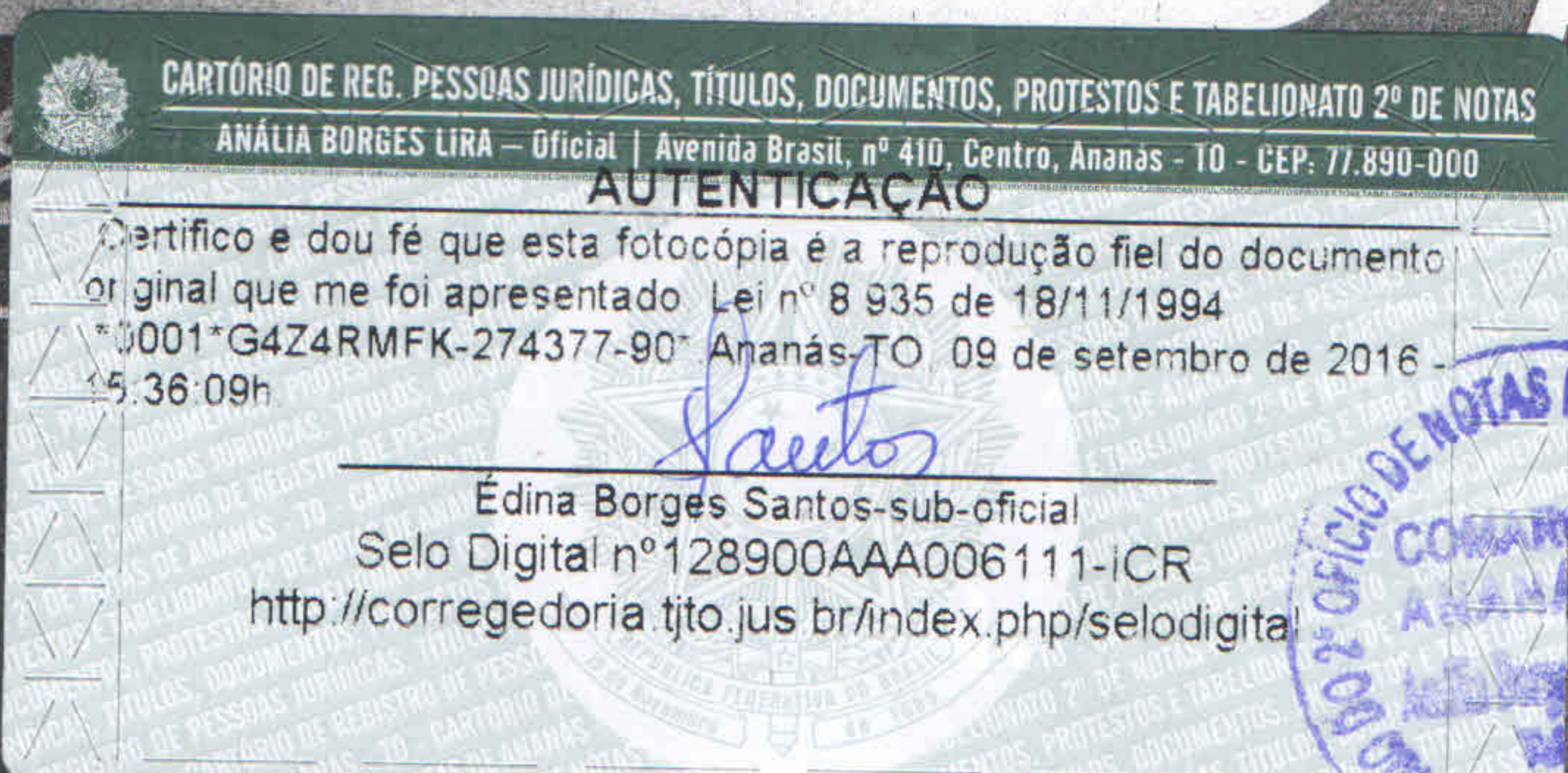
públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que tenham o mesmo propósito;

- XXXVI. Promover o desenvolvimento de tecnologias alternativas, produzindo e divulgando conhecimentos técnicos e científicos sobre a geração de emprego e renda na extração de ervas naturais e medicinais, extração de polpa de frutas e óleos essenciais naturais, sem depredar o meio ambiente,
- XXXVII. cultivando e multiplicando suas genéticas visando à preservação do ecossistema;
- XXXVIII. Promover exposições técnicas e culturais e dar apoio e incentivo a produções culturais, artísticas, mediante a produções de discos, vídeos, filmes, fotografia documental, videofonográfica, cinematográfica, livros, preparação e realização de encontros, seminários congressos e exposições;
- XXXIX. Promover formas alternativas não poluentes de transporte;
- XL. Favorecer a biodiversidade do cerrado incentivando de todos os modos a sua preservação;
- XLI. Organizar, desenvolver e administrar estudos e pesquisas, para a reciclagem e transformação dos resíduos sólidos, gerando emprego, renda e protegendo o meio ambiente.
- XLII. Promover a produção e a distribuição de mudas frutíferas e nativas. Leia-se Fortalecimento dos sistemas produtivos da agricultura familiar visando a potencialização de recursos e vocações econômicas acessam a tecnologias apropriadas de produção, beneficiamento, transformação e diversificação da produção, agregando valor e renda. Fomento à produção agropecuária familiar com apoio de máquinas, tratores e implementos agrícolas e/ ou insumos agropecuários e apoio na organização de roças comunitárias rurais, agricultura urbana e periurbana; Promoção e apoio a feiras de comercialização e exposições dos produtos da agricultura familiar. Apoio a difusão de informações inovadoras e tecnológicas, buscando dar ênfase na conservação de recursos genéticos naturais (sementes criolas), e na valorização do saber do homem do campo. Articulação de ações para disponibilização das patrulhas mecanizadas, com tratores e implementos agrícolas, caminhões para o transporte e distribuição de insumos e calcário: apoio para análise físico-química dos solos; e promovendo uma estratégia de

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

fundada em 30/04/1989



TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

@bol.com.br

os Ananás

acompanhamento e monitoramento no Estado e outras iniciativas que se articulem com fomento a produção, correção da acidez e melhoria da fertilidade dos solos e o fortalecimento da agricultura familiar. Apoio aos projetos produtivos na área de produção animal da Agricultura Familiar, auxiliando na elaboração e acompanhamento dos projetos produtivos da área animal na linha de financiamento SIC, sub-investimento de aplicação comunitária. Para a realização das atividades acima citadas será realizada a execução orçamentária, viabilizando a participação de técnicos e famílias de agricultores, em eventos, como conferências, workshops, seminários e encontros, visitas técnicas, intercâmbios, palestras, reuniões, dias de campo, e outras atividades em geral que permitam a busca do conhecimento e a estruturação da unidade produtiva, através da aquisição de matérias de consumo diversos, diárias, passagem aéreas, combustível, insumos agropecuários, equipamentos de informática, moveis, equipamentos e materiais permanentes, veículos, máquinas e equipamentos agrícolas, e outras atividades inerentes a implementação das ações demandadas para fortalecimento e dinamização da Agricultura Familiar no Estado do Tocantins.

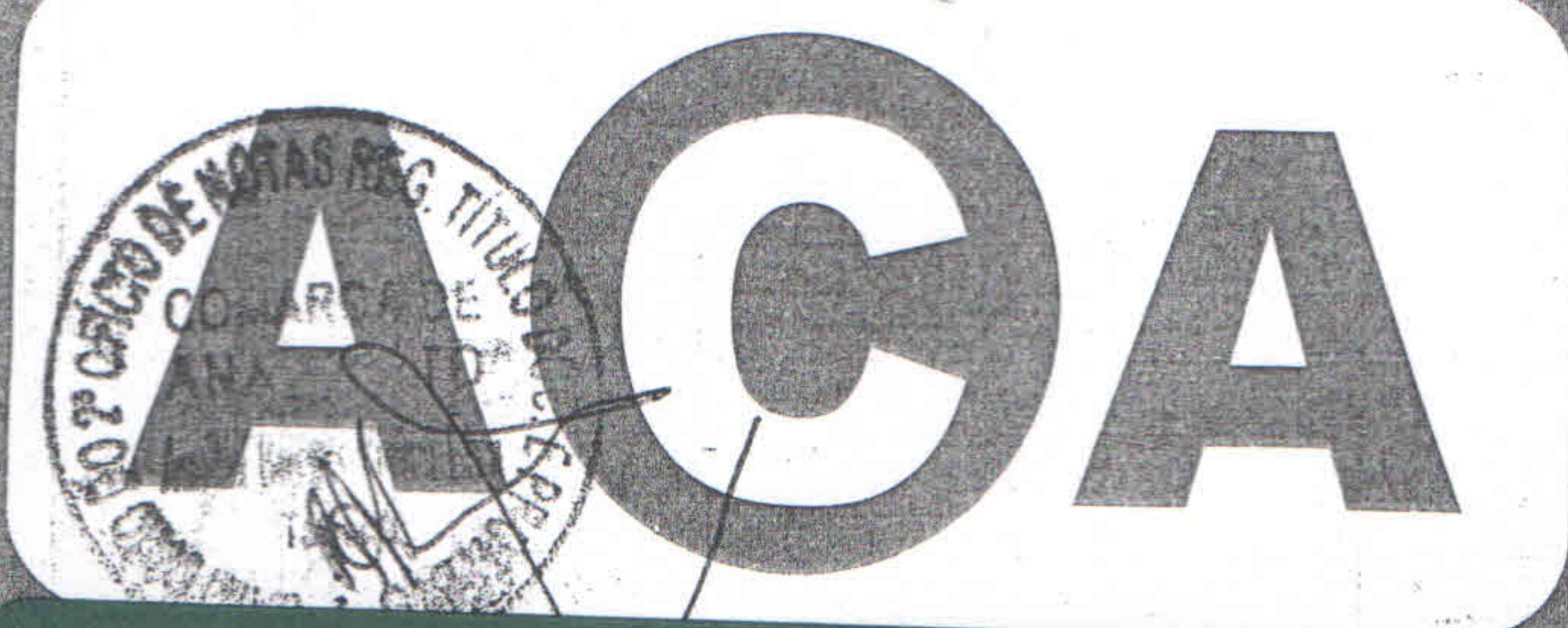
§ 3º - No caso de não dispor em seus quadros sociais de pessoas tecnicamente habilitadas e disponíveis para a realização dos trabalhos contratados, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA poderá utilizar-se da mão-de-obra de terceiros.

Capítulo III Dos Membros Seção I

Da Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão.

Art. 3.º Poderão ingressar nos quadros sociais da Instituição, todos aqueles que concordem com as disposições deste Estatuto e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da entidade.

ART. 4º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA possui as seguintes categorias de associados:



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*001*G392YPYU-274372-94* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15.36.08h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006110-ZYY

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

deim@bol.com.br

amos Ananás

- I. **SÓCIO FUNDADOR** - aquele que tenha assinado a ATA de fundação Da Instituição;
- II. **SÓCIO EFETIVO** - qualquer pessoa física ou jurídica que solicitar sua inscrição e tenha o seu pleito aprovado pela Assembléia Geral.
- III. **SÓCIO COLABORADOR** - Pessoas físicas ou jurídicas que contribuem com a entidade por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, para o desenvolvimento das atividades fins da instituição;
- IV. **HONORÁRIOS:** Pessoas que por seus feitos, ações e conquistas no âmbito dos objetivos da Entidade, possam ser homenageadas e convidadas a ingressarem no quadro social, passando a ter os direitos e obrigações inerentes a todos os demais membros, exceto o de votar e ser votado, conforme determina este estatuto social;

§ 1º- Para ser admitido, o candidato preencherá proposta de admissão fornecida pelo associação, assinando-a em companhia de dois membros proponentes, abonadores do seu ingresso;

§ 2º- Verificadas as declarações constantes da proposta e aceita esta pela Diretoria Executiva, o presidente da Instituição, juntamente com o candidato assinarão o livro/ficha de matrícula.

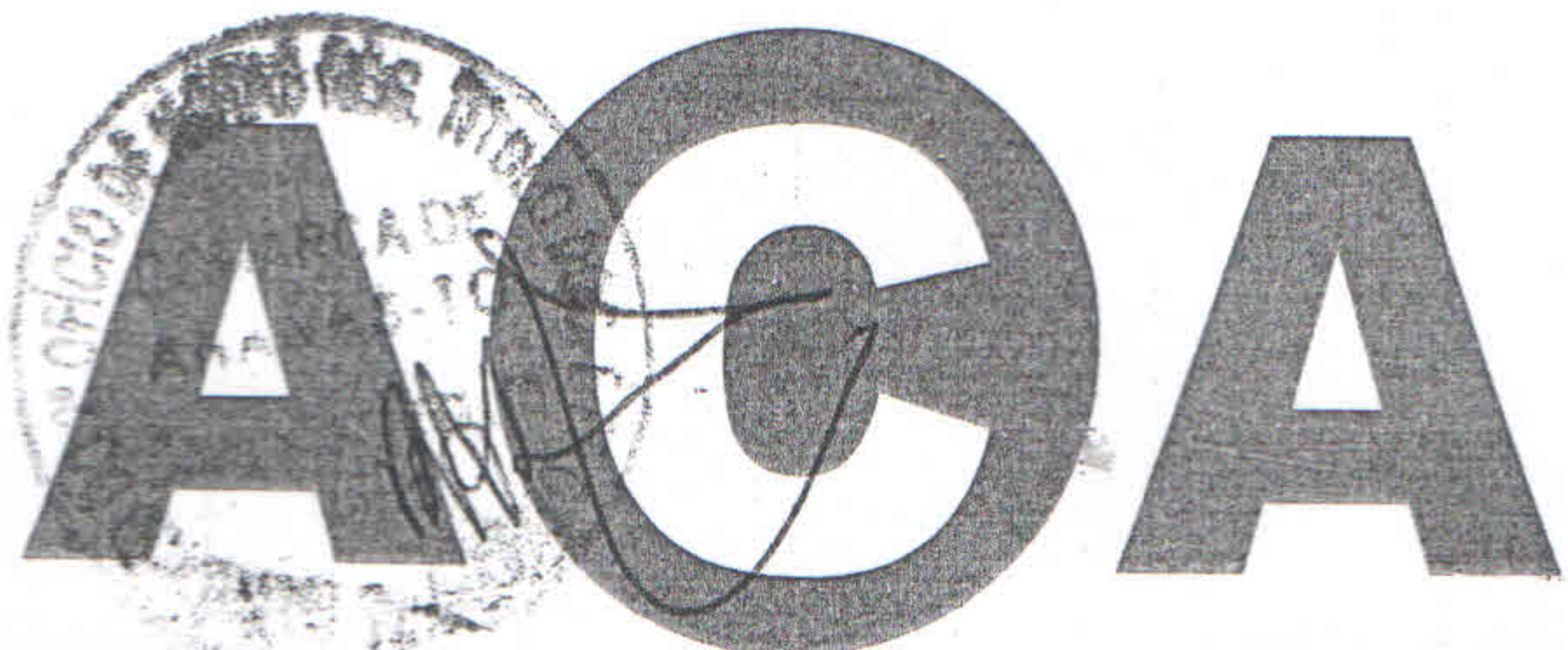
Art. 5º - Cumprindo o que atende o artigo anterior, o membro adquire todos os direitos e assume todas as obrigações decorrentes da Lei, deste estatuto e das deliberações tomadas pela Instituição.

Parágrafo único - Fica impedido de votar e ser votado, o membro que:

- a) Tenha sido admitida depois de convocada a Assembléia Geral;
- b) Seja ou tenha se tornado empregado da Instituição, até à Assembléia Geral que aprovou as contas do ano social em que se deu o seu desligamento;

Art. 6º - São direitos dos sócios fundadores e efetivos:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo eletivo, após um ano de filiação.
- b) Ter acesso às atividades e dependências da Instituição;



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*001*G392YPVZ-274372-87* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:08h.

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006109-MFR

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

Amos Ananás

conhecimento da Diretoria Executiva em sua primeira reunião, averbado no livro/ficha de matrícula, mediante termo assinado pelo presidente.

Parágrafo Único - Além dos motivos de direito, a Diretoria Executiva poderá eliminar o membro que:

- Venha exercer qualquer atividade considerada prejudicial à instituição, ou que colida com os seus objetivos;
- Deixe de exercer na área de ação da Instituição, atividades que lhe são facultadas;
- Deixe reiteradamente de cumprir disposição legal, estatutária ou regimental, bem como as deliberações tomadas pelos órgãos da Instituição.

Art. 9º - A eliminação será decidida pela Diretoria Executiva somente depois de 02 (duas) notificações ao membro atingido, e o que a ocasionou deverá constar do termo lavrado no livro-ficha de matrícula e assinado pelo presidente.

§ 1º - O atingido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento da notificação, interpor recurso suspensivo para a primeira Assembléia Geral.

§ 2º - A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 10 - A exclusão do membro ocorrerá por dissolução da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

Art. 11 - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações da Instituição. Salvo aquelas aprovadas em Assembléia Geral e na forma em que o forem

Capítulo IV Da Organização Administrativa



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*001*G4Z2RNGA-27436D-95* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 9:36:07h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006108-DQS

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

S-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

m@bol.com.br

nos Ananás

Art.12 - São órgãos de administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA:

- I. Assembléia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Conselho Comunitário;

Seção I Da Assembléia Geral

Art. 13 - A Assembléia Geral dos membros, que poderá ser ordinária ou extraordinária é o órgão supremo da instituição, e se constituirá dos sócios em pleno gozo dos seus direitos estatutários, tendo poderes dentro dos limites legais e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse para a Entidade, e suas deliberações vinculam e obrigam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 14 - A Assembléia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente, sendo por ele presidida.

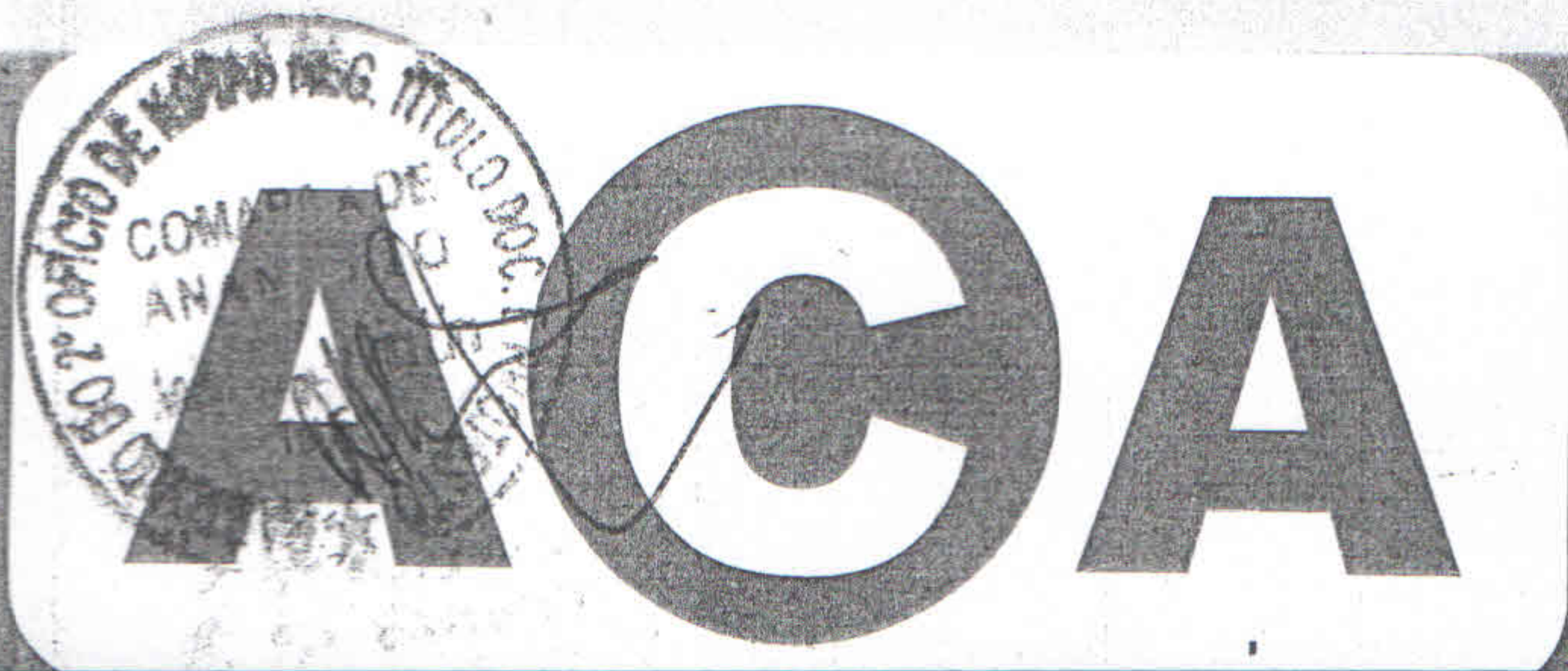
§ 1º - Vinte por cento dos membros em condição de votar podem requerer ao presidente a sua convocação e, em caso de recusa, convocá-la eles próprios.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá convocá-la, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 15 - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as assembleias gerais serão convocadas com uma antecipação mínima de 10 (dez) dias para a primeira convocação, meia hora após para a segunda e última convocação.

Parágrafo Único - As duas convocações poderão ser feitas em um único Edital, desde que dele constem, expressamente os prazos para cada uma.

Art. 16 - Os editais de convocação das Assembleias Gerais deverão conter:



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*001*G4Z23C4V-27436D-85* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:07h.

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006107-GRC

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

defm@bol.com.br

amos Ananás

- A denominação da Associação, seguida apela expressão "Convocação de Assembléia Geral" ordinária ou extraordinária;
- Dia, hora, assim como o local desta realização, o qual, salvo motivo justificado deve ser sempre o da sua sede social;
- A seqüência numérica da convocação;
- A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- Número de membros existentes, na data da sua expedição, para efeito do cálculo do quorum de instalação;

§ 1º - No caso da convocação ser feita por membros, o edital será assinado no mínimo pelos cinco primeiros signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - Os editais de convocação serão fixados em locais visíveis nas principais dependências associação, publicado através de jornal de circulação local, e/ou comunicado por circulares aos membros.

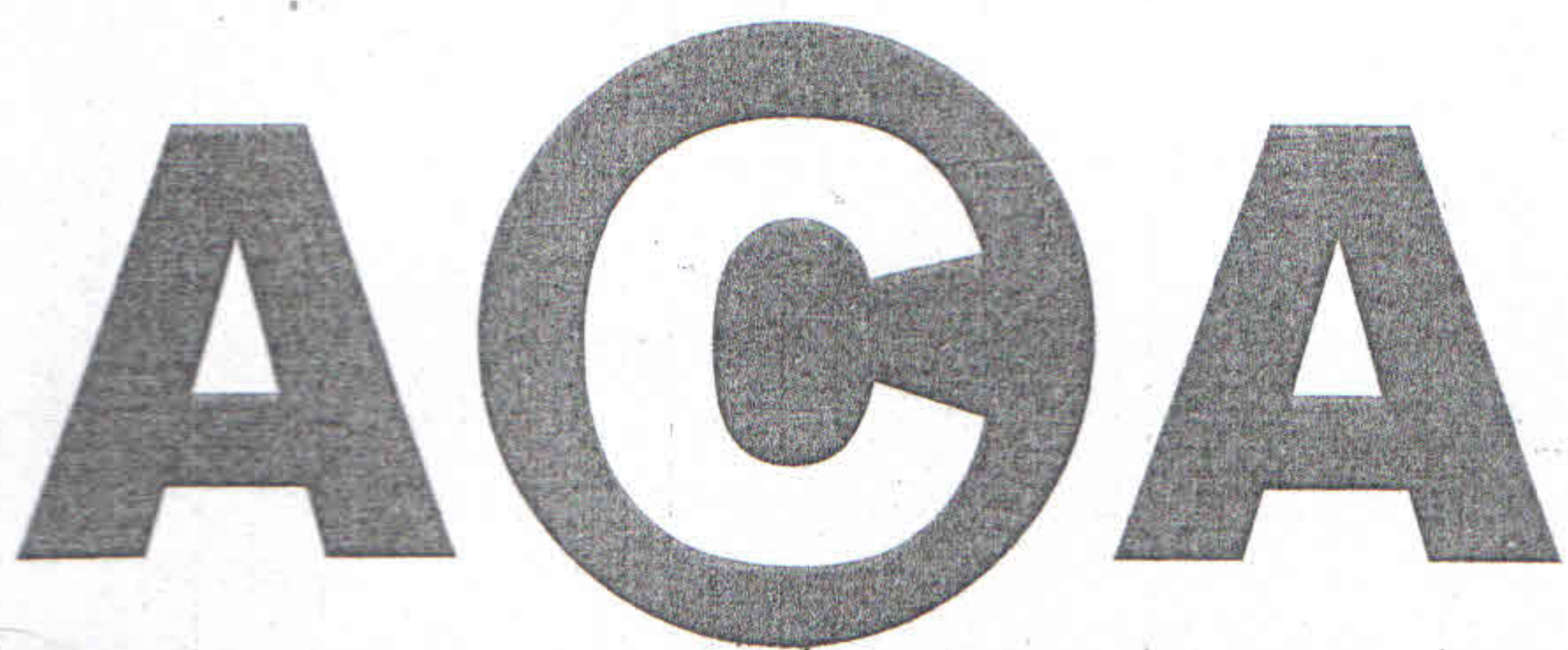
Art. 17 - O quorum mínimo para instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

- Metade mais um dos membros em condição de votar na primeira convocação;
- Qualquer número de membros para a terceira e última convocação;

Parágrafo Único - O número de membros presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas dos mesmos, constantes do livro de presença.

Art. 18 - Os trabalhos das Assembléias Gerais não convocadas pelo presidente, serão dirigidos por membros escolhidos na ocasião;

Art. 19 - Nas Assembléias em que forem discutidos balanços e contas, o Presidente da Instituição, logo após a leitura do relatório da Diretoria Executiva, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um membro para dirigir os debates e a votação da matéria.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
"0001" G392YPME-274368-98" Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 -
15:36:06h.

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006106-ZGQ

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

mos Ananás

Parágrafo Único – Transmitida a direção dos trabalhos, o presidente e os demais membros deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da assembleia, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Art. 20 - As deliberações das Assembleias gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que nele tiver direta e imediata relação.

§ 1º - Habitualmente a votação será a descoberto, mas a assembleia poderá optar pelo voto secreto, atendendo então às normas usuais.

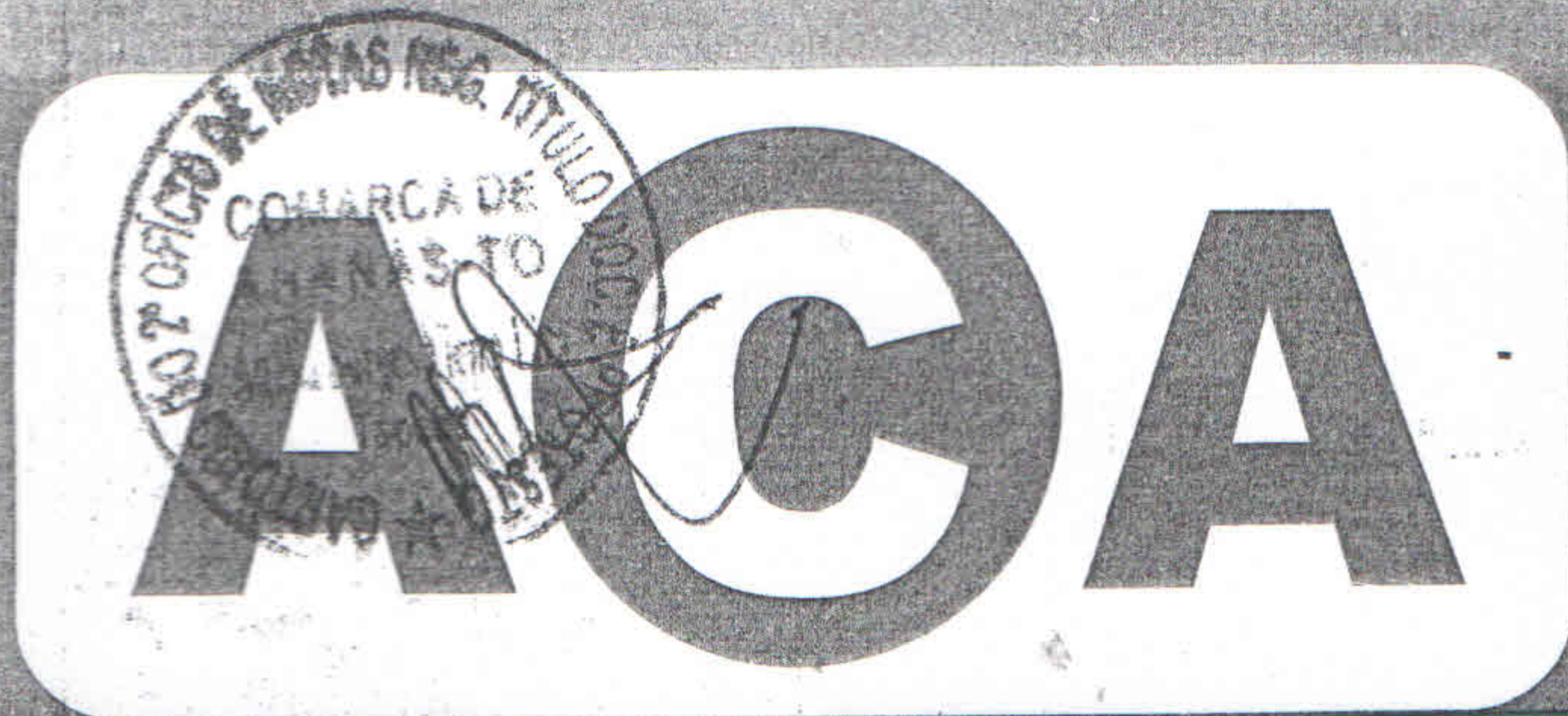
§ 2º - O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar na ata circunstanciada lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos, pelos diretores, e Fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) membros indicado pelo plenário e por todos aqueles que o queiram fazer;

§ 3º - As decisões das Assembleias Gerais são tomadas pelo voto pessoal dos presentes, tendo cada membro direito a um só voto, vedada a representação.

Art. 21 - A Assembleia Geral Ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, após o encerramento do ano social, cabendo-lhe especificamente:

- Deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal;
- Eleição dos componentes dos cargos sociais;
- Deliberar sobre os planos de trabalho e orçamento apresentados pela Diretoria Executiva;

Parágrafo Único – As deliberações da Assembleia Geral Ordinária são tomadas pela maioria simples de votos, observado o que dispõe o Art. 20 deste Estatuto em seu parágrafo 3º.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

amos Ananás

Art. 22 - A aprovação do balanço, das contas e do relatório da Diretoria Executiva desonera os seus integrantes, da responsabilidade para com entidade salvo em caso de dolo, erro ou fraude.

Art. 23 - A Assembléia Geral Extraordinária reúne-se sempre que necessário, com poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Instituição, desde que constem do edital de convocação, sendo de sua competência exclusiva, deliberar sobre:

- Reforma do Estatuto;
- Destituição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário;
- Fusão, incorporação ou desmembramento;
- Autorização de alienação de bens moveis e imóveis;
- Autorização para contratação de empréstimos dividas e/ou obrigações;
- Autorização para doação em garantias, de bens da entidade;
- Mudanças de objetivos;
- Dissolução voluntária da Entidade e nomeação de liquidante;
- Aprovação das contas do liquidante;

§ 1º - São necessários, atendidos o que dispõe o Art. 20, parágrafo 3º deste Estatuto, os votos de 2/3 (dois terços) dos membros presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata o item "g" deste artigo.

Seção II

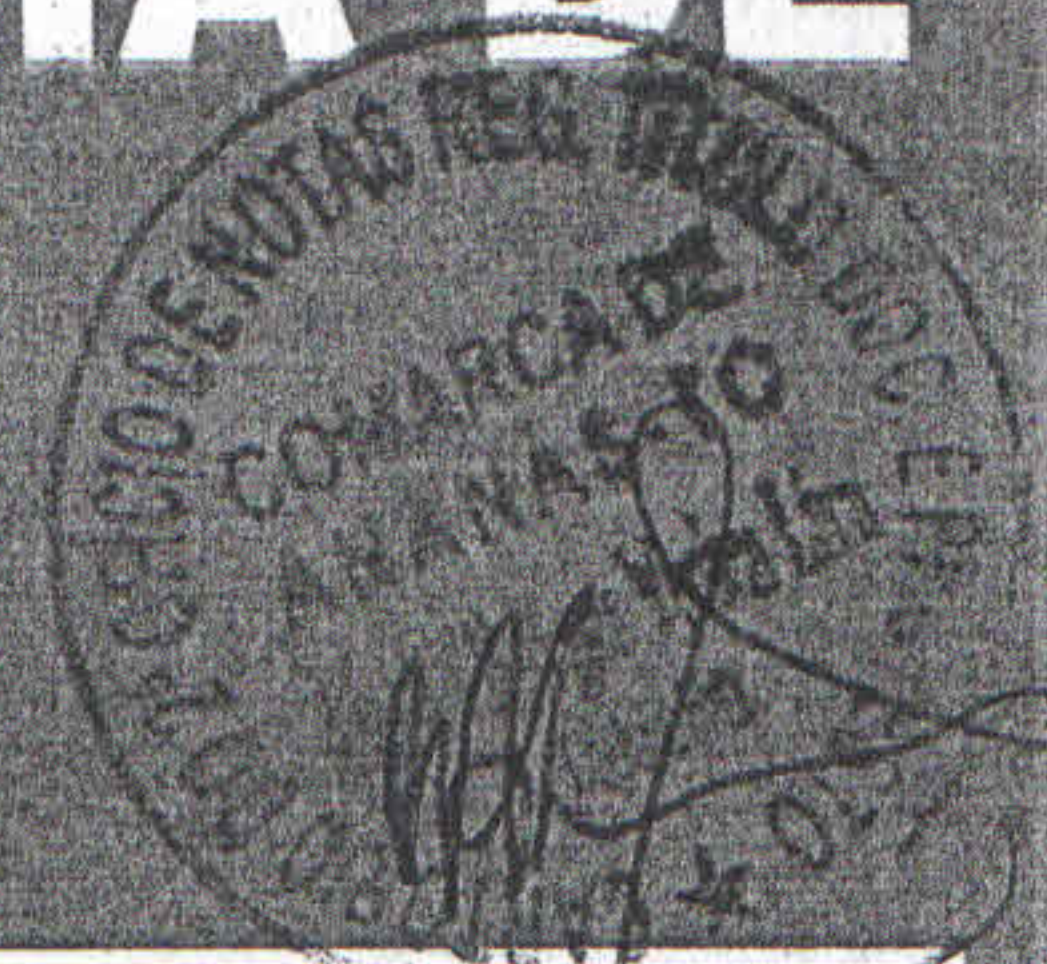
Da Administração e Fiscalização

Art. 24. A administração e fiscalização da Instituição serão exercidas, respectivamente, por uma Diretoria Executiva, por um Conselho Fiscal e por um Conselho Comunitário.

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994

0001*G392YQA9-274368-90* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 13:36:06h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006104-ZOW

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

s-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

fm@bol.com.br

mos Ananás

Art. 25. A diretoria Executiva será constituída por:

- I. Presidente;
- II. Vice Presidente;
- III. 1º Secretário;
- IV. 2º Secretário;
- V. 1º Tesoureiro;
- VI. 2º Tesoureiro;

§ 1º - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um mandato de 04 (quatro anos), permitida a reeleição.

§ 2º - A Diretoria Executiva rege-se pelas seguintes normas:

- a) Reúne-se ordinariamente uma vez a cada 06 meses e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, da maioria dos seus membros, ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) Deliberar validamente com a presença da maioria simples dos seus membros, proibida a representação, sendo as deliberações tomadas pela maioria simples de voto dos presentes, reservado ao presidente, o exercício do voto nominal e de qualidade.
- c) As deliberações serão consignadas em ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos pelos membros presentes;

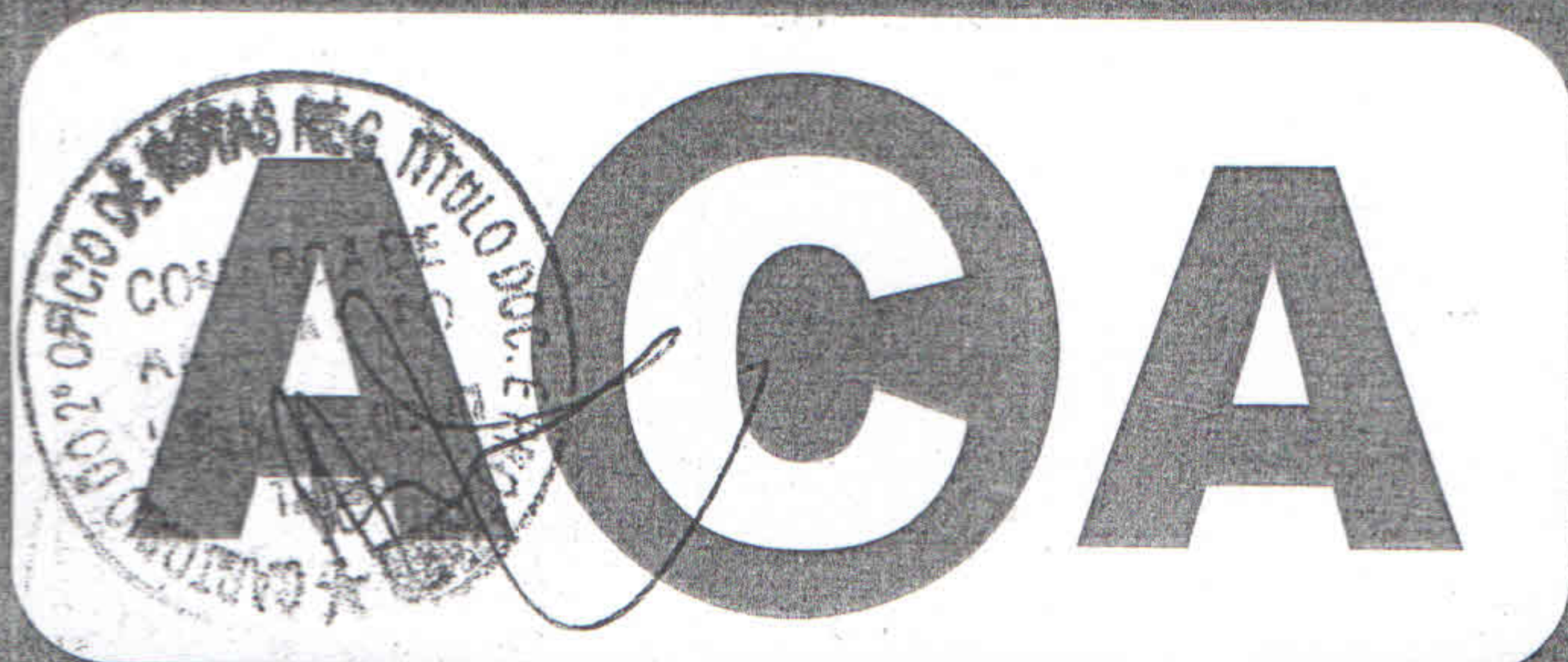
Art. 26 - Perderá automaticamente o cargo, o membro da Diretoria Executiva que faltar sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutiva ou 06(seis) alternadas durante o ano;

Art. 27 - No desempenho das suas funções, e dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, cabem a Diretoria Executiva as seguintes atribuições:

- a) Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades e fixando quantidades, valores, prazos, taxas de encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994.
*0001*G570iVBE-274363-84* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15:36:05h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006103-CRP

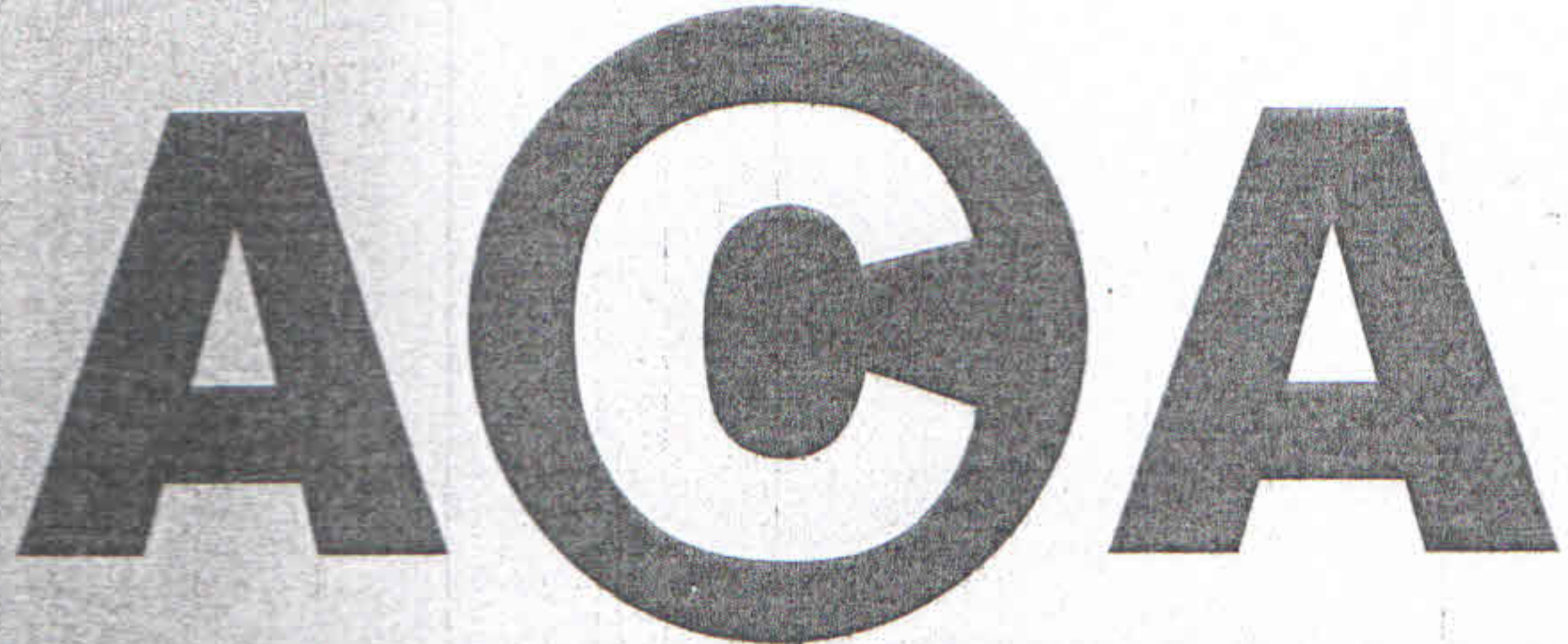
<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

iefm@bol.com.br

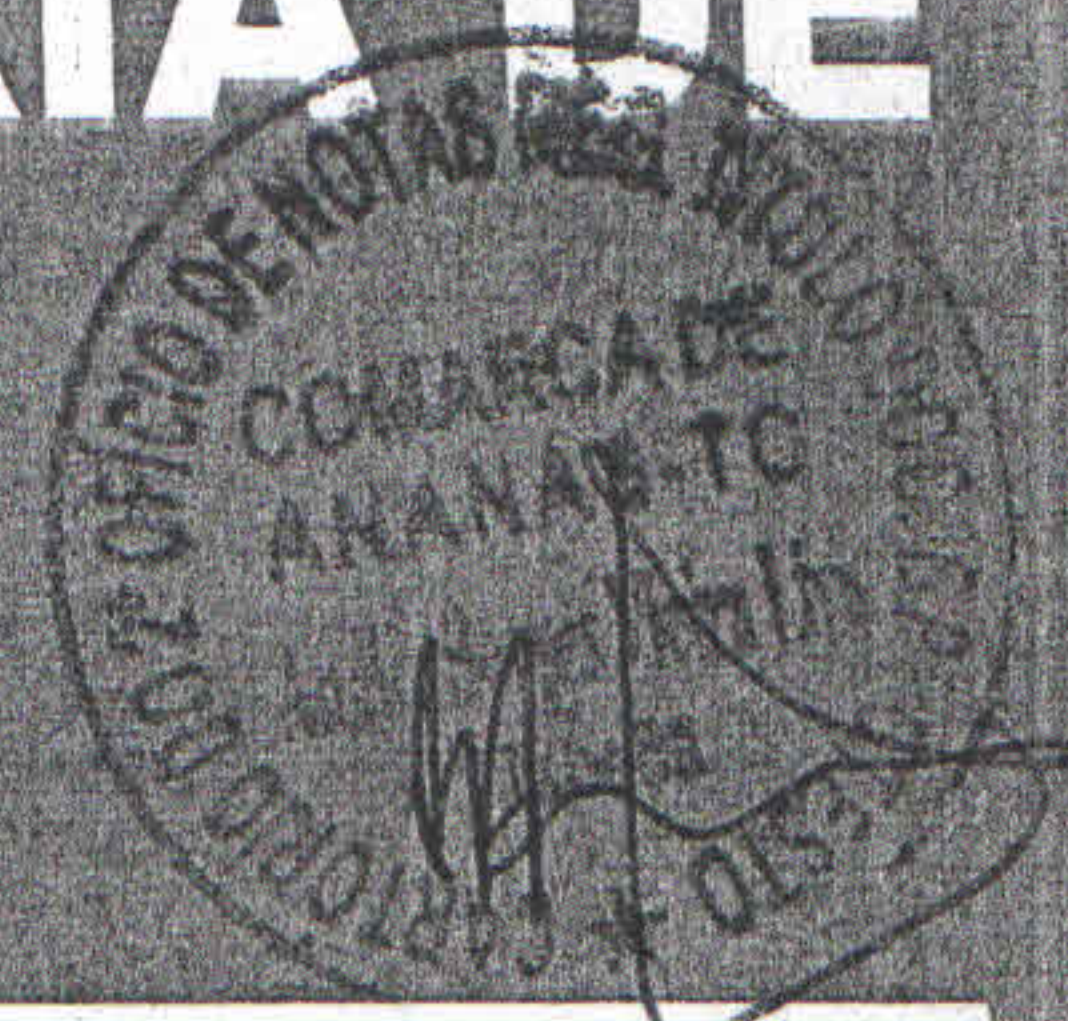
amos Ananás

- b) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) Estabelecer as normas para funcionamento da Entidade;
- d) Estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra as disposições da Lei, deste Estatuto, ou das regras de relacionamento com a Entidade, que venham a ser estabelecidas;
- e) Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de membros e suas implicações;
- f) Deliberar sobre a convocação das Assembléias Gerais e estabelecer a sua ordem do dia;
- g) Estabelecer a estrutura operacional da administração executiva das atividades, criando cargos a atribuindo funções, reservando a si a contratação de servidores graduados, e fixando normas para a admissão e demissão dos demais empregados;
- h) Fixar normas disciplinares internas;
- i) Indicar o banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósito de numerário, e fixar o limite máximo que poderá ser mantido no caixa da Instituição;
- j) Adquirir, alienar ou onerar bens móveis, imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- k) Contrair empréstimos, dívidas e/ou obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da assembleia geral;
- l) Ceder direitos e constituir mandatários;
- m) Oferecer bens, moveis e imóveis em garantia as obrigações assumidas pela associação com a expressa autorização da assembleia geral;
- n) Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias;
- o) Apresentar ao conselho fiscal o relatório e as contas de sua gestão;
- p) Nomear dentre os membros, os responsáveis pelos departamentos que forem criados;
- q) Regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da instituição.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*0001*G570GIP9-274363-68* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:05h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006102-HJN

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

ás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

etm@bol.com.br

mos Ananás

Parágrafo Único – A Diretoria Executiva poderá contratar, sempre que julgar conveniente, assessoramento técnico para auxiliá-la no esclarecimento dos assuntos a decidir.

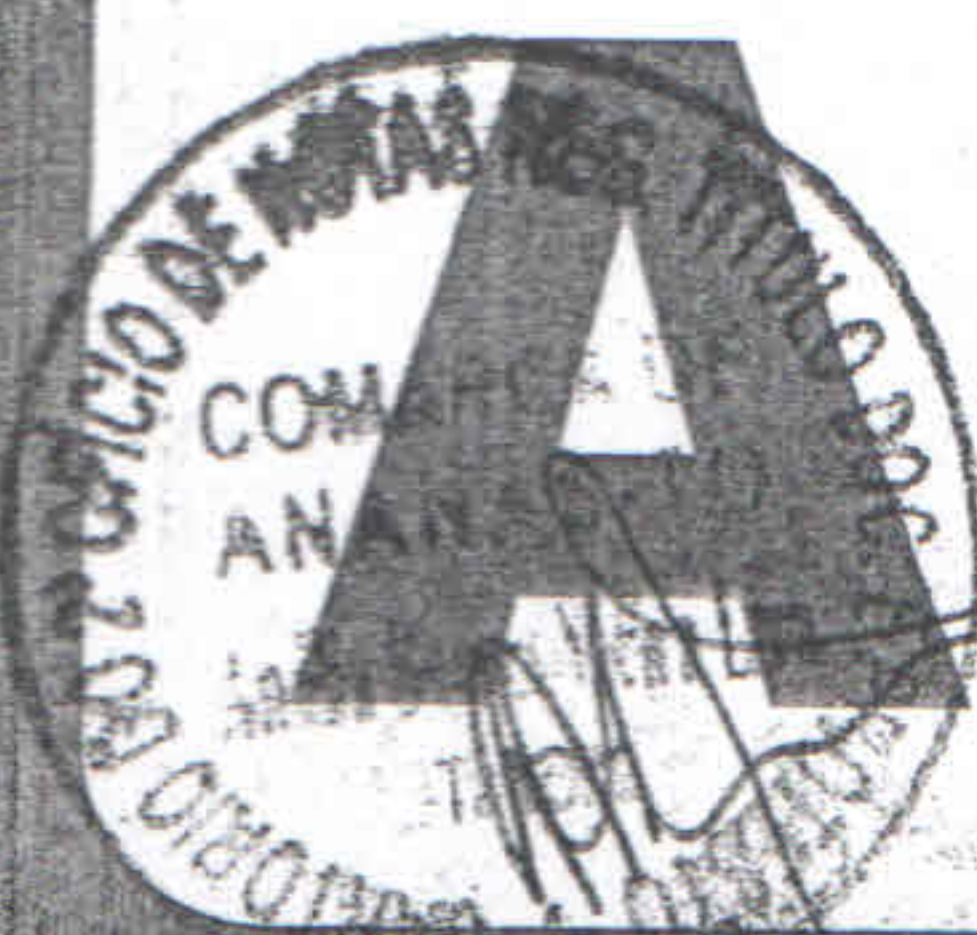
Art. 28 - Ao Presidente cabe dentre outras, as seguintes atribuições:

- Supervisionar as atividades da Instituição, estabelecendo contato com os profissionais e servidores a serviço da mesma;
- Assinar conjuntamente com o 1º Tesoureiro, e na ausência deste, com o 1º secretário os cheques e documentos de operações bancárias;
- Assinar conjuntamente com o 1º Tesoureiro, e na ausência deste, com o 1º secretário, contratos e demais documentos constitutivos de obrigação;
- Convocar e presidir as Reuniões da Diretoria Executiva, bem como as Assembléias Gerais dos membros;
- Apresentar à Assembléia Geral Ordinária, o relatório de gestão, as peças contábeis e o plano de atividades;
- Representar a instituição judicial ou extrajudicialmente, em juízo e fora dele;
- Adquirir, alienar, onerar em nome da instituição, bens moveis, e imóveis, veículos, semoventes da sociedade, com a expressa autorização da diretoria executiva;
- Contrair em nome da entidade empréstimos dividas e obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens, com a expressa autorização da diretoria executiva;
- Ceder e constituir mandatários em nome da instituição;
- Oferecer em garantia as obrigações assumida em nome da instituição, bens, moveis e imóveis, com a expressa autorização do diretoria executiva
- Montar equipe de trabalho de acordo com o nível técnico necessário à execução dos projetos contratados.

Art. 29 - Compete ao Vice-Presidente:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994

*0001*G392YQ1P-27435E-85* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15:36:04h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006101-NFK

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

lefm@bol.com.br

amos Ananás

- a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância;
- c) Desempenhar funções especiais que lhe sejam confiadas pelo Presidente.

Art. 30 – Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral, elaborando atas, registro de presença e notas de reunião;
- c) Supervisionar e manter em dia o expediente;
- d) Orientar e manter em ordem o arquivo de documentos, bem como a relação atualizada do quadro de associados;
- e) Controlar e manter em ordem o patrimônio mobiliário;
- f) Gerenciar toda a estrutura administrativa;
- g) Receber, à época das eleições, as inscrições de candidatos à Diretoria Executiva da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;
- h) Apresentar relatório periódico dos associados inadimplentes;
- i) Publicar todas as notícias da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;

Art. 31 – Compete ao Segundo Secretário:

- a) Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário;

Art. 32 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- a) Assinar, conjuntamente com o Presidente cheques e documentos bancários;
- b) Efetuar exclusivamente através de cheques o pagamento das obrigações assumidas em nome da Instituição e autorizadas pelo presidente;

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA — Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*0001*G392YPYU-27435E-10* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:04h.

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006100-YZU

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

s-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

in@bol.com.br

mos Ananás

- c) Coordenar e supervisionar diretamente as atividades de contabilidade e controladoria;
- d) Coordenar e supervisionar o orçamento geral e o fluxo de caixa;
- e) Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da Instituição;
- f) Proceder ou determinar a alguém que proceda à escrituração do livro caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade.
- g) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA**;
- h) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- i) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- j) Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- k) Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- l) Desempenhar as funções especiais que lhe sejam atribuídas pelo Presidente;

Art. 33— Compete ao Segundo Tesoureiro:

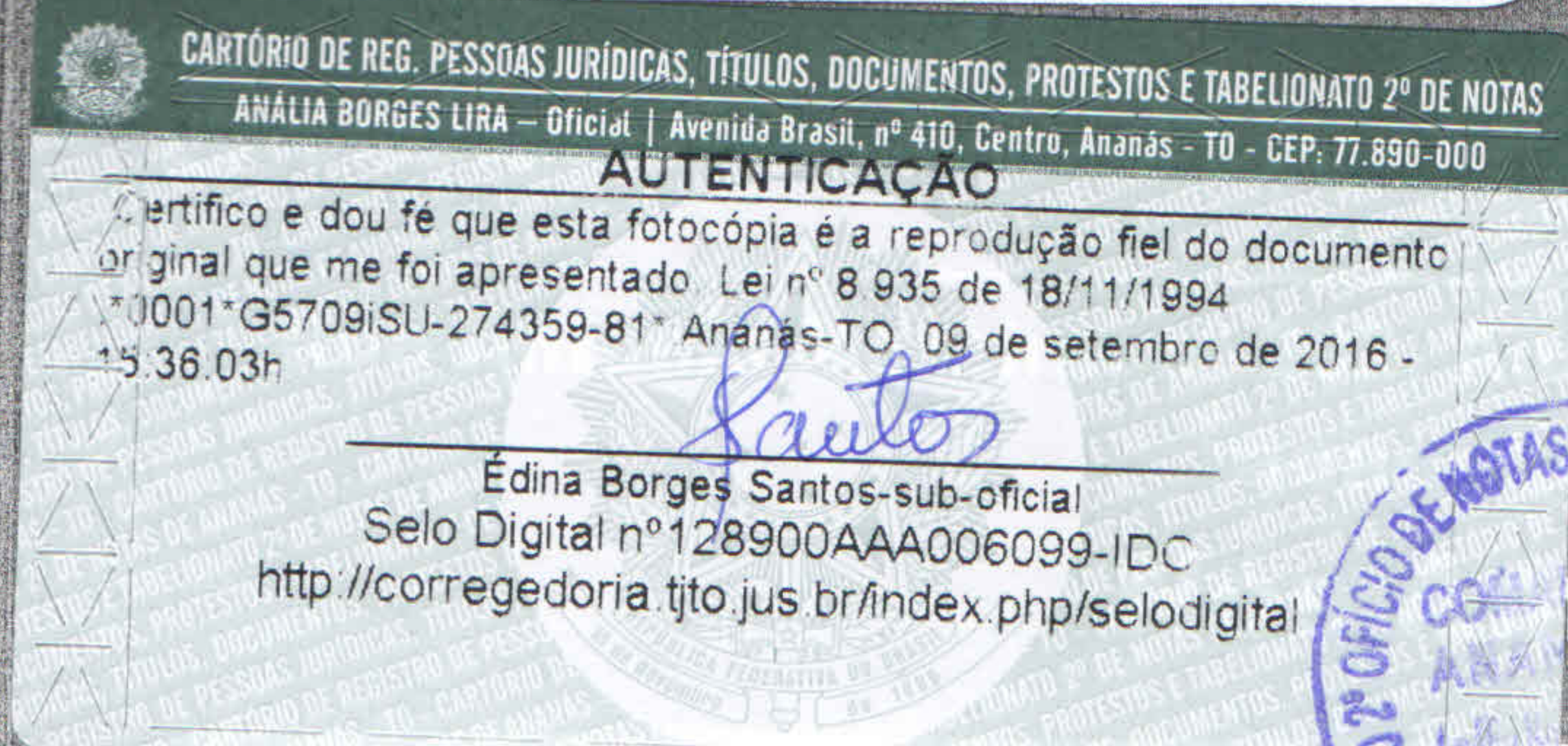
- a) Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- b) Assumir o mandato do primeiro tesoureiro em caso de vacância, até o seu término;
- c) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 34 - Os membros da Diretoria Executiva não são pessoalmente responsáveis pelos compromissos que assumirem em nome da Instituição, mas respondem



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

defm@bol.com.br

Amamos Ananás

solidariamente aos prejuízos de seus atos que praticarem culposamente ou dolosamente.

Seção III Do Conselho Fiscal

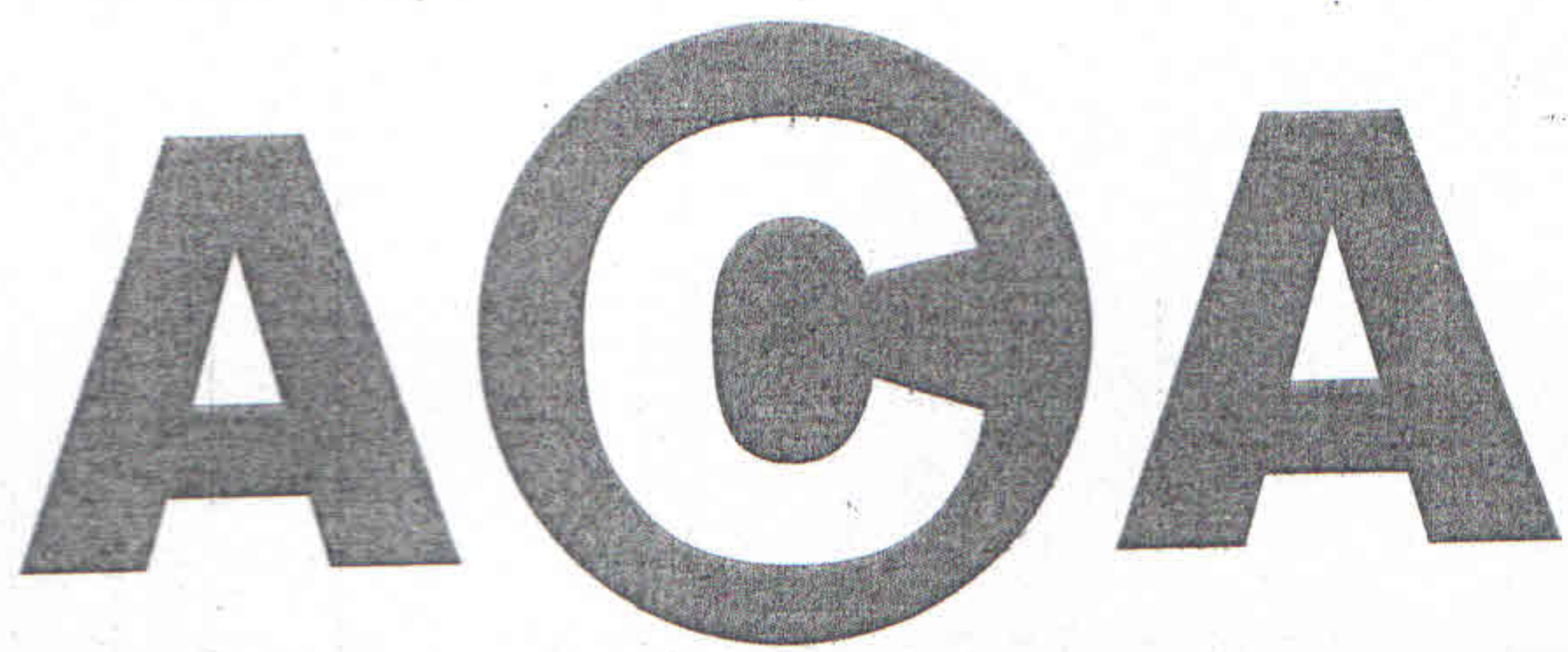
Art. 35 - O Conselho Fiscal da Instituição será constituído por 03 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral e igual número de suplentes, eleitos para um mandato de 04 anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 36 - Compete ao Conselho Fiscal:

- Fiscalizar as contas da Diretoria Executiva, apresentando pareceres técnicos à Assembléia Geral, recomendando sua aprovação ou a sua rejeição;
- Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- Convocar extraordinariamente a Assembléia Geral, sempre que houver motivos graves e urgentes;

§ 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente sempre que necessário;

§ 2º O Conselho Fiscal considerar-se-á reunido com a participação mínima de 03 (três) membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos, permitida a participação dos suplentes como ouvintes, mas sem direito a voto, caso todos os titulares estiverem presentes.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994

*0001*G570775P-274359-69* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:03h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006098-GAW

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

S-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

ananas@bol.com.br

nos Ananás

§ 3º Será lavrada Ata circunstanciada de cada reunião em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A Ata será assinada por todos os presentes.

SEÇÃO IV

Do Conselho Comunitário

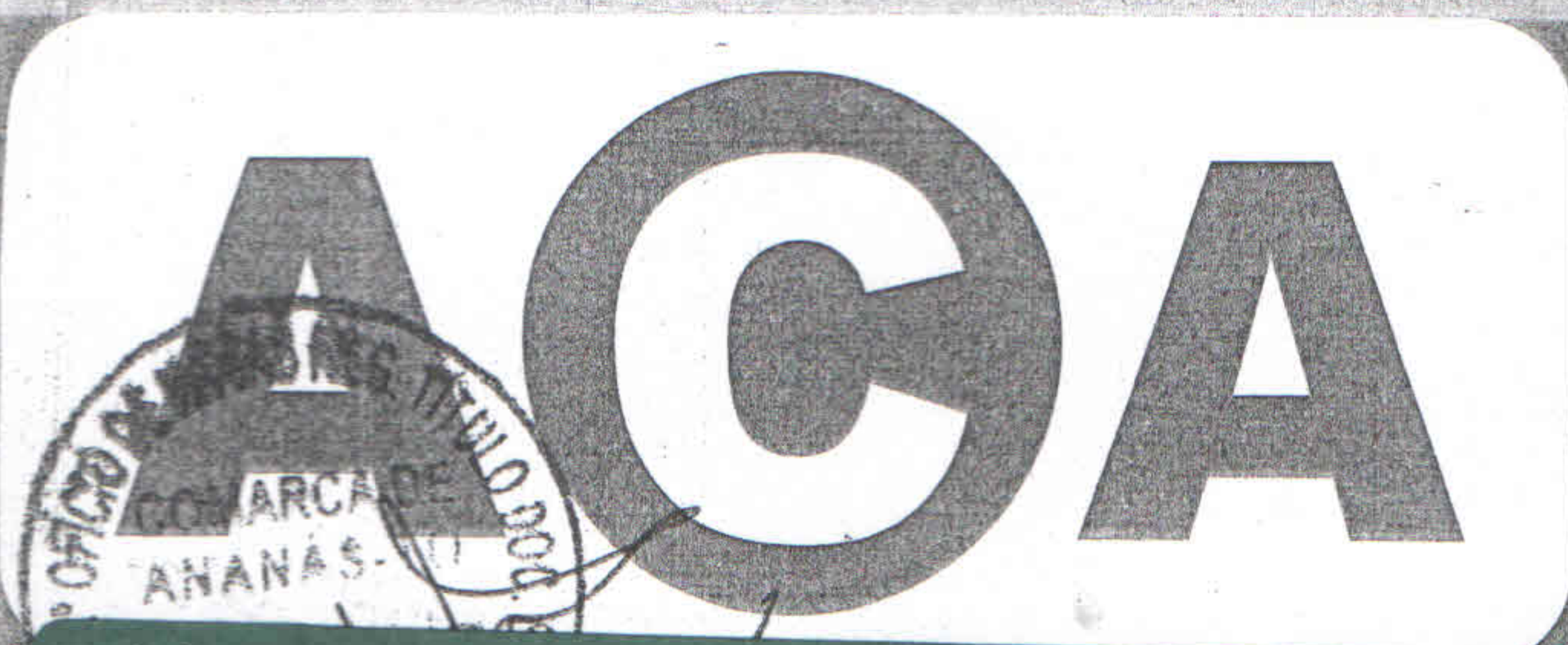
Art. 37 - O Conselho Comunitário é o órgão encarregado de zelar pela qualidade moral dos atos praticados por responsáveis pelos órgãos sociais, bem como de todos os associados, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- Zelar pelo cumprimento das disposições legais, deste Estatuto e das decisões tomadas pelos órgãos da Instituição;
- Verificar se os pedidos de admissão ao quadro social atendem às exigências estatutárias;
- Analisar e julgar os desvios de conduta dos associados e membros dos órgãos sociais, notificando-os, e sugerindo a Diretoria Executiva a aplicação de penalidades, quando for o caso;
- Avaliar se o desempenho da Associação e da Rádio Comunitária se forem o caso, está de acordo com os objetivos estabelecidos pela comunidade e pela legislação em vigor;
- Encaminhar, quando for o caso, relatórios anuais sobre o desempenho e atividades da Rádio Comunitária ao Ministério das comunicações;
- Opinar sobre os casos de eliminação de associados.

Art. 38 - O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) membros, representantes indicados por organizações da sociedade civil, sem fins econômicos, localizadas na área de abrangência, e homologados em Assembleia Geral

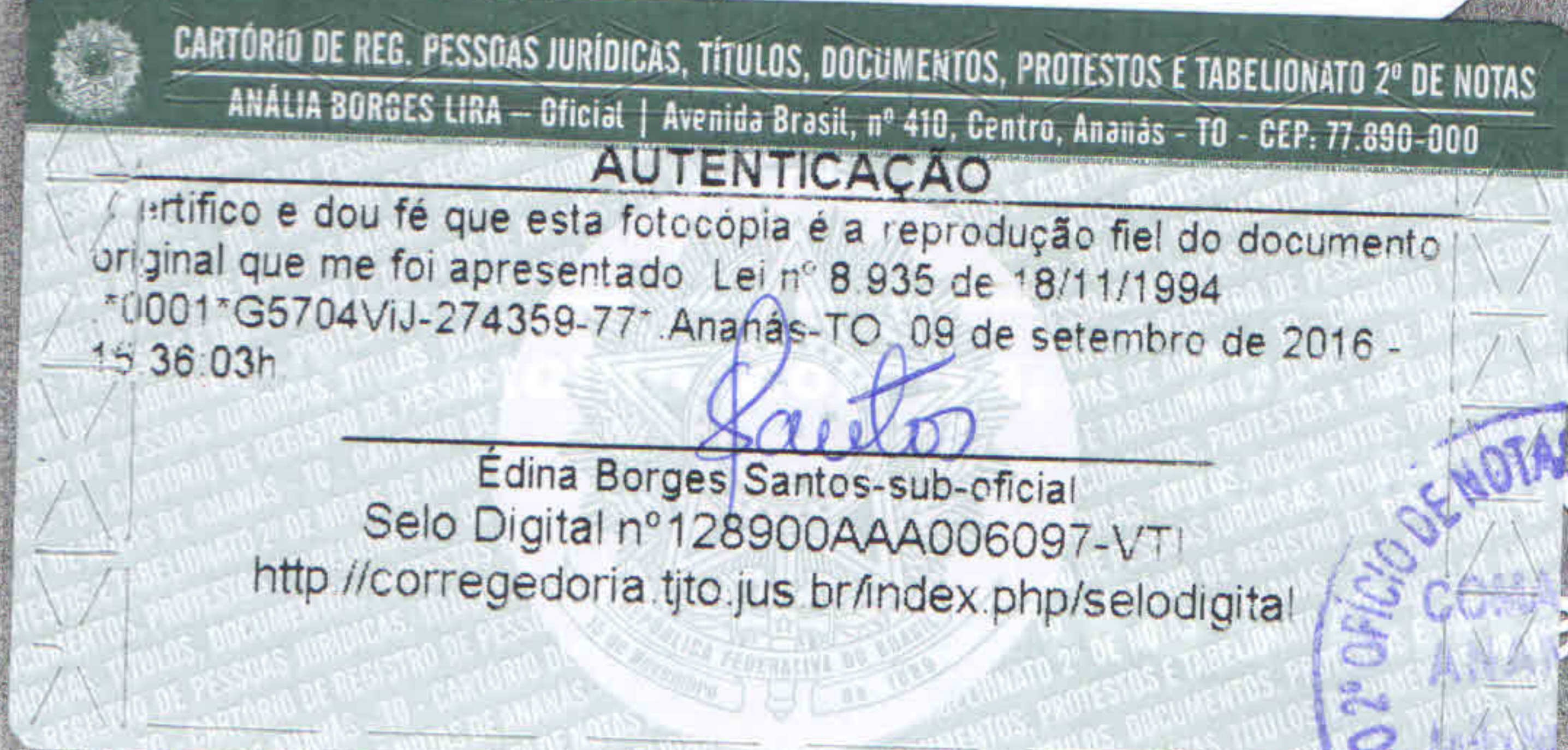
§ 1º . O mandato dos membros do Conselho Comunitário será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

§ 2º. Os candidatos a membros ao Conselho Comunitário deverão gozar de ilibada conduta ética e moral.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989



Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

elim@bol.com.br

amos Ananás

CAPÍTULO V

Seção I

Dos Recursos Financeiros

Art. 39 - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por:

- a) Termos de parceria, convênios e contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- b) Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
- c) Doações, legados e heranças;
- d) Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- e) Contribuições dos associados;
- f) Recebimentos de direitos autorais, etc.

Seção II

Do Patrimônio

Art. 40 - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - ACA será constituído:

- a) Pelos bens de sua propriedade;
- b) Pelos auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira;
- c) Pelas receitas provenientes da contribuição de seus associados, da prestação de serviços e convênios.

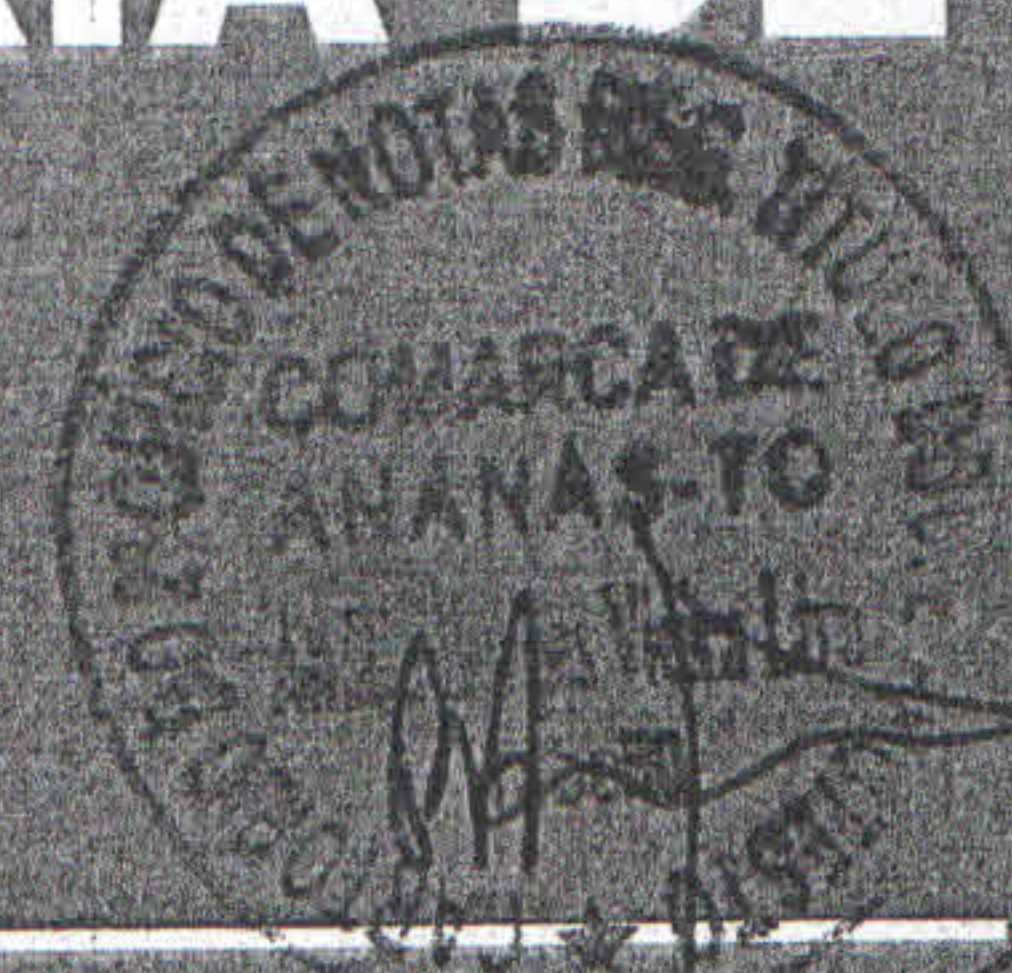
Seção III

Da Contabilidade e Prestação de Contas

ACOA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

fundada em 30/04/1989



CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*0001*G5ECBVL5-274354-10* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15.36.02h

Édina Borges Santos-sub-oficial
Selo Digital nº 128900AAA006096-YKJ
<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

@bol.com.br

os Ananás

Art. 41- A Contabilidade e a prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

- I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

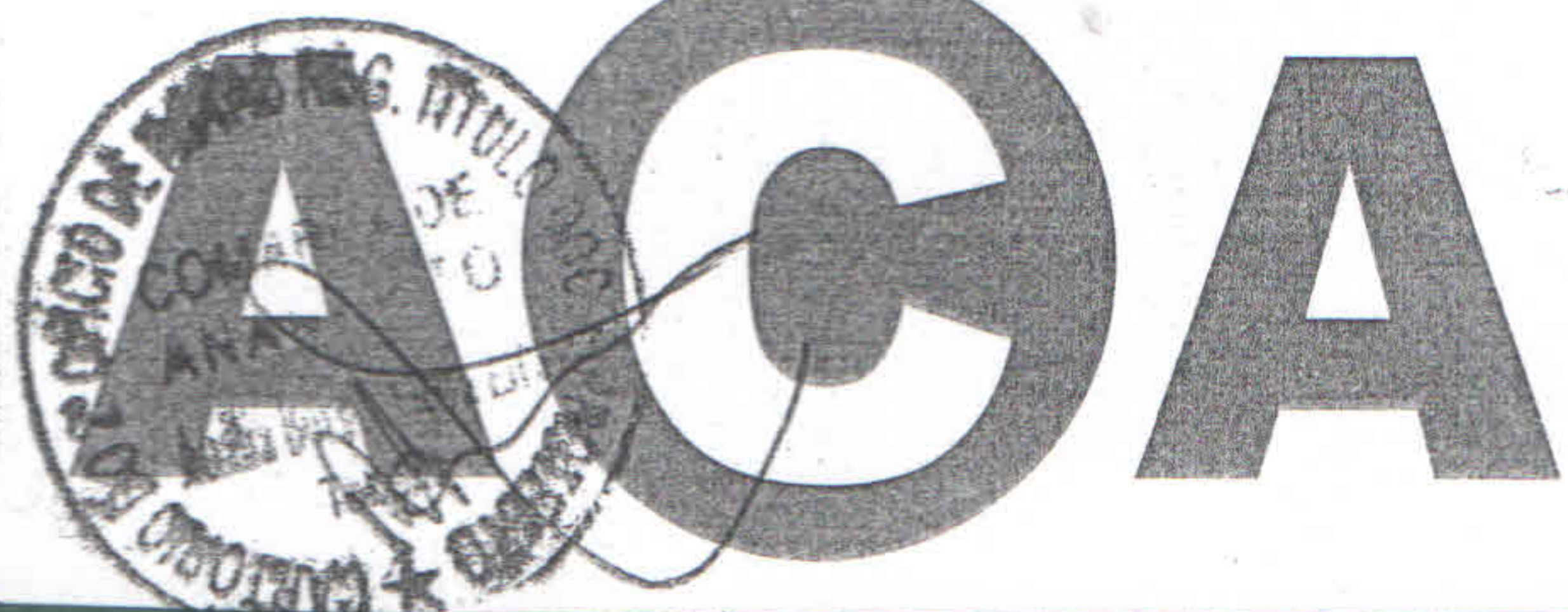
Parágrafo único. As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço será levantado a 31 de dezembro de cada ano.

Capítulo VI Dos Livros

Art. 42 - A Associação deverá ter:

- I. Livro de Matrícula de membros;
- II. De atas das Assembleias Gerais;
- III. De atas das Reuniões da Diretoria Executiva;
- IV. De Atas do Conselho Fiscal;
- V. De presença dos membros às Assembleias Gerais;
- VI. Outros, fiscais e contábeis obrigatórios;

Parágrafo único – É facultado a adoção de livros, folhas soltas ou fichas;



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*001*G5ECBVLE-274354-11* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 - 15:36:02h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº 128900AAA006095-LUN

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

leim@bol.com.br

Amos Ananás

Art. 43 - No livro/ficha de matrícula os membros serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- I. Nome, RG, CPF, Nº do Registro Profissional quando houver, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e endereço residencial;
- II. A data de sua admissão e quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão.

Capítulo VII Da Dissolução

Art. 44 - A ACA será dissolvida por vontade manifesta em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observado o disposto neste Estatuto, ou por força judicial;

Art. 45 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os membros, sendo doada a instituição congênere, sediada neste município, legalmente constituída e, em atividade para ser aplicada nas mesmas finalidades entidade dissolvida.

CAPITULO VIII Das Disposições Gerais

Art. 46 - A Instituição não distribuirá entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos, bonificações, dividendos, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação de seu resultado, aplicando integralmente o "superávit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Parágrafo único. Poderão ser contratados e remunerados, sem deliberação da Assembléia Geral, funcionários administrativos, consultores e técnicos mesmo que tenham "status" de Diretores.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA - Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento

original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994

*0001*G570L6YJ-27434F-86* Ananás-TO 09 de setembro de 2016 -

15:36:01h

Édina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006094-EHX

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

ás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

efm@bol.com.br

amos Ananás

Art. 47 - A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembléia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Único. A Diretoria Executiva normatizará o procedimento eleitoral da entidade.

Art. 48 - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 49 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescentes do patrimônio não poderá ser distribuído entre membros, devendo ser doada a instituição congênere, legalmente constituída, e em atividades, para ser aplicada nas mesma finalidades da instituição dissolvida.

Art. 50 - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS - 'não se envolverá em questões político-partidárias, classistas ou religiosas.

Art. 51 - O presente Estatuto, que poderá ser alterado no todo ou parte, mediante deliberação tomada em assembléia geral extraordinária convocada para tal fim, foi aprovada em assembleia geral da realizada nesta data, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 52 - Os casos omissos serão dirimidos, pela Assembleia geral, no que couber pela Lei e pelos princípios gerais de Direito, ouvidas as instâncias da Instituição.

CAPITULO VIII Das Disposições Gerais



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994.
*0001*G570IVBE-27434F-86* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 15:36:01h

Edina Borges Santos-sub-oficial

Selo Digital nº128900AAA006093-PBC

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

deim@bol.com.br

amos Ananás

Art. 46 - A Associação será dissolvida por vontade manifesta em Assembleia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observando o disposto neste Estatuto.

Art. 47 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os membros, devendo ser doada a instituição congênere, legalmente constituída, e em atividade, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, para ser aplicada nas mesmas finalidades da Instituição dissolvida.

Art. 48 - A Instituição não distribuirá entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos, bonificações, dividendos, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação de seu resultado, aplicando integralmente o “superávit” eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Parágrafo único. Poderão ser contratados e remunerados, sem deliberação da Assembleia Geral, funcionários administrativos, consultores e técnicos mesmo que tenham “status” de Diretores.

Art. 49 - A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembleia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Único. A Diretoria Executiva normatizará o procedimento eleitoral da entidade.

Art. 50 - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 51 – A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS – ‘não’ se envolverá questões político-partidárias, classistas ou religiosas.

ACA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Fundada em 30/04/1989

CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994
*0001*G5ECBVLB-27434A-11* Ananás-TO, 09 de setembro de 2016 - 13h36:00h

Édina Borges Santos-sub-oficial
Selo Digital nº128900AAA006092-DT
<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

Ananás-TO / CEP: 77.890-000 / (63) 3442-1299

lefm@bol.com.br

amos Ananás

Art. 52 - O presente Estatuto, que poderá ser alterado no todo ou parte, mediante deliberação tomada em assembléia geral extraordinária convocada para tal fim, foi aprovado em Assembléia Geral da realizada nesta data, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 53 - Os casos omissos serão dirimidos, pela Assembleia geral, no que couber pela Lei e pelos princípios gerais de Direito, ouvidas as instâncias da Instituição.

Ananás – TO, 01 de setembro 2016.

WILSON SARAIVA DE CARLHO

Presidente

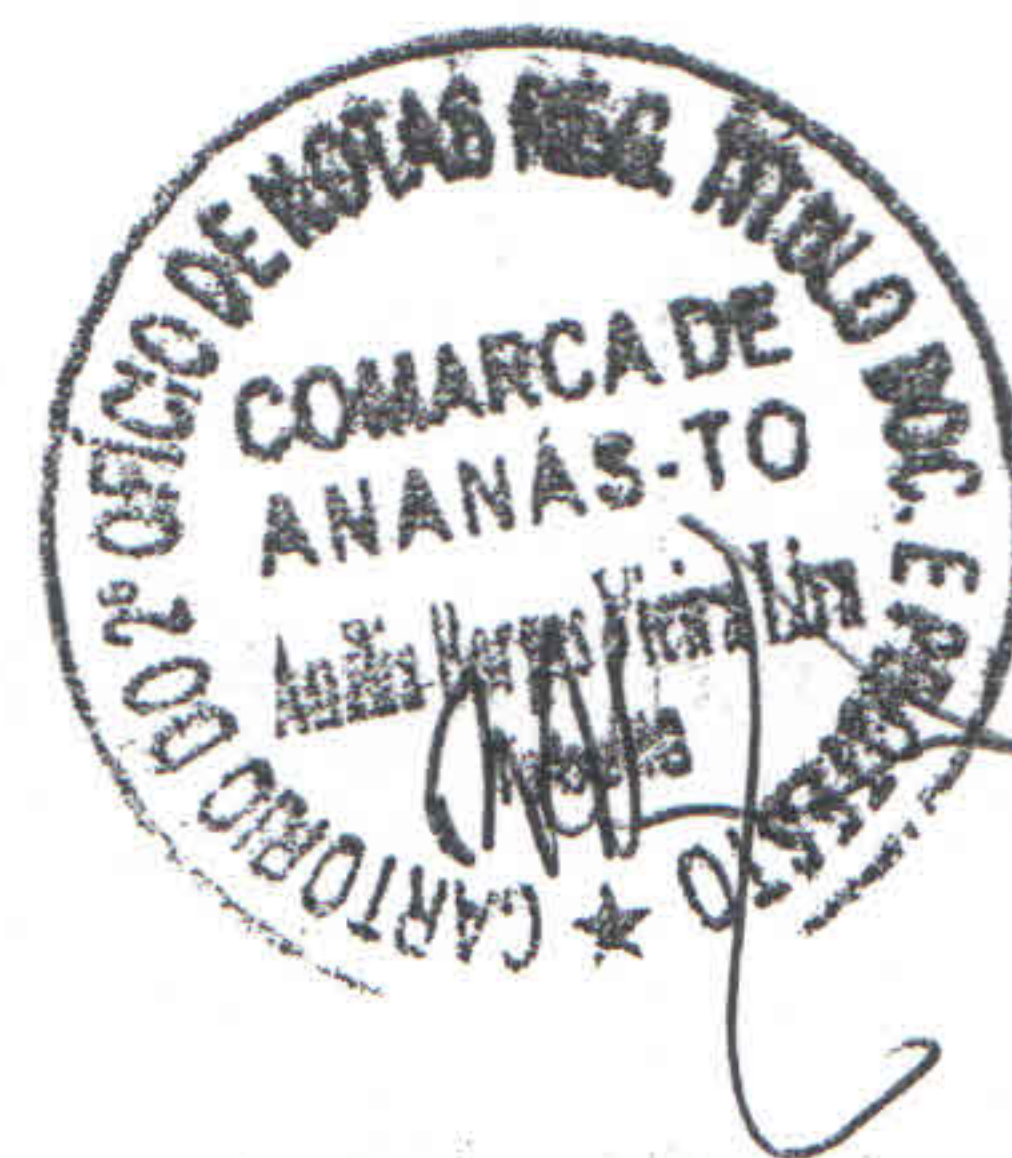
CARTÓRIO DE REG. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
ANÁLIA BORGES LIRA – Oficial | Avenida Brasil, nº 410, Centro, Ananás - TO - CEP: 77.890-000

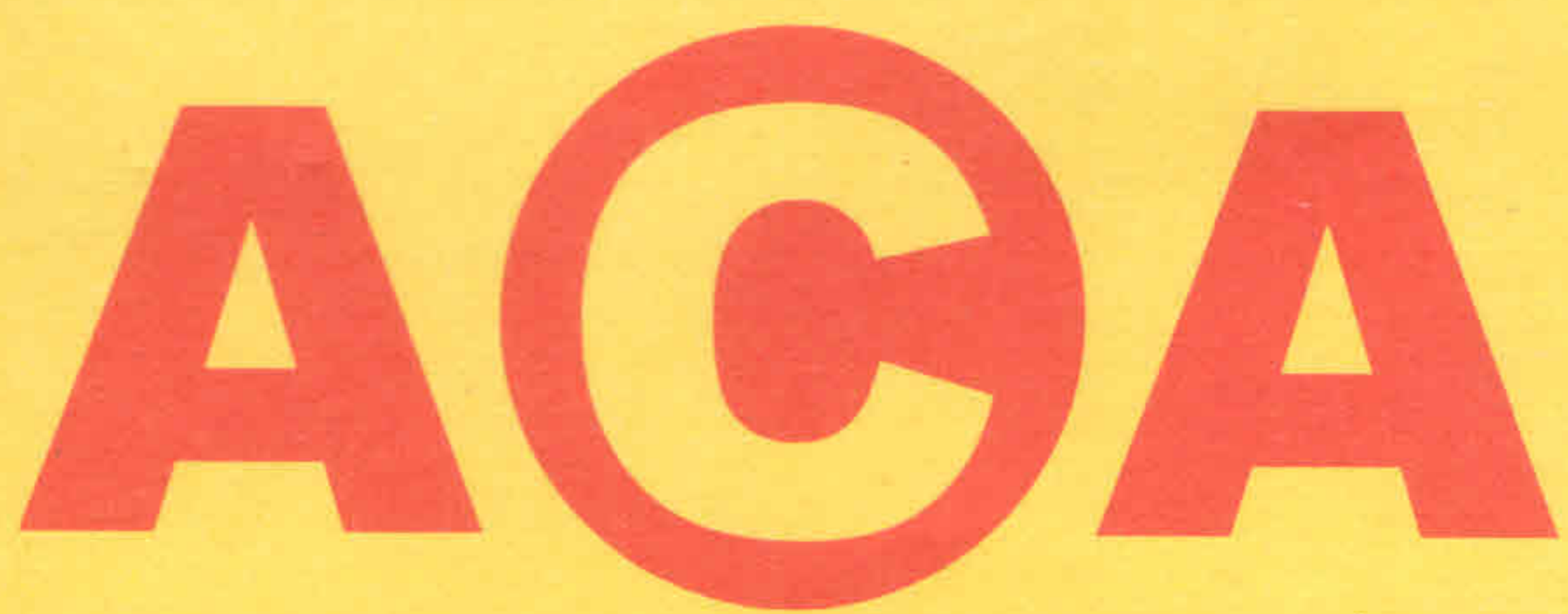
PESSOAS JURÍDICAS-LIVRO A

Protocolizado e digitalizado sob o nº 0000004, registrado sob o nº 0000165, livro A-003, às folhas 012/012, o seguinte documento: Estatuto. Dou fé.

Ananás-TO, 09 de setembro de 2016

Rosiane Alencar Santos-Escrevente
Selo Digital nº128900AAA001716





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

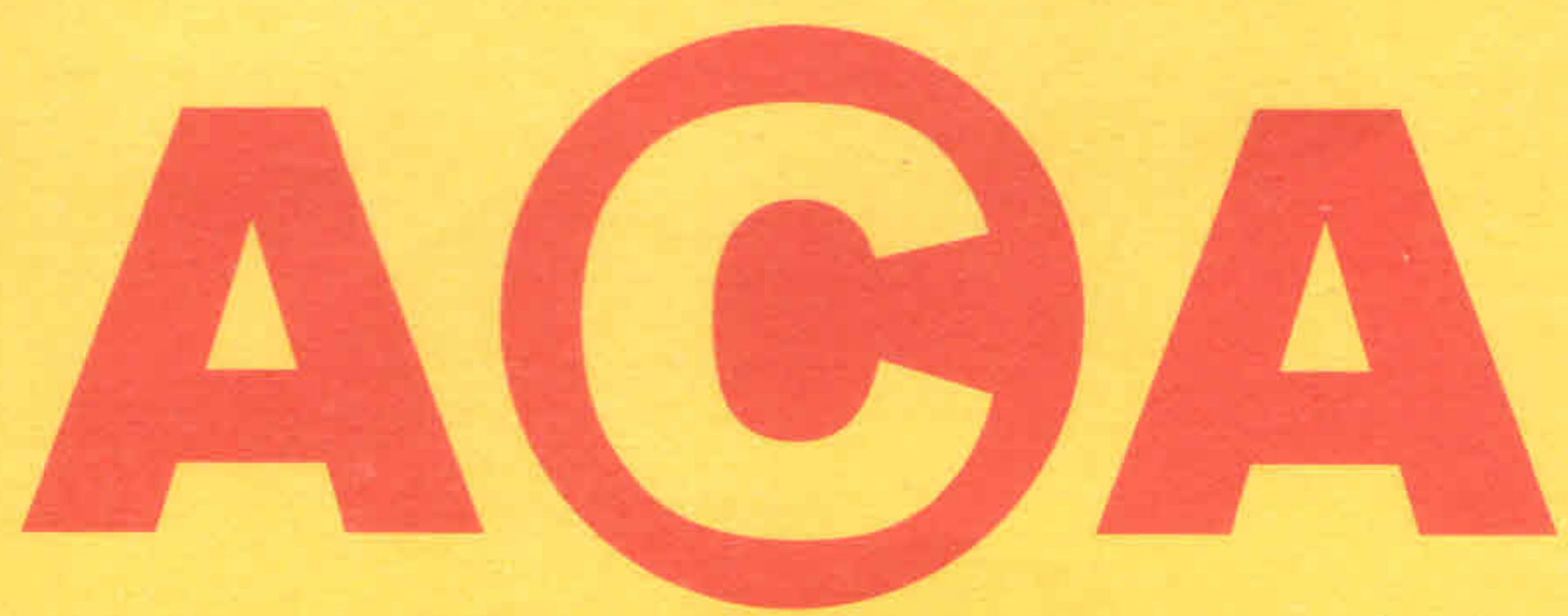
Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

ATA DA REUNIÃO DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITARIO DA ACA - ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE ANANÁS ANO 2017, entidade Mantenedora da Radio Comunitária Cidade FM.

Aos 18 dias do mês de Maio do ano de 2017, às 20 Horas ocorreu na sede da ACA – Associação Comunitária de Ananás, sito a rua Antônio Moreira, nº 292, centro, Ananás Tocantins, reuniu-se o conselho comunitário da entidade com fim específico de analisar, avaliar e dar sugestões sobre a importância da **Rádio Comunitária Cidade FM** junto a sociedade ananaense os membros do referido conselho levaram em consideração os últimos 12 meses sendo analisado os meses de maio de 2016 a maio de 2017. O conselho comunitário composto pelas instituições; **ATRTNS – Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho**, inscrita no CNPJ – 07.225.181/0001-01, sito a rua Filomeno José de Carvalho, S/Nº, Centro, Município de Ananás – TO, neste ato representado pelo senhor Gilbemi Rodrigues Costa, Lavrador, Brasileiro, Solteiro, residente assentamento Terra Nosso Sonho, no Município de Ananás - TO, Inscrito no CPF – 002.795.901-56; **AAF – A Associação Arte no Fruto**, inscrita no CNPJ – 08.976.517/0001-22, com sua sede sito a Avenida Betel, S/Nº, centro, Ananás - TO. Será representado pelo Senhor, Antônio Marinho de Abreu, Artesão, Brasileiro, Casado, Residente a rua 1º de janeiro, nº 37, centro, Ananás –To. inscrita no CPF – 800.495.671-87; **Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro – Conveniada Ananás – TO**, inscrita no CNPJ – 01.991.081/0001-44, com sede sito a rua Nossa Senhora de Fatima, Nº 167, centro, Ananás – TO, será representada pela Senhora, Bernadete Miranda Souza, professora, Brasileira, Solteiro, residente a rua Betania, S/Nº, centro, Ananás - TO, Inscrito no CPF – 575.957.981-91; **A Associação de Moradores 04 Bocas**, inscrita no CNPJ – 14.309.290/0001-64, Com sua sede sito a rua Filomeno Jose de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás - TO. representada pela Senhora Soraia Francisca da Silva, Brasileira, Solteira, residente e domiciliado na rua Filomeno Jose de Carvalho, Nº 180, Setor 04 Bocas, Ananás - TO, Inscrito no CPF – 856.263.841-20; **Ideias – Instituto Para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social**, inscrita no CNPJ – 17.160.234/0001-07, tendo sua sede sito a rua Professor José de Assis, S/Nº neste ato será representado pelo senhor Agnaldo Feitosa de Sousa, Brasileiro, Casado, Inscrito no CPF 885.943.941-87. Após de verificação de quórum suficiente para deliberação o presidente ACA – Associação Comunitária de Ananás entidade mantenedora da Radio Comunitária Cidade FM agradeceu a presença de todos os presente mencionando a importância desta reunião deliberativa haja visto que ali estava representada a sociedade ananaense através das várias instituições aqui presentes. Ato continuo o senhor presidente da ACA – Associação Comunitária de



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000

(63) 3442-1299 - 99296-7474

acacidadefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Ananás disse que este é o grande momento para cada membro representante do conselho comunitário dar a sua opinião fazer a sua avaliação e ainda sugerir possíveis melhorias e adequações na grade de programação da Rádio Comunitária Cidade FM, tudo com objetivo de atender e satisfazer os ouvintes e os diversos seguimentos organizado da sociedade, razão maior da implantação da emissora comunitária. Usando da palavra a senhora Soraia Francisca da Silva, fez questão de pontuar a importância dos serviços de comunicação da emissora, sempre democrática oferecendo oportunidade principalmente aos excluídos pelos grandes meios de comunicação. O senhor Gilbemi Rodrigues Costa líder comunitário e ruralista do assentamento Terra Nosso Sonho falou e agradeceu pelos serviços de utilidade pública oferecidos pela Rádio Comunitária Cidade FM, fato que em muito tem ajudado na comunicação com os seus companheiros residente no assentamento, usando os serviços de utilidade pública para comunicar acontecimentos de reuniões desaparecimento de animais dentre outros avisos de interesse da ATRTNS – Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonho. A senhora Bernadete Miranda Souza falou aos presentes da importância da emissora comunitária como instrumento de inclusão e transformação social algo elementar para a Rádio Comunitária Cidade FM, que como todos conhecem abre na sua grade de programação espaços para discussão de temas de relevância para o povo em geral além de oferecer espaços para a valorização e propagação dos valores dos artistas locais, podendo citar neste momento do crescimento profissional dos cantores ananaenses, Fabio Coelho, Mauricia da banda Doce Mel, Wander Milhomem e outros, todos cresceram profissionalmente pela oportunidade dos microfones democráticos da emissora. Logo após o senhor Agnaldo Feitosa de Sousa disse aos presentes que não poderia deixar de falar da forma democrática e acolhedora como foi recebido em sua primeira visita nos estúdios da Radio Comunitária Cidade FM onde ali pode comprovar do compromisso da entidade mantenedora da emissora com os organismo públicos e privados visando celebrar parcerias para realização de importantes eventos tanto na valorização de espaços para cultura bem como para imprimir o maior conteúdo artístico e informativo local, valorizando os acontecimentos que interessam a comunidade do município. Agnaldo Feitosa de Sousa disse da forma plural e democrática da grade de programação, onde todos os segmentos quaisquer que sejam tem tido a oportunidade de debater, comunicar e veicular os seus conteúdos sem que para isso sofram qualquer tipo de impedimento ou empecilho na sua divulgação e veiculação na emissora, deixando claro para os membros do conselho que como sugestão a entidade mantenedora deveria buscar junto ao Ministério das Comunicações formas legais para o aumento de potência hoje limitada a 25 Watts, pois em suas conversas com moradores do povoado São João e região do



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS-TO

Educar para libertar!

Fundada em 30/04/1989

Rua Antonio Moreira, nº 292, Ananás-TO / CEP: 77.890-000
(63) 3442-1299 - 99296-7474
acacidefm@gmail.com

Nós Amamos Ananás

Araguaia tem ouvido das pessoas que o sinal da Radio Comunitária Cidade FM não chega em suas localidades. Ato continuo os presentes por aclamação deliberaram como positiva e construtiva a grade de programação da Rádio Comunitária Cidade FM, que para dar caráter de ciência e veracidade segue em anexo a Grade de Programação da Rádio Comunitária Cidade FM que após lavrado em ata foi neste ato aprovada por unanimidade. Nada mais havendo ser tratado, foi lavrado a presente ata pela senhora Soraia Francisca da Silva neste ato voluntária Coordenadora Conselheira deu por encerrada a presente que segue assinada pelos Conselheiros.

Soraia Francisca da Silva
SORAIA FRANCISCA DA SILVA

Presidente do Conselho Comunitário
Representante da Associação De Moradores 04 Bocas
CPF 856.263.841-20

Antonio Marinho de Abreu

ANTÔNIO MARINHO DE ABREU
Membro do Conselho Comunitário
Representante da Associação Arte do Fruto
CPF 800.495.671-8

Gilbani Rodrigues Costa

GILBEMIR RODRIGUES COSTA
Membro do Conselho Comunitário
Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Nosso Sonhos
CPF 575.957.981-91

Bernadete Miranda Souza

BERNADETE MIRANDA SOUSA
Membro do Conselho Comunitário
Representante da Associação de Apoio da Escola Paroquial São Pedro
CPF 856.263.841-20

AGNALDO FEITOSA DE SOUSA

AGNALDO FEITOSA DE SOUSA
Membro do Conselho Comunitário
Representante do Instituto Para o Desenvolvimento Integrado da Ação Social
CPF 885.943.941-87

PROGRAMAÇÃO DA RADIO COM HISTORICO
VEJA NOSSA PROGRAMAÇÃO

De Segunda Sexta-feira

Nomes de Programas e Comunicadores	Horários
Sertanejo Bom Demais com Val Sousa Descrição - Musicas raízes, notícia, musicas caipira, talentos regionais e utilidade pública.	Das 04:00 às 07:00hrs
A Voz da Profecia com Meyre Ivone Descrição – O Melhor da Musica Gospel, Reflexões.	Das 07:00 às 08:00hrs
Estação Cidade Com Suelho Martins Descrição – Musica nacional e internacional, notícia, talentos regionais, horoscopo, mensagem do dia, utilidade pública.	Das 08:00 às 11:00hrs
Voz Do Evangelho Da Paz Com Pasto Isak Descrição – Musica gospel e Participação da comunidade.	Das 11:00 às 12:00hrs
Songs Off Love – Com Rone Santos Descrição – melhores musicas nacionais e internacionais Românticas e tradução do dia.	Das 12 às 12:30hrs
Jornal Virou Notícias – Com Sandro Barcelos Descrição – Ultimas notícias do Brasil, mundo, previsão do tempo, temperatura, esporte.	Das 12:30 às 13:00hrs
A Tarde é Nossa com Dj Valdemy Gomes Descrição – Sertanejo, dance, MPB, artista locais e utilidade publica.	Das 12:00 às 13:00hrs
Sertão & Companhia Com Val Sousa Descrição – Sertanejos raiz e universitário, forró e calypso, Momento notícia.	Das 15:00 às 17:00hrs
Forró do Jota com Jota Sales Descrição – Forró pé de serra e utilidade publica.	Das 17:00 às 18:00hrs
Evangelizando com Maria Com Renovação Carismática Católica Descrição – Musicas sacras, reflexão e comunicados para comunidade.	Das 18:00 às 18:30hrs
Informativo 87 – Com Val Sousa Descrição – Notícias locais e regionais.	Das 18:30 as 19:00hrs

A Voz do Brasil – com Airton Medeiros e Gláucia Gomes Descrição - Notícias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.	Das 19:00 as 20:00hrs
Frequência Quente – Com Sandro Barcellos Descrição – Todos os gêneros musicais.	Das 20:00 às 21:00hrs
A Voz do Tocantins Descrição – Notícias Locais e Regionais.	Das 21:00 às 22:00hrs
LOVE NIGHT – Com Roger Pires Descrição – As melhores do flashbacks de todos os tempos.	Das 22:00 às 02:00hrs
Ligação Nacional – Com Edelson Moura Descrição – Quadros Interessante e divertido.	Das 02:00 às 03:00hrs
Passaporte Brasil – Com Patrícia Vieira Descrição – Musica popular Brasileira, passando por todos os estilos musicais do Brasil Passado e presente.	Das 03:00 às 04:00hrs

PROGRAMAÇÃO SÁBADO

Sertanejo Bom Demais – Com Val Sousa Descrição - Musicas raízes, notícia, musicas caipira, talentos regionais e utilidade pública.	Das 04:00 às 07:00hrs
A Voz da Profecia – Com Meyre Ivone Descrição – O Melhor da Musica Gospel, Reflexões.	Das 07:00 às 08:00hrs
Estação Cidade – Com Suelho Martins Descrição – Musica nacional e internacional, notícia, talentos regionais, horoscopo, mensagem do dia, utilidade pública.	Das 08:00 às 11:00hrs
Voz Do Evangelho Da Paz – Com Pasto Isak Descrição – Musica gospel e Participação da comunidade.	Das 11:00 às 12:00hrs
Songs Off Love – Com Rone Santos Descrição – melhores musicas nacionais e internacionais Românticas e tradução do dia.	Das 12 às 12:30hrs
Top 30 – Com Luiz Descrição – As 30 Musicas Mais Tocadas	Das 13:00 às 15:00hrs
Online Musical – Com Luiz Fernando	Das 15:00 às 16:00hrs

Descrição – musicas do mundo pop nacional e intencional.	
Amado Batista – Com Edelson Moura Descrição – Musica e Historia do Amado Batista.	Das 16:00 as 18:00hrs
Toque Popular – Com Musica e Vinhetas Descrição – O melhor da musica nacional dos anos 60, 70 e 80.	Das 18:00 às 20:00hrs
Forró Brasilis – Com Edgar Souza Descrição – Forró e Musica diversa.	Das 20:00 às 22:00hrs
A Vez do Brasil – Com Marcelo Pacifico Descrição – Toca a boa música popular brasileira (MPB).	Das 22:00 às 23:00hrs
Amnésia – Com Júnior Pinheiro Descrição – Grandes clássicos do rock, dance, disco e flashback.	Das 23:00 às 01:00hrs
Sequencia Programada – Com Musica e Vinhetas Descrição – Todos os estilos musicais.	Das 01:00 às 04:00

DOMINGO

Mundo Sertanejo – Com Diego Valadares Descrições – Atuais sertanejos do país e vai relembrar grandes sucessos do passado.	Das 04:00 às 07:00hrs
Bem Com a Vida – Com Musica e Vinhetas. Descrições – Musica sacras.	Das 07:00 às 08:00hrs
Arena Pop – Com Jorginho Amaral Descrições – tocando o que há de melhor do mundo sertanejo.	Das 08:00 às 10:00hrs
Clássicos do Rei – Com Cesar Fama Descrições – Noticias e Curiosidades do Rei Roberto e os seus Sucessos do passado e presente.	Das 10:00 às 11:00hrs
A Voz do Adorador – Com Laíse Santos Descrições – Musica gospel e mensagem de fé e esperança	Das 11:00 às 12:00hrs
Pagonejo – Com Dany Alexandre Descrição – O melhor do samba, pagode, axé e sertanejo dançante.	Das 12:00 às 14:00hrs

Forro da Melhor – Com Hermes Dias Descrição – melhor do forró no seu rádio e os clássicos do passado.	Das 14:00 às 16:00hrs
Domingão Sertanejo – Com Baba Descrição – toca o melhor da musica raiz sertaneja.	Das 16:00 às 18:00hrs
Deixar Rolar – Com Musica e Vinheta Descrição – Musicas do mundo pop nacional e intencional.	Das 18:00 às 20:00hrs
80 Por Hora – Com Marcelo Pacifico Descrição – o melhor dos anos 80.	Das 20:00 às 21:00hrs
Love Line Hora – Com Aline Mota Descrição – As melhores musicas nacionais e internacional romântica, recados do coração, artista em destaque e a tradução do dia.	Das 21:00 às 01:00hrs
Sequencia Programada – Com Musica e Vinhetas Descrição – Todos os estilos musicais.	Das 01:00 às 04:00hrs

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAH42391357





Idemar Leandro Furmiga
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PROIBIDO PLASTIFICAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 055851962015-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/04/2015

NOME IDEMAR LEANDRO FURMIGA

FILIAÇÃO ADÃO LEANDRO DA SILVA E MARIA DAS GRACAS FURMIGA

NATURALIDADE CONCEICAO DO ARAGUAIA - PA DATA DE NASCIMENTO 15/12/1968

DOC ORIGEM NASC. N.0025934 FLS.084 LIV.00028

CPF 299559123-91 RG ANTERIOR 0000001248956

SÃO LUIS-MA P-5

Idemar
ASSINATURA DO TITULAR

VIA-01

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7116 DE 29/08/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR IDEMAR LEANDRO FURMIGA

DATA DE NASCIMENTO 15/12/1968

SEÇÃO 297776227/39

ZONA 012

SEÇÃO 0058

MUNICÍPIO / UF ANANAS TO

DATA DE EMISSÃO 16/07/91

Eduardo A. Gadelha
TÍT. ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



Idemar Leandro Furmiga
ASSINATURA COM IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME IDEMAR LEANDRO FURMIGA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 1248956 SSP MA

CPF 299.559.123-91 DATA NASCIMENTO 15/12/1968

PLAÇÃO ADÃO LEANDRO DA SILVA

MARIA DAS GRACAS FURMIGA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. AB

REGISTRO 01874763134

VIGÊNCIA 03/02/2017

RENOVAÇÃO 05/04/1992

DESCRIÇÕES

SIN. OBSERVAÇÕES:

Idemar L. Furmiga
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL XAMBICA, TO

DATA EMISSÃO 06/03/2012

58255478364

20016513951

DETRAN-TO (TOCANTINS)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

527795382

PROIBIDO PLASTIFICAR

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 299.559.123-91

Nome IDEMAR LEANDRO FURMIGA

Nascimento 15/12/1968

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

**SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ANANÁS**

SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CNPJ: 00007088000173

AVENIDA BETEL, Nº 1173 - CENTRO

Fatura de Serviços, Água e Esgoto

Instalação 000004088	Código de Baixa 2-23546-1-9	Hidrômetro	Referência 9/2016	Vencimento 30/09/2016																																																																							
Proprietário IDEMAR LEANDRO FORMIGA		Compromissário/Inquilino IDEMAR LEANDRO FORMIGA																																																																									
Endereço da Ligação 160-RUA JOÃO BATISTA, 620 0-CENTRO CEP: 77890000		Endereço de Correspondência 160-RUA JOAO BATISTA, 620 0-CENTRO CEP: 77890000																																																																									
Setor: 00001 Rota: 00001 Seq: 1780		Setor: 00001 Rota: 00001 Seq: 1780																																																																									
Nº Economia 1	Dias 30	Proxima Leitura	Corte	Data Leitura	Leitura Anterior 0	Leitura Atual 0	Resid.	Consumo 0	Cons. Fat 15																																																																		
Categoria SEM HIDRÔMETRO 15		Ocorrência																																																																									
<table border="1"><thead><tr><th>Refer</th><th>Consumo</th><th>Leitura</th><th>Nº Dias</th><th>Data</th></tr></thead><tbody><tr><td>8/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>7/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>6/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>5/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>4/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>3/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>2/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>1/2016</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>12/2015</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>11/2015</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr><tr><td>10/2015</td><td>0</td><td>0</td><td>30</td><td></td></tr></tbody></table>					Refer	Consumo	Leitura	Nº Dias	Data	8/2016	0	0	30		7/2016	0	0	30		6/2016	0	0	30		5/2016	0	0	30		4/2016	0	0	30		3/2016	0	0	30		2/2016	0	0	30		1/2016	0	0	30		12/2015	0	0	30		11/2015	0	0	30		10/2015	0	0	30		<table border="1"><thead><tr><th colspan="2">Discriminação das Receitas</th></tr></thead><tbody><tr><td>ÁGUA</td><td>24,50</td></tr><tr><td colspan="2">TOTAL DA CONTA: 24,50</td></tr></tbody></table>					Discriminação das Receitas		ÁGUA	24,50	TOTAL DA CONTA: 24,50	
Refer	Consumo	Leitura	Nº Dias	Data																																																																							
8/2016	0	0	30																																																																								
7/2016	0	0	30																																																																								
6/2016	0	0	30																																																																								
5/2016	0	0	30																																																																								
4/2016	0	0	30																																																																								
3/2016	0	0	30																																																																								
2/2016	0	0	30																																																																								
1/2016	0	0	30																																																																								
12/2015	0	0	30																																																																								
11/2015	0	0	30																																																																								
10/2015	0	0	30																																																																								
Discriminação das Receitas																																																																											
ÁGUA	24,50																																																																										
TOTAL DA CONTA: 24,50																																																																											
Tabela de Qualidade da Água - Data 25/01/2016																																																																											
Parâmetros	Resultados	Padrão	Unidade																																																																								
Cloro	0,5	0,2 a 2,0	mg/l																																																																								
Cor	10	15	uH																																																																								
Flúor	0	0,6 a 0,8	mg/l																																																																								
PH	7	6 a 9,5	mg/l																																																																								
Turbidez	1	5	uT																																																																								
Col. Totais	0	Ausência	ml																																																																								
Col	0	Ausência	ml																																																																								

CONSTA 1 CONTAS DE ÁGUA EM ABERTO - O NÃO PAGAMENTO PODE GERAR CORTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

**SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ANANÁS**

SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CNPJ: 00007088000173

Fatura de Serviços, Água e Esgoto

Proprietário IDEMAR LEANDRO FORMIGA	Referência 9/2016	Vencimento 30/09/2016
Compromissário/Inquilino IDEMAR LEANDRO FORMIGA	Nº do Hidrometro	Instalação 000004088
160-RUA JOAO BATISTA, 620 0-CENTRO	Emissão 25/08/2016	Código de Baixa 2-23546-1-9
Setor: 00001 Rota: 00001 Seq: 1780	Total da Conta: 24,50	

82620000000-6

24500162201-9

60930030120-5

00023546009-4





DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segurado/suavido de certa.

Requisito para simples pagamento da nota fiscal/leitura da energia elétrica. Série: S-U Nº: 000.181.723



ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
104 Norte, Cuzc. IV, Lote 12A - Polo Diretor Norte
Palmeira/TO - CEP 77006-002
CNPJ 28.088.084/0001-71 Insc. Est. 28.071.999-6

DADOS DO CLIENTE				CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR
ISABEL NETA BORGES DE OLIVEIRA RUA XV DE NOVEMBRO 0 050900009507 ANANAS				8/195339-7
REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
MAI/2017	12/05/2017	419	19/05/2017	R\$ 347,04

Acesse: www.energisa.com.br

		ISABEL NETA BORGES DE OLIVEIRA Roteiro: 07-088-040-1810 83800000005-1 47040012000-7 01963382017-8 0680880018-2	
VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MAI/2017	
19/05/2017	R\$ 347,04	190339-2017-05-8	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 226.696 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 17/11/2016

NOME JOSÉ ALVES DOS SANTOS

FILIAÇÃO PETRONÍLIO JOSÉ DOS SANTOS
ALDENORA ALVES DOS SANTOS

NATURALIDADE ANANÁS-TO
DOC.ORIGEM CERT. NASC. Nº 11.751, LV A-10, FLS 126, EXP.20/09/2016
XAMBIOÁ-TO

DATA DE NASCIMENTO 11/11/1966

CPF 849.118.671-91

PIS/PASEP EDITOR BC1690363.49898.29022

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JOSE ALVES DOS SANTOS

Nº de Inscrição 849118671-91 Data do Nascimento 11/11/66

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura JOSE ALVES DOS SANTOS

SERPRO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 31/10/96

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR JOSE ALVES DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 11/11/1966 Nº INSCRIÇÃO 0190 9042 2704 ZONA 012 SEÇÃO 0045

MUNICÍPIO / UF ANANÁS/TO DATA DE EMISSÃO 01/05/2008

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

MARIA GENY DE OLIVEIRA
RUA JOSE DE ALENCAR, S/N / 0509800015780 - CENTRO
ANANAS / TO CEP: 77890000 (AQ: 2)

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO
Roteiro: 10 - 98 - 10 - 3421 Referência: Out / 2016
Nº medidor: 02003331413 Emissão: 19/10/2016

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
104 Norte, Conj. IV, Lote 12A - Plano Diretor Norte
Palmas/TO - CEP 77006-032
CNPJ 25.086.034/0001-71 - Insc. Est. 29.031.998-6
Número de ordem/Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica - Série: B-U Nº 000.252.096
Código para Débito Automático: 00001953249

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 721 3330 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Nº da Conta / UC (Unidade Consumidora): 8/195324-9

Out / 2016

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

Apresentação

19/10/2016

Data prevista da próxima leitura

18/11/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

93297726172
Insc. Est.

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
19/09/16	1088	19/10/16	1205	30

Discriminação do Produto / Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30kWh-BR	30	0,18118	5,43
Consumo - 31 a 100kWh-BR	70	0,31080	21,74
Consumo - 101 a 220kWh-BR	17	0,48591	7,92
Subsidio			28,42
PIS			0,78
COFINS			3,51
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
Contrib de Ilum Pub			3,50
Devolução Subsidio			-28,42

Histórico de Consumo (kWh)

Set/16	125
Ago/16	111
Jul/16	102
Jun/16	166
Mai/16	182
Abr/16	174
Mar/16	115
Fev/16	107
Jan/16	78
Dez/15	104
Nov/15	99
Out/15	72

Média dos últimos meses
119 kWh

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	0,00	0,00	0,00
PIS	65,79	1,1616	0,76
COFINS	65,79	5,3489	3,51

VENCIMENTO

26/10/2016

TOTAL A PAGAR

R\$ 42,86

RESERVADO AO FISCO

3f55.072a.9c47.0e0b.bf1d.7abb.946b.afde

Indicadores de Qualidade

8/2016 - ANANAS

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	10,04	0,43	NOMINAL 380
DIC TRIMESTRAL	20,08		
DIC ANUAL	40,16		
FIC MENSAL	3,80	1,00	CONTRATADA 350
FIC TRIMESTRAL	7,60		LIMITE INFERIOR 399
FIC ANUAL	15,20		
DMIC	5,33	0,43	
DICRI	12,22		

Composição do valor total da sua conta

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/TO	15,88	36,59
Compra de Energia	14,71	34,32
Serviço de Transmissão	0,70	1,63
Encargos Setoriais	4,00	9,33
Impostos Diretos e Encargos	7,77	18,13
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	42,86	100,00

Valor do EUSD (Ref. 8/2016) R\$ 18,06
Autêntico a qualquer Título R\$ 0,00

ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$26,42

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Protocolo nº: **53900.024991/2014-42**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS**.

Assunto: **Retomada da análise processual**.

1. Em atenção ao § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424/2017, publicada no DOU em 29/03/2017 (transcrito abaixo), opino pela retomada da análise processual a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da renovação da outorga.

"Art. 6º-B. A autorizada de serviço de radiodifusão comunitária que não apresentar o pedido de renovação de outorga no prazo previsto no **caput** do art. 6º-A será notificada pelo Poder Concedente, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta.

§ 6º Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

2. Encaminhem-se os autos para análise.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/02/2019, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3834817** e o código CRC **18E8680D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 3834817

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.061.680/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/05/1989
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A C A - ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R ANTONIO MOREIRA	NÚMERO 292	COMPLEMENTO
CEP 77.890-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANANAS
UF TO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **13/02/2019** às **15:14:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	CEP:
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Município:				UF:	CEP:

Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 2250/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024991/2014-42.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ananás**, estado do **Tocantins**, apresentou requerimento de renovação da autorização (evento SEI 0207451), em 23/10/2014, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 10/10/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes. Informar as coordenadas do sistema irradiante no padrão indicado no Requerimento de renovação (GGº MM' SS'') com dois dígitos inteiros, conforme art. 22, § 1º da Portaria.

Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações.</p> <p><u>Observação 1:</u> o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.</p> <p><u>Observação 2:</u> o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
---------------------------	---------------------------	---

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.

Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40

Estatuto social adequado à Portaria.

Da análise do estatuto social, solicita-se a observância ao art. 40 da Portaria, a saber:

a. **Estipular** que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. Além disso, não está previsto o **ingresso gratuito**, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o mesmo dispositivo.

b. **Estipular** os direitos de voz e de voto dos associados nas instâncias deliberativas, de acordo com o art. 40, inciso III da Portaria.

c. **Estipular** o direito de os associados votarem e serem votados para os cargos diretivos, de acordo com o art. 40, inciso IV da Portaria.

d. **Estipular** expressamente que a diretoria será reconduzida por, **no máximo, uma vez, em qualquer cargo da diretoria**, conforme art. 40, inciso V, "b" da Portaria.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	Encaminhar relatório elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da Portaria. O Relatório deve ser datado de 2018 ou 2019 e deve ser assinado somente pelos 5 membros do conselho.
Art. 130, § 6º, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Encaminhar a certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Encaminhar a prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Encaminhar a Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.
Art. 130, § 6º, inciso VII	Certidão negativa de débitos trabalhistas.	Encaminhar a certidão negativa de débitos trabalhistas.

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

3.4 Além dessas vedações, a Radiodifusora deve se atentar para o inciso I do mesmo art. 7º, segundo o qual não é permitido, como membro da diretoria, aquele que, "individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Sobre o assunto, informa-se que serão realizadas pesquisas nas Justiças Federal e Estadual para que seja verificado se os dirigentes estão em conformidade com esse dispositivo.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista**, em 14/02/2019, às 16:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/02/2019, às 16:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3850796** e o código CRC **E45C8B56**.

Minutas e Anexos

Anexo 5 da Portaria (evento SEI 3851175)

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 3850796



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 4749/2019/SEI-MCTIC

Ao Senhor

IDEMAR LEANDRO FURMIGA

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS (CNPJ nº 25061680/0001-84)

Rua Antônio Moreira 292, Centro

77890-000 / Ananás – TO

email: acacidadefm@gmail.com

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.024991/2014-42.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 2250/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/02/2019, às 16:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3852644** e o código CRC **25A4A9E5**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 4749/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.024991/2014-42 - Nº SEI: 3852644

Data de Envio:

18/02/2019 10:28:20

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

acacidadefm@gmail.com

iformiga6@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.024991/2014-42

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3852644.html

Nota_Tecnica_3850796.html

Anexo_3851175_ANEXO_5_RENOVACAO.pdf



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS**

CNPJ: **25.061.680/0001-84**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:31:49 do dia 02/09/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/10/2019.

Certidão expedida gratuitamente.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
CNPJ: 25.061.680/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:37:42 do dia 02/09/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/02/2020.

Código de controle da certidão: **AEE8.1B3D.E447.2174**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 25061680/0001-84
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
Endereço: RUA ANTONIO MOREIRA 292 / CENTRO / ANANAS / TO / 77890-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/02/2019 a 15/03/2019

Certificação Número: 2019021401241719624549

Informação obtida em 14/02/2019, às 08:59:34.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 25.061.680/0001-84

Certidão nº: 182139848/2019

Expedição: 02/09/2019, às 13:46:33

Validade: 28/02/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.061.680/0001-84**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 15869/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024991/2014-42.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 2 (dois).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Comunitária de Ananás**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ananás**, estado do **Tocantins**, apresentou requerimento de renovação da autorização cf. SEI 0207451 fl 1, em 23/10/2014, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 10/10/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências. Considerando-se que a Ata de Eleição que foi analisada e que deu base à Nota Técnica 1, ref. gestão 8/8/2015 até 8/8/2019, venceu em 8/8/2019, é necessário enviar a ata de eleição da atual diretoria, bem como o requerimento de renovação e os documentos pessoais dos diretores, como descrito a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	<p>Enviar requerimento de renovação que deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes da atual diretoria. O requerimento e as assinaturas não necessitam de registro em cartório.</p> <p>Informar as coordenadas do sistema irradiante no padrão GG° MM' SS'' com dois dígitos inteiros, conforme art. 22, § 1º da Portaria.</p> <p>O endereço de sede deve ser o mesmo endereço cadastrado na Receita Federal e o endereço do sistema irradiante deve ser o mesmo endereço cadastrado na Agência Nacional de Telecomunicações.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	<p>Enviar a ata de eleição da atual diretoria informando data de início e data de término do mandato.</p> <p>Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso IV	RG, CPF e número do título de eleitor de todos os dirigentes.	<p>Enviar cópia plenamente legível do RG e CPF, e o número do título de eleitor de todos os membros da Diretoria.</p> <p>Observação 1: Para o RG que já contém o CPF, fica este dispensado de apresentação.</p> <p>Observação 2: Não será aceita cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).</p>

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade

para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

3.4 Além dessas vedações, a Radiodifusora deve se atentar para o inciso I do mesmo art. 7º, segundo o qual não é permitido, como membro da diretoria, aquele que, "individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Sobre o assunto, informa-se que serão realizadas pesquisas nas Justiças Federal e Estadual para que seja verificado se os dirigentes estão em conformidade com esse dispositivo.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

5. Salienta-se que esta será a **última** notificação que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos, com documentos desconformes com o que foi solicitado ou mesmo se não for possível emitir quaisquer das certidões negativas atualizadas necessárias à instrução processual motivará o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, nos termos do art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista em Ciência e Tecnologia**, em 13/09/2019, às 10:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/09/2019, às 10:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4589505** e o código CRC **BE9B98B4**.

Minutas e Anexos

Requerimento de renovação Anexo 5 da Portaria: SEI 3851175

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 4589505



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 33611/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 17 de setembro de 2019.

Ao Senhor

IDEMAR LEANDRO FURMIGA

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS (CNPJ nº 25061680/0001-84)

Rua Antônio Moreira 292, Centro

77890-000 / Ananás – TO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.024991/2014-42.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho a **NOTA TÉCNICA Nº 15869/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada do Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

6. Esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/09/2019, às 10:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4641323** e o código CRC **0C020654**.

Data de Envio:

27/09/2019 11:49:37

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

acacidadefm@gmail.com

iformiga6@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.024991/2014-42

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4641323.html

Nota_Tecnica_4589505.html

Anexo_3851175_ANEXO_5_RENOVACAO.pdf



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Data/Hora: 02/09/2019 13:28:06

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: TO
Município: Ananás
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Ananás
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA ANTONIO MOREIRA, NR 292
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 25.061.680/0001-84
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 25061680000184

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 77890000
Número: .
Município: Ananás
Telefone:
Logradouro: RUA ANTONIO MOREIRA, NR 292
Complemento:
Distrito: Ananás
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 77890000
Número: .
Município: Ananás
Telefone: 63 02152320
Logradouro: RUA ANTONIO MOREIRA, NR 292
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação
Contrato/Convênio: 10/11/2004

Data Limite Instalação:

Número do Processo: 536650000481998

Fistel: 50012407437

Caixa:

Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	1184		Portaria	MC	03/07/2002	11/07/2002	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	36353		ATO	SCM	26/05/2003	28/05/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	877		Decreto Legislativo	CN	09/11/2004	10/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	49382		ATO	SCM	24/02/2005	28/02/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	299		Portaria	MC	12/11/2008	12/03/2009	Multa	Jur.
	460		Portaria	MC	19/04/2013	22/04/2013	Multa	Jur.
	781		Portaria	MC	19/07/2013	22/07/2013	Multa	Jur.

<input type="text"/>	<input type="text" value="2604"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="15/10/2015"/>	<input type="text" value="09/11/2015"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="663"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="03/03/2016"/>	<input type="text" value="06/04/2016"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>

☐ **Característica da Estação Instalada**
[» Endereços](#)
☐ **Estação Transmissora**
Endereço

País: Brasil
Cep: 77890000
Número: 292
Município: Ananás
Logradouro: RUA ANTONIO MOREIRA
Complemento:
Bairro: CENTRO
UF: TO
Distrito:
SubDistrito:

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude:
Longitude:
Raio:

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude:
Longitude:

Distância ao Centro do Município: Km

Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

Informações da Estação

Cota Base Torre: m


Raio da Área de Serviço: km

☐ **Estúdio Principal**
[» Estação Principal](#)
☐ **Antena Principal**
☐ **Transmissor Principal**
☐ **Linha Transmissão**
[» Potência Efetiva Irradiada](#)
☐ **Potência Irrradiada**
[» Número do Processo e Observações Gerais](#)
☐ **Num. Processo/Observações**

Num. do Processo da Portaria: . / Ex.: 53521.000235/2003

Num. do Processo do Ato de RF: . / Ex.:

Observação:

 Este campo será apresentado nas observações da Licença.

Máximo: 200 Digitados: 0

☐ **Dados do Licenciamento**
Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS - CNPJ/CPF (25.061.680/0001-84)
Município/UF: ANANÁS/TO
Indicativo: ZYM973
Situação: **Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)**
Canal: 200
Dia Início: **Dia Fim:** **Hora Início:** **Hora Fim:** **X**

Data de Envio:

16/10/2019 16:51:36

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

viviane.domingues@mctic.gov.br

airton.ruschel@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre existência de PAI processo 53900.024991/2014-42

Mensagem:

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº: 53900.024991/2014-42

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Comunitária de Ananás, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás / Tocantins, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.024991/2014 Localidade / UF: ANANÁS/TO
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
José Alves dos Santos	849.118.671-91	1º Tesoureiro	23/08/2019 23/08/2023	
Yasmyn Bruna Lopes Dias	049.801.711-76	2º Tesoureiro	23/08/2019 23/08/2023	
Maria da Paz Silva Carvalho	526.489.151-68	Presidente	23/08/2019 23/08/2023	
Rosalvo Alves de Oliveira	549.587.411-00	1º Secretário	23/08/2019 23/08/2023	
Elisabete Gomes Ferreira	443.247.661-34	2º Secretário	23/08/2019 23/08/2023	
José Hilton Gomes Martins	198.708.411-04	Vice-Presidente	23/08/2019 23/08/2023	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Volume de processo digitalizado 53900.024991/2014-42:
Req. renovação Anexo 5: 01250.052358/2019-57 SEI 4719245 fl 1-3
Req. anterior: 53900.024991/2014-42 SEI 0207451 fl 1
Decl. conformidade: 01250.052358/2019-57 SEI 4719245 fl 1-3
Estatuto Social: 01250.018313/2019-53 SEI 4070435 fl 8-54
Ata Eleição: 01250.052358/2019-57 SEI 4732984 fl 1-5
Compr. maior. e nacion.: 01250.052358/2019-57 SEI 4719246 fl 1-6
CNPJ: 53900.024991/2014-42 SEI 3848311 fl 1
CND Anatel: 53900.024991/2014-42 SEI 4588106 fl 1-2
Rel. Conselho Comun.: 01250.018313/2019-53 SEI 4070435 fl 55-64
CND RFB: 53900.024991/2014-42 SEI 4588135 fl 1
CND FGTS: 53900.024991/2014-42 SEI 4588158 fl 1
CND TST: 53900.024991/2014-42 SEI 4588182 fl 1
Consulta TSE: Sem vínculo para todos
Consulta TRF1: Nada consta para todos
Aírtton José Ruschel
URSC-17/10/2019

AIRTON JOSE RUSCHEL



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Processo nº: **53900.024991/2014-42.**

Entidade: **Associação Comunitária de Ananás.**

Assunto: **Pesquisa de Processos de Apuração de Infração.**

1. Da pesquisa ao banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração e ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, verificou-se que consta(m) o(s) seguinte(s) processos(s):

Situação	Nº do Processo	Dispositivo violado	Sanção Aplicada	Data da Infração	Trânsito em Julgado da Decisão Condenatória
Concluído	53000.028445/2008	Itens: 17.2, 18.3.1 e 18.3.1.1 da Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária — Norma nº 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, no art. 50 e no art. 40, incisos III, XV e XXII, do RSRadCom; c/c art. 21, inciso IV, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.	Multa	12/03/2009	-
Concluído	53000.050347/2012	Art. 12 da Portaria MC nº 858, de 18 de dezembro de 2008. Art. 40, inciso XXIX, Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.	Multa	22/04/2013	-
Concluído	53000.068595/2010	Item 21.1, da Norma 01/2011 e Art. 40, incisos XII, XV e XVII, Decreto nº 2.615, de 1998.	Multa	22/07/2013	-
Concluído	53551.000735/2011	Art. 40, inciso XVII, do art. 40, Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e do item 19.1 da Norma Complementar nº 01/2004.	Multa	15/10/2015	-
Concluído	53000.014027/2013	Art. 40, incisos VI e XVI, Decreto nº 2.615, de 1998.	Multa	10/01/2019	-
Ativo	53000.060700/2012	Art. 13, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 2005 e Art. 40, incisos V, XII, e XVII, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.	Multa	24/01/2019	-

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 20112/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024991/2014-42**.

Assunto: **Renovação de outorga. VIABILIDADE JURÍDICA PARA O DEFERIMENTO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Comunitária de Ananás**, na localidade de **Ananás**, estado do **Tocantins**, por meio da Portaria nº 1184, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/07/2002, e Decreto Legislativo nº 877, publicado no DOU de 10/11/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 10/11/2014. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 23/10/2014, à fl. 1 SEI 0207451, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE
Associação Comunitária de Ananás
QUADRO DIRETIVO

Presidente: Maria da Paz Silva Carvalho

Vice-Presidente: José Hilton Gomes Martins

1º Secretário: Rosalvo Alves de Oliveira

2º Secretário: Elisabete Gomes Ferreira

1º Tesoureiro: José Alves dos Santos

2º Tesoureiro: Yasmyn Bruna Lopes Dias

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo; Requerimento Anexo 5.	53900.024991/2014-42 SEI 0207451 fl 1; 01250.052358/2019-57 SEI 4719245 fl 1-3
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a conteúdo às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	01250.018313/2019-53 SEI 4070435 fl 8-54
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	01250.052358/2019-57 SEI 4732984 fl 1-5
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	01250.052358/2019-57 SEI 4719246 fl 1-6
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	01250.018313/2019-53 SEI 4070435 fl 55-64

6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	01250.052358/2019-57 SEI 4719245 fl 1-3
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	53900.024991/2014-42 SEI 3848311 fl 1
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	53900.024991/2014-42 SEI 4588106 fl 1-2
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	53900.024991/2014-42 SEI 4588158 fl 1
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	53900.024991/2014-42 SEI 4588135 fl 1
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	53900.024991/2014-42 SEI 4588182 fl 1
12	Relatório de apuração de infrações.	53900.024991/2014-42 SEI 4754633 fl 1
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes (TRF1-Tocantins-Araguaína), não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga, bem como, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral não foi identificado vínculo político dos dirigentes.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa

instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 4749692).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.024991/2014-42, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, explore pelo prazo de dez anos a partir de 10 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de renovação]

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53665.000048/1998-48 e nº 53900.024991/2014-42, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Ananás, CNPJ nº 25.061.680/0001-84, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista em Ciência e Tecnologia**, em 25/10/2019, às 07:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/10/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 29/10/2019, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Secretário de Radiodifusão substituto**, em 01/11/2019, às 18:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4754648** e o código CRC **5C3DE440**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 4754648

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53900.024991/2014-42

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

Assunto: Renovação de Outorga

Trata-se de minuta de portaria, bem como exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Ananás, CNPJ nº 25.061.680/0001-84, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins.

Considerando que as áreas técnica e jurídica não erigiram quaisquer óbices à matéria, conforme se depreende da Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC (4754648) e do Parecer nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4749692), manifesto-me favorável à adoção das medidas necessárias ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto**, **Secretário-Executivo**, em 07/11/2019, às 16:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4813712** e o código CRC **A558645B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 4813712



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 6080/2019/SEI-MCTIC de 04 de novembro de 2014

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53665.000048/1998-48 e nº 53900.024991/2014-42, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Ananás, CNPJ nº 25.061.680/0001-84, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 11/11/2019, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4811455** e o código CRC **81F89A6F**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 12/11/2019 17:57:59
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 5597920
Data prevista de publicação: 13/11/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12192309	ATO DESPACHO Nº 1134 MIN.rtf	3b4846cc2d785057 d6398488035d61db	16,00	R\$ 528,64
	Total da matéria		16,00	R\$ 528,64
12192310	ATO PORTARIA Nº 6078 MIN.rtf	606a27f8c92801e8 92ac585e783b0756	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192311	ATO PORTARIA Nº 6079 MIN.rtf	a3f1314ad2b30e67 aad57e6d2b0a296b	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192312	ATO PORTARIA Nº 6080 MIN.rtf	0b13a95e2fdf9103 ee8cd36e57744542	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192313	ATO PORTARIA Nº 6081 MIN.rtf	e9d29164bcfae1a7 4170922d02067a37	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192314	ATO PORTARIA Nº 6083 MIN.rtf	df3363e8447b3754 9d4322cfbb6a6986	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192315	ATO PORTARIA Nº 6084 MIN.rtf	676ab28fef880305 3f755030eb176f0c	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192316	ATO PORTARIA Nº 6086 MIN.rtf	b391272423a71598 0c3347266be6603c	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192317	AVISO. TORNAR SEM EFEITO.rtf	b263e50d71c17925 7499ee92ef58930e	2,00	R\$ 66,08
	Total da matéria		2,00	R\$ 66,08
12192378	ATO DESPACHO Nº 1135 MIN.rtf	958a695c84564f53 33c18e44b71c4e22	24,00	R\$ 792,96
	Total da matéria		24,00	R\$ 792,96
12192379	ATO Despacho Nº 1170 MIN.rtf	9cff2cdfd63702f dbf59890acd469f0	15,00	R\$ 495,60
	Total da matéria		15,00	R\$ 495,60

12192380	ATO PORTARIA Nº 1917 SEC.rtf	9a38bea0d1e57783 d2d035191a6b0bb3	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192381	ATO PORTARIA Nº 5813 SEC.rtf	503ebdd33487a08e 710b648f17a7426e	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12192382	ATO PORTARIA Nº 6073 MIN.rtf	a193680b4ffe38d5 1cea569afa80a21e	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192383	ATO PORTARIA Nº 6075 MIN.rtf	f972cc56d5d808ba f378a5b1f6a4a4b7	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192384	ATO PORTARIA Nº 6076 MIN.rtf	4d775b060a58b4fa 7797b74391140f67	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12192385	ATO PORTARIA Nº 6077 MIN.rtf	91e8cafcadc092a5 b94a6cfcc6a26e7a	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			136,00	R\$ 4.493,44

PORTARIA Nº 6.075-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001400/1998-61 e nº 01250.001659/2016-70, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de outubro de 2017, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Marechal Cândido Rondon - RADIOMAR, CNPJ nº 02.589.214/0001-70, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Marechal Cândido Rondon, estado de Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.076-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53770.001201/1999 e nº 01250.075206/2017-61, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de maio de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Paraíso, CNPJ nº 03.307.539/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.077-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.056736/2005 e nº 01250.080059/2017-41, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de agosto de 2018, a autorização outorgada à Associação Independente de Apoio à Cultura Popular de Araruna, CNPJ nº 07.664.182/0001-44, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Araruna, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.078-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53100.000819/2004 e nº 01250.074918/2017-62, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de maio de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Mairi, CNPJ nº 06.187.254/0001-47, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mairi, estado da Bahia.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.079-SEI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.027782/2003 e nº 01250.075152/2017-33, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de maio de 2018, a autorização outorgada à Associação Amigos de Novo Progresso, CNPJ nº 05.775.367/0001-09, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Novo Progresso, estado do Pará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

DESPACHO Nº 1.134-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 7875/2019/SEI-MCTIC e no PARECER nº 00365/2019/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53900.055804/2015-53, de sorte a:

a) anular o EDITAL Nº 259/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 2019, e restabelecer, por conseguinte, o EDITAL Nº 78/2016/SEI-MC, de 11 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2016, que havia declarado preliminarmente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR - como vencedor da seleção;

b) e, neste mesmo ato, em virtude da desistência expressa do interessado, conforme protocolo nº 01250.020913/2019-81, declarar frustrado o processo de seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Uiramutã/RR, faixa de fronteira, por meio do canal 203E, constante do Edital nº 78, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015 e Portaria nº 3.238 de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018.

Encaminhe-se o presente processo e o processo da entidade concorrente ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

MARCOS CESAR PONTES

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	IES CONVENIADA	IGC	PROPOSTA	SITUAÇÃO	RECURSO
Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia De Roraima - IFRR	Pessoa Jurídica de Direito Público	53900.076951/2015-67	1º Lugar	Não se aplica	-	INDEFERIDA	IES pública. Entidade vencedora do procedimento de seleção. Entidade desistente.	Não apresentado.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.024991/2014-42**.

Entidade: **Associação Comunitária de Ananás**.

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 6080, de 04 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 13/11/2019, renovou-se a outorga da **Associação Comunitária de Ananás** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 53900.024991/2014-42, acompanhado do ato de renovação, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/12/2019, às 10:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4857069** e o código CRC **4A5A585C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

SEI nº 4857069

Brasília, 8 de Janeiro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.024991/2014-42, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, explore pelo prazo de dez anos a partir de 10 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ananás, estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6.080-SEI, de 11 novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo
Impresso em 08/01/2020 15:19

Termo(s): 02 2020

NUP:

Origem:

Co-Autores:

Destinatário:

Tipo de Documento:

Data Inicial: Data Final:

Fluxo/Etapa:

Conteúdo:

Total de documentos: 1

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
	MCTIC 00002 2020 Ananás/TO - Renov/RADCOM - Associação Comunitária de Ananás	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 646/2020/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.024991/2014-42.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

Lara Litvin Villas Boas
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Lara Litvin Villas Boas, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/01/2020, às 14:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5033360** e o código CRC **7EBD90E4**.

Recibo Eletrônico de Protocolo - 1669310

Usuário Externo (signatário): Pedro Paulo Verano de Souza
IP utilizado: 200.130.17.1
Data e Horário: 16/01/2020 09:46:45
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 00001.000286/2020-75
Interessados:

Pedro Paulo Verano de Souza

Protocolos dos Documentos (Número SEI):**- Documento Principal:**

- Requerimento Renovação de outorga 1669309

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ELISABETE GOMES FERREIRA**

Inscrição: **2430 8677 0167**

Zona: 012 Seção: 0039

Município: 92193 - ANANAS

UF: TO

Data de nascimento: 23/04/1954

Domicílio desde: 18/12/1999

Filiação: - MARIA LEITE GOMES
 - JOSE ALVINO GOMES

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): TRABALHADOR RURAL

Certidão emitida às 16:57 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

B+RH.BKND.FHC6.VTMV



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **ELIZABETE GOMES FERREIRA**, Título Eleitoral: **2430 8677 0167**, CPF: **443.247.661-34**, como membro do(a):

- **ÓRGÃO PROVISÓRIO** de abrangência **MUNICIPAL** do **DEMOCRATAS (extinto por fusão com PSL, originando o UNIÃO)(DEM)** de **ANANÁS/TO**, com exercício no período de **10/07/2015 a 25/04/2019 (MEMBRO)**.

Código de Validação **NIBY0vUcrK7SD+GFWsQz0Q3PdcQ=**
Certidão emitida em **25/03/2022 17:07:25**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOSE ALVES DOS SANTOS**

Inscrição: **0190 9042 2704**

Zona: 012 Seção: 0045

Município: 92193 - ANANAS

UF: TO

Data de nascimento: 11/11/1966

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - ALDENORA ALVES DOS SANTOS
- PETRONILIO JOSE DOS SANTOS

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): AGRICULTOR

Certidão emitida às 16:59 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

I6BB.WOHG.JDQR.MLYV



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **JOSE ALVES DOS SANTOS**, Título Eleitoral: **0190 9042 2704**, CPF: **849.118.671-91**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **6AkQGcyNZa33pdwXJWKVZK6EUX4=**
Certidão emitida em **25/03/2022 17:05:47**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOSE HILTON GOMES MARTINS**

Inscrição: **0332 7312 2704**

Zona: 012 Seção: 0061

Município: 92193 - ANANAS

UF: TO

Data de nascimento: 26/05/1959

Domicílio desde: 04/05/2002

Filiação: - TEREZINHA DE JESUS GOMES MARTINS
- LUIZ NUNES MARTINS

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): AGRICULTOR

Certidão emitida às 16:51 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

RH+F.ZID1.QMEH.7RI1



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **JOSE HILTON GOMES MARTINS**, Título Eleitoral: **0332 7312 2704**, CPF: **198.708.411-04**, como membro do(a):

- **ÓRGÃO PROVISÓRIO** de abrangência **MUNICIPAL** do **DEMOCRATAS (extinto por fusão com PSL, originando o UNIÃO)(DEM)** de **ANANÁS/TO**, com exercício no período de **01/04/2020 a 31/12/2021 (MEMBRO)**.

Código de Validação **WK1dgU6bHCuCPeQJ5LaY84wP/3g=**

Certidão emitida em **25/03/2022 17:11:23**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARIA DA PAZ SILVA CARVALHO**

Inscrição: **0191 0629 2771**

Zona: 012 Seção: 0042

Município: 92193 - ANANAS

UF: TO

Data de nascimento: 13/03/1958

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - BEATINA JOSE DE CARVALHO
- MARTINHO FERREIRA DA SILVA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

Certidão emitida às 16:48 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

NGAY.FOEC.VØOI.6PWS

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **MARIA DA PAZ SILVA CARVALHO**, Título Eleitoral: **0191 0629 2771**, CPF: **526.489.151-68**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **KHR6V0nILAaC9Q0m2EBtsOzZOU0=**
Certidão emitida em **25/03/2022 17:13:15**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA**

Inscrição: **0305 9742 2704**

Zona: 056 Seção: 0073

Município: 93360 - ABADIA DE GOIAS

UF: GO

Data de nascimento: 17/06/1971

Domicílio desde: 29/10/2021

Filiação: - MARIA RICARDINA DE OLIVEIRA
- BASILIO ALVES DE OLIVEIRA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): MOTORISTA PARTICULAR

Certidão emitida às 16:54 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

KRVN.F/AA.FVOL.HHO+



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **ROSALVO ALVES DE OLIVEIRA**, Título Eleitoral: **0305 9742 2704**, CPF: **549.587.411-00**, como membro do(a):

- **ÓRGÃO PROVISÓRIO** de abrangência **MUNICIPAL** do **PARTIDO DA REPÚBLICA(PR)** de **ANANÁS/TO**, com exercício no período de **30/06/2013 a 30/12/2013 (MEMBRO)**.

Código de Validação **oMu126BntOtF5q2WVau9s4pGl2g=**
Certidão emitida em **25/03/2022 17:09:11**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **YASMYN BRUNA LOPES DIAS**

Inscrição: **0396 2810 2780**

Zona: 012 Seção: 0039

Município: 92193 - ANANAS

UF: TO

Data de nascimento: 20/11/1994

Domicílio desde: 12/09/2011

Filiação: - EVA LOPES DE SOUSA
- GECIVAN DIAS DE SOUSA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO E ASSEMBLEIA

Certidão emitida às 17:02 em 25/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

Ø+MY.KQV3.TSS9.H3TD

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **YASMYM BRUNA LOPES DIAS**, Título Eleitoral: **0396 2810 2780**, CPF: **049.801.711-76**, como membro do(a):

- **ÓRGÃO PROVISÓRIO** de abrangência **MUNICIPAL** do **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA(PDT)** de **ANANÁS/TO**, com exercício no período de **03/04/2016** a **02/06/2017 (SECRETÁRIA)**.

Código de Validação **RYDWZY84YpuhHpACwCTRVcgFSVU=**
Certidão emitida em **25/03/2022 17:03:37**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

Barros <alexandre.barros@mcom.gov.br>; Judson José T Confortin <judson.confortin@mcom.gov.br>; André Saraiva de Paula <andre.paula@mcom.gov.br>; Ricardo Henrique Pereira Nolasco <ricardo.nolasco@mcom.gov.br>; Whendell Pereira de Souza <whendell.souza@mcom.gov.br>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Alessandra Maria de Santana <alessandra.santana@mcom.gov.br>; Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>; William Ivo Koshevnikoff Zambelli <william.ivo@mcom.gov.br>

Assunto: RES: Adequação Jurídicas de pareceres antigos

Prezados, bom dia!

No início dessa semana tomamos conhecimento de que alguns processos encaminhados à Casa Civil seriam devolvidos por ter sido verificado que os Pareceres da Consultoria Jurídica juntados a esses processos, e com datas mais antigas, estavam sem o Despacho do Consultor Jurídico de aprovação e encaminhamento. Devido a isso, a Consultoria solicita que todos os “processos que serão enviados para assinatura presidencial que estão com parecer jurídico antigo deverão ser tramitados a esta Consultoria Jurídica para as devidas adequações jurídicas”.

Para facilitar essa adequação foi solicitado que o encaminhamento ocorra **em bloco, contendo os mesmos assuntos e contemporâneos**.

Portanto, solicito que verifiquem, nos casos mais antigos, que já possuem Parecer Jurídico, se há a necessidade da referida adequação. Se verificada, encaminhem os blocos à revisão desde Departamento, contendo os casos de mesmo assunto e despacho que faça referência a orientação da Consultoria Jurídica abaixo.

Caso tenham qualquer dúvida a respeito, me coloco à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,



De: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Enviada em: quarta-feira, 30 de março de 2022 18:44

Para: Elise Miranda Gonzaga <elise.gonzaga@mcom.gov.br>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Alessandra Maria de Santana <alessandra.santana@mcom.gov.br>

Assunto: ENC: Adequação Jurídicas de pareceres antigos

Para conhecimento.

att,



De: Luanna Martins Lopes <luanna.lopes@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 30 de março de 2022 18:31

Para: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Cc: conjur <conjur@mcom.gov.br>; Carolina Scherer Bicca <carolina.bicca@mcom.gov.br>; João Paulo Santos Borba <joao.borba@mcom.gov.br>

Assunto: Adequação Jurídicas de pareceres antigos

Boa noite, Ana

Conforme solicitado pela Consultora Jurídica e pelo Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão e Telecomunicações, os processos que serão enviados para assinatura presidencial que estão com parecer jurídico antigo deverão ser tramitados a esta Consultoria Jurídica para as devidas adequações jurídicas.

Contudo, foi solicitado que os processos sejam remetidos em bloco, contendo os mesmos assuntos e contemporâneos. Outro requisito a ser observado é a urgência ou iminência de envio à Casa Civil. Assim, preserva-se a eficiência nas análises.

Qualquer dúvida, estamos à disposição

Atenciosamente,



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 6651/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.024991/2014-42

INTERESSADO(A): ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

ASSUNTO: MUDANÇA DE TITULARIDADE. NOVA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. PORTARIA DE RENOVAÇÃO JÁ PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, em que já houve a renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Ananás, estado Tocantins, referente ao período de 10 de novembro de 2014 até 10 de novembro de 2024, conforme Portaria (SEI nº 4811455) publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2019 (SEI nº 4851409).

2. Os autos foram devolvidos pela Casa Civil da Presidência da República devido a mudança do titular da pasta ministerial para avaliação e adequação.

ANÁLISE

3. Em virtude da mudança de titularidade no Ministério das Comunicações, os autos foram restituídos pela Casa Civil da Presidência da República em 09 de setembro de 2020, para fins de adequação da exposição de motivos, o que ensejou a confecção de nova minuta de Exposição de Motivos (SEI nº 10894536).

4. Considerando, portanto, que a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações já encerrou e, principalmente, que já houve o ato de renovação pelo Ministro de Estado das Comunicações à época, Portaria (SEI nº 4811455) publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2014 (SEI nº 4851409), propõe-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Diretoria do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, para ciência e posterior submissão tanto ao Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica quanto ao gabinete do Ministro de Estado das Comunicações com a nova minuta de Exposição de Motivos (SEI nº 10894536).

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Diretoria do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos ao Gabinete do **Ministro de Estado das Comunicações**, para apreciação da nova minuta de Exposição de Motivos (SEI nº 10894536) indicando adequadamente a nova titularidade da pasta ministerial; e,

b) remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

6. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

7. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida

notificação a este Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, devendo ser enviados posteriormente os autos ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Resende Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 29/05/2023, às 15:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula, Coordenador de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 29/05/2023, às 16:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/05/2023, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10891969** e o código CRC **081A40A5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

Documento nº 10891969

MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MC

Brasília, de de 2023.

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53900.024991/2014-42, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 20112/2019/SEI-MCTIC e nº 6651/2023/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.080, de 2014, publicada em 13 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitário de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, nos termos da Portaria nº 1184, de 11 de julho de 2002, ambas chanceladas pelo Decreto Legislativo nº 877, publicado em 10 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Ananás, estado de Tocantins.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alex Resende Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 17/05/2023, às 15:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula, Coordenador de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 29/05/2023, às 11:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/05/2023, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/05/2023, às 15:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10894536** e o código CRC **99DAD601**.

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

Documento nº 10894536

DESPACHO

Processo nº: 53900.024991/2014-42

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS

Assunto: MUDANÇA DE TITULARIDADE. NOVA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. PORTARIA DE RENOVAÇÃO JÁ PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

Ao GACSE,

Em consonância com a Nota Técnica 6651 (10891969), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para apreciação da nova minuta de Exposição de Motivos (10894536) indicando adequadamente a nova titularidade da pasta ministerial, e posterior remessa à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o subseqüente encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Solicita-se, ainda, o encaminhamento dos autos à Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

Após, **arquivem-se os autos**, até que ocorra a devida notificação a este Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, devendo ser enviados posteriormente os autos ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/05/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10932018** e o código CRC **E20AE3E9**.

Minutas e Anexos

Minuta . Exposição de Motivos (10894536)

Referência: Processo nº 53900.024991/2014-42

Documento nº 10932018

Brasília, 31 de maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53900.024991/2014-42, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 20112/2019/SEI-MCTIC e nº 6651/2023/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.080, de 2014, publicada em 13 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitário de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, nos termos da Portaria nº 1184, de 11 de julho de 2002, ambas chanceladas pelo Decreto Legislativo nº 877, publicado em 10 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de ANANÁS, estado de TOCANTINS.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 15/06/2023, às 18:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10934345** e o código CRC **3A83AE81**.

Ofício Interno nº 36794/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (10934345)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 6651/2023/MCOM (10891969), encaminho a Exposição de Motivos (10934345), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 13/06/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10934351** e o código CRC **69A614DC**.

Ofício Interno nº 37662/2023/MCOM

Brasília, 20 de Junho de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10934345)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho DEPUB_MCOM (10932018), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10934345), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 20/06/2023, às 14:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10963148** e o código CRC **DCEF49E3**.

Brasília, 20 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53900.024991/2014-42, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 20112/2019/SEI-MCTIC e nº 6651/2023/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.080, de 11 de novembro de 2014, publicada em 13 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitário de Ananás, inscrita no CNPJ nº 25.061.680/0001-84, nos termos da Portaria nº 1184, de 11 de julho de 2002, ambas chanceladas pelo Decreto Legislativo nº 877, publicado em 10 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de ANANÁS, estado de TOCANTINS.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 17011/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.024991/2014-42.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 22/06/2023, às 00:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10965314** e o código CRC **2D0E83C3**.

Recibo Eletrônico de Protocolo - 4751589

Usuário Externo (signatário): Helenucia Bezerra de Araujo
Data e Horário: 21/11/2023 10:38:46
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 53900.024991/2014-42
Interessados:

Associação Comunitária de Ananás - TO

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Certidões Vínculos partidários	4751577
- Anexo EMAIL	4751578
- NOTA TÉCNICA Nº 6651/2023/SEI-MCOM	4751579
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	4751580
- Despacho Departamento de Radiodifusão Pública	4751581
- Exposição de Motivos DE RENOVAÇÃO RADCOM	4751582
- OFICIO Interno nº 36794/2023/MCOM	4751583
- OFICIO Interno nº 37662/2023/MCOM	4751584
- Exposição de Motivos nº 00298/2023 MCOM	4751586
- OFICIO Nº 17011/2023/MCOM	4751587
- Documento PDF Único	4751588

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.024991/2014-42

Nota SAJ - Radiodifusão nº 242 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação da outorga de rádio comunitária (RadCom). Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo nº:	53900.024991/2014-42

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.024991/2014-42, que **renova** a autorização para execução do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS** (PJ nº 25.061.680/0001-84, na localidade de **Ananás/TO**).
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [\[1\]](#) e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo **outorgar e renovar** concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- No exercício da competência que lhe confere o art. 6º da Lei nº 9.612/1998, o MCOM outorgou originalmente a autorização, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal autorização, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comunitária.
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para renovar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo a partir do qual encontra-se renovada a outorga do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida ou renovada pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos (4751586) submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a renovação da outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Chefe do Executivo.

II - ANÁLISE JURÍDICA

8. Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial **o ato** do Ministro das Comunicações **que renova a outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
9. Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para executar o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e sujeitos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
10. A Lei nº 9.612/1998 estabelece que compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de 10 anos, e prevê a possibilidade de renovação desta autorização por igual período, se cumpridas as exigências legais vigentes.
11. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades educativas e culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 9.612/1998, com o Decreto nº 2.615/1998 e legislação complementar.
12. A entidade que desejar a renovação da outorga deve dirigir requerimento para tal finalidade ao MCOM, entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga, de acordo com o art. 6º-A da Lei nº 9.612/1998. Aponta-se que, na hipótese de o trâmite burocrático do Poder Concedente demorar mais do que o previsto, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário enquanto não haja manifestação sobre o pedido de renovação, conforme previsto no § 1º do mencionado dispositivo legal. Em seguida, a Lei destaca que a autorizada com funcionamento precário mantém todos os seus deveres e direitos decorrentes da prestação do serviço.
13. No que tange à competência, o Anexo ao Decreto nº 2.615/1998 (art. 9º, II), determina que a renovação da outorga para a execução do serviço será expedida pelo Ministério, observados os requisitos da Lei nº 9.612/1998. O mesmo Decreto indica que a outorga (e renovação) de serviços de radiodifusão comunitária será feita através de **autorização**.
14. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de renovação. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a renovação outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise, tendo a outorgada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo, em consonância com a NOTA TÉCNICA Nº 6651/2023/SEI-MCOM (4751579).
15. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria nº 6.080, de 13 de novembro de 2019**, de renovação da outorga.
16. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR (Decreto nº 52.795/1963) indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.
17. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.
18. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.
19. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão ^[4].
20. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.
21. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

III - CONCLUSÃO

22. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.024991/2014-42, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Adjunta de Infraestrutura

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luí. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 24/05/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 24/05/2024, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 24/05/2024, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 24/05/2024, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5739146** e o código CRC **8E63106F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 258/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53900.024991/2014-42.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00298/2023 MCOM, de 20 de junho de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ananás/TO.

- Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00298/2023 MCOM (4751586), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.024991/2014-42, acompanhado da [Portaria nº 6.080, de 11 de novembro de 2014](#), que renova a outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária no município de Ananás, estado do Tocantins, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, para a Associação Comunitária de Ananás, inscrita no CNPJ sob nº 25.061.680/0001-84, sem direito à exclusividade, de acordo com o disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[1].
- O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), por meio da Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC, de 01 de novembro de 2019 (1670077), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD)^[2], complementada pela Nota Técnica nº 6651/2023/SEI-MCOM, de 29 de maio de 2023 (4751579), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), se manifestou favoravelmente ao ato de renovação da outorga, posicionando-se pelo deferimento do pedido de renovação de outorga na localidade de Ananás/TO, tendo em vista a completa instrução processual.
- Por sua vez, o Parecer Jurídico Referencial nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU^[3], de 28 de dezembro de 2016 (1670079), registra que "a ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial. Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR".
- Consoante o disposto no item (ii), cumpre registrar que a Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC (1670077) ressaltou que "Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial".
- Os registros administrativos de cadastro da Associação Comunitária de Ananás devem ser mantidos pelo MCOM no [Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD](#)^[4], cujos dados relativos ao serviço de radiodifusão comunitária objeto de renovação de outorga constam na Consulta Geral de RadCom (4751588, p.102), com o registro da situação da entidade.
- A consulta ao [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	25.061.680/0001-84
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ELIOMAR SANTIAGO DE ARAUJO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 21/05/2024 às 13:40 (data e hora de Brasília).

- Nesse sentido, considerando (i) as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM favoráveis ao processo de renovação da outorga; (ii) a informação constante no item 3 Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC (1670077) de que "Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo"; (iii) a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade da entidade por ocasião da assinatura do termo aditivo ao contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iv) ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede o prosseguimento do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[5].
- Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 49 do

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

JORGE LUIZ ROCHA REGHINI RAMOS
Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto
(SAG/CC/PR)

[1] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

[2] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[3] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações, conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[5] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 05/07/2024, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 05/07/2024, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Secretário Especial substituto**, em 05/07/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5760089** e o código CRC **A6BC7868** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 56948/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 19203/2024/SEI-MCOM (11982299)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício nº 5/2024 - SEC/CCOM (11982298), encaminho a Nota Técnica nº 16129/2024/SEI-MCOM (11874735), que trata da minuta de Portaria de retificação (11982345), referente a Portaria nº 6.080, de 11 de novembro de 2014 (4851409), publicada no DOU de 13.11.2019.

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 14/11/2024, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11993066** e o código CRC **D1222B39**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 19203/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53900.024991/2014-42.

INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANANÁS.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA. COMUNITÁRIA. RETIFICAÇÃO DA PORTARIA DE RENOVAÇÃO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES COM PRÉVIA OITIVA DA CONSULTORIA JURÍDICA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Comunitária de Ananás**, na localidade de **Ananás**, estado do **Tocantins**, por meio da Portaria nº 1184, de 11 de julho de 2002, e do Decreto Legislativo nº 877, de 2004, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 10/11/2004.
2. O processo foi instruído, conforme Nota Técnica nº 20112/2019/SEI-MCTIC (4754648), com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4749692).
3. Posteriormente, publicou-se no Diário Oficial da União de 13/11/2019, a Portaria nº 6.080, de 11 de novembro de 2014 (4851409), que renovou a outorga.
4. Os autos então foram encaminhados à Casa Civil, conforme Exposição de Motivos nº 00298/2023 MCOM, de 20 de junho de 2023 (10965289).

ANÁLISE

5. No entanto, por meio do Ofício nº 5/2024 - SEC/CCOM (11982298, fl. 2), a Câmara dos Deputados informa sobre uma "existência de conflito relacionado ao ano da supracitada Portaria n. 6.080. Embora sua publicação no DOU tenha ocorrido no ano de 2019, em sua epígrafe consta referência ao ano de 2014".
6. Realmente, como se verifica na Portaria 6080 (4811455), assinada pelo então senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e na Portaria efetivamente publicada (4851409), consta como ano "2014", ao invés do correto, "2019".
7. Embora o equívoco não resulte em qualquer dano à Radiodifusora, precisa ser sanado.
8. Assim, considerando-se o disposto no art. 55 da [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999^{\[1\]}](#), que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é necessária a elaboração de uma portaria retificadora, na qual conste a data correta da portaria, tal qual a data de assinatura do ato (4811455), qual seja: 11 de novembro de 2019.
9. Ressalta-se que, do mesmo modo que a portaria de renovação, após subscrição pelo Ministro de Estado das Comunicações, a portaria retificadora deverá ser publicada no Diário Oficial da União.

10. Com base nessas informações, opina-se pelo:
- a) envio da minuta de Portaria de retificação da Portaria nº 6.080, de 11 de novembro de 2014 (4851409), com prévia oitiva da Consultoria Jurídica deste Ministério, para apreciação e aprovação;
 - b) posterior envio dos autos ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para apreciação do assunto e assinatura da portaria; e
 - c) após publicação da portaria retificadora, comunicação à Coordenação-Geral de Inovação, Regulamentação e Sistemas, para demais providências cabíveis no que tange a elaboração de resposta à Câmara dos Deputados, em atenção ao Ofício nº 5/2024 - SEC/CCOM.

À consideração superior.

[1] "Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração."



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, em 08/11/2024, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11982299** e o código CRC **BBD1ECFB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 12/03/2025 | Edição: 48 | Seção: 1 | Página: 9

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 6.080, de 11 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, Edição nº 220, Seção 1, página 19, constante no Processo nº 53900.024991/2014-42:

Onde se lê:

"11 de novembro de 2014",

Leia-se:

"4 de novembro de 2019".

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

